

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

GABRIELA PEIXOTO VIEIRA SILVA

**"MANDATAS COLETIVAS": UM ESTUDO SOBRE FEMINISMOS,  
SOLIDARIEDADE E POLÍTICA INSTITUCIONAL NO BRASIL**

GOIÂNIA  
2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

## TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

### 1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação     Tese

### 2. Nome completo do autor

**GABRIELA PEIXOTO VIEIRA SILVA**

### 3. Título do trabalho

**"Mandatas coletivas": um estudo sobre feminismos, solidariedade e política institucional no Brasil.**

### 4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento  SIM     NÃO<sup>1</sup>

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- a) consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);
  - b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.
- O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

**Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.**



Documento assinado eletronicamente por **GABRIELA PEIXOTO VIEIRA SILVA, Discente**, em 02/05/2022, às 16:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Gonçalves, Professor do Magistério Superior**, em 04/05/2022, às 13:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2817438** e o código CRC **6D2D916F**.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

## TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

### 1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação     Tese     Outro\*: \_\_\_\_\_

\*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

### 2. Nome completo do autor

**GABRIELA PEIXOTO VIEIRA SILVA**

### 3. Título do trabalho

**"Mandatas coletivas": um estudo sobre feminismos, solidariedade e política institucional no Brasil**

### 4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento  SIM     NÃO<sup>1</sup>

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

**a)** consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);

**b)** novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

**Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.**



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Gonçalves, Professor do Magistério Superior**, em 31/01/2023, às 09:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Peixoto Vieira Silva, Usuário Externo**, em 01/02/2023, às 09:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3491808** e o código CRC **A7893709**.

GABRIELA PEIXOTO VIEIRA SILVA

**"MANDATAS COLETIVAS": UM ESTUDO SOBRE FEMINISMOS,  
SOLIDARIEDADE E POLÍTICA INSTITUCIONAL NO BRASIL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Sociologia. Área de concentração: Sociedade, Política e Cultura. Linha de pesquisa: Desigualdades, Diferenças e Violências.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Eliane Gonçalves.

GOIÂNIA  
2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Silva, Gabriela Peixoto Vieira  
"Mandatas Coletivas": Um estudo sobre feminismos, solidariedade e política institucional no Brasil [manuscrito] / Gabriela Peixoto Vieira Silva. - 2022.  
210 f.

Orientador: Prof. Eliane Gonçalves.  
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Goiânia, 2022.

Bibliografia. Apêndice.

Inclui mapas, fotografias, tabelas, lista de figuras.

1. representação política . 2. mulheres. 3. feminismos. 4. democracia . 5. justiça social . I. Gonçalves, Eliane, orient. II. Título.

CDU 316



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

### ATA DE DEFESA DE TESE

Ata Nº 5 da sessão de Defesa de Tese da **GABRIELA PEIXOTO VIEIRA SILVA** que confere o título de Doutora em **Sociologia**, na área de concentração em Sociedade, Política e Cultura.

Aos vinte e nove de março de dois mil e vinte e dois, a partir das oito horas e trinta minutos na sala virtual <https://meet.google.com/qkw-wozj-fvz> realizou-se a sessão pública de Defesa de Tese intitulada "**Mandatas coletivos**": **um estudo sobre feminismos, solidariedade e política institucional no Brasil**. Os trabalhos foram instalados pela orientadora, Professora Doutora Eliane Gonçalves (PPGS/UFG), com a participação das/o demais membras/o da Banca Examinadora: Professora Doutora Beatriz Rodrigues Sanchez (CEBRAP- SP) membra titular externa; Professor Doutor Flávio Munhoz Sofiati (PPGS/FCS/UFG), membro titular interno; Professora Doutora Marcela Corrêa Martins Amaral (PPGS/FCS/UFG), membra titular interna e Professora Doutora Rayani Mariano dos Santos (PPGCP/UFG), membra titular externa. Durante a argüição o/as membro/as da banca não/fizeram sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão reservada a fim de concluir o julgamento da Tese tendo sido a candidata **aprovada** pelos seus membros e seu trabalho recomendado para publicação. Proclamados os resultados pela Professora Doutora Eliane Gonçalves, Presidenta da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora.

#### TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Gonçalves, Professor do Magistério Superior**, em 17/01/2023, às 10:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rayani Mariano Dos Santos, Professor do Magistério Superior**, em 17/01/2023, às 13:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Beatriz Rodrigues Sanchez, Usuário Externo**, em 18/01/2023, às 09:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Flávio Munhoz Sofiati, Professor do Magistério Superior**, em 24/01/2023, às 09:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcela Corrêa Martins Amaral, Professor do Magistério Superior**, em 25/01/2023, às 15:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3455317** e o código CRC **3C38125B**.

## AGRADECIMENTOS

São inúmeros os agradecimentos. Mas diante da conjuntura e dos inúmeros ataques ao bem público, começo pessoalizando a Universidade Federal de Goiás e evidenciando meu agradecimento à essa estrutura-afeto que me acolhe desde minha graduação. A universidade pública me garantiu que eu me constituísse crítica e dispondo de mais liberdade para decidir quais caminhos seguir, por isso, é meu dever daqui em diante defendê-la por ser laica, pública, gratuita e de qualidade, em qualquer espaço que eu ocupe enquanto socióloga e cidadã. Dessa forma também agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento que resultou nesta tese de doutorado. Nessa direção, agradeço a toda comunidade da Faculdade de Ciências Sociais, professoras/es, técnicas/os; trabalhadoras/es, que me inspiraram a permanecer na casa e a produzir conhecimento. E, também, por tantas partilhas inspiradoras.

Para estar de volta à pós-graduação, tive a indescritível sorte de ter tido a oportunidade de tomar aulas e de me tornar orientanda da professora Eliane Gonçalves. A ela, por sua orientação competente e comprometida, pela amizade e os persistentes ensinamentos que sempre me renovaram a esperança e a imaginação política e afetiva, meu agradecimento tomado de contentamento. *Santosha!*

Dessa relação também pude experimentar uma das melhores redes vivenciadas neste período. As orientações coletivas ofertadas pela professora me propiciaram concretizar laços e compartilhamentos científicos primorosos. Dessa forma, agradeço as amigas e amigos: Deyvid Santos Morais, Elismênia Oliveira, Adriano Passos, Márcia Sardinha e Renata Pessoa. Ao Deyvid, por tantos cuidados e por ter compartilhado seus conhecimentos sobre o programa de análise de dados, *Iramuteq*, e a Elismênia, pela parceria e escrita conjunta em diversos trabalhos produzidos no período de doutoramento, meus agradecimentos especiais.

Ao Wilton Jr. agradeço pela imprescindível ajuda com o projeto que me possibilitou a entrada no programa; à Marcilaine Martins, pela transcrição das entrevistas, à Lídia Freitas, pela revisão preliminar e comentários cuidadosos que também ajudaram a definir as análises, e ao Felipe, pelo apoio e companhia nos instantes finais da escrita.

Fora do ambiente acadêmico, são muitas as pessoas que torcem e acompanham, para que possamos superar quaisquer desafios até que conquistemos o título. Confesso que não tive tantas dificuldades, justamente por contar com o apoio das famílias, tanto de amigas quanto as consanguíneas.

Obrigada a todas as pessoas que, de alguma forma, depositaram amor e fé nessa formação junto comigo, elas são muitas e eu citaria uma página inteira para retribuir-lhes o carinho.

Por fim, nunca por último, à minha mãe Regina, por me ensinar a criar força e possibilidades de sobrevivência, muito obrigada!

## RESUMO

Novos formatos políticos de representação política têm ganhado destaque no Brasil, sobretudo de 2016 para cá. São os mandatos coletivos – às vezes grafados no feminino, como nos casos estudados nesta pesquisa -, candidaturas coletivas que se elegem e apresentam um jeito inédito de compartilhar um cargo legislativo, seja nas câmaras ou nas assembleias legislativas. Junto aos mandatos coletivos, uma nova configuração política também se apresenta, a entrada de ativismos nas instituições políticas, como as dos feminismos e movimentos LGBTQIA+. Essa tese se debruça profundamente na interligação desses dois elementos: a atuação de mandatos coletivos feministas a partir de uma dimensão política solidária e o compartilhamento desta experiência nos espaços institucionais de poder. Com o objetivo de responder à pergunta (entre outras): a solidariedade pode ser o eixo fundamental que perpassa a distribuição do poder?, escolhi estudar os seguintes casos: Gabinetona (MG), Juntas (PE) e Mandata Ativista (SP) a partir das quais, investigo seus potenciais impactos nas casas legislativas com a presença de corporalidades que geralmente não se ascenderiam a esses lugares. A análise se fundamenta na teoria social feminista contemporânea em diálogo com algumas perspectivas epistemológicas das Ciências Sociais, predominantemente contemporâneas, a fim de relacionar categorias centrais como democracia, participação, representação, práxis feministas, solidariedade e conflito. A investigação, utilizando metodologia qualitativa, se desenvolveu a partir de procedimentos variados de campo - observação in loco da atuação das coparlamentares, acompanhamento de atividades nas plataformas *online* e entrevistas focalizadas com algumas das coparlamentares no período de 2019- 2021 - e análise documental e de matérias publicadas em sítios. As entrevistas presenciais (2019) e remotas (2021) foram gravadas e transcritas para posterior análise. Dentre as conclusões que o estudo permite, resalto que, embora conflitos sejam inevitáveis na convivência plural no âmbito das instituições políticas em seus formatos tradicionais, as mandatas coletivas constroem ferramentas concretas para produção e reinvenção de uma nova política. Utilizando ou não a palavra solidariedade, as coparlamentares enfatizam seus vínculos por apreço à justiça social, unidas por uma luta social comum.

Palavras-chave: representação política; mulheres; feminismos; democracia; justiça social.

## ABSTRACT

New political formats of political representation have gained prominence in Brazil, especially since 2016. They are the representatives – sometimes spelled feminine, as in the cases studied in this research –, collective candidacies that are elected and will present an unprecedented way of sharing a legislative position, either in the chambers or in the legislative assemblies. Along with collective political mandates, a new configuration also presents itself, the entry of activism into politics, such as feminisms and LGBTTTQIA+ movements. This is deeply focused on the interconnection of these two elements: the action of collective representatives from a solidary political dimension and the power to share this experience in the institutional spaces of feminists. In order to answer the question (among others): can solidarity be the fundamental axis that permeates the distribution of power?, I chose the following cases: Gabinetona (MG), Juntas (PE) and Mandata Ativista (SP) from of which, I investigate their potential impacts on legislative houses with the presence of corporeities that generally do not ascend to these places. The analysis is based on contemporary feminist social theory in dialogue with some epistemological perspectives of the Social Sciences, predominantly contemporary, in order to relate central categories such as democracy, participation, representation, feminist praxis, solidarity and conflict. The investigation, using qualitative methodology, was developed from various field procedures - observation in focus of the co-parliamentaries' activities, monitoring of activities on online platforms and focused interviews with some of the co-parliamentarians in the period 2019-2021 published on websites. The face-to-face (2019) and remote (2021) interviews were recorded and transcribed for later. Among the conclusions that the study allows, I emphasize that, although conflicts are inevitable in plural coexistence within the scope of political institutions in concrete reinvention for a reinvention of collective policies. Whether or not to use the word solidarity, the co-parliamentarians emphasize their bonds of appreciation for social justice, united by a common social struggle.

Keywords: political representation; women; feminisms; democracy; social justice.

## TABELA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> – Marielle Franco e Áurea Carolina .....	53
<b>Quadro 1</b> - Trabalhos acadêmicos, dissertações e teses sobre mandatos coletivos .....	57
<b>Figura 2</b> - Mapa das experiências de compartilhamento no Poder Legislativo .....	62
<b>Figura 3</b> - Integrantes do mandato coletivo de Alto Paraíso (GO), em 2016 .....	70
<b>Figura 4</b> - Evolução das candidaturas e mandatos coletivos e compartilhados nos ciclos eleitorais (1994-2018) .....	72
<b>Figura 5</b> - Coletivo Muitas, 2018 .....	81
<b>Figura 6</b> – Gabinetona em sua primeira formação .....	84
<b>Figura 7</b> – Juntas Codeputadas .....	86
<b>Figura 8</b> – Mandato coletivo como forma de <i>hackear</i> a política .....	88
<b>Figura 9</b> - “As Juntas”. Localizado no gabinete da <i>mandata</i> .....	89
<b>Figura 10</b> – Mandata Ativista formação 2018 .....	94
<b>Figura 11</b> - Solenidade de posse das candidaturas eleitas para deputado estadual na ALESP, 2018 .....	98
<b>Figura 12</b> - <i>A liberdade guiando o povo</i> , Eugene Delacroix (1789-1863) .....	105
<b>Figura 13</b> – Revolta Social no Chile (2019) .....	116
<b>Figura 14</b> – Feministas comemoram a legalização do aborto na Argentina (2020) .....	116
<b>Figura 15</b> – Análise de similitude do segundo grupo de trabalho de campo .....	151
<b>Figura 16</b> – “Somos mulheres pretas eleitas! ” .....	173
<b>Figura 17</b> – O futuro é feminista! .....	186

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>14</b>
<b>Uma perspectiva situacional</b> .....	<b>15</b>
<b>Percurso Metodológico</b> .....	<b>23</b>
<b>CAPÍTULO 1 – MULHER, PODER, POLÍTICA E FEMINISMOS</b> .....	<b>28</b>
1.1. A representação política de mulheres no Brasil .....	33
1.2. Por que, então, a sub-representação? .....	36
1.3. A divisão sexual do trabalho e a desconstituição de uma cidadania feminina .....	43
1.4. O conceito gênero como detonador da virada à direita conservadora .....	50
1.5. Semente: A representatividade de Marielle Franco .....	53
<b>CAPÍTULO 2 – OS MANDATOS COLETIVOS E SUAS CONFIGURAÇÕES NO BRASIL E NO MUNDO</b> .....	<b>56</b>
2.1. Os mandatos compartilhados e coletivos no mundo .....	60
2.2. Os mandatos compartilhados e coletivos no Brasil .....	65
<b>CAPÍTULO 3 – AS MANDATAS COLETIVAS: A PRESENÇA DE MULHERES COMO CARACTERÍSTICA CENTRAL DOS MANDATOS ELEITOS EM 2018</b> .....	<b>78</b>
3.1. Gabinetona, a primeira mandata coletiva .....	79
3.2. Juntas, a mandata coletiva de Pernambuco .....	84
3.2.1. Quem são as Juntas? .....	85
3.2.2. O começo e a ideia .....	86
3.2.3. Ocupação e o uso do espaço legislativo pela mandata .....	90
3.2.4. Plenária (um pequeno relato) .....	91
3.2.5. Plenarinho (um pequeno relato) .....	92
3.3. A Mandata Ativista de São Paulo: um coletivo majoritariamente feminino .....	93
<b>CAPÍTULO 4 – AS MANDATAS COLETIVAS E A DEMOCRACIA FEMINISTA COMO PROPOSTA DE RADICALIDADE DEMOCRÁTICA</b> .....	<b>104</b>
4.1. O Estado – o verdadeiro homem: debates sobre a despatriarcalização estatal .....	112
4.2. A pandemia em um contexto democrático enfraquecido .....	118
4.3. Justiça social enquanto atuação política .....	121
4.4. Mulheres liderando o enfrentamento a partir das redes? .....	123

<b>CAPÍTULO 5 – PERSPECTIVAS FEMINISTAS NAS MANDATAS COLETIVAS</b>	<b>126</b>
5.1. Feminismos e o ponto de vista adotado pelas coparlamentares	127
5.1.1. Trajetórias (perfis)	132
5.1.2. Experiência como categoria feminista	135
5.1.3. Quais feminismos?	137
5.1.4. Sentidos do comum ou de comunidade	139
5.1.5. Formação feminista	142
5.2. Interseccionalidade como metodologia e autoridade política	146
5.3. <i>Insights</i>	151
5.3.1. Direito à cidade como plataforma feminista	151
5.3.2. Democracia digital feminista?	154
5.3.3. Amor e luta	156
<b>CAPÍTULO 6 – SOLIDARIEDADE POLÍTICA NAS MANDATAS COLETIVAS: FICÇÃO OU INSTRUMENTO DE LUTA?</b>	<b>158</b>
6.1. Solidariedade: uma categoria frágil?	159
6.1.1. Definindo solidariedade	160
6.1.2. Atuando solidariedade	162
6.2. O conflito: uma pá de cal nas mandatas coletivas?	164
6.3. Feminismos em disputa	172
6.4. Ataque institucional aos feminismos	177
6.5. Confrontando a política patriarcal – violências, adoecimentos e resistências	179
6.6. Pedagogias feministas por uma outra política	182
6.7. Afinal, as mandatas coletivas feministas produzem solidariedade política?	183
<b>QUAL É A TESE?</b>	<b>187</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>193</b>
<b>APÊNDICE A</b>	<b>209</b>

## *Filhos da época*

Somos filhos da época  
e a época é política.

Todas as tuas, nossas, vossas coisas  
diurnas e noturnas,  
são coisas políticas.

Querendo ou não querendo,  
teus genes têm um passado político,  
tua pele, um matiz político,  
teus olhos, um aspecto político.

O que você diz tem ressonância,  
o que silencia tem um eco  
de um jeito ou de outro político.

Até caminhando e cantando a canção  
você dá passos políticos  
sobre um solo político.

Versos apolíticos também são políticos,  
e no alto a lua ilumina  
com um brilho já pouco lunar.  
Ser ou não ser, eis a questão.  
Qual questão, me dirão.  
Uma questão política.

Não precisa nem mesmo ser gente  
para ter significado político.  
Basta ser petróleo bruto,  
ração concentrada ou matéria reciclável.  
Ou mesa de conferência cuja forma  
se discuta por meses a fio:  
deve-se arbitrar sobre a vida e a morte  
numa mesa redonda ou quadrada.

Enquanto isso matavam-se os homens,  
morriam os animais,  
ardiam as casas,  
ficavam ermos os campos,  
como em épocas passadas  
e menos políticas.

**Wisława Szymborska**

## INTRODUÇÃO

Essa tese trata de mandatos coletivos, mais especificamente sobre três casos: Gabinetona (MG), Juntas (PE) e Mandata Ativista (SP), candidaturas eleitas em 2016 e 2018 e movimentos políticos circunscritos em uma modalidade coletiva que vem desafiando os limites do sistema político brasileiro. Esses são exemplos de candidaturas que chamam a atenção do eleitorado e que surgem a partir de 2016, ampliando “a participação, a diversidade e a transparência no exercício de cargos legislativos e realizando compromissos em torno de candidaturas compartilhadas, no sentido de “elegeu um/a, elegeu vários/as” (CAMPOS, 2021, p. 3).

A respeito dos casos selecionados, as mandatas coletivas, além de serem iniciativas com propostas de inovação democrática partindo de mulheres que geralmente não teriam acesso a cargos legislativos, inserem em suas narrativas e atuações identificações com os feminismos e a institucionalização de ativismos oriundos de movimentos populares.<sup>1</sup> Sendo assim, identifico os grupos políticos que este trabalho se esforçará em analisar, a partir da formação de coletividades feministas dentro de um cenário institucionalizado e de sub-representação política feminina. Articulado com as noções de participação política, democracia e justiça social, o trabalho se propõe a averiguar as contribuições feministas na formação de sujeitas políticas pertencentes a mandatos coletivos, bem como a integração desses feminismos à institucionalização, principalmente através das perspectivas e narrativas das mulheres sobre suas próprias atuações e as de outras mulheres que compartilham dos mesmos espaços políticos. Dessa forma, cortejo a teoria social feminista, sobretudo a mais contemporânea, e o discurso de mulheres políticas visando os aspectos constituintes da prática feminista a partir da noção de solidariedade/sororidade<sup>2</sup> e quais são os critérios que essa irmandade requer.

A democracia representativa pode ser questionada, quando ela não consegue reconhecer que ter mais mulheres na política não é o suficiente quando as estruturas sociais não são questionadas. Esse é um dos debates recentes que os feminismos contemporâneos vêm levantando para contribuir nas reflexões acerca dos limites de um sistema representativo que

---

<sup>1</sup> Não é novidade a integração de ativismos dentro das instituições. Contudo, o que chamo de novo aqui é a retomada desse quadro a partir de mulheres advindas de movimentos sociais feministas.

<sup>2</sup> Destaco que este trabalho se preocupará com a distinção dos dois conceitos. A ideia de sororidade remete que devemos lutar por uma opressão comum, noção evocada pelas mulheres burguesas brancas, que segundo bell hooks (2019, p. 80) “ofuscou e desmistificou a verdadeira natureza, complexa e multiforme, da realidade social da mulher.” O conceito de solidariedade política, convoca que nossa irmandade seja a de um vínculo que se propõe à luta antirracista e classista.

também não discute a exclusão de mulheres negras, trans, indígenas, lésbicas, entre outras, e não produz esforços para acrescentar integrantes de grupos subalternos. Diferentemente dos anos 1980, onde os discursos feministas pareciam também dar invisibilidade às questões estruturais como reconhecer como necessária a melhor divisão do trabalho doméstico, sem colocar em questão a privatização do cuidado, ou como exigir ter mais mulheres chefiando empresas, sem desafiar o capitalismo. (MIGUEL; BIROLI, 2014)

### **Uma perspectiva situacional**

Antes que eu discorra empiricamente sobre o que essa tese enseja, considere importante oferecer a você leitora ou leitor, uma apresentação mais pessoal que de certa forma organizou os acontecimentos para que eu estivesse aqui, estudando e apresentando um desdobramento da representação política feminina e feminista. Minha situacionalidade importa, porque ela se costura com uma dimensão afetiva da análise, com as experiências vivenciadas até aqui, além de refletir sobre um período de vida que me moldou enquanto pesquisadora feminista.

Desde muito pequena, observando minha família e o ambiente privado da vida, sempre percebi que a maioria dos homens era quem tinha acesso ao circuito monetário, às possibilidades de renda mensal mais alta, à cargos de chefia ou de maior prestígio. Embora socializada numa cultura marcada pelo sexismo, eu não me enquadrava nos papéis tradicionalmente “femininos”. Me membro de muito pequena já questionar meus estranhamentos em relação aos comportamentos performados entre os sexos. No entanto, é fato que eu sempre olhei as mulheres atuando sob uma noção de poder que se refletia muito no espaço doméstico, e quase nada no espaço público, embora minha avó tivesse sido diretora de uma escola pública por muitos anos.

Depois do encontro inevitável com as Ciências Sociais e com os estudos de gênero, me rendi às pesquisas que se concentravam na investigação da sub-representação política de mulheres. Durante os anos dedicados a identificar os fatores que excluía as mulheres dos partidos políticos em Goiás, diagnostiquei o aspecto mais fundamental que pude perceber em anos de pesquisa sobre a mulher e a política, além de ter acompanhado minhas tias, que ousadamente buscaram ocupar esses espaços da política formal: é preciso aprender a estar na política!

Esse é um ponto de destaque na minha historicidade. Me envolvi com campanhas políticas de mulheres da minha família, no intuito de provocar nosso contato com o poder, aquele que evocava quando mais jovem. Duas irmãs de meu pai disputaram em diferentes

situações, cargos à deputada estadual e à vereadora, uma em Goiânia e a outra em Cavalcante, interior de Goiás e eu me coloquei como “agente das campanhas” nas duas, produzindo textos, conteúdo, estratégias, de um modo mais idealizado e sem preceder de dominações estratégicas que de fato as elegesse. Mesmo sem sucesso, alguns aprendizados analisados depois da releitura de pequenos relatos etnográficos se destacam: toda a articulação política dentro dos partidos e o dinheiro que dela decorre ainda está sob o domínio e negociata de homens. Outro ponto que presenciei bastante: as esposas dos candidatos entram no jogo eleitoral para conquistar os votos de mulheres. Elas criam material publicitário com o discurso de que seus maridos representarão as mulheres no legislativo. Apesar de minhas tias não terem sido eleitas, e muito menos estarem vinculadas a programas programáticos mais progressistas, sinto uma honra enorme por ter participado com elas dessas experiências.

Contudo, minha concepção política se estrutura e se emenda nessa implicação pessoal de se estar mais perto de mulheres, quando me aproximo de fato da teoria social feminista e enfim, consigo vinculá-las às minhas produções de conhecimento. Isso se deu de maneira mais intensa, quando fui aluna especial da disciplina *Teoria social feminista: abordagens contemporâneas*, ofertada pela professora Eliane Gonçalves, em 2016,

Sendo assim, há quatro anos eu definia meu objeto de pesquisa em meio a uma busca que rodeava a intenção de estudar grupos, movimentos e/ou sujeitos que produzissem ou investissem em práticas solidárias, o que na verdade foi estimulado pela epistemologia feminista que muito abrange a noção da *sisterhood* ou sororidade. Tratava-se de um desejo de se investigar fundamentalmente mulheres que pudessem ser solidárias umas com as outras, dentro de um espaço institucional político, através da relevância do feminismo em suas práticas políticas. A definição aconteceu quando descobri a experiência da Gabineteona, a partir de uma indicação generosa da professora Marcela Amaral, um mandato coletivo de Minas Gerais, coletivo composto só de mulheres e que se dispõe a compartilhar o poder a partir de um gabinete em que as sujeitas que não conseguiram se eleger, atuam também em ‘covereância’ com as que se elegendem.

Confesso que estudar um objeto em movimento contínuo, e em um contexto pandêmico, foi desafiador, me colocando a frente de uma espécie de sociologia do presente, onde eu precisei apresentar a construção histórica dos grupos através do tempo, “no qual o presente configura-se sempre como um lugar de problematização”. (CARDOSO, 2001, p. 9). No entanto, desvendar esse novo formato político e sua forma de atuar nos campos do legislativo e para além dele, é o que vem me motivando a pesquisar a partir de uma metodologia feminista que me situa na política o tempo todo.

Quanto à tantas experiências, trago mais um exemplo bem específico, o das mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Antes da pandemia explodir, tive a oportunidade de ministrar uma oficina para um grupo de trinta mulheres do movimento, que se interessaram pelo tema “Política é coisa de mulher?”. A oficina me deu a oportunidade de captar as dimensões sobre o que é fazer política nesse mundo permeado por discursos que identificam tanto injustiças na divisão do trabalho na ‘roça’ quanto na forma de serem reconhecidas enquanto protagonistas no movimento. Essas mulheres abordaram suas participações políticas desde a criação do MST, até suas capacidades de organizar acampamentos e assentamentos, na organicidade das associações e cooperativas, e que segundo as narrativas do encontro, as colocaram num lugar de capacidade de enfrentar o grande capital como sujeitas políticas. Apesar disso, são sujeitas políticas que não se identificam como feministas, mas que me demonstraram que poder também se sustenta no espaço privado e nas formas de organicidade da vida.

Portanto, esse texto reflete alguns aspectos pessoais que me alocaram no tempo presente deste trabalho, onde exploro uma metodologia feminista que se motiva nas experiências para a construção da tomada de consciência sobre si, a formação de vínculos e a construção de estratégias de ação política. (DIAS; PINTO; GONÇALVES, 2021). Aqui a memória me interpela a um lugar situado de estudos, campo, experiências que definiram a chegada até aqui e que se inter-relacionam com as propostas e experiências das mulheres que decido estudar e que apresento a seguir. Portanto, minha perspectiva parcial é fundamental para que eu obtenha o máximo possível de objetividade científica. (HARAWAY, 1995)

*Pra gente ter um sistema político inclusivo, generoso de direitos para todo o mundo, a gente precisa evocar o lema feminista que eu sempre evoco: “o pessoal é político!”. Esse ‘pessoal’ em que damos passagem para outra ou nós passamos com a outra ou nós generosamente reconhecemos quando é momento de não passar. Quebrar privilégios é isso. Quando a gente diz que as trans vão na frente, as indígenas vão na frente, os quilombolas vão na frente, as periféricas vão na frente, é porque tem que ficar gente na retaguarda, com seus privilégios, dando condições para as outras irem.*  
(Áurea Carolina)<sup>3</sup>

A fala acima é uma das inúmeras falas públicas de uma figura política brasileira que tem se destacado nos últimos anos no Brasil justamente por propor uma nova forma de fazer política via institucionalidade de um mandato. Essa é Áurea Carolina, mulher da política, que

---

<sup>3</sup> Fala da deputada federal em um evento que foi disponibilizado em sua página na rede social *Facebook*. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=786742098812350>. Acesso em: 7 ago. 2021.

encabeçou um dos movimentos mais recentes que influenciaram o cálculo do poder – termo usado por Paul Preciado<sup>4</sup> e que institui a coletividade como centro da inovação na política institucional.

Áurea, que hoje é deputada federal, é partícipe de um movimento que teve início com uma candidatura coletiva em 2016, as Muitas, e desde então vem desenvolvendo uma nova perspectiva para fazer política frente aos parlamentos que já ocupou. Essa experiência que se desenvolveu deu origem a um mandato compartilhado, a Gabinetona (MG), um dos primeiros do seu tipo no Brasil, e que será enredo deste trabalho, juntamente com mais dois casos: Juntas (PE) e Mandata Ativista (SP), que, em princípio, tem como força motriz a construção de uma política verdadeiramente coletiva, de ganho para todas e de promessa de alguma transformação institucional.

O slogan “o pessoal é político”, evocado por Áurea, se desenvolveu no movimento feminista a partir da década de 1960, contribuindo “para a redefinição das fronteiras da política, indicando a profunda imbricação entre o pessoal e o social, o público e o privado” (BIROLI; MIGUEL, 2014, p. 28). Entretanto, essa noção primordial para o movimento ganhou novas dimensões com o tempo, principalmente com os ativismos e feminismos contemporâneos, e, por isso, é fundamental que eu aponte uma releitura a partir de sua historicidade. Desse modo, esse trabalho será conduzido pela ânsia em conhecer as particularidades desses grupos tão circunscritos pelos feminismos, o que o configura como um estudo não só sobre representação política, mas, sobretudo, sobre feminismos e sua atuação na política institucional.

Quanto ao slogan, ele se popularizou nas diversas correntes feministas. “O pessoal é político” emergiu como uma forma de dar significado político às experiências pessoais das mulheres, e, segundo Luis Felipe Miguel (2014), Simone de Beauvoir contribui fortemente com a imbricação do pessoal e o social, o público e o privado, através do clássico *O segundo sexo* (1970). No entanto, alguns debates iniciais se comprometeram com o “pensamento maternal” e uma ética do cuidado, demarcando um feminismo politicamente mais conservador (MIGUEL; BIROLI, 2013). Esse é o caso do debate promovido pela filósofa estadunidense Jean Bethke Elshtain, que confronta Simone ao dizer que ela despe as identidades femininas. “A civilização, Simone de Beauvoir declara ser masculina, e os homens, suas partes essenciais; as mulheres, o outro lado da moeda, encontram-se fora da civilização e não são essenciais” (ELSHTAIN, 2013, p. 129). A autora foi importante por expor as relações do mundo privado com o gênero, mas acabou convergindo seus ideais feministas com os de outra filósofa americana, Carol Gilligan

---

<sup>4</sup> A referência se encontra no texto “*Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”*”, 2011.

(1982). Ao propor noções de reconstrução entre público e privado, esse pensamento levou a uma análise que privilegia a identidade das mulheres como mães e o domínio privado da família. Assim,

a vivência das mulheres na esfera privada é vista por ela como a base para a reconstrução da política. A partir da perspectiva das mulheres, e sobretudo das mulheres enquanto mães, a experiência social poderia ser, segundo Elshtain, reescrita. (MIGUEL; BIROLI, 2013, p. 45).

Foi Eleni Varikas (2013) quem se contrapôs, de perto, ao pensamento maternalista feminista. A compreensão de que “o pessoal é político” foi resignificada, sendo discutida a partir da correlação entre a liberdade política e a redefinição da liberdade privada. “A obra de Varikas é dedicada à revisão do pensamento moderno de uma perspectiva feminista, a contribuições para a teoria e a epistemologia feministas e, mais recentemente, aos estudos pós-coloniais” (MIGUEL; BIROLI, 2013, p. 45). Seu contraponto é fundamental porque relaciona a afirmação “o pessoal é político”, no sentido do pensamento maternal, à uma insistência em um discurso da “dominação de sexo como produto de relações sistemáticas de poder, do que se interrogar sobre a conexão entre estas relações de poder e o poder político” (VARIKAS, 2013, p. 181) – abordagem que, segundo a autora, buscou privatizar ou personalizar o político. A posição de reduzir as mulheres às funções da maternidade e do cuidado foi amplamente criticada por diversas correntes feministas dos anos 1960 e 1970, de modo que o debate entre a diferenciação entre público e privado começou a ressoar através de novas interpretações, sobretudo quando pensadas a partir dos ativismos dos feminismos contemporâneos.

Mas há que se constatar e que se concluir que, definitivamente, as dimensões dos marcadores de diferenças sociais no Brasil de hoje já estão ativamente politizadas. Ou seja: “o pessoal é político” – gênero, raça/etnia, sexualidade, geração (entre outros marcadores de diferenças sociais), no mínimo, já estão fortemente politizados na cena pública e política brasileira. E também já podemos perceber que há reações contra esses avanços. Parece-me urgente que, também a ciência política brasileira possa agir nesse novo cenário (como já o fez em outros momentos). Mas espero, desta vez, não para reforçar conservadorismos (porque naturaliza, silencia e invisibiliza, novamente) mas, quem sabe, finalmente, para radicalizar esforços na direção e no reforço da dinâmica de destradicionalização que já está em curso em nossas sociedades, colaborando ativamente no escopo do enquadramento de nossas instituições políticas e sociais e também no âmbito da nossa cultura para usar categorias desestabilizadoras desse conservadorismo: despatriarcalizar, desracializar, desheteronormatizar continuamente a sociedade, a cultura, as experiências pessoais e o Estado. (MATOS, 2014, p. 25).

Nesse sentido, as políticas dos feminismos<sup>5</sup> vêm atribuindo novos sentidos às formas de sentir e fazer política, e isso pôde ser refletido em várias manifestações recentes que buscam tensionar uma conjuntura que se estabeleceu a partir de narrativas contrárias, sobretudo, ao gênero e às políticas feministas. O contexto ao qual me refiro diz respeito a uma nova configuração política que emergiu nos últimos anos, proliferando uma narrativa exaustiva a favor da família tradicional e do conservadorismo, acompanhada por uma estrutura política baseada, economicamente, em pressupostos neoliberais. Foi assim que, em 2018, e até antes disso, as mobilizações feministas se colocaram nas ruas e nas marchas políticas, como foi o caso do movimento #EleNão,<sup>6</sup> para confrontar esse modelo político tão devastador aos direitos civis de brasileiras.

Ao passo que a conjuntura política se configura com a eleição de governos de extrema-direita pelo mundo, as formas de ver/sentir e fazer política vem sendo marcadas por diferentes eventos que costuraram a história política do Brasil e do mundo nos últimos tempos. Neoliberalismo, *impeachment*, avanço da ultradireita, crises nas várias democracias, eventos antes e pós-2013, demonstram como a esfera pública vem se tornando cada vez mais complexa. (APPADURAI, 2017; PINHEIRO-MACHADO; SCALCO, 2018)

As antropólogas Rosana Pinheiro-Machado e Lucia Mury Scalco, por exemplo, realizaram uma etnografia sobre consumo e política entre jovens de uma periferia de Porto Alegre e observaram as transformações que o desenvolvimento nacional provocou nas subjetividades desses grupos. Segundo as pesquisadoras, todas as questões sociais e políticas afetaram “não só as condições materiais de existência, mas igualmente o *self* individual, a capacidade de aspirar e as formas de fazer política e compreender o mundo.” (PINHEIRO-MACHADO, SCALCO, 2018, p. 55). Por isso, a etnografia analisou como a revolta, produzida pelo estancamento do consumo, foi capaz de moldar as subjetividades de jovens homens, abarcando algumas razões para que se compreendesse a aproximação desses jovens à figura de Jair Bolsonaro, traçando sutilmente um caminho da esperança ao ódio. Esses substantivos foram usados pelas autoras para moldar através da linguagem o seguinte panorama: a esperança, proporcionada pelos governos petistas com a abertura de crédito e aumento e possibilidade de consumo, e ódio, por defenderem uma agenda conservadora moral, bem como o punitivismo no combate à violência e à corrupção. (PINHEIRO-MACHADO, SCALCO, 2018, p. 56).

---

<sup>5</sup> No plural, porque na tese sempre serão respeitadas as diversas correntes e vertentes com as quais a teoria social feminista dialoga.

<sup>6</sup> A manifestação #EleNão, em repúdio ao candidato a presidente Jair Bolsonaro, se espalhou por cidades brasileiras nas vésperas da eleição de 2018.

No entanto, outras mobilizações (re)ssurgiram nesse intervalo, além dos modelos hegemônicos de masculinidade que se perpetuam na sociedade. Coletivos negros, LGBTQIA+<sup>7</sup> e feministas, marcados pela lógica autonomista de descentralização e horizontalidade, explodiram em vários espaços do país. Também ligado à cultura, o surgimento de tecnologias associadas ao compartilhamento de consumo, à troca de experiências, à consciência coletiva e aos princípios de solidariedade vem permitindo a emergência de projetos que visam a coletividade. A partir desse contexto, algumas autoras irão falar de uma quarta onda feminista, marcada pela apropriação das mídias digitais e uma consciência que emerge nessa relação com as redes sociais e os debates que se desenvolveram ali, imprimindo uma nova dimensão às lutas feministas, com novos grupos coletivos organizados, como a militância estudantil de adolescentes secundaristas (MARTINEZ, 2021). De todo modo, os novos feminismos vêm, antes de tudo, questionar a estabilização da categoria universal mulher, embora haja argumentos que comprovem uma subordinação feminina universal.

Em um Estado que se torna, cada vez mais, expressamente antifeminista, os feminismos e suas narrativas parecem transbordar as organizações de rua a fim de inserirem suas marchas políticas em espaços mais institucionalizados. É nesse cenário que surgem os mandatos coletivos, ou mandatos compartilhados, uma espécie de cooperativa entre cidadãos e cidadãs, que se unem em torno e na defesa de um mesmo ideal, buscando uma vaga no legislativo ou na câmara. Se eleitos, defendem e compartilham o mandato, configurando o abandono da personalização, em troca da tomada de decisões em conjunto. Entre estes, destacam-se três que se organizam abertamente em torno de uma identidade feminista: a Gabinetona, de Belo Horizonte; as Juntas, de Recife; e a Mandata Ativista, de São Paulo – todos mandatos coletivos que ocupam/ocuparam cargos nas esferas legislativas brasileiras.

No âmbito da política, muito se indaga em torno da formação e atuação desses novos movimentos políticos: Quem são essas mulheres e por quais experiências foram atravessadas? Como elas influenciam as estruturas políticas? O quanto atribuímos ao feminismo o surgimento desse novo modelo de representação? O que de inovação esses movimentos podem trazer? A solidariedade pode ser o eixo fundamental que perpassa a distribuição do poder? As questões-problemas me levam a refletir, de modo geral, sobre alguma capacidade de a solidariedade ampliar a força política de mulheres na democracia convencional e sobre a possibilidade de

---

<sup>7</sup> A sigla usada durante a tese será essa em vista da última conformação nacional do movimento, que se expandiu acompanhando mudanças na estratégia política e na mobilização de novas categorias. Sigla para Lésbicas, Gays, Travestis, Transsexuais, Transgêneros, Queer, Interssexo, Assexuais + (o + existe para os segmentos que não se veem representados pelas letras existentes e que queiram inserir a sua letra à sigla) (COSTA, 2020).

modificar, de alguma forma, as estruturas envelhecidas e anacrônicas dos espaços políticos institucionalizados.

O que justifica essa empreitada analítica tem a ver com o fato de os estudos feministas que se aproximam de um campo científico sobre a institucionalização dos ativismos e de um feminismo estatal ainda possuírem pouca visibilidade. Os estudos de gênero certamente precisam discutir por quais sentidos e meios a institucionalização do poder feminino poderá alterar alguma dinâmica social, uma vez que, para a teoria política feminista, o fato de ser discutido remete fortemente à institucionalização do poder masculino: “a decisão sobre leis e políticas que afetam diretamente as mulheres é feita no Brasil, ainda hoje e como foi ao longo de toda a nossa história, por homens” (BIROLI; MIGUEL, 2014, p. 13).

De todo modo, a seleção dos três casos se deu porque os três mandatos coletivos eleitos no Brasil em 2016/2018, ou os que continuam em atuação, são formados por mulheres, e são esses os meus espaços de pesquisa. A escolha se justifica também porque a maioria das sujeitas reivindicam esse título para o grupo, além de se autointitularem enquanto mandatas. A primeira, a Gabinetona, funciona diferentemente das outras duas mandatas, pois elas se estabelecem como candidatas únicas/solas e só depois compõem gabinetes de atuação de agenda coletiva. No caso das outras duas experiências sobre as quais também se dedica esta pesquisa, a Mandata Ativista de São Paulo e as Juntas de Pernambuco, a configuração é outra: elas também compartilham a candidatura, embora somente uma pessoa represente legalmente o cargo. Os mandatos coletivos ainda não foram regulamentados, e, por isso, ainda não há forma de assegurar direitos jurídicos àquelas que não se responsabilizam legalmente pela mandata, o que me levou a acreditar e a apostar na hipótese de que seu funcionamento se estabelece pelo princípio da confiança, um acordo que pressupõe a solidariedade como instrumento para legislar conjuntamente, abrindo espaço e agenda para que todos os ativismos ou pautas entrem na plataforma política da mandata.

Assim, busco contribuir com a Sociologia e suas reflexões sobre as produções de conhecimento que privilegiam as narrativas contadas por mulheres, a partir de suas perspectivas frente às suas próprias histórias/experiências políticas, além de oferecer, também, análises sobre esses novos formatos políticos. Há dois estudos que, seguramente, me apoiam na produção dessas análises. O primeiro diz respeito à tese produzida no mesmo espaço de tempo que essa, e que trata também dos mandatos coletivos feministas do ponto de vista da Ciência Política; o segundo aborda o impacto da presença do feminismo no Estado brasileiro. Os estudos são das pesquisadoras Barbara Lopes Campos e Beatriz Rodrigues Sanchez, respectivamente.

Entendo que a ausência feminina na política contribui para manter as condições do seu próprio afastamento, perpetuando um ciclo de poder. A ocupação de cargos de poder, tal como é, situa-se em um espaço que oferece pouca abertura para a presença feminina, mas também pouca disposição em dividir esse poder com quaisquer outros grupos. A baixa presença de mulheres nos cargos de decisão política é preocupante, pois se percebe a falta de incentivo ao treinamento e à socialização política delas, com muitas dificuldades impostas. Nessa perspectiva, este estudo contou, acima de tudo, com estudos embasados nas perspectivas da teoria social feminista contemporânea e de autoras e autores das Ciências Sociais que dialogam com as categorias aqui trabalhadas.

### **Percursos metodológicos**

A perspectiva metodológica aplicada à pesquisa foi a qualitativa e os procedimentos de campo aplicados para a realização deste estudo foram: observação in loco de atividades parlamentares em Recife e São Paulo no ano de 2019; acompanhamento de atividades online durante todo os quatro anos de pesquisa; entrevistas focalizadas presenciais e remotas com coparlamentares em 2019 e 2021; análise documental e de matérias publicadas em sítios de cada mandata coletiva e redes sociais digitais de mulheres que compõem as mandatas; e por fim, análise temática das entrevistas. Nesse sentido, a metodologia feminista me implica no trabalho, ao pretender conhecer tal realidade social a partir de questionamentos quanto às relações de poder do saber científico, confrontando a suposta neutralidade de certos campos científicos, ao passo que me conecta aos significados do objeto de estudo, a partir de uma investigação comprometida perante as mulheres, suas experiências e como vivem em relações de gênero injustas (RAMAZANOGLU; HOLLAND, 2002).

Os primeiros passos que dei em direção às mandatas coletivas deu-se a partir do conhecimento da existência dessas experiências em 2017, quando ainda me preocupava com a definição de um objeto de pesquisa que me transpusesse à uma organização política marcada pelos feminismos e mais especificamente pela noção de solidariedade política. A partir daí o campo da internet se mostrou o primeiro espaço de pesquisa e observação, muito ancorado nos conteúdos e divulgações disponíveis nos sites e nas redes sociais das mandatas e de cada mulher que ali detinha seu vínculo político. Todos os procedimentos metodológicos convergiram no esforço de compreensão e análise da convivência dessas mulheres políticas, como elas participam de seus coletivos e como estão lidando com os feminismos nesse campo político. Para isso, a pesquisa foi dividida em dois momentos: o primeiro teve como finalidade a

aproximação física das dinâmicas em que estavam inseridas as mandatas; e o segundo foi voltado ao aprofundamento das percepções em torno de suas próprias atuações, a partir das narrativas obtidas pelas entrevistas semiestruturadas. Isso aconteceu em dois momentos diferentes: um no início da experiência, em 2018; e outro já quase no final da legislatura, em 2021. Antes de me colocar nesses campos, a pesquisa já acontecia pelo estudo e acompanhamento de documentos e publicações nas mídias digitais utilizadas pelos coletivos (*Facebook, Instagram e Youtube*). A distância temporal entre os dois momentos foi fundamental para que eu pudesse processar as percepções que se modificaram nesse percurso.

Em 2019, com poucos meses de experimentação do formato, visitei os gabinetes das Juntas, em Recife, e da Mandata Ativista, em São Paulo. Esse campo se fundamentou pela observação participante, onde eu pude conhecer os espaços físicos compartilhados, acompanhar algumas atividades e sessões plenárias. Além disso, algumas codeputadas me cederam entrevistas, cujos roteiros eu havia formulado de forma ainda muito despretensiosa, sem compreender, naquele momento, os aspectos que seriam atendidos, prioritariamente, pelo estudo. Nesse tempo, duas codeputadas das Juntas, Carol Vergolino e Kátia Cunha, me receberam e me cederam uma hora de conversa no gabinete. Além disso, durante dois dias eu acompanhei sessões de plenária e algumas reuniões na Comissão de Direitos Humanos, que era presidida pelas Juntas. Em São Paulo, ainda em 2019, fui recebida pelos codeputados Raquel Marques e Jesus dos Santos, que responderam o mesmo roteiro de perguntas que as mulheres de Recife e ainda me apresentaram os gabinetes e a ALESP. De início, o que foi abordado nessas entrevistas teve a ver com questões sobre compartilhamento de poder, divisões de agendas, funções e salários, funcionamento, até ali, do coletivo, e o impacto de suas presenças em espaços legislativos pouco acostumados com feministas e com um formato político tão inédito.

Até que eu pudesse realizar e definir um segundo campo, a pesquisa se concentrou, sobretudo no período da pandemia de Covid-19, em acompanhar os conteúdos e discussões disponibilizados pelas redes digitais do coletivo e em observar como se organizavam e se relacionavam as mulheres pertencentes ao grupo nessa arena tão específica de participação política. No período final, selecionei as titulares de cada caso, além das três covereadoras que representam legalmente a Gabinetona, totalizando cinco entrevistas, que foram preponderantes nas análises sobre o incremento da solidariedade como instrumento de resistência, ou não. O roteiro de perguntas foi elaborado em quatro partes, a partir dos seguintes pontos: 1) trajetórias pessoais e formações feministas; 2) experiências enquanto coparlamentares e descolamentos dos ativismos para a institucionalização das lutas; 3) identidades feministas; e 4) noções em

torno do tema da solidariedade política e/ou sororidade, tema tão caro aos movimentos feministas. Todas as entrevistas foram realizadas em formato remoto, através da plataforma de reuniões virtuais *Google Meet*, e as participantes aceitaram ter sua fala gravada, assim como autorizaram que seus nomes fossem publicados e vinculados às suas opiniões ao longo da tese. Fui bem recebida em todas os campos e por todas as sujeitas que me atravessaram nesse período, o que me fez fortalecer ainda mais um vínculo de respeito e cuidado com o estudo, tomando os devidos cuidados para não idealizar as mandatas coletivas, e tendo atenção máxima aos dados obtidos a partir de narrativas tão ricas.

Em síntese, os objetivos deste trabalho são: analisar, a partir desses movimentos, as dimensões que a participação coletiva vem alcançando nos espaços políticos; avaliar, a partir das narrativas, as atribuições definidas e o funcionamento do coletivo e dos feminismos na institucionalidade; investigar como as subjetividades se sobrepõem nesse exercício político; e, por fim, considerar, a partir das narrativas e das observações de algumas atividades, o potencial influenciador dos feminismos, e, portanto, da solidariedade, na produção dessas trajetórias e movimentos.

Entendo que não se trata, aqui, de impor uma solidariedade aos grupos de mulheres políticas, uma vez que não é um coletivo homogêneo, mas de construir autonomias políticas – noção que pode ser um caminho para um projeto político de resistência e possibilidade de ocupação de mulheres.

Contudo, o questionamento que ronda as cabeças investigadoras é: quais instrumentos devem ser utilizados para diminuir as desigualdades nas esferas políticas? Admito, neste trabalho, que a ação política da solidariedade pode direcionar a resposta e a prática política, mas os caminhos ainda precisam ser percorridos para compreender como essas mulheres estão se mobilizando no campo político, e como elas se solidarizam ou não umas com as outras no compartilhamento do poder.

Para cumprir o objetivo central, que é o de analisar a formação de mandatos coletivos femininos no Brasil, as trajetórias e perfis dessas mulheres, e a atuação política delas no coletivo a partir do contexto da solidariedade, esta pesquisa dialoga, teórica e metodologicamente, com as teorias feministas pós-estruturalistas, os estudos pós-coloniais e os estudos que mobilizam a categoria gênero.

No que concerne a produção de conhecimento e os ativismos, os discursos feministas conquistaram mais espaço nas últimas décadas e reverberaram sobre as diferenças e as injustiças, sobretudo a partir das vozes e da atuação de mulheres que buscam igualdade e uma organização mais justa nas instituições políticas e sociais. Em certo sentido, a perspectiva

feminista vem existindo há décadas, colocando em debate e em ordem de luta as desigualdades que reduzem a vida de mulheres ao mundo privado e à vulnerabilidade, além de assumir, em suas teorias e práticas, a capacidade de produzir reflexão e de transformar as agendas políticas, pressionando os limites da ordem estabelecida.

Com base no acima exposto, esta tese divide-se em seis capítulos, e cada um se conecta ao outro em uma crescente que vai do macro ao micro, isto é, das relações das mulheres com o poder na sociedade, passando pela atuação irrefutável dos feminismos na consolidação de suas trajetórias, até o impacto da atuação feminista que desafia uma arena política muito específica: os parlamentos.

O primeiro capítulo tem a função de apresentar alguns enfoques teóricos que relacionam a mulher e os feminismos às relações de poder diversas, a partir das justificativas sociológicas que sublinham os fatores que distanciam e oferecem tão pouca visibilidade ao feminino na política. A sub-representação política de mulheres é denunciada ao apontar as discrepâncias democráticas e as saídas espinhosas que o sistema político impõe para afastar mulheres de seus quadros institucionais. No entanto, em um determinado ponto do capítulo, apresento a opinião de Silvia Federici, que, junto com algumas outras feministas marxistas, não valida a institucionalização das lutas como saída para o estancamento das desigualdades e opressões causadas pelo modelo de sociedade patriarcal e capitalista. Em diálogo com o exposto, trabalho com as importâncias reveladas pela pesquisadora Beatriz Rodrigues Sanchez (2021) a partir da entrada de reivindicações feministas nos parlamentos, e os avanços ordenados por essas pautas e pela consolidação de um feminismo estatal. Neste capítulo também examino como a violência política de gênero se insere nos espaços já tão atormentados pela misoginia, e como a figura política de uma vereadora negra assassinada, a de Marielle Franco, inspirou os diversos grupos coletivos a continuarem confrontando o modelo político vigente.

O segundo capítulo se esforça em apresentar as concepções sobre os mandatos compartilhados e coletivos, seus conceitos, classificações e diferenças, e tem centralidade nas pesquisas do professor responsável pela RAPS, Leonardo Secchi, e na pesquisa de Bárbara Lopes Campos. Já o terceiro capítulo remonta ao meu primeiro campo e traz os relatos analisados a partir daí. Além disso, apresento os três grupos sobre os quais incide minha análise, apontando algumas pistas do funcionamento das mandatas, que, naquela época, tinham apenas três meses de experiência. Todas as entrevistas que foram concedidas a mim são destacadas no texto em itálico.

O quarto capítulo aborda uma discussão que autoras feministas levantam a respeito da democracia como um projeto político radical para desestabilizar o Estado patriarcal e suas

variadas formas de opressão institucional. A pandemia também é apresentada pelo olhar feminista e pelos vários rompimentos democráticos que o contexto social derivado dessa realidade revelou quanto ao aguçamento das opressões sociais. Está presente nessa discussão ainda o modo como autoras feministas associam as noções de justiça social com a necessidade de atuação política em sua defesa.

Por fim, os capítulos cinco e seis fazem referência às falas trazidas em entrevistas realizadas com as cinco mulheres vinculadas às mandatas, relacionando-as com as suas perspectivas feministas, suas experiências, suas noções sobre comunidade e seus anseios em torno da atuação coletiva, além de suas compreensões a respeito da solidariedade política e se ela atravessaria ou não suas práticas políticas.

Por se tratar de três casos de coletivos feministas, assumo, a partir de agora, depois de uma mínima apresentação sobre o tema, o termo mandatas coletivas. O termo compreende o aspecto dos feminismos e o caráter desses grupos, dizendo respeito a um contingente de mulheres que intitulam suas experiências, ao menos nos recortes midiáticos, no feminino, e que, não só por essa razão, intentam desafiar o *status quo* da política, reivindicando o lugar da política para todas as mulheres.

Nas minhas considerações finais que chamei de *Qual é a tese*, recupero o desenvolvimento das discussões tratadas em cada capítulo, e trato, como de acordo, das perguntas que me implicaram à pesquisa e minha avaliação sobre quais critérios é possível se pensar em solidariedade política nas mandatas coletivas.

## CAPÍTULO 1- MULHER, PODER, POLÍTICA E FEMINISMOS<sup>8</sup>

*MARIELLE FRANCO – Boa tarde a todas, especialmente nesta data de hoje; boa tarde a todos; saúdo a presidência da Vereadora Tânia Bastos, bem como os demais vereadores desta Casa; saúdo as assessoras e as terceirizadas, neste dia de luta, de resistência. Uma palavra de ordem para a nossa vida, em meio a essa crise: que nós possamos viver com respeito a todas, cada uma com seu corpo, cada uma à sua maneira, cada uma na sua forma de resistência diária!*

*Neste dia 8 de março, ocupando uma das apenas sete cadeiras aqui do Parlamento Municipal, precisamos sempre nos perguntar: o que é ser mulher? O que cada uma de nós já deixou de fazer ou fez com algum nível de dificuldade pela identidade de gênero, pelo fato de ser mulher? A pergunta não é retórica, ela é objetiva, é para refletirmos no dia a dia, no passo a passo de todas as mulheres, no conjunto da maioria da população, como se costuma falar, que infelizmente é sub-representada.*

*Este 8 de março é um março histórico, um março em que falamos de flores, lutas e resistências, mas um março que não começa agora e muito menos é apenas um mês para pautar a centralidade da luta das mulheres. A luta por uma vida digna, a luta pelos direitos humanos, a luta pelo direito à vida das mulheres precisa ser lembrada, e não é de hoje, é de séculos, inclusive com origem em séculos passados, quando nas greves e manifestações, principalmente as russas, no período pré-revolucionário, mulheres lutaram com firmeza, lutaram pelos direitos trabalhistas.*

*Eu fico muito à vontade porque esta Tribuna, este lugar legítimo, que não ocupamos só no 8 de março, é onde podemos falar contra as reformas da Previdência, onde podemos falar sobre a nossa posição em oposição ao Governo Marcelo Crivella, onde podemos falar sobre o processo da intervenção federal. E ocupar este dia no Grande Expediente, na luta por direitos, vem reforçar o simbólico e o objetivo da luta das mulheres.*

*Mas a luta das mulheres começa, como falei, lá atrás, na revolução em que comemoramos, lutamos e reverenciamos, em 2017, um século da luta das mulheres indígenas por demarcação; da luta das irmãs mulheres negras, que vieram antes de nós, que resistiram a tamanho absurdo que foi o período da escravidão; da luta pelo fim de toda forma de opressão, que se reflete no racismo, na misoginia, na luta contra o patriarcado. Assim, seguimos lutando.*

*No dia 5, segunda-feira, foi aniversário de uma mulher que é referência para mim, que disputou o partidão, Rosa Luxemburgo, que era coxa. A história conta que ela figurava ali com 1,50m de altura, ia para a linha de frente do front da luta política do seu momento na história. Se é tempo de outro momento histórico, é tempo, sim, de celebrar o 8 de março; é tempo, sim, de reivindicar que esse 8 de março começa muito antes. Como diria a Rosa, aniversariante do dia 5, nós, mulheres, na nossa diversidade e resistência, lutamos por um mundo no qual sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres.*

*Inclusive neste momento em que a democracia se coloca frágil, quando se questiona se vai ter processo eleitoral ou não, quando vemos todos os escândalos com relação ao Parlamento, falar das mulheres que lutam por outra forma de fazer política no processo democrático é fundamental. Inclusive em tempos em que a justificativa da crise, a precarização, as dificuldades da vida das mulheres são apresentadas, mas tudo com muita dificuldade real. Tempo da escola. Onde estão as vagas apresentadas pelo Prefeito Marcelo Crivella, que seriam ampliadas na creche? Onde estão as educadoras e os educadores aprovados em concurso que ainda não foram chamados? Como ficam as crianças que, nesse período de intervenção...*

---

<sup>8</sup> O termo é usado aqui no plural pois são diversas as vertentes e correntes.

*(O Sr. Vereador Italo Ciba entrega uma flor à Sra. Vereadora Marielle Franco)*

*MARIELLE FRANCO – Não vem me interromper agora, não é?*

*Homem fazendo “homice”. Meu Deus do céu. Obrigada, Italo. Muito obrigada! Amém.*

*Obrigada. Obrigada aos vereadores. Como falei antes, e falava na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) no dia de hoje, as rosas da resistência nascem do asfalto. Nós recebemos rosas, mas também estaremos com os punhos cerrados, falando do nosso lugar de vida e resistência contra os mandos e desmandos que afetam nossas vidas. Até porque não é uma questão do momento atual.*

*O vereador, na última semana que falava sobre o processo de violência sofrido pelas mulheres no Carnaval, me questionava de onde eu tirava os dados apresentados. As mulheres, quando saem às ruas, na manifestação, do 8 de março, daqui a pouco na Candelária, fazem porque, entre 83 países, o Brasil é o sétimo mais violento. Volto a repetir, dados da Organização Mundial da Saúde. Esse quadro segue piorando, aumentando 6,5 % no último ano. Por dia, são 12 mulheres assassinadas no Brasil. O último dado que temos no Estado do Rio de Janeiro é de 13 estupros por dia. Essa é a relação com a violência contra as mulheres!*

*Tem um senhor que está defendendo a ditadura e falando alguma coisa contrária? É isso? Eu peço que a Presidência da Casa, no caso de maiores manifestações que venham a atrapalhar minha fala, proceda como fazemos quando a Galeria interrompe qualquer vereador. Não serei interrompida, não aturo interrupção dos vereadores desta Casa, não aturarei de um cidadão que vem aqui e não sabe ouvir a posição de uma mulher eleita Presidente da Comissão da Mulher nesta Casa.*

*A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Vereadora Marielle, gostaria de pedir desculpas a Vossa Excelência porque eu estava um pouco distraída, mas eu não ouvi a manifestação do cidadão. Por favor, eu gostaria que os seguranças ficassem de olho e atentassem, por favor.*

*A SRA. MARIELLE FRANCO – Obrigada, Presidenta Tânia. Até porque sabemos que, infelizmente, não é a primeira nem será a última vez que esses casos... Não será a última nem a primeira vez, mas o embate, para quem vem da favela, e minha fala estava falando da violência contra as mulheres, nesses 20 minutos... Nós somos violadas e violentadas há muito tempo, em muitos momentos.*

*Nesse período, por exemplo, em que a intervenção federal se concretiza na intervenção militar, eu quero saber como ficam as mães e os familiares das crianças revistadas. Como ficam as médicas que não podem trabalhar nos postos de saúde? Como ficam as mulheres que não têm acesso à cidade?*

*Essas mulheres são muitas. São mulheres negras, lésbicas, trans e camponesas. São mulheres que constroem esta Cidade onde diversos relatórios, queiram os senhores ou não, apresentam a centralidade e a força delas, mas apresentam também os números.*

*O “The Intercept” publicou o dossiê de lesbocídio. No ano de 2017, houve uma lésbica assassinada por semana. Lesbocídio é um conceito que as mulheres lésbicas estão cunhando, assim como nós avançamos no debate com relação ao homicídio praticado contra mulheres, que se constituiu no feminicídio. Esses dados mostram a realidade absurda que, sim, vitima a nossa diversidade.*

*As mulheres negras, por exemplo, quando passam na rua, ainda ouvem homens que têm a ousadia de falar do quadril largo, das nádegas grandes, do corpo, como se a gente estivesse no período de escravidão. Não estamos, querido! Nós estamos no processo democrático! Vai ter que aturar mulher negra, trans, lésbica, ocupando a diversidade dos espaços.*

*Para quem gosta do porte de armas, por exemplo, que faz alusão a militarismo e tem a audácia de vir querer gritar, no processo da república democrática, hoje, nós rejeitamos nesta Casa o que poderia ser processo de armamento. Outros municípios negaram. Não tem eco.*

*Nem a Polícia Militar hoje está preparada para utilizar armas de fogo.*

*Para contextualizar, alguém viu o que aconteceu na Praça São Salvador ontem? Pois é.*

*Felizmente, os guardas municipais que estavam lá, que não estavam armados, correram para se proteger assim como todos os outros cidadãos. Se tivessem sacado armas de fogo,*

*certamente teriam sido assassinados e perderíamos mais vidas dos servidores públicos da Cidade do Rio de Janeiro.*

*É por isso que homens e mulheres que pensam no processo democrático são contrários ao que pode vitimar ainda mais a população da Cidade do Rio de Janeiro, contrária a esse armamento.*

*Em tempo de violência e de negação de direito, ter mais armas vai ser uma retirada de direitos. A saída é ter condições dignas de trabalho para esses trabalhadores e trabalhadoras. É por essas e outras, vários motivos, que a gente defende, sim, a presença de mais mulheres. Quero saudar a presença da Vereadora Rosa Fernandes, uma referência. Por mais que tenhamos divergências, diferença de partido, é uma mulher que me acolheu. Ela me recebe e trata com o respeito devido.*

*A Vereadora Tânia Bastos falou novamente. Fico feliz de ter me citado, cedo, quando a gente fala das mulheres na política. O movimento que nós fizemos por mais mulheres nos espaços de decisão é para que as políticas públicas entendam o porquê de um vagão necessário em tempos de assédio. É para que nós possamos falar de mobilidade a partir da perspectiva de gênero. É para que a gente possa falar de economia solidária.*

*Saúdo a presença da Edjane, da Cristina, da Juliana, da Simone, das mulheres que aqui estão, da Renata Stuart; enfim, do meu corpo de assessoria – das mulheres que constroem este mandato e que elaboram essa política com afeto. O mandato é composto 80% de mulheres, porque a gente entende que o lema “Uma mulher sobe e puxa a outra” precisa ser concretizado.*

*Uma escritora de que gosto muito, Chimamanda, fala que isso só vai ser alterado se as mulheres que estão no espaço de poder de fato trouxerem, derem o pé, abraçarem, acolherem, construírem com outras mulheres.*

*Se este Parlamento é formado apenas por 10%, 13% de mulheres, nós somos a maioria nas ruas. E sendo a maioria nas ruas, somos a força exigindo a dignidade e o respeito das identidades. Infelizmente, o que está colocado aí nos vitima ainda mais. O lema deste ano – daqui a pouco estaremos na Candelária –, um dos lemas que a gente coloca de valorização da vida das mulheres é quando as mulheres internacionalistas falam, quando param nas greves internacionais, é quando as mulheres falam: “sim, nós somos diversas, mas não estamos dispersas”. Estamos construindo uma sociedade que, de fato, sendo a base da pirâmide, constrói esta cidade, da mesma forma que a maestrina Chiquinha Gonzaga construiu. Daqui a pouco, no final do dia, nós, parlamentares, e nós, mulheres, estaremos felicitando aqui, com a Medalha Chiquinha Gonzaga, a Dida. Uma mulher que faz política com afeto, que faz gastronomia, que organiza o lugar de resistência na Praça da Bandeira, esse lugar de encontros das potentes mulheres negras, de resistência – Dida Bar.*

*Pra encerrar, gostaria de reforçar e dizer das mulheres negras que são nossas referências. Quero citar Audre Lorde, mulher negra, lésbica, escritora de origem caribenha, mas dos Estados Unidos. Feminista e ativista pelos direitos civis. “Eu não sou livre enquanto outra mulher for prisioneira, mesmo que as correntes dela sejam diferentes das minhas. Por isso, nós vamos juntas, lutando contra toda forma de opressão”.*

*Há uma diversidade de lutas na pauta pela vida das mulheres, na pauta pela legalização do aborto, na pauta pela luta das maternidades, na cultura, no empreendedorismo, pelas mulheres da Zona Oeste. E acho que é fundamental agradecer, neste final, nominalmente a: Elaine, Júlia, Vitória, Mônica, Fernanda, Fabíola, Mariana, Lana, Rossana, Priscila, Renata, Iara, Bruna, Rogéria, Natália e Luna. As mulheres que constroem esta história, que estão junto comigo. Vamos que vamos!*

*Agradeço à Presidente, Vereadora Tânia Bastos.*

(Último pronunciamento de Marielle Franco na Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro)<sup>9</sup>

A noção de sub-representação política das mulheres é inescapável a qualquer pessoa que tenha um mínimo de aproximação com o mundo político institucional. Mas, essa constatação, a de ser uma injustiça, depende do que se compreende como política e representação (BIROLI; MOTA, 2014). A representação política – partidos políticos, parlamentos, entre tantos outros espaços de decisão e de poder – é majoritariamente realizada por homens cis brancos e heterossexuais que se revezam nas cadeiras que representam, ou deveriam representar, uma população que, em sua substância, é diversa, negra e composta por 52% de mulheres. À guisa de comprovação, e também de indignação, sabe-se que o banheiro feminino do Senado brasileiro só chegou a ser construído em 2016, ou seja, cinquenta e cinco anos depois da construção do prédio onde circulam senadores e senadoras. A conquista se deu graças à reivindicação da bancada feminina. “Até dezembro de 2015, o banheiro das parlamentares era o do restaurante anexo ao Plenário, disponível desde 1979, quando foi eleita a primeira senadora Eunice Michilis.”<sup>10</sup>

O simbólico aqui opera. Se a estrutura da casa não foi preparada para as mulheres, o funcionamento político admite que a política não é para nós. Apesar dos inúmeros avanços, do aumento significativo da presença de mulheres nos últimos anos nos diversos cargos de poder ao redor do mundo, é indiscutível a noção de que mulheres foram alijadas do mundo do poder, e antes que eu me debruce sobre o objeto de estudo deste trabalho, as mandatas coletivas, é preciso dialogar com uma teoria que explique as relações que as mulheres cultivaram com o poder. Neste capítulo, pretendo esmiuçar e investigar, através das Ciências Sociais e também da teoria social feminista, as razões que nos tiraram dos mecanismos de decisão que tanto definem o mundo, e que são atravessadas, principalmente, pelos conceitos de divisão sexual do trabalho, gênero e cidadania.

Começo provocando o argumento de Weber (2006) em sua famosa conferência “Política como vocação” e pergunto: a vocação política seria somente para o homem? Para o autor, fundamental para a consolidação da Sociologia no mundo, a política também permearia atividades do cotidiano, podendo até falar da política “que uma esposa prudente busca orientar o marido” (WEBER, 2006, p. 35), mas sua análise acaba se restringindo somente à política do

---

[ea5fc8325824a006d079d?OpenDocument](https://www.youtube.com/watch?v=5PwJHGBxTM). Acesso em: 7 set. 2021. O vídeo do pronunciamento está disponível na plataforma Youtube <https://www.youtube.com/watch?v=5PwJHGBxTM>. Acesso em: 7 set. 2021.

<sup>10</sup> Bancada Feminina do Senado conquista direito a banheiro feminino no Plenário; Senado Federal, 2016. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/comum/bancada-feminina-do-senado-conquista-direito-a-banheiro-feminino-no-plenario>; Acesso em 05/04/2020.

Estado, lugar marcado pelo uso e monopólio da força e da violência. A partir dessa noção, sabe-se que a violência sempre esteve muito vinculada aos regimes de masculinidade, desde a socialização infantil até os índices de criminalidade e de violência doméstica associados aos homens. Embora haja críticas quanto a esse conceito de masculinidade hegemônica, que só relaciona os homens a características agressivas e negativas, “uma vez que a hegemonia tem várias configurações” (CONNEL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 242), é relevante a incidência da violência nos grupos dominantes. “As mulheres são duplamente oprimidas, debaixo da violência e sem poder, enquanto que os homens exercem a violência e o poder ” (FRANCO, 2016). Os dados comprovam: a cada nove minutos, uma mulher é agredida no Brasil, sendo que 76,4% dessas agressões advém de algum conhecido (*Primavera das Mulheres*, 2016).<sup>11</sup>

Desse modo, a dominação masculina se manifesta primeiro nas instituições que circunscrevem os indivíduos em sua socialização primária: “a família geralmente se organiza, em sua forma ideal-típica, de maneira que o homem assume a “chefia” da família e os filhos se submetem aos pais, em especial ao pai, assim como as esposas aos maridos” (RAMOS, 2021, p. 22). Segundo Silvia Federici, a família é essencialmente a “institucionalização do nosso trabalho não assalariado, da nossa dependência não assalariada dos homens e, conseqüentemente, a institucionalização da divisão desigual do trabalho que tem disciplinado a nós e também aos homens ” (FEDERICI, 2019, p. 73).

Nesse sentido, há muito a teoria e os estudos de mulheres no poder expõem o pensamento patriarcal e as diversas maneiras discriminatórias em que o Estado se estabeleceu na exclusão de mulheres da vida pública. Definitivamente, o aspecto cultural nos impediu a vivência que resulta da socialização nesses espaços institucionais. Ainda assim,

o Estado não é o único espaço de exercício de poder em uma sociedade. Ao contrário, ele pode ser identificado como o retrato – ou mais um ator – de todo o sistema de forças concorrentes, as quais, na maior parte das vezes, encontram-se bem estabelecidas em seus papéis. Os mecanismos de poder estruturados ajudam a solidificar uma relação de dominação masculina, que mantém as mulheres longe também dos espaços públicos de disputa e do poder político. Ainda que se entenda que a igualdade política das mulheres não se inicia, nem se esgota, nas eleições e no parlamento, na representação e no acesso aos cargos políticos, já se sabe que este é o espaço no qual as mulheres podem aumentar seu poder de pressão. (MELO E THOMÉ, 2018, p. 131).

Considerando esse contexto, o conceito sobre o político foi reduzido pelo capitalismo somente ao sistema político-partidário, excluindo, nessa conformação, as práticas de

---

<sup>11</sup> Documentário brasileiro, com direção de Antônia Pelegrino e Isabel Nascimento Silva, sobre o crescimento dos feminismos em 2016, ano em que as mulheres voltaram às ruas contra a cultura de estupro e os retrocessos nos direitos conquistados. Ano de lançamento: 2017.

organização tão fundamentais para a fundação dos movimentos políticos do mundo. O MST e tantos outros agora colocam as mulheres na roda da história a partir do seu processo de organização social. Isso demonstra como esse projeto político também atua na disseminação de um conceito de sociedade cooperativa que “a tentativa neoliberal de incrementar nossa consciência somente à lógica de mercado” tenta construir (FEDERICI, 2019, p. 304).

Aqui, recordo-me da experiência das mulheres integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil, que, quando suas comunidades conquistaram o direito de manter a terra que ocupavam, insistiram que as novas casas deveriam ser construídas de modo a formar um só complexo, para que elas pudessem continuar compartilhando o trabalho doméstico, lavando e cozinhando juntas, revezando com os homens, como haviam feito durante a luta, e estar prontas para correr e dar apoio umas às outras se sofressem violência por parte dos maridos. Defender que as mulheres devem assumir a liderança na coletivização do trabalho reprodutivo e da moradia não é naturalizar o trabalho doméstico como uma vocação feminina; é recusar-se a apagar as experiências coletivas, o conhecimento e as lutas que as mulheres acumularam no que se refere ao trabalho reprodutivo, cuja história tem sido uma parte essencial da nossa resistência ao capitalismo. Reconectar-se com essa história é hoje um passo crucial, para homens e mulheres, tanto para desfazer a arquitetura de gênero de nossas vidas quanto para reconstruir nossas casas e nossas vidas como comuns. (FEDERICI, 2019, p. 353).

Maria da Graça Costa faz um apontamento interessante ao lembrar como as mulheres dos movimentos de luta pela terra não se associam ao feminismo em suas atuações políticas, já que são movimentos lidos “como uma luta historicamente associada à classe média branca, urbana e acadêmica” (COSTA, 2020, p. 286).

Além da necessidade de pensar a reorganização do trabalho e a estrutura do espaço público, uma questão a ser compreendida é a de que a exclusão das mulheres da gestão pública e da representação política não significa que elas tenham estado ausentes do jogo político. Antes e depois de conquistarem o direito ao voto, as mulheres sempre estiveram presentes nos bastidores, apoiando os homens na organização de partidos, comitês e campanhas eleitorais, bem como nos movimentos populares. Na representação legislativa e executiva é que sua participação é recente (RABAY; CARVALHO, 2011).

### *1.1. A representação política de mulheres no Brasil*

Em se tratando de números, a representação política de mulheres no mundo é um debate sobre como as democracias se articulam e se fortalecem a partir da busca pela igualdade de representação entre os sexos, já que a realidade é absurdamente injusta; na maioria dos países,

há uma sub-representação. A luta pela igualdade de direitos das mulheres representa também dizer de suas relações com o Estado e com os modos democráticos disponíveis em cada lugar. Isso no sentido de reivindicar de qualquer Estado democrático a presença de mulheres nos espaços de representação e a participação política (PHILIPS, 2013). O caso brasileiro é um dos exemplos com avanços mais tímidos quando comparado ao restante do mundo.

Nessa perspectiva, embora o direito feminino esteja garantido há mais de oitenta anos no Brasil, a participação das mulheres nas esferas institucionais que, efetivamente, possibilitam o exercício de poder, é ainda pouco expressiva. Para Avelar (2001), isso evidencia como a cidadania universal pode ser um mito.

Assim como a cidadania universal é verdadeiramente um mito, também o ativismo e a participação igual para todos também o são. Na prática e na teoria, participação, ainda, refere-se àquela do mundo masculino, de classe média alta, da população branca. (AVELAR, 2002, p. 48).

A adoção de cotas acabou por incrementar a presença de mulheres na representação política, porém, como afirma Miguel (2001, p. 265), “trata-se de um ponto de partida, não de chegada”. A importância da implementação de políticas públicas se configura de forma indispensável num processo onde os mecanismos reais de democratização só se efetivariam quando se concretizassem em políticas públicas em torno da igualdade, ou seja, de todo e qualquer indivíduo, independentemente de seu sexo, raça, nacionalidade e situação social.

O que está em jogo é a possibilidade de realmente alcançar, na esfera política, o pluralismo de perspectivas que caracteriza sociedades fragmentadas como as contemporâneas. Medidas especiais, como a política de cotas, são necessárias porque a diferença estrutural se traduz na desigualdade da capacidade de intervenção na esfera pública. (MIGUEL, 2001, p. 266).

“A ação afirmativa é uma tentativa de romper esse círculo vicioso, contribuindo para a redistribuição do capital político – ou, dito de outra forma, para o ‘empoderamento’ (*empowerment*) dos segmentos sociais marginalizados” (MIGUEL, 2001, p. 266). Mas ainda é necessário considerar outros aspectos concernentes à vida interna dos partidos políticos, bem como o caso do financiamento de campanhas eleitorais e a distribuição do tempo no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral, que contribui para ampliar as possibilidades de oportunidades de participação e eleição de grupos excluídos.

A respeito das eleições de 2018, os números apontam um crescimento das mulheres políticas no país, embora em 2014 já tivéssemos atingido 30% das candidaturas. No Senado, entretanto, o número de eleitas se manteve quando comparado à eleição de 2010, na qual dois terços do Senado foram renovados. Nessa eleição, sete senadoras, ou 13% dos eleitos, tomaram

posse. Além disso, nenhuma mulher foi eleita para o Senado em vinte estados brasileiros. Todavia, na Câmara os números aumentaram: entre os 513 assentos, 77 agora são ocupados por deputadas, o que corresponde a 15% da composição parlamentar da instituição e um aumento de 51% de mulheres eleitas em relação a 2014. Esse crescimento também foi visto nas Assembleias Legislativas, onde o número de deputadas cresceu 35%. São 161 deputadas estaduais entre 1.059 eleitos.<sup>12</sup> Tal resultado colocou o Brasil, na pesquisa desenvolvida pela *Inter-Parliamentary Union* (2019), na 132ª posição no panorama sobre a participação de mulheres no mundo, ficando atrás de vários países da América Latina, tais como Cuba, Bolívia, México, Costa Rica, Nicarágua, Equador e Peru.

O resultado das eleições municipais de 2020 demonstra também um pequeno aumento da participação de mulheres no poder político municipal. Concorreram às eleições 33,6% de candidaturas femininas às prefeituras e às câmaras municipais. Foram eleitas 658 prefeitas (13%) e 9.196 vereadoras (16%), quando em 2016 foram 11,57% prefeitas e 13,6% vereadoras.<sup>13</sup>

A partir dos números, não é difícil perceber que, apesar do avanço, ainda estamos muito distantes de compor de forma igualitária esses espaços institucionais. A efetividade das cotas eleitorais superou um mínimo legal somente em 2018, chegando a 31,7 de candidaturas femininas para o cargo de Deputado Federal.<sup>14</sup> Todavia, algumas autoras, como Tereza Sacchet (2012, 2015), já apresentaram hipóteses sobre a influência das novas regras de financiamento de campanhas femininas, que, em 2018, levaram os partidos a destinarem 30% do fundo eleitoral para candidaturas femininas.

Alguns estudos e reflexões foram feitos sobre as influências dessa nova legislação eleitoral, que objetivou melhores condições de disputa para as mulheres. Nem todos os partidos cumpriram a legislação e várias denúncias foram expostas quanto ao uso de “mulheres laranjas”, no entanto, essa nova legislação pode ter entusiasmado o aumento do número de mulheres na Câmara e nas Assembleias. Essa baixa representatividade alcança números mais inexpressivos ainda quando diz respeito às mulheres negras.<sup>15</sup> De acordo com um relatório da Oxfam, “apesar de 27% da população feminina se declarar negra, mulheres negras representam apenas 2% do Congresso Nacional e

<sup>12</sup> Levantamento desenvolvido pelo site <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/08/no-de-mulheres-eleitas-se-mantem-no-senado-mas-aumenta-na-camara-e-nas-assembleias.ghtml>. Acesso em: 29 abr. 2019.

<sup>13</sup> Inter-Parliamentary Union. Women in National Parliaments. 2019. Disponível em: <http://archive.ipu.org/wmn-e/classif.htm>. Acesso em: 06 fev. 2021.

<sup>14</sup> Informação disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/cepesp/partidos-aplicaram-novas-regras-de-financiamento-eleitoral-para-as-mulheres-27022019>. Acesso em: 02 maio 2019.

<sup>15</sup> Em 2009, Sueli Carneiro escreveu o texto *Mulheres negras e poder: Um ensaio sobre a ausência*, demonstrando como a relação entre as mulheres negras e o poder era inexistente. Trata-se de texto baixado.

são menos de 1% na Câmara dos Deputados”.<sup>16</sup> Das 77 mulheres eleitas como deputadas federais em 2018, 13 eram negras e uma indígena. Como mencionado, no Senado, 13% dos parlamentares são mulheres, porém, nenhuma é negra.

Diante desse contexto, estão em curso discussões acerca da representação de minorias raciais e étnicas. Segundo Iris Marion Young, “muitos países possuem ou discutem esquemas de representação de grupos sociais específicos, na forma de conselhos corporativos, cadeiras parlamentares reservadas, regras para listas partidárias, comissões etc.” (YOUNG, 2006, p. 67). Assim, não se pode excluir o fato de que, dentro do grupo de mulheres, ainda há a necessidade de discutirmos as desigualdades políticas em grupos “mais minoritários ainda”, no sentido de minoria política, como é o caso das mulheres negras, indígenas e transsexuais.

Os anseios democráticos perpassam não só a igualdade política entre homens e mulheres, mas, para além disso, se direcionam às discriminações de sexo, que geralmente vêm acompanhadas pelas discriminações de raça/etnia, intensificadas pelo processo colonial e pela escravidão, principalmente quando se fala de Brasil (MELO; THOMÉ, 2018).

### *1.2. Por que, então, a sub-representação?*

Entender as razões das desigualdades para, então, superá-las é o aporte que a teoria apresenta. Diante disso, o que nos implica num modelo tanto social quanto economicamente desigual diz respeito ao caráter invisível do trabalho das mulheres. A divisão do trabalho doméstico entre os sexos teve um grande impacto: o trabalho fora da casa recebeu reconhecimento e remuneração; já o trabalho doméstico nenhum dos dois. Talvez isso seja um dos motivos de os homens ainda resistirem em cooperar com o trabalho de casa, já que se percebe este trabalho como sendo natural às mulheres e sem nenhum valor. Essa é uma das múltiplas faces em que a desigualdade social desempenha seu papel. De acordo com um estudo da Oxfam (2020), os trabalhos que envolvem o cuidado, como “enfermeiras, faxineiras, trabalhadoras domésticas e cuidadoras são em geral mal pagas, têm poucos benefícios e trabalham em horários irregulares, além de sofrerem problemas físicos e emocionais”, diz o relatório.<sup>17</sup> As mulheres fazem mais de 75% de todo o trabalho de cuidado não remunerado do

<sup>16</sup> Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/blog/mulheres-negras-na-politica/?gclid=Cj0KCQjwtrSLBhCLARIsACh6Rmh21iNQqhPp6EYaiq4gnpDLn2CMLGTWQvVu838KVoNPJnikINC-d8aAl jEALw wCB1>. Acesso em: 02 ago. 2021.

<sup>17</sup> Publicado por Oxfam GB para a Oxfam Internacional sob o ISBN 978-1-78748-541-9 em janeiro de 2020. DOI: 10.21201/2020.5419. Disponível em [https://www.oxfam.org.br/justica-social-e-economica/forum-economico-de-davos/tempo-de-cuidar/?\\_ga=2.46333543.1373158186.1633971090-1106292096.1633971090](https://www.oxfam.org.br/justica-social-e-economica/forum-economico-de-davos/tempo-de-cuidar/?_ga=2.46333543.1373158186.1633971090-1106292096.1633971090) Acesso em: jan. 2020.

mundo e, frequentemente, “elas trabalham menos horas em seus empregos ou têm que abandoná-los por causa da carga horária com o cuidado. Em todo mundo, 42% das mulheres não conseguem um emprego porque são responsáveis por todo o trabalho de cuidado – entre os homens”.

Em contrapartida, a historiadora Silvia Federici reforça em uma de suas últimas obras, *O ponto zero da revolução*, o quanto precisamos valorar esse trabalho na comunidade e em nós mesmas, e, por isso, dizer ao mundo “que é nele que se encontra o estágio zero para a prática revolucionária”, pois é nas atividades do dia a dia, através das quais produzimos nossa existência, que podemos desenvolver nossa capacidade de cooperação, e não só resistir à nossa desumanização, mas aprender a reconstruir o mundo como um espaço de educação, criatividade e cuidado” (FEDERICI, 2019, p. 19). Essa concepção naturalizada e recorrente na vida ordinária, cotidiana, de que mulheres nasceram para estar em casa, é fundamental para a consolidação dos espaços institucionais e apresenta os fatores preponderantes que, apesar da heterogeneidade cultural do mundo, indicam as desigualdades na ocupação dos espaços públicos e privados, onde o masculino se apropria do político na esfera pública. Para Carole Pateman (1993), a marginalização feminina decorre da existência de uma dicotomia entre esfera pública/privada, subjacente à qual estão diversas outras, de caráter igualmente hierárquico (natureza/cultura, irracionalidade/razão), que reforçam a exclusão das mulheres da esfera tida como a mais nobre e mais importante da sociedade por enquadrá-las como incapazes de desenvolver o senso de justiça e racionalidade requerido de cidadãos plenos. Dessa forma, confinadas ao mundo doméstico, Bourdieu evidencia que os homens ficaram com o monopólio da representação e das trocas de honra (BOURDIEU, 2002). Além disso, o autor também justificou esse monopólio a partir da noção de que mulheres eram reduzidas a objetos de troca e que, por essa razão, os homens se esforçaram para manter esse sistema de poder. No entanto, face à perspectiva feminista, algumas fragilidades nesse debate são evidenciadas, já que nem todas as mulheres participavam do jogo na mesma condição. A pesquisadora feminista Carla Akotirene critica essa dependência epistemológica advinda da Europa Ocidental e dos Estados Unidos, justamente por se tratar de um feminismo da mulher universal, além de apontar que algumas correntes feministas e marxistas se resumiriam somente nas relações do sistema “sexo-gênero”, “onde a fêmea da espécie humana é transformada numa mulher domesticada, segundo

o pensamento de Gayle Rubin”<sup>18</sup> (AKOTIRENE, 2019, p. 23). O conceito debatido pela autora, o de interseccionalidade, será trabalhado mais adiante a partir das falas trazidas pelas vereadoras e codeputadas, e como viram contraponto à noção de universalidade da mulher.

Como apresentei, a política não se trata somente dos quadros institucionais do poder, mas é aí que ressoam as grandes tomadas de decisão que atravessam os corpos no mundo. Mesmo sabendo que mulheres fazem política no cotidiano, são intransferíveis aos homens suas demandas e necessidades, a ponto desse lugar institucional ser somente deles, porque sem as mulheres nos parlamentos não teríamos as políticas públicas ou as legislações que temos hoje: Lei Maria da Penha, licença maternidade, projetos para que mulheres ocupem a política, lei sobre feminicídio, projetos que regulamentam a desigualdade entre os salários nas empresas, leis que asseguram uma vida mais digna às mulheres, e tantas outras pautas. Portanto, se as mulheres constituem um grupo que é afetado pelas decisões políticas, elas devem e podem participar, intervindo nos processos decisórios, bem como tendo direito a que seus interesses estejam refletidos nos espaços de decisão (PINHEIRO, 2006). “Na prática, em miúdos, é fácil entender: uma mulher a mais ocupando um cargo político, dotada de poder, significará um homem a menos neste papel”. (MELO; THOMÉ, 2018, p. 127).

Há uma discussão no debate feminista que se distancia de um feminismo estatal e, ao mesmo tempo, desconfia que o espaço da política institucional possa ser emancipatório ou que consiga de fato contribuir para a libertação de mulheres. Silvia Federici é uma importante defensora desse ponto de vista, que concede às instituições um caráter limitador das lutas das mulheres e de obstrução de uma capacidade radical de transformação da sociedade, que o feminismo propõe, trazendo o risco de tornar-se cúmplice de uma política institucional tão marcada pelo patriarcado.

Para algumas de nós, que há anos defendem que a autonomia feminista não se resume apenas à independência em relação aos homens, mas também ao Estado e ao capital, a perda progressiva de iniciativa do movimento feminista e sua inserção sob as asas da ONU foram uma derrota, sobretudo no momento em que essa instituição mobilizava recursos militares e econômicos para legitimar novas guerras. Retrospectivamente, a crítica parece bem colocada. Quatro conferências mundiais sobre mulheres e uma década dedicada aos direitos das mulheres não produziram qualquer melhoria na vida da maioria das mulheres, nem uma crítica ou mobilização feminista séria contra o domínio corporativista das riquezas do planeta e da própria ONU. Pelo contrário, essas celebrações de “empoderamento feminino” têm andado de

---

<sup>18</sup> Gayle Rubin, antropóloga e feminista marxista, escreveu o famoso ensaio *O tráfico de mulheres: notas sobre a economia política do sexo* (1975), onde explica a subordinação e opressão das mulheres através da noção de mercadoria, mesmo criticando a insuficiência tanto de Karl Marx quanto de Freud, Lacan e Levi Strauss para abordar a origem dessa opressão. Cf.: RUBIN, Gayle. *O tráfico de mulheres: notas sobre a economia política do sexo*. Recife: SOS Corpo, 1993.

mãos dadas com a sanção de políticas sangrentas que custaram a vida de milhões, expropriaram terras e águas costeiras, onde foi despejado lixo tóxico, e transformaram populações inteiras em refugiadas. (FEDERICI, 2019, p. 31-32).

No entanto, esse debate não é fechado e muito se especula ainda sobre as experiências recentes e os efeitos das interações entre os movimentos feministas e sua institucionalização, sendo poucos os estudos que apresentam resultados empíricos a respeito dessa articulação. Os trabalhos que possuem diálogo entre a teoria da representação política e os movimentos feministas, como é o caso da tese de Beatriz Rodrigues Sanchez, já indicam um campo de importante análise a respeito das recentes experiências que incorporam as “femocratas”, conceito referido “às parlamentares feministas que atuam pró-ativamente em defesa da igualdade de gênero dentro do Congresso Nacional” (SANCHEZ, 2021, p. 23). De acordo com a pesquisadora:

No caso brasileiro, o lançamento de candidaturas de ativistas feministas para os parlamentos, inclusive em mandatos coletivos e protestos feministas massivos contra a aprovação de determinados projetos de lei são exemplos disso. Nos outros países da América Latina, os movimentos feministas também têm cada vez mais se aproximando do poder Legislativo. Temos os exemplos recentes do Chile, que contará com a participação paritária de homens e mulheres durante o processo de formulação da nova constituição, e o caso da Argentina, que recentemente aprovou uma legislação nacional de legalização do aborto a partir de uma demanda histórica dos movimentos feministas. (SANCHEZ, 2021, p. 21).

Nesse sentido, a defesa se estende à construção de um parlamento democrático que se preencha de pessoas plurais, com diferentes olhares que possam ampliar e aprimorar a visão e a metodologia de trabalho na política institucional.

Entretanto, o caráter patriarcal das instituições políticas também dificulta a ascensão das mulheres aos cargos de poder, além de que a questão da reprodução social também se torna um grande obstáculo, já que essa responsabilidade recai sobre elas (MATOS, 2010; FEDERICI, 2019). Uma política mais feminina nada tem a ver com os argumentos de que mulheres seriam ou teriam mais ética, sensibilidade ou pureza. Outras importantes feministas e filósofas políticas também defendem esse ponto de vista, o de um pensamento maternal, sobretudo porque entendem que mulheres têm uma visão mais ajustada para lidar com questões éticas, em virtude de sua experiência com o cuidado.

Nancy Chodorow, Carol Gilligan, Sara Ruddick e Jean Bethke Elshain, em suas obras escritas entre o final dos anos 1970 e os anos 1980, desenvolveram argumentos – que não são unívocos – sobre a relação entre a posição social das mulheres na esfera doméstica e uma visão de mundo (uma voz e uma ética)

diferenciada, que não se referenciaria por direitos abstratos, mas por relações concretas de cuidado. (BIROLI, 2017, p. 102).

Isso seria perigoso, principalmente, porque vai contra o que as lutas e os debates feministas enfrentam, indo pelo mau caminho da essencialização da mulher, delimitando uma moral específica ao gênero. Essa abordagem leva ainda “a uma reaproximação do feminismo com a visão idílica da família e da vida doméstica que as próprias feministas colocaram em questão para que as relações de poder na esfera privada pudessem ser politizadas” (BIROLI, 2014, p. 37). A representação feminina é importante, simplesmente por redefinir as agendas políticas às necessidades das mulheres.

Para tanto, discutir o patriarcalismo é necessário, não só para poder explicar como nasce o poder político, mas também para entender como “esse sistema de dominação masculina predominou nas estruturas estatais, mantendo intactas as formas de divisão sexual do trabalho e perpetuando a violência cotidiana contra as mulheres ” (PARADIS, 2014, p. 55). Reduzir a raça humana ao termo “o homem” também é um dos reflexos que atravessa os tempos (MOORE, 1997).

Outra razão que explica essa inferioridade hierárquica no mundo público é apresentada por Sherry B. Ortner (1979), que repensou e tematizou as categorias universais a partir do contexto da mulher e a universalização de sua subordinação, indagando se, em todas as culturas conhecidas, as mulheres seriam de alguma maneira inferiores aos homens. A resposta é negativa e isso é diagnosticado através de alguns exemplos etnográficos trazidos por ela, onde mulheres possuem certos poderes e direitos, porém, ao final, a desvalorização é sempre revelada. Para a autora, as categorias de ‘natureza’ e ‘cultura’, certamente são categorias conceituais e pouco empíricas, porque não se pode encontrar limite no mundo concreto entre os dois estados ou domínios do ser, sendo a cultura não somente distinta à natureza, mas superior a ela. Nas palavras dela, “este sentido de diferenciação e superioridade se apoia precisamente na capacidade de transformar – ‘socialização’ e ‘culturação’ – a natureza. (ORTNER, 1979, p. 109) A subordinação universal feminina estaria intimamente relacionada com essa marcação, demonstrando o quanto a mulher é encarada como sendo mais próxima da natureza e o homem ocupando o importante território da cultura. Segundo Simone de Beauvoir, em conformidade com a universalidade dessa opressão, foi a atividade masculina que, criando valores, constituiu

a própria existência como valor, venceu as forças confusas da vida, subjugando a natureza e a mulher (BEAUVOIR, 1970, p. 86).<sup>19</sup>

Em outro sentido, para Adrienne Rich (2010), entre as várias características que ela aponta sobre essa má distribuição do poder, negar a sexualidade das mulheres, forçá-las à heterossexualidade, comandar ou explorar o trabalho delas a fim de controlar sua produção, restringir sua criatividade, entre outras, é um dos grandes métodos pelos quais o poder masculino é manifestado e mantido. Uma das características desse poder é:

Retirá-las (as mulheres) de amplas áreas de conhecimento e de realizações culturais da sociedade – [por meio da não educação de mulheres; do “Grande Silêncio” quanto às mulheres e, particularmente, da existência de lésbicas na história e cultura; do monitoramento por sexo como um fator para desviá-las da esfera das ciências, da tecnologia e de outras profissões “masculinas”; dos laços sociais e profissionais masculinos que excluem as mulheres; da discriminação das mulheres na profissão]. (RICH, 2010, p. 25).

Portanto, estamos em confronto com essa manutenção quase implícita da desigualdade, e, apesar das redes de apoio feminino, das influências políticas e pessoais que os feminismos implicam e esclarecem, “a doutrinação em termos de credibilidade e do status masculino pode ainda criar sinapses no pensamento, negação do sentimento, ideias sugestionadas e uma confusão sexual e intelectual profunda ” (RICH, 2010, p. 33).

Quando se encara de modo mais crítico e claro a abrangência e a elaboração das medidas formuladas a fim de manter as mulheres dentro dos limites sexuais masculinos, quaisquer que sejam suas origens, torna-se uma questão inescapável que o problema que as feministas devem tratar não é simplesmente a “desigualdade de gênero”, nem a dominação da cultura por parte dos homens, nem qualquer “tabu contra a homossexualidade”, mas, sobretudo, o reforço da heterossexualidade para as mulheres como um meio de assegurar um direito masculino de acesso físico, econômico e emocional a elas (RICH, 2010, p. 34).

Diante das abordagens até aqui apresentadas, encaro-as como vias de compreensão para desmistificar os motivos para as desigualdades dispostas no mundo e em suas relações. A estrutura patriarcal, por exemplo e novamente, está fortemente relacionada com as divisões entre esferas públicas e privada.

Enquanto a família é construída como parte do âmbito privado, Estado e sociedade civil são construídos como pertencentes ao âmbito público. Essa divisão é também uma divisão sexual – as mulheres, historicamente privadas

---

<sup>19</sup> Judith Butler (2018) argumenta que os feminismos ficaram muito presos na dualidade sexo/gênero e em uma condição imutável do gênero. Para a teoria que ela ajudou a desenvolver, a *queer*, o sexo biológico não existe como uma verdade natural, e, portanto, os dualismos também podem produzir violências. No último capítulo, essa discussão será ampliada.

de participação pública, passaram a ser associadas ao amor, aos laços sanguíneos, à sensibilidade, ao cuidado, à submissão. Já o mundo público é associado à cidadania, à liberdade, aos direitos, à propriedade e, portanto, aos homens que interagem como cidadãos iguais. (PARADIS, 2014, p. 54).

Portanto, falar sobre desigualdade política de mulheres, em uma perspectiva feminista, é falar sobre políticas que incidem sobre desigualdades de gênero (e de classe, raça, sexualidade etc.). É denunciar também o patriarcalismo, que funcionou e ainda se revela como um mecanismo eficaz de exclusão de mulheres do meio público, além de outros grupos, como a população LGBTQIA+, pessoas com deficiência etc.

Ainda nesse caminho que busca desvelar as desigualdades de gênero e raça, algumas dimensões cotidianas, como o uso do tempo, podem ajudar a compreender os motivos da participação política feminina ser tão ínfima. Um estudo do IPEA de 2015 sobre o retrato dessas desigualdades no Brasil apresentou alguns números e demonstrou as dificuldades que as mulheres têm em relacionar mercado de trabalho e o trabalho doméstico não remunerado. Chamo de dificuldade porque tempo é um recurso nobre e pouco disponibilizado às mulheres que buscam uma maior socialização no mundo público.

Inicialmente vale destacar que a responsabilização das mulheres pelo trabalho doméstico não remunerado segue sendo o padrão predominante na sociedade brasileira. Mais de 90% das mulheres declaram realizar atividades domésticas, proporção que se mantém quase inalterada ao longo do período (entre 94% e 91%); no caso dos homens, entre 1995 e 2015, passa de 46% para 53% a proporção dos que realizam afazeres domésticos. Quando analisado o número de horas semanais dedicadas a essas atividades, nos últimos vinte anos é possível perceber uma significativa redução na quantidade de horas dedicadas aos afazeres domésticos pelas mulheres (6 horas semanais), mas o tempo médio gasto pelos homens mantém-se estável. Não se pode dizer, portanto, que haja indícios de uma nova divisão das tarefas entre homens e mulheres nos domicílios. (FONTOURA et al., 2015, s.p.).

Esses fatores ainda são capazes de removerem do caminho das mulheres as possibilidades de entrada e ascensão ao mundo público e político, que é justamente o espaço em que suas vidas são pensadas e marcadas a partir das políticas públicas definidas pelo Estado, principalmente pelas pessoas de menor renda. Contudo, mesmo burlando as duplas jornadas e lidando com as atividades remuneradas, a participação política feminina, como já dito, aumentou em diversos espaços, embora as condições de participação continuem desiguais e a sub-representação política feminina seja ainda o diagnóstico preponderante nos espaços de poder.

Ainda é importante que eu traga aqui a importância dos significados a respeito da representação política e que, para a Ciência Política (PITKIN, 1967),<sup>20</sup> remontam às formas como as mulheres, ou outras representatividades, podem se configurar nas esferas políticas.

A representação pode ser: descritiva, ou seja, de tal forma que se assemelhe à própria presença na sociedade; substantiva, ao considerar que um grupo potencialmente representa melhor as suas próprias demandas, construindo agendas específicas; ou, por fim, a representação pode ter efeito simbólico, ao mostrar o impacto do próprio aumento da representação nas esferas do poder da sociedade. (MELO; THOMÉ, 2018, p. 128).

Nos casos analisados por Beatriz Rodrigues Sanchez,

A representação descritiva, ou seja, a presença de mulheres dentro do parlamento, gerou a representação substantiva, ou seja, a atuação da bancada feminina em prol de propostas legislativas em defesa da igualdade de gênero. Esse fenômeno aconteceu mesmo considerando o contexto de sub-representação política feminina, característico das instituições políticas brasileiras, especialmente no Congresso Nacional, o que demonstra a alta capacidade de coordenação da bancada feminina e dos movimentos feministas em nosso país a despeito da ausência de uma massa crítica mínima de deputadas e senadoras. (SANCHEZ, 2021, p. 193).

Essas relações desembocam em análises que desmistificam e observam a presença de mulheres dos feminismos nos espaços institucionais, construindo o debate da representação política de forma mais potencial para aquelas que defendem a justiça paritária e políticas públicas para as minorias sociais, embora o contexto político-social continue ríspido para que se estabeleçam mudanças significativas na estrutura institucional do país. No entanto, promover a presença feminina nos parlamentos é elevar seus interesses à concretude política, ampliando os significados da democracia representativa no mundo (PHILLIPS, 2013; PITKIN, 2006).

### *1.3. A divisão sexual do trabalho e a desconstituição de uma cidadania feminina*

Com foco na divisão sexual do trabalho e na democracia, os debates feministas não só apresentam as restrições políticas colocadas às mulheres através das relações entre os sexos,

---

<sup>20</sup> Foi a cientista política Hanna Pitkin que identificou e conceituou todas essas dimensões da representação, atribuindo noções ao conceito, primeiramente, nos estudos de 1967 e 1989, e, com outros textos, mais recentemente. A autora parte, em suas análises, de um lugar de definição e crítica sobre a representação parlamentar, levantando a questão do sufrágio, do elitismo político, da representação de minorias, das formas de participação política não eleitorais, além de se atentar à questão estrutural do Estado. Por mais que muito merecesse que eu esmiuçasse mais de sua teoria no trabalho, não o farei, pois seus trabalhos já foram muito bem trabalhados e relacionados com o objeto na tese de Bárbara Lopes Campos. “*Juntas em um único número na urna: uma análise das experiências de mandato coletivo no Brasil.*” Tese de doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais, 2021.

que “representaram a ideia de que existem trabalhos de mulheres e trabalhos de homens” (AZEVEDO, 2020, p. 84), como anunciam o conceito de divisão sexual do trabalho como “uma forma modulada histórica e socialmente e tem como característica a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599). O tempo de trabalho das mulheres, e, mais especificamente, o tempo de trabalho das mulheres domésticas, é analisado por Maria Bethânia Ávila (2009) e seus inúmeros trabalhos referentes ao tema. Uma questão relevante na abordagem feita é que

as análises sobre as questões em torno do uso do tempo partem do trabalho reprodutivo remunerado e não remunerado, uma vez que é, em geral, a partir da relação entre trabalho produtivo e reprodutivo que a jornada extensiva, intensiva e intermitente de trabalho das mulheres é problematizada. (ÁVILA, 2009, p. 279).

No Brasil há um debate teórico extremamente fértil, que avança cada vez mais nos trabalhos da divisão sexual do trabalho, inspirando análises e identificando como as assimetrias sociais, principalmente as conferidas às mulheres, desembocam nas relações de trabalho (TOSTA, 2008; NUNES, 2011; ARAÚJO, 1998; GUIMARES, 2016; GONÇALVES; TOSTA, 2014). Esse conceito, segundo Helena Hirata e Daniele Kergoat (2007), surgiu na França, no início dos anos 1970, sob o impulso do movimento feminista, a partir de uma onda de trabalhos que, rapidamente, formou as bases teóricas desse conceito. A divisão sexual do trabalho produziria destinos “naturalizados” aos sexos, repercutindo fortemente nas funções e nos cargos públicos ocupados por mulheres e, conseqüentemente, em seus rendimentos, já que são destinadas, naturalmente, às competências e tarefas que são menos valorizadas na sociedade (HIRATA; KERGOAT, 2007).

De acordo com Flávia Biroli, a análise se compromete a abordar como o feminismo, ao usar esse conceito, “evidencia as conexões entre as relações de poder no cotidiano e a baixa permeabilidade das democracias contemporâneas” (BIROLI, 2016, p. 720). Sobre as hierarquias entre os sexos que a divisão do trabalho lança, a autora argumenta que elas ativam as restrições e desvantagens que produzem as desigualdades entre homens e mulheres, e se apoia na máxima de que essas hierarquias assumem formas diferenciadas segundo a posição de classe e raça das mulheres. “A divisão sexual do trabalho não encontra, no entanto, um limite nas vantagens de classe e de raça – impacta as mulheres por serem mulheres, ainda que isso não signifique padrões resultantes comuns” (BIROLI, 2016, p. 721), o que implica considerar que, se as mulheres têm menos acesso ao tempo e à renda, conseqüentemente, terão menores possibilidades de participação política.

O sentido dessa hipótese é que, embora as hierarquias de classe e raça incidam na definição de quem tem acesso aos espaços de poder, a divisão sexual do trabalho e as formas da construção do feminino a ela relacionadas fazem com que as mulheres, por serem mulheres, tenham menores chances de ocupar posições na política institucional e de dar expressão política, no debate público, a perspectivas, necessidades e interesses relacionados a sua posição social. Têm, com isso, menores chances também de influenciar as decisões e a produção das normas que as afetam diretamente. A cidadania das mulheres é, portanto, comprometida pela divisão sexual do trabalho, que em suas formas correntes convergem obstáculos ao acesso a ocupações e recursos, à participação política autônoma e, numa frente menos discutida neste estudo, à autonomia decisória na vida doméstica e íntima. (BIROLI, 2016, p. 722).

Partindo desse prejuízo à cidadania feminina, para as sufragistas estadunidenses do século XIX, por exemplo, a conquista do voto “seria o Milênio para as mulheres”, como observou Angela Davis (2017), em seu poderoso estudo sobre o movimento de mulheres negras nos Estados Unidos na década de setenta. A pífia presença feminina nos espaços de poder após a obtenção desse direito indicou a necessidade de identificar mecanismos de exclusão mais profundos, além da restrição consignada em lei, já que homens e mulheres não estão situados na sociedade apenas de maneira diferente, mas de maneira desigual (BIROLI; MIGUEL, 2014). O fato é que mulheres possuem menos recursos materiais, *status* social, poder e oportunidades para autorrealização do que os homens de idêntica posição social.

No entanto, atualmente, os enfrentamentos continuam perversos. Isso pode ser observado tanto no número de feminicídios, que vem aumentando nos últimos anos,<sup>21</sup> quanto nas dificuldades que ainda impedem a ascensão da mulher na política.

De acordo com Pinheiro (2006), mesmo não questionando a estrutura patriarcal da sociedade, característica da primeira fase do feminismo e da luta pela cidadania no Brasil, o movimento sufragista foi responsável pelo reconhecimento dos primeiros direitos políticos das mulheres no país. Nada mais certo do que esperar que os componentes da cultura política compartilhados por coletividades e instituições começassem a assimilar a existência da dominação masculina sobre o mundo feminino numa hierarquia construída social e culturalmente. É claro que todo o processo histórico feminista visto até então rompeu, mas de forma lenta, com os valores vigentes à época.

O processo de expansão da cidadania política feminina, desencadeado com a obtenção do sufrágio e reforçado pelas cotas de gênero, não promoveu a

---

<sup>21</sup> Em 2018, foram registrados 1.173 feminicídios; um aumento de 12% em relação a 2017. A cada dois segundos, uma mulher é agredida no país. Em São Paulo, nos três primeiros meses de 2019, os casos de feminicídio cresceram 76%: 37 mulheres foram mortas. No ano anterior haviam sido 21 vítimas (AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO, 2019).

inclusão política das mulheres. Sem impeditivos legais para acessar cargos eletivos (legislativo e executivo), é certo que elas usufruem igualdade nesse campo, mas na maior parte do mundo são minoria na política. Assim, o paradoxo reside no contraste da presença de homens e mulheres em cargos de representação institucional, indicativo de fragilidade democrática de sistemas políticos que excluem contingentes eleitorais e populacionais, a exemplo das mulheres e de outros grupos das chamadas minorias sociológicas. (PRÁ, 2011, p. 110).

A ideia é que a pouquíssima presença feminina nos espaços formais da política viola o princípio da democracia representativa, ou seja, como as mulheres constituem um grupo que é afetado pelas decisões políticas, devem e podem participar e intervir nos processos que as definem e ver neles refletidos os seus interesses (PINHEIRO, 2006, p. 65).

Dessa maneira, Iris Marion Young não nega que os grupos minoritários estariam sendo sub-representados na via política institucionalizada. Contrariamente a uma imagem de substituição ou identificação, a autora conceitua representação como um relacionamento diferenciado entre atores políticos engajados num processo que se estende no espaço e no tempo (YOUNG, 2006, p. 142). Nesse sentido, Luana Pinheiro afirma que a sub-representação feminina estaria relacionada, entre outros fatores, a resistências e preconceitos nas organizações partidárias (PINHEIRO, 2006, p. 37). Essa sub-representação é apontada em relação às dificuldades que as mulheres ainda encontram em ocupar cargos políticos.

Diante dessas separações e obstáculos, é mais fácil perceber as razões de as mulheres não se interessarem também pela política, já que a inibição para a participação estaria centrada nessas razões e numa socialização que provoca o distanciamento do poder institucional. No entanto, mesmo depois de conseguirem angariar capital político, em um movimento ousado, apesar de existirem diferenças nos recursos de que cada uma dispõe, todas ainda enfrentam uma outra barreira, que a sociedade começou a se atentar muito recentemente: a violência política de gênero.

São diversos os casos no Brasil e mundo afora em que vimos ações que intentam barrar as agendas das mulheres e suas presenças no campo político. A professora Marlise Matos, juntamente com outras pesquisadoras, vem investigando esse fenômeno.

A política feminista da nomeação, elaborada inicialmente por Dale Spender (1990), é uma das principais estratégias adotadas para identificar e dar visibilidade às inúmeras formas de violência que ocorrem em razão do gênero. A noção de VPG (violência política de gênero) vincula-se a esse exercício. Embora a violência política não seja novidade no cenário político, a disputa mais acirrada e intensa por igualdade de gênero ampliou os casos de VPG. (MATOS; MARQUES; CARVALHO, 2021, s.p.).

O assassinato de Marielle Franco, o golpe parlamentar sofrido por Dilma Rousseff e vários outros relatos que indicam as dificuldades que as mulheres encontram em suas rotinas de trabalho dentro dos parlamentos, são alguns dos indicativos que configuram o espaço político onde as mulheres se situam.

Historicamente, temos pleitos eleitorais conturbados, com assédio, ameaças, ataques e assassinatos como práticas recorrentes. Mas, para o conjunto de mulheres, principalmente periféricas, não-brancas, críticas às desigualdades, desafiadas da norma cisheteropatriarcal e engajadas na luta por justiça social, a realidade da violência política por razões de gênero é marcante e contumaz. (MATOS; MARQUES; CARVALHO, 2021, s.p.).

E mais:

A VPG não é um fenômeno exclusivamente brasileiro. Os exemplos existem na América Latina e nas democracias “consolidadas”. O assassinato de Juana Quispe Apaza, em 2012, na Bolívia, cria um marco importante na legislação boliviana, incapaz, entretanto, de impedir outras agressões a políticas do país, como Patricia Arce, em 2019. Nos EUA, desde 2018, as deputadas democratas Alexandria Ocasio Cortez (Nova Iorque), Ilhan Omar (Minnesota), Rashida Tlaib (Michigan) e Ayanna Pressley (Massachusetts), todas mulheres não-brancas, têm sua rotina de trabalho político marcada por ataques baseados em gênero e raça, o que mostra que a VPG anda de mãos dadas com o racismo. (MATOS; MARQUES; CARVALHO, 2021, s.p.).

Ainda sobre a perspectiva da mulher eleita, já nos parlamentos, elas enfrentam os obstáculos que as relações de gênero continuam impondo através da divisão do trabalho político nesse espaço. As distribuições dos cargos políticos sofrem a influência dessa estrutura advinda de todas essas relações históricas, direcionando-as aos cargos em comissões e em outras esferas parlamentares ditas “femininas”, como é o caso das comissões relacionadas a assuntos das esferas de famílias e sociais, ao passo que as comissões destinadas a tratar de aspectos econômicos e políticos ficam ainda a tratamento dos homens.

A partir da discussão que coloquei até aqui, já é possível compreender que fomos privadas de cidadania. Os estudos decoloniais, nesse sentido, também tiveram papel essencial para exporem que as “lutas contra as discriminações de sexo e raça/etnia causadas e intensificadas pela escravidão e pelo colonialismo são um processo que mulheres, negros, indígenas, entre outros grupos vivem há séculos” (MELO; THOMÉ, 2018, p. 17), de maneira que a abolição foi marcada por estratégias políticas de exclusão continuada desses corpos de um mundo público detentor de poder. Além disso, esses estudos apontam a colonização como um advento político-social reorganizador de relações internas e externas em distintas

sociedades graças à sua influência na reestruturação de relações econômicas e sociais, resultantes na modernidade e globalização (OLIVEIRA; PEIXOTO, 2018).

A atuação de uma masculinidade que se sobrepõe através da violência e impõe a subordinação feminina é um dos grandes fatores que favoreceram o desenvolvimento de leis e instituições do estado-nação e de uma cidadania falsa, e que, segundo Camila Galeão de Azevedo (2020), demonstra também ser uma das razões para a baixa participação das mulheres na política, o que pode ter origem no conceito clássico de cidadania, na teoria liberal e na separação entre os âmbitos público e privado.

Sendo assim, a teoria liberal tem uma relação tensa com o feminismo, e as críticas sobre essa relação são ferrenhas e serão tratadas em um capítulo concernente à discussão dos feminismos nas mandatas, principalmente pelo aspecto em que o feminismo liberal englobou o pensamento liberal, de modo que o traço comum que une ambas as teorias “se encontra em seu objeto, pois boa parte das teorias políticas qualificadas como feministas possuem por objeto de estudo e alcance a igualdade entre os indivíduos, qual seja, a igualdade de gênero” (AZEVEDO, p. 58, 2020). A crítica aqui consiste na insistência do liberalismo em separar as esferas pública e privada e rejeitar as relações patriarcais e de classe, criando “as relações de poder e os espaços na sociedade somente para os homens, como se eles valorassem de forma igual, as esferas (PATEMAN, 1993, p. 164). Esse indivíduo abstrato do pensamento liberal, “aquele que é igual a todos os outros”, é a grande substância da crítica de outras vertentes feministas (BIROLI; MIGUEL, 2014).

Autoras fundamentais no confronto dessa noção, como Maria Lugones (2008), Angela Davis (2016) e Lélia Gonzales (1983, 1988), investigam a intersecção entre raça, classe, gênero e sexualidade na tentativa de entender como a colonialidade do poder, um conceito elaborado por Aníbal Quijano (2005), é inseparável da colonialidade de gênero, e que absorveu os agentes sociais que promoveram a exclusão e o racismo. Trago o conceito “colonialidade do poder” pois ele é central para pensarmos o que propus nesse tópico: a (des)constituição de uma cidadania feminina produzida por um sistema de governabilidade sustentado pela diferença colonial, pela exploração e pela manutenção de hierarquias dualistas que subordinam países e grupos sociais (MIGNOLO, 2003). Colonialidade de poder, na acepção de Quijano, “é um conceito que dá conta de um dos elementos fundantes do atual padrão de poder, a classificação social básica e universal da população do planeta em torno da ideia de ‘raça’” (QUIJANO, 2002, s.p.), o que significa falar de um sistema mundo que se sustenta na imposição de uma classificação racial/étnica como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um

dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social cotidiana e da escala societal, produzindo relações intersubjetivas de dominação sob hegemonia eurocentrada.

A exclusão histórica de mulheres, principalmente das não brancas, do mundo do poder cruza com a análise de Quijano, mas para Maria Lugones (2008) é insuficiente, justamente porque não se manifesta também a partir da categoria gênero, e por isso a autora determina um novo eixo de análise chamado de “sistema moderno colonial de gênero”, que nos ajuda a pensar numa rede de masculinidades formada desde as colônias, baseada na exploração das mulheres, de seu trabalho produtivo e reprodutivo (FEDERICI, 2014), no ódio às mulheres e ao feminino e fundamentada na homofobia (KIMMEL, 1998; 2013). “Ver o gênero como categoria colonial também nos permite historicizar o patriarcado, salientando as maneiras pelas quais a heteronormatividade, o capitalismo e a classificação racial se encontram imbricados” (COSTA, 2012, p. 47).

Concomitante a isso,

na modernidade, a esfera pública estaria baseada em princípios universais, na razão e na impessoalidade, ao passo que a esfera privada abrigaria as relações de caráter pessoal e íntimo. Se na primeira os indivíduos são definidos como manifestações da humanidade ou da cidadania comuns a todos, na segunda é incontornável que se apresentem em suas individualidades concretas e particulares. (BIROLI; MIGUEL, 2014, p. 332).

O mundo público estaria associado, assim, à cidadania, à liberdade, aos direitos, à propriedade e, portanto, aos homens, que interagem como cidadãos iguais. As mulheres, historicamente privadas de participação pública, passaram a ser associadas ao amor, aos laços sanguíneos, à sensibilidade, ao cuidado e à submissão (PARADIS, 2014, p. 55). É muito importante, também, aliar a essas hierarquias construídas a influência que a divisão entre racional e emocional acionou nas estruturas pessoais e políticas e a imbricação com que a racionalidade se dispôs aos homens. Esse é um tema muito bem apresentado pela autora Alisson Jaggar (1997), que explica que tal como a natureza se posiciona nas mulheres, as emoções também receberam uma cultura de desvalor, de inferioridade, quando aliadas ao mundo feminino. E se tudo que se refere à afetividade é descreditado, pressupõe-se que no mundo político a expressão dela também seja evitada. Essa perspectiva desvalorizada das emoções muito tem a ver com as desigualdades e estereótipos que circulam o gênero. No próximo tópico articularei a categoria às viradas conservadoras que vivemos nos últimos tempos e como as mudanças sociais alteram a ordem vigente através da disputa pelo termo.

#### *1.4. O conceito gênero como detonador da virada à direita conservadora*

Para a consagrada autora Joan Scott (1995), gênero é a forma primária de significar poder, mas, para as Ciências Sociais, de uma forma geral, gênero é constituído como uma categoria relacional para pensarmos como mulheres e homens foram constituídos, além de ser uma categoria para pensar as relações sociais. A teoria social feminista de base ocidental<sup>22</sup> pensa a realidade a partir dessa categoria como um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas e enfrentadas entre os sexos. Contudo, as relações de poder, quando transbordadas pelas relações de gênero, possuem a capacidade de significar as desigualdades.

Em outras palavras, a forma como são construídas relações desigualdade e hierarquia, tem um fundamento na desigualdade alicerçada nos sexos, o que significa que a distribuição do poder político se fundamenta, também, na hierarquia existente entre homens e mulheres. Portanto, é preciso considerar que gênero é um princípio de organização da política e que a desigualdade de gênero marcante de nossa sociedade impacta a organização social, as ações políticas e seus efeitos de forma central, em diversas dimensões. (MARQUES et al., 2019, p. 8).

Regimes de gênero (CONNEL; PEARSE, 2015) são encontrados em várias dimensões da vida social da humanidade, mas, certamente, são bem definidos e encontrados nos espaços institucionais da política. Como mencionado, depois de eleitas, mulheres e homens ainda passam pela divisão sexual do trabalho político, que divide bem os sujeitos em posições mais masculinas ou mais femininas. É assim que o gênero determina nossas posições, e é pela importância dessa categoria que conseguimos entender, justificar e talvez subverter o que nos colocaram como natural.

Sendo assim, o termo ganhou força nos movimentos sociais e na academia nas últimas décadas, e isso foi suficiente para insuflar os conservadores no mundo. Como apontam diferentes campos teóricos, o crescimento da extrema-direita tem sido abordado a partir de distintas vertentes e conceitos, como o de fundamentalismo, supremacia branca, masculinidade tóxica, dentre outros. Enquanto falávamos sobre gênero e debatíamos sobre os determinismos

---

<sup>22</sup> Devo evocar novamente a autora feminista Oyèrónké Oyewùmi (2020), que na tentativa de construir um sentido africano para os conceitos ocidentais de gênero, critica a utilização da categoria e a forma como a base eurocentrada universaliza as experiências, buscando entender a “aplicabilidade de conceitos feministas para expressar e analisar as realidades africanas” (OYEWÙMI, 2020, p. 93).

biológicos, os conservadores alcunhavam um novo termo para disputar o campo político: a “ideologia de gênero”. Segundo Carla de Castro Gomes,

em notícias mais antigas, é possível vislumbrar uma genealogia da “ideologia de gênero”, uma gramática de termos que lhe antecederam: “ideologia de que homens são tóxicos”, “ideologia da soberania do sujeito sobre o seu corpo”, “ideologias para desconstruir a família brasileira”, “ideologia gay”, “ideologia que busca dar liberdade a todas as formas de comportamento sexual que possa existir. (GOMES, 2020, p. 8).

Essa foi uma das grandes narrativas que ajudaram a eleger Jair Bolsonaro em 2018, ancorada em uma disputa entre moralidades e na ideia de “defesa da família”. A noção de “família” utilizada nesse caso também entra no contexto autoritário, porque se exclui dessa dimensão todas as outras famílias que não compõem um núcleo familiar composto por marido, esposa e filhas e/ou filhos. “Essa visão de mundo compreende a família como uma instituição formada pelo casal heterossexual, filhos, monogamia, papéis de gênero tradicionais e hierarquia”, apoiado pelo argumento de que a sobrevivência das famílias só se daria pela reprodução de pessoas heterossexuais (SANTOS, 2019, p. 213). Como indicam os estudos demográficos, a maioria das famílias brasileiras não são compostas por esse quadro familiar. Um dos trabalhos recentes que incorpora à análise as disputas em torno do termo “família”, é da pesquisadora e professora Rayani Mariano dos Santos, que revela o que está em disputa na Câmara dos Deputados em relação ao termo:

Na discussão sobre os arranjos familiares e a definição de família, a conjugalidade e a sexualidade são aspectos centrais. O reconhecimento de uniões homoafetivas como famílias é uma das principais controvérsias nas disputas sobre essa instituição. As posições sobre essa questão podem ser divididas entre deputados conservadores, que defenderam famílias tradicionais, e deputados com orientação progressista, que argumentaram por uma definição ampla de família. Além da heteronormatividade, outras questões se apresentam quando a conjugalidade é abordada, como a monogamia, os papéis de gênero tradicionais, a reprodução e a adoção. Também é relevante recordar que a questão da definição das famílias foi muito discutida no debate sobre os Estatutos da(s) Família(s), mas não se restringiu a eles, tanto porque definições e defesas da família tradicional estiveram presentes nas diferentes temáticas, quanto porque nos discursos sobre “ideologia de gênero” os papéis esperados de homens e mulheres também foram mobilizados. (SANTOS, 2019, p. 213).

A disputa pelo termo é um fenômeno transnacional que reflete a existência de políticas antigênero e sua presença de forma estratégica em atuações políticas locais e internacionais, como demonstram os estudos de Sônia Corrêa e Mirta Moragas (2020). Nesse sentido, ainda que não seja novidade a articulação de políticas racistas, sexistas e abertamente antigênero, sua utilização como ferramenta para eleger e manter governos de direita e ultradireita vem

crecendo nos últimos dez anos e tem como resultado mais amplo a desdemocratização desses países, pautada na retomada do ódio contra mulheres e a perda de seus direitos sociais fundamentais. Essa desdemocratização é resultado, tal como interpreta Wendy Brown (2016), de um efeito combinado do neoliberalismo e da repolitização do campo religioso.

No caso do Brasil, por exemplo, Jair Bolsonaro escolhe seu alto escalão a partir desse guarda-chuva: combater a “ideologia de gênero”. Cria-se um novo ministério – o da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos –, chefiado por Damares Regina Alves, limitando sua atuação a partir de valores fundamentalistas, evocando uma política institucional abertamente contrária aos direitos reprodutivos e sexuais das mulheres e das populações LGBTQIA+, a partir de uma noção autoritária de família, sexualidade e afetividade. O principal grupo brasileiro que levantou essa bandeira foi o “Escola sem Partido”, encabeçado pelo procurador Miguel Nagibe, que desde 2010 faz manifestações contra a educação sexual dentro das escolas e veta o debate sobre identidade de gênero (BIROLI; VAGGIONE; MACHADO, 2020).

Contudo, é bastante importante o destaque que as antropólogas Sônia Corrêa e Isabela Kalil (2020) faz em relação à atuação desse ministério em articulação com o Ministério da Economia, atribuindo essa noção de família às diretrizes econômicas. Essa versão restrita de família desloca a função do Estado para o núcleo familiar, fazendo com que este se responsabilize cada vez mais por todas as demandas pelas quais o Estado se desresponsabiliza.

Não são novidade os retrocessos e as perseguições políticas travadas pelas políticas antigênero. De acordo com as pesquisadoras, foi a Igreja Católica e o Vaticano quem primeiro se manifestou em reação à conferência do Cairo de 1994,<sup>23</sup> que havia abordado o tema da igualdade de gênero pela primeira vez. O que acontece agora no Brasil também se configura como reação, ou *backlash*,<sup>24</sup> contra os movimentos feministas e os ganhos que os movimentos de mulheres obtiveram nos últimos tempos. O acirramento do discurso antigênero se tornou mais popular nas análises do cenário político partidário do país e instalou-se, mais fortemente,

---

<sup>23</sup> A Conferência sobre População e Desenvolvimento (CIPD) das Nações Unidas, realizada no Cairo, em 1994, foi um marco por propor discussões e tratos globais sobre os direitos humanos dos indivíduos, principalmente das mulheres. O Programa de Ação adotado pelos países membros afirmou a importância da saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar como condição prévia para o empoderamento das mulheres. Apela, ainda, ao fim da violência baseada no gênero e das práticas tradicionais nocivas, incluindo a mutilação genital feminina. Outra conferência que potencializou as discussões, a de Beijin, aconteceu em 1995, onde a tensão foi máxima.

<sup>24</sup> Esse termo é discutido por algumas feministas, que o ditam ao referenciar esse movimento de governança que reage contra ou negativamente aos debates construídos pelos movimentos de mulheres. *Backlash*, traduzido do inglês: “Uma reação negativa ou uma forte reação adversa a uma ideia, ação ou objeto. Geralmente é um reflexo de um ressentimento normativo, em vez de uma negação de sua existência. No discurso político identitário ocidental, o termo é comumente aplicado a casos de preconceito e discriminação contra grupos marginalizados” (FALUDI, 2001).

durante o processo de impedimento da presidenta Dilma Rousseff em 2016, culminando na eleição da ultradireita à presidência do Brasil em 2018 (FREITAS; GONÇALVES, 2021). Portanto, a distorção do conceito de gênero amplia um sistema global de governança – as políticas que perseguem mulheres e outras minorias –, além de promover uma ofensiva contra direitos reprodutivos e sociais já conquistados.

### *1.5. Semente: A representatividade de Marielle Franco*

Dedico um espaço de destaque pontual à Marielle Franco, pois ela será citada em várias falas de mulheres que aqui estarão, além de representar um período muito marcante quando se trata de representação política e gênero no Brasil e da defesa da presença da mulher periférica, negra, lésbica, mãe e feminista no espaço da política institucional. Até em seus textos acadêmicos, a vereadora reivindicava o título “cria da Maré”, em referência ao seu local de nascimento, Complexo da Maré, subúrbio carioca. “Sua atuação foi marcada pela luta pelos direitos humanos, especialmente contra os abusos policiais contra a população pobre e negra nos aglomerados urbanos” (SILVA, 2019, p. 54). Após seu assassinato e o de seu motorista, Anderson Gomes, em 14 de março de 2018, em um atentado sofrido no centro do Rio de Janeiro, seu nome ganhou ainda mais força, tanto no espaço comum da vida quanto nas disputas do campo político. O caso se tornou um dos maiores crimes políticos da história e marco da violência política de gênero, ainda sem inquérito policial conclusivo ou resposta à sociedade.

Depois de sua morte, a figura de Marielle torna-se vítima de *fakenews* (ferramenta para a disseminação do ódio biopolítico), numa tentativa de desconsiderar e desconstruir sua carreira política dedicada aos direitos humanos. Essa lógica foi seguida por fotos editadas que sugeriam que Marielle tinha relações com algum traficante, entre tantas outras. Nas redes sociais sua figura “sofre uma ‘segunda morte’, ao ter a dimensão política de sua vida usurpada e reduzida ao domínio do biológico, em discursos que justificam sua morte pelo mecanismo do racismo”. Leandra Cohen Schirmer e Aline Roes Dalmin (2019) analisam esse acontecimento a partir do conceito de biopolítica, desenvolvido por Michel Foucault, apontando para a forma não repressiva, mas inerente, que o poder político consegue atuar sobre todos os aspectos da vida humana. Segundo as autoras, os ataques que Marielle Franco sofreu nas redes digitais dizem muito sobre o ódio biopolítico, “que reduz os indivíduos à vida nua, não politizada, a mera existência biológica”. (SHIRMER, DALMIN, 2019, s.p) As notícias falsas foram transmitidas baseadas nos seguintes argumentos: “1) A morte de Marielle Franco representa uma indignação

seletiva da esquerda e de ideias tidas como seus ideais; 2) A morte de Marielle é uma morte como qualquer outra no Brasil, ou todas são políticas, ou nenhuma é”. (SHIRMER, DALMIN, 2019, s.p)<sup>25</sup>

Esse caso estarrecedor da história da política de mulheres no Brasil e no mundo, e também para o movimento de mulheres, escancara os esforços excludentes e violentos que continuam a limitar a cidadania feminina, buscando “expulsar as mulheres do campo político para aniquilar suas agendas, lutas e, em alguns casos, as próprias mulheres que ousaram seguir uma carreira política profissional, como é o caso desse feminicídio político” (MATOS; MARQUES; CARVALHO, 2021).

Uma mulher negra que se propõe a ocupar um cargo político na arena formal certamente desafia os imperativos que se acomodam na ideia de que o poder e a vocação política “nasceram” para os homens ou somente para um grupo seletivo de humanos, e que, segundo Ailton Krenak (2019), nasceram para essa chamada humanidade, que, vinculada aos interesses do capital e de uma modernidade, é pautada em hierarquias que inferiorizam e centralizam o poder, excluindo outras séries de “sub-humanidades”, além de

caiçaras, índios, quilombolas, aborígenes, que vivem agarradas à terra, aos seus lugares de origem, que são coletivos vinculados à sua memória ancestral e identidade. Esse grupo exclui também 70% das populações arrancadas do campo e das florestas, que estão nas favelas e periferias, alienadas do mínimo exercício do ser, sem referências que sustentam a sua identidade. São lançadas nesse liquidificador chamado humanidade. (KRENAK, 2019, p. 9).

Marielle é, assim, um corpo crescido dentro de uma estrutura excludente que rompeu sua sub-humanidade, junto a uma rede de mulheres e outros sujeitos políticos que persistem em supor uma nova arena política, sustentada por menos desigualdades. Sua figura pública refletiu no alicerçamento de diversos outros movimentos sociais e na ruptura com as formas tradicionais do fazer político, o que, segundo a socióloga Andréa Franco Lima e Silva (2019), fomentou várias candidaturas de mulheres negras nas eleições de 2018, como parte de um projeto político motivado e inspirado em Marielle.

No Rio de Janeiro foram eleitas em 2018 para a Câmara dos Deputados e para a Assembleia Legislativa do Estado (ALERJ) pelo PSOL quatro ex-assessoras de Marielle, todas mulheres negras e oriundas da periferia, além de novatas na linha de frente da política institucional: Renata Souza, Mônica Francisco e Daniela Monteiro (eleitas deputadas estaduais) e Talíria Petrone para a Câmara de Niterói. (SILVA, 2019, p. 68).

---

<sup>25</sup> Trata-se de texto baixado, sem página.

Contudo, os movimentos mais proeminentes e que se sobressaem nesse novo formato político são as Juntas e a Gabinetona, duas candidaturas que se autointitulam negras e feministas, que se vinculam à figura de Marielle Franco e que são o escopo de estudo deste trabalho, juntamente com a Mandata Ativista.

De todo modo, as eleições de 2018 trouxeram a experiência de uma nova forma de concorrência, que segundo a autora e a hipótese que sustenta o estudo, foi marcada pela solidariedade entre as mulheres, mesmo quando não formaram expressamente uma candidatura coletiva:

Em vídeo, várias candidatas pediam voto para as colegas. “Eu sou Áurea Carolina, candidata a vereadora. Mas se você não quiser votar em mim, vote na Polly”. Polly então aparecia dizendo “a Cristal também tem propostas ótimas, vote nela”. E Cristal defendia o voto em outra companheira de partido. Assim uma candidata ia reforçando a candidatura da outra. (PORTELA, 2018, n.p *apud* SILVA, 2019).

Portanto, Marielle parece não parar de ecoar. Sua representatividade sustenta uma nova ação política institucional e que preza pela participação coletiva. Nesse sentido, é preciso mapear as resistências, outorgá-las o destaque, questionar o papel das estruturas dicotômicas entre homem/mulher, público/privado, natureza/cultura, emoção/razão (Mouffe, 2003) para estabelecer concepções democráticas mais radicais. O próximo capítulo terá a finalidade de apresentar esse novo formato político a partir de suas estruturas, classificações e contextualizações, e que foi muito inspirado por uma outra vontade de fazer política.

**Figura 1** – Marielle Franco e Áurea Carolina



Fotografia: Tatiana Oliveira Novais<sup>26</sup>

<sup>26</sup> Encontro nacional da #partidA em Brasília, abril de 2017.

## **CAPÍTULO 2 – OS MANDATOS COLETIVOS E SUAS CONFIGURAÇÕES NO MUNDO E NO BRASIL**

As relações entre gênero e Estado apresentadas no capítulo anterior me permitem adentrar neste próximo destacando como um novo formato político foi favorecido por uma inspiração e pelo florescimento de novas associações entre mulheres que exploram suas aspirações políticas através de um coletivo. Nestes dois próximos capítulos, serão recuperadas as percepções sobre o tema através dos trabalhos encontrados, seus significados, definições e classificações, além de algumas análises extraídas do campo e das minhas primeiras escutas, que aconteceram em 2019, quando pude visitar os gabinetes das Juntas e da Mandata Ativista. Essas são fontes que foram lidas mais panoramicamente, com exceção do trabalho de doutorado de Bárbara Lopes Campos, que se tornou central em várias análises.

Como se trata de um tema do presente, com um histórico recente na realidade brasileira, os trabalhos sobre esse novo fenômeno político no mundo são escassos. Na literatura daqui, algumas pesquisas importantes já foram produzidas pelo professor Leonardo Secchi e a RAPS<sup>27</sup>, e, no ano de 2021, uma tese foi produzida pela cientista política Bárbara Lopes Campos, que tratou sobre os coletivos em questão a partir da Ciência Política. Os trabalhos encontrados, compatíveis com o tema, estão listados no quadro abaixo:

---

<sup>27</sup> A RAPS ou Rede de Ação Política pela Sustentabilidade é liderada pelo professor Leonardo Secchi. “É uma organização apartidária criada em 2012 com a missão de contribuir para a melhoria da democracia e do processo político brasileiro e de disseminar o compromisso com a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável na política institucional.” Disponível em <https://www.raps.org.br/> Acesso em 14 set. 2021.

**Quadro 1** - Trabalhos acadêmicos, dissertações e teses sobre mandatos coletivos<sup>28</sup>

TÍTULO	AUTOR/A	PALAVRAS-CHAVE	MODALIDA DE/ÁREA	ANO
Juntas em um único número na urna: uma análise das experiências de mandato coletivo no Brasil. (TESE)	CAMPOS, Bárbara Lopes	Bancada Ativista; Candidatura coletiva; Candidatura compartilhada; Gabinetona; Interseccionalidade; Juntas; Mandata Ativista; Mandato aberto; Mandato coletivo; Mandato compartilhado; Mandatos coletivos no Brasil; Muitas; Representação Política	Ciência Política	2021
As candidaturas coletivas nas eleições municipais de 2020: análise descritiva e propostas para uma agenda de pesquisa sobre mandatos coletivos no Brasil (RELATÓRIO DE PESQUISA)	SECCHI, Leonardo; LEAL, Leonardo.	Mandatos coletivos; Eleições municipais; vereadores	Administração Pública/ Políticas Públicas	2020
Ocupar as ruas e as instituições: a participação popular, a ocupação dos espaços institucionais e o direito à cidade. (TESE)	FONSECA, Helena d'Agosto Miguel.	Participação popular; Ação direta; Institucionalidade; Direito à cidade; Mandato coletivo	Arquitetura e Urbanismo	2020
Mandato Coletivo: a candidatura da Bancada Ativista nas eleições de São Paulo (PUBLICAÇÃO EM ANAIS)	SEGURADO, Rosemary; CHICARINO, Tathiana; CHAIA, Vera	Mandatos coletivos; bancada ativista.	Ciências Sociais/Comunicação Política	2019
Megafonizar as lutas: a experiência das Muitas e da Gabinetona em Belo Horizonte. (DISSERTAÇÃO)	MARQUES, Gustavo Pessali	Mandatos coletivos; Gabinetona.	Direito	2019
Mandatos coletivos e compartilhados: desafios e possibilidades para a representação legislativa no século XXI. (LIVRO)	(RAPS): SECCHI, Leonardo.; CAVALHEIRO, Ricardo Alves; DA SILVA, William Quadros; PAGANELA, Saulo Francisco; ITO, Leticia Elena	Mandatos coletivos; inovações democráticas; Representação legislativa	Administração Pública/ Políticas Públicas	2019

Fonte: elaborado pela autora.

<sup>28</sup> Parte da pesquisa foi realizada entre abril de 2019 e dezembro de 2021. A busca se deu, principalmente, pela BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertação e pelas plataformas de busca *Google* e *Google acadêmico*, com as palavras-chave: mandatos coletivos, mandatos colectivos e collective mandates. Os trabalhos internacionais localizados, já integravam a análise e levantamento da pesquisa produzida pelo coletivo RAPS.

As experiências que procurarei descrever aqui são muito recentes, de forma que a análise partirá de um recorte bibliográfico pequeno e oriundo principalmente de um material midiático, no intuito de apresentar um panorama minimamente suficiente sobre a temática. Contudo, de 2018 em diante, muitos conteúdos e debates foram disponibilizados na internet, como publicações em anais de eventos e apresentações em formato de aula na plataforma *Youtube*, trazendo reflexões sobre as experiências, sobretudo as brasileiras, e revelando várias discussões em torno do tema. Núcleos de pesquisa<sup>29</sup> em Ciência Política, principalmente, possibilitaram a abrangência deste debate, além de falas públicas das codeputadas e covereadoras, que foram diversas e necessárias para que pudéssemos acompanhar suas atuações e impressões em relação às suas vivências políticas.

Quanto às motivações encontradas a respeito da formação desse novo formato político, uma das principais refere-se à questão democrática em si. A democracia vem sendo questionada, sobretudo sob o aspecto de sua condição representativa, que, aparentemente, sofre com o descrédito das organizações políticas, principalmente os partidos políticos e os espaços institucionais políticos, de modo que a participação direta<sup>30</sup> vem se apresentando como uma saída para as lacunas oferecidas pelo modelo. Sem dúvida, essa questão pode ser analisada a partir dos conceitos desenvolvidos na Ciência Política e que são usados, recorrentemente, nos estudos sobre a temática. O primeiro refere-se ao que Robert Dahl (1997) chamou de poliarquia, termo utilizado por considerar que as democracias existentes são pobres aproximações do ideal democrático; e o segundo trata-se do conceito de Robert Michels (1982) sobre poder oligárquico, onde o autor aponta uma tendência das agremiações políticas em desenvolverem uma estrutura burocrática centralizada e oligarquizada de sua direção. No que tange a essas referências, sendo o governo de muitos ou de poucos, a democracia, inclusive em seu caráter representativo, sofre com as abstrações de seus conceitos e suas complexidades quando situada na prática e em diferentes contextos. De toda forma, Hanna Pitkin (2004) concorda com Michels quando diz que o governo representativo tornou-se uma nova forma de oligarquia, com pessoas comuns excluídas da vida pública. Como argumentado por Pitkin (2004, p. 339), “apesar dos repetidos esforços para democratizar o sistema representativo, o resultado predominante é que

---

<sup>29</sup> NEPEM/UFMG e NEIM/UFBA foram alguns que pude ver tratando do tema em seus canais digitais.

<sup>30</sup> Mecanismos de participação direta são referenciados na ideia de participação política e registram-se no modelo de democracia participativa, que se assenta na ideia de que os cidadãos e cidadãs, em seu conjunto, podem e devem definir e autorizar decisões políticas. Já o modelo da democracia representativa se ancora na ideia de que as decisões políticas são derivadas das instâncias formadas por representantes escolhidos por sufrágio universal. Além dos mandatos compartilhados, outro exemplo que é ancorado nos princípios de democracia participativa são os Orçamentos Participativos e os Conselhos Gestores, que se apresentam em diferentes níveis de participação, sendo que sua implementação e seus diferentes formatos encontram-se, em grande parte dos casos, dependentes do projeto político-partidário que assume o poder governamental (LÜCHMANN, 2007).

a representação suplantou a democracia em vez de servi-la”. É nesse sentido que a autora verifica em seus estudos que muitos dos representantes não atuam mais como agentes das pessoas, mas simplesmente agem independentemente delas, tal como Manuel Castells (2018) argumenta quando afirma que o mundo hoje é assolado por uma crise que tem a ver com a ruptura da relação entre governantes e governados, a desconfiança nas instituições e a não legitimidade da representação política, representação essa que diz respeito ao modelo de representação imposto por uma democracia liberal.<sup>31</sup> O que ele quer dizer é que vivemos atualmente a queda desse modelo democrático. Alguns sintomas dessa crise também foram apontados por Philippe Schmitter (2013) e Bernard Manin (2018), como, por exemplo, afluência eleitoral declinante, diminuição da filiação em partidos políticos, não identificação entre representantes e representados, e diminuição da confiança, tanto nos políticos quanto nos partidos políticos e nas instituições políticas em todo o mundo (o que caracteriza um dos argumentos de que a extrema-direita valida).

Essas implicações produziram a ascensão desse novo fenômeno, os mandatos coletivos, que criados nesse escopo de uma democracia participativa, apresentam ao mundo novas possibilidades de governança e de enfrentamento a uma estrutura política desgastada. O fenômeno aparenta ser uma resposta à exclusão política de tantos grupos marginalizados, que o sistema político insiste em retirar do processo de participação política via instituição. O que os estudos ainda precisam enfrentar tem a ver com o quanto essa proposta é inovadora e quais os reais enfrentamentos e questionamentos trazidos por essa nova forma de ocupar um cargo legislativo, além, é claro, de considerarmos nos nossos trabalhos a alocação regional de cada contexto, já que os eventos que estimularam a criação desse novo fenômeno aqui no Brasil certamente se diferenciam de outros fatores que residem mundo afora. Diante disso, nos dois próximos tópicos será apresentada uma dimensão da expansão dessas experiências em diversos países, alguma historicização, bem como uma análise da distinção que existe entre mandato compartilhado e mandato coletivo.

---

<sup>31</sup> Várias são as narrativas que conformam um contexto onde o mundo estaria vivendo sob a égide de uma democracia liberal, regime político instaurado depois da queda do muro de Berlim (1989). Segundo Boaventura de Sousa Santos: A democracia liberal assenta na ideia de que os cidadãos têm condições de aceder a uma opinião pública informada e, com base nela, eleger livremente os governantes e avaliar o seu desempenho. Para que isso seja minimamente possível, é necessário que o mercado das ideias políticas (ou seja, dos valores que não têm preço, porque são convicções) esteja totalmente separado do mercado dos bens económicos (ou seja, dos valores que têm preço e nessa base se compram e vendem). (SANTOS, 2018, s.p).

## 2.1. Mandatos compartilhados/coletivos no mundo

Os mandatos coletivos/compartilhados já foram “experenciados” de várias maneiras em outros países e conjunturas políticas, e, por esse motivo, é relevante que eu apresente algumas dessas experiências, de sucesso ou não, para que tenhamos uma percepção mais ampla de como essas iniciativas funcionaram em outros contextos e conjunturas políticas. Sob essa perspectiva, como já mencionado, a crise democrática é uma realidade em vários países ocidentais e seu enfraquecimento instigou a formação desses modelos de atuação política em vários outros lugares além do Brasil. Apresentarei, então, quais foram os principais dilemas, riscos e sucessos que cada um enfrentou. Farei isso em síntese, porque me debruço sob o trabalho de Leonardo Secchi, professor da Universidade Estadual de Santa Catarina, que possui grande interesse sobre o tema e que já lançou algumas pesquisas sobre mandatos coletivos, além de também ter se candidatado nesse formato de mandato compartilhado nas eleições de 2014 e 2018,<sup>32</sup> além, é claro, do trabalho da pesquisadora Bárbara Lopes Campos, que se dedicou mais intensamente às mandatas coletivas, conforme referenciado no último quadro.

Essa análise converge na tentativa esperançosa que exerço de creditar a essas experiências os melhores resultados em torno do que se espera por coletividade em formatos políticos institucionais. Talvez, porque tenho muita confiança na perspectiva feminista que se baseia no significado dos Comuns, teoria mais remotamente desenvolvida por Silvia Federici, ou na organização entre mulheres integradas à uma comunidade, que estejam agrupadas não por interesses exclusivos, mas pelo desejo de transformar a justiça em políticas públicas mais compatíveis a ela. Descumpro, em certa medida, o que a autora propõe como conceito,<sup>33</sup> na tentativa de interpretar os mandatos coletivos como um projeto político de cooperação social que se estende à institucionalidade. Essa narrativa ganhou espaço nos movimentos sociais e vem sendo vista como uma alternativa ao capitalismo, por isso, abordarei o conceito com mais cuidado em um capítulo destinado à epistemologia feminista, que interligará esses movimentos políticos tão inéditos. De todo modo, a defesa e a interpretação deste conceito, “o princípio dos

---

<sup>32</sup> O professor Leonardo Secchi se candidata, desde 2014, como codeputado, no formato compartilhado, no estado de Santa Catarina. É interessante perceber que Secchi desde cedo se envolveu com a perspectiva inovadora desse fenômeno político. De acordo com seu site pessoal, a cada decisão em plenária, os integrantes poderiam debater e decidir, por um aplicativo, os posicionamentos do deputado. O professor denominou toda essa experiência como sendo os novos exercícios da democracia digital, todavia a proposta não conseguiu ser eleita. Disponível em: <https://apoia.org/codeputado> Acesso em 22 ago. 2021.

<sup>33</sup> Segundo Federici (2019, p. 305), o conceito de “comuns” converge com as lutas das anarquistas, marxistas/socialistas, ecologistas e ecofeministas que vão para o centro dos movimentos sociais, abordar e enfrentar o Estado e as instituições que limitam as formas de vida ao mundo do capital, dando visibilidade às propriedades comunais e “as formas de cooperação social que estão sendo produzidas constantemente, inclusive em áreas da vida que antes não existiam, como a internet, por exemplo”.

Comuns”, se traduzirá aqui como um projeto político de mundo que se estende às práticas das mulheres das mandatas aqui estudadas ou não, caso perceba que não seja o caso.

Retomando o objetivo deste texto, o mapeamento tem por finalidade fornecer uma análise sobre se, e como, os mandatos coletivos/compartilhados, compostos por homens e/ou mulheres, foram absorvidos pela cultura política nos diversos casos que serão trazidos agora. É importante, mais uma vez, ressaltar que o cenário, em quase todos os países, remete a uma crise da democracia representativa. Na contramão, surgem novas formas na busca de superação e de incremento à participação de cidadãos e cidadãs, influenciando a representação política e potencializando a democracia participativa (ADDOR, 2018).

Diante disso, o modelo escolhido pelas agentes políticas que abordo no trabalho, numa perspectiva de maior aproximação do poder decisório, também possui outras variações importantes de serem sabidas, muito bem expostas na pesquisa em que exploro os dados:

**Mandatos coletivos** geralmente se apresentam em número reduzido de co-parlamentares, que em geral se conhecem (proximidade). Os mandatos coletivos, via de regra, têm uma clara tendência ideológica que acaba sendo uma barreira de entrada para a participação de pessoas que não compartilhem tal visão de mundo. Por ter número reduzido de participantes, e por se conhecerem, as decisões dos coletivos em geral são tomadas por deliberação, debate e tentativa de consenso.

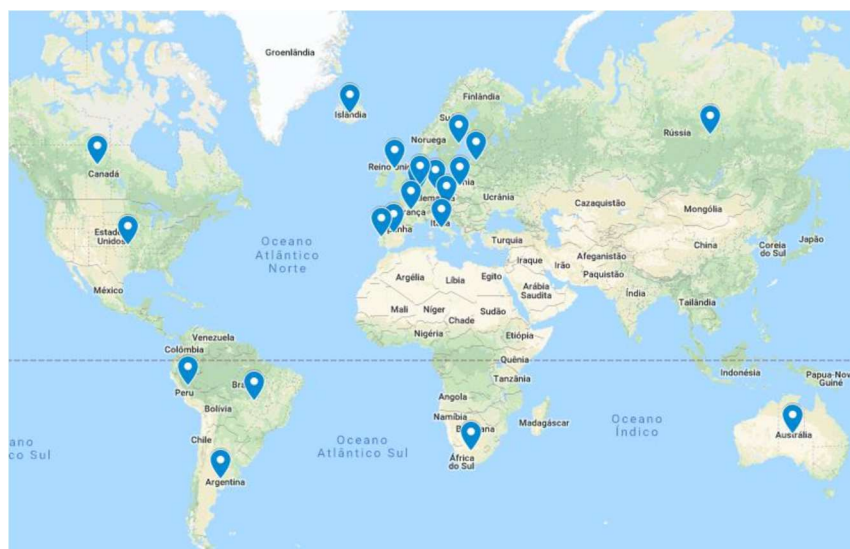
**Mandatos compartilhados** são aqueles que fazem a distribuição de poder de voto de maneira individualizada para cada co-parlamentar. Estes mandatos, em geral, primam pela pluralidade e heterogeneidade de um grupo médio a grande de co-parlamentares (em geral superiores a 100 pessoas). Mandatos compartilhados não têm a ambição de sintetizar a “o interesse geral da sociedade”, mas também não se fecham para a participação de pessoas de viés ideológico contrastantes. As decisões são tomadas em regra de maioria, por meio de debate e enquete eletrônica entre os vários co-parlamentares. (RAPS, 2019, p. 24).<sup>34</sup>

A partir da distinção, já é possível observar que tratarei especialmente de mandatos coletivos, já que os casos destinados à essa pesquisa se configuram aí. De acordo com a pesquisa levantada pelo professor, ainda não existem modelos consolidados desses tipos de mandatos no mundo, “o que se observa nacionalmente e internacionalmente é um experimentalismo difuso, tentativa e erro, sucessos e insucessos nos vários formatos já adotados para mandatos coletivos ou compartilhados” (RAPS, 2019, p. 24). Essa liberdade ainda proporciona a essas novas experiências adaptações às necessidades específicas de cada candidatura ou mandato e dos diferentes sistemas político-partidários existentes em cada país.

---

<sup>34</sup> Mandatos compartilhados não são uma novidade. Historicamente, partidos de esquerda têm se dedicado mais à relação entre representante e representados, com formas mais participativas de tomadas de decisão coletiva.

**Figura 2** - Mapa das experiências de compartilhamento no Poder Legislativo



Fonte: RAPS, 2019.

As iniciativas desse modelo de atuação legislativa foram encontradas em nove exemplos tratados pela pesquisa, porém, todos eles no formato de mandato compartilhado, e não coletivo, como explicado anteriormente. O primeiro exemplo se deu na Suécia, onde vários alunos e um professor montaram uma chapa para disputarem a eleição de 2002 com o propósito de compartilharem o mandato com todos os eleitores da cidade de Vallentuna. “Democraticamente escolheram a ordem dos candidatos na lista fechada e a estudante Parisa Molagholi encabeçou a lista” (RAPS, 2019, p. 29). Era através de um *website* que o partido viabilizava a participação social, e os cidadãos que se inscreviam tinham suas ideias deliberadas, seguindo o critério democrático de maioria. O Demoex (*Democratic Experiment*) chegou a ter 273 membros ativos, conseguindo proporcionar o experimento até a eleição de 2014, colocando fim à sua atuação ao não eleger mais nenhum de seus representantes. Como ressaltado na pesquisa, o uso da democracia eletrônica foi fundamental para estimular a participação e engajar um mandato de tal estilo (RAPS, 2019).

No Peru, o que poderia ser mencionado enquanto experiência coletiva parte do próprio governo, através dos espaços dentro da plataforma do Congresso que possuem o objetivo de coletar sugestões e debater com os cidadãos propostas de projetos de lei, chamados de *Fóruns Legislativos Virtuales*. Desde 2003, essa iniciativa persiste e é reforçada pelos sucessivos governos.

Outro caso que se destaca na pesquisa é o partido *Online Direct Democracy* (ODD), da Austrália, que em 2007 foi fundado com a intenção de utilizar enquetes online entre cidadãos australiano não filiados a outros partidos para tomar decisões, chegando a ter 550 filiados ativos. “Se a enquete não alcançasse uma ampla maioria (maior que 70%) a favor ou contra algum projeto de lei ou se o número de votos fosse inferior a 100.000 em alguma enquete, o parlamentar do ODD teria que abster-se de votar”, afirma o estudo. Nas eleições de 2007 e 2013 não obteve sucesso eleitoral e, segundo o autor, “a falta de uma clara agenda de propostas pode ser considerada uma das causas do seu insucesso eleitoral” (RAPS, 2019, p. 19). Outro exemplo semelhante ao do ODD é o partido Flux, fundado na Austrália em 2016 com o intuito de realizar também mandatos compartilhados usando tecnologia. Nesse caso,

ao invés de cada participante do mandato compartilhado ter que participar do processo decisório em todas as temáticas, ele pode especializar-se em determinado tema (ex. saúde, meio ambiente, etc) e delegar o seu direito de voto nas outras áreas temáticas. (RAPS, 2019, p. 36).

Qualquer cidadão pode utilizar o app Flux e participar dos debates. Segundo a pesquisa, “alguns deles foram candidatos a senadores e outros a deputados nas eleições federais de 2016, mas nenhum obteve votação suficiente para garantir uma cadeira no parlamento” (RAPS, 2019, p. 23). É importante observar que, nesse caso, a democracia direta, ou essa espécie de democracia numérica vinculada ao caso da Austrália, parece problemática, pois é esvaziada de agenda e sentido político.

Na Itália, a parceria entre o comediante televisivo Beppe Grillo e o empreendedor tecnológico Gianroberto Casaleggio deu origem ao Movimento Cinco Estrelas,<sup>35</sup> “uma lista cívica criada em 2009 para concorrer às eleições municipais na Itália, e depois converteu-se em partido político nacional para disputar as eleições em 2013”. Em 2016, foi criada uma plataforma própria, onde o cidadão poderia escolher os candidatos das listas eleitorais e debater sobre grandes temas. Segundo os autores (RAPS, 2019, p. 20), o Cinco Estrelas “é considerado um movimento-partido populista italiano, mas que em dez anos tornou-se o partido com maior força no Parlamento, tendo hoje conquistado inúmeros sucessos eleitorais em eleições locais”.

---

<sup>35</sup> O autor Giuliano Da Empoli, na obra “Engenheiros do caos” (2020), relaciona o papel do Cinco Estrelas na ascensão da extrema-direita na Itália, e como as estratégias desinformativas usadas via internet transformam as democracias, trazendo consequências perigosas. O projeto do Cinco Estrelas está no sentido oposto da filosofia dos comuns.

Outras plataformas digitais dão palco a outras experiências pelo mundo, como na Letônia e na Argentina. No primeiro caso, a plataforma ManaBalls (*My Voice*) foi inaugurada em 2011 e converteu-se em um canal da sociedade civil para veicular demandas e definir a agenda de debate público no parlamento. “Pelo peso e visibilidade que adquiriu na Letônia, os deputados do parlamento nacional Saeima passaram a considerar o ManaBalls como um grande indicativo de opinião pública, convertendo muitas sugestões dos cidadãos em projetos de lei” (RAPS, 2019, p. 22). Já na Argentina, um grupo de cidadãos ativistas decidiram concorrer às eleições locais de 2012 com uma plataforma de mandato compartilhado. Para isso, criaram um partido político chamado *Partido de la Red* e um software de participação online chamado *DemocracyOS*. Além de votar nas propostas legislativas, no *DemocracyOS* também é possível propor projetos de lei e debater propostas legislativas com os outros usuários. Segundo o levantamento (RAPS, 2019), hoje o grupo está unido em uma organização não governamental chamada *Democracia en Red*, onde conseguiram captar recursos e traduziram o *DemocracyOS* para mais de 15 idiomas.

É fundamental destacar também a existência do Podemos, partido espanhol oriundo dos indignados do Movimento 15-M, que em 2012 criaram o partido, conquistando cinco cadeiras nas eleições europeias cinco meses depois das mobilizações. Um dos seus grandes líderes é Pablo Iglesias, que também se utilizou de ferramentas online “para radicalizar a participação cidadã na construção das candidaturas e na gestão dos mandatos e do partido” (RAPS, 2019, p. 23). Nesse sentido, é interessante observar que sempre houve uma intenção de promover a participação popular na área de formulação das políticas públicas. O Podemos já possui uma relevância política na Espanha, sendo o terceiro maior partido do país. O partido já ocupou a prefeitura de Madrid, governo da região de Andaluzia, e ainda conta com cadeiras em diversas administrações locais e cadeiras no parlamento, sendo que já chegou a contabilizar 67 cadeiras (RAPS, 2019, p. 22). Entretanto, o cofundador e principal figura do movimento, Pablo Iglesias, abandonou os cargos políticos institucionais em 2021, logo depois dos resultados insatisfatórios nas últimas eleições, o que caracteriza um desacordo com seu eleitorado, que perdeu ou se encantou por outra perspectiva política. Esses exemplos relacionam-se com as demandas de maior transparência na era digital, o que levou “esses partidos a lançarem mão de plataformas online para delegar as decisões políticas para o seu eleitorado, revitalizando as relações entre representantes e representados/as” (CAMPOS, 2021, p. 7).

No mais, sem muito aprofundamento das análises técnicas e empíricas produzidas em línguas locais, essas informações são trazidas e consideradas por mim suficientes, tendo em vista que o estudo não é comparativo e os mandatos compartilhados se diferenciam do objeto

que elegi para análise. Esse panorama trata-se de um artifício para visualizarmos a força dessas iniciativas pelo mundo, as quais se apresentam num tempo muito recente e com desenvolvimentos e experimentações que variam conforme o local. Digo isso porque não é em todo o mundo que o fenômeno se mostra em pleno desenvolvimento. Conforme o mapeamento levantado, os destaques aconteceram entre 2008 a 2015, muito devido à novidade da difusão da internet em massa. Talvez, o que se desenhe hoje sejam outras relações da internet com a política, tal como se utiliza a extrema-direita.<sup>36</sup>

Contudo, observa-se que uma ampliação de uma participação política mais direta vem sendo provocada pelo mundo a partir dessas iniciativas, e, vale lembrar, elas se fundamentam no mesmo critério de coletividade e democracia participativa e direta presente nos mandatos coletivos que estudo neste trabalho, mas que não se enquadram no modelo de funcionamento e representação dos mandatos compartilhados. E, ainda, não há levantamento na pesquisa de exemplos de mandatos coletivos que dividam o poder tal qual fazem a Juntas, a Gabinetona e a Mandata Ativista. Nesse sentido, a revitalização da democracia representativa pode estar acontecendo hoje pela via do compartilhamento de poder promovida pelas mandatas coletivas femininas eleitas para cadeiras de deputadas estaduais. Essa é uma das minhas grandes hipóteses de pesquisa. Portanto, entendamos as similaridades entre os dois tipos de mandatos citados pela pesquisa apresentada neste último tópico, salvaguardando as suas diferenças em suas realidades particulares.

## 2.2. *Os mandatos compartilhados e coletivos no Brasil*

Há iniciativas registradas nesse modelo de mandato compartilhado que precederam a explosão dos mandatos coletivos, que aconteceu, mais fortemente, a partir de 2016. De acordo com um estudo de Leonardo Secchi e seus colaboradores, experiências similares aos mandatos

---

<sup>36</sup> Estudos já demarcaram a presença de grupos de inspiração neofascista na internet, sobretudo a partir da década de 1990, tanto na Europa quanto nas Américas. Segundo o historiador Fábio Chang de Almeida (2008), esse processo resultou no movimento “revisionista” ou “negacionista”, o que significa propor uma revisão da história relativizando determinados elementos do fascismo, ou mesmo negando o caráter genocida do nazismo. No caso do Brasil, essa onda “neofascista” refletiu na eleição de grupos de extrema-direita, principalmente na divulgação de *fake news* através de novos meios de comunicação, e no desastre trágico frente à condução da pandemia, com a disseminação de notícias falsas a respeito do contingenciamento do vírus COVID-19 (Coronavírus), além da recomendação, a nível de governo federal, para que a população não tomasse vacinas e usasse medicamentos sem comprovação científica. A omissão do governo federal e a propagação de informações negacionistas resultaram na morte de mais de 600 mil pessoas no Brasil. Além disso, pesquisas recentes já demonstram o impacto do uso ilegítimo das tecnologias de comunicação e como o acesso restrito às ferramentas digitais e à uma educação de qualidade produz campo fértil para os ultraconservadores (NEMER, 2021).

compartilhados foram identificadas há mais de 20 anos, e “dizem respeito a incorporação de diferentes mecanismos de participação popular no interior de mandatos parlamentares, representando modalidades de mandatos abertos” (RAPS, 2019 *apud* CAMPOS, 2021, p. 3). Alguns estudos já levantam a historicidade de alguns desses exemplos, como é o caso do deputado estadual Durval Ângelo (PT-MG), que, entre 1995 e 2018, experimentou mandatos abertos através dos Conselhos Deliberativos semestrais em movimentos da sociedade civil.

Nessa perspectiva, diante de todos os dilemas que abarcam a crise representativa, produz-se uma cidadania inalcançável e uma população insatisfeita com o modelo e os grupos inseridos nele, principalmente no Brasil. Os protestos que emergiram no país a partir de 2013 são manifestações e reflexo disso, entre outros fatores (PINHEIRO-MACHADO; SCALCO, 2018; CAMPOS, 2021).

Uma pesquisa recente realizada pela Pew Research Center (2019) revelou que 83% dos brasileiros estão insatisfeitos com o funcionamento da democracia no país e apenas 16% estão satisfeitos.<sup>37</sup> Quando comparada à média de outros países, a frustração continua alta: o índice brasileiro só perde, entre 27 países, para a Grécia (84% de insatisfação) e o México (85%). É nesse clima de descontentamento e mudanças políticas, marcadas principalmente pela tensão e polarização agravadas no pós 2013, que uma nova e inovadora configuração política surge no Brasil, se manifestando substancialmente nas eleições de 2016. Dois grupos apresentam propostas de gestão coletiva para pleitear um cargo nas eleições municipais, sendo eleitos. O primeiro deles nasce no coração do Cerrado, em Alto Paraíso de Goiás, sendo formado por um grupo de cinco pessoas e eleito para uma vaga de vereador na cidade de pouco mais de sete mil habitantes. O outro, o grupo mineiro Muitas, formado por doze mulheres, também conseguiu eleger duas delas para a Câmara de Belo Horizonte.<sup>38</sup> Essas são duas estruturas diferenciadas de mandatos compartilhados que explicarei logo mais.

Tendo em vista os exemplos apresentados, me concentro agora na discussão em torno de alguns aspectos que validam o conceito, a prática, a parte legal e a estrutura desse modelo representativo tão novo e intrigante, já que difere tanto da forma tradicional de se ver e de se fazer política. Esses exemplos são, antes de tudo, candidaturas e mandatos que se estruturam não mais ao redor de um único parlamentar, e, por esse motivo, dizem muito sobre a “despersonalização” da figura do parlamentar. Além disso, o modelo se apoia em um processo

---

<sup>37</sup> Pesquisa disponível em: <https://www.pewglobal.org/2017/10/16/globally-broad-support-for-representative-and-direct-democracy/>. Acesso em: 30 abr. 2019.

<sup>38</sup> Informação disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/03/02/O-que-%C3%A9-mandato-coletivo.-E-quais-os-seus-limites-pr%C3%AAticos-e-legais>. Acesso em: 28 abr. 2019.

coletivo de tomada de decisões, o que, segundo a socióloga Sabrina Fernandes (2019), invalida a relação parlamentar/assessor e quebra as hierarquias formais estabelecidas, instigando e possibilitando a produção de várias lideranças no mesmo movimento.

O nome que se dá, ou que se dará, aos participantes recebe o prefixo “co”, identificando e sublinhando o aspecto de cooperação que deve preceder essas candidaturas.<sup>39</sup> Sendo assim, as pessoas envolvidas nesses movimentos políticos serão chamadas de cocandidatas, codeputadas, covereadoras. Não há, ainda, casos de compartilhamento de mandato para ocupar algum cargo no senado, ou em cargos majoritários, como prefeituras e presidências. Ressalto, contudo, que, no sentido da lei eleitoral, apenas uma pessoa é eleita. Apesar de o Tribunal Superior Eleitoral vir autorizando o registro de candidaturas coletivas, ainda não há previsão de mudança da lei para titularizar todos os nomes pertencentes aos coletivos. As falas expressadas nas mídias e nas reportagens acessadas utilizam bastante a noção de que um dos integrantes “empresta o CPF” para o registro, todavia, os acordos são firmados entre o grupo e, no que se refere à divisão de tarefas, divisão de salário e tomada de decisões, se estabelecem acordos sobretudo pelo aspecto da confiança, já que não há proteção legal que os regimente.

Há diversas movimentações que se direcionam em favor da regulamentação dos mandatos, e, sobre isso, tramitou no Congresso Nacional uma proposta de Emenda à Constituição (PEC 379/2017) que buscou regulamentar essas experiências. De autoria da Deputada Federal Renata Abreu, do Podemos (PODE), a justificativa para que a regulamentação ocorra continua no argumento de que a viabilização desses registros poderia oxigenar o cenário da representação política no Brasil, principalmente quando possibilita a entrada de grupos tradicionalmente excluídos (CAMPOS, 2021).

---

<sup>39</sup> De acordo com a explicação dicionarizada, co- deriva do latim *cum*, com; elemento com o sentido de companhia, concomitância, simultaneidade (ex.: *coadjuvar*, *coerdeiro*). Nota: Nunca é seguido de hífen. Palavras relacionadas: coaxial, coexistir, coigual, coobrigado, coobrigar, coparticipar, covalente. “co-”, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021, <https://dicionario.priberam.org/co-> [consultado em 7 jan. 2022]. Outro significado do prefixo “co” relaciona-se com a forma abreviada do prefixo “com”, e é usado para formar novos vocábulos ao se aglutinar com o elemento inicial da próxima palavra, tendo o sentido de junção, união, companhia, força. Em: <https://www.dicio.com.br/pesquisa.php?q=co-relacionar> [consultado em 15 jan. 2022]. De fato, o prefixo “co” está muito em voga e tem ligação direta a conceitos de coletividade e de resolução colaborativa, principalmente quando associado à ocupação das cidades e à prática de novos modos de vida. Esses exemplos podem ser vistos nas práticas de *cohousing*, *coworking*, *cosharing* e *coliving* (MARTA, 2018).

A última resolução do Tribunal Superior Eleitoral sobre as normas para candidaturas em 2022 permite que seja incluído na urna eletrônica o nome da candidatura coletiva. O nome da candidata continuará aparecendo na urna, porém acompanhado do nome do coletivo. Dessa forma, o nome do coletivo não poderá substituir o nome da candidata.

Nesse ponto, o relator da resolução, ministro Edson Fachin, destacou que "a chamada candidatura coletiva representa apenas um formato da promoção da candidatura que permite à pessoa destacar seu engajamento social e coletivo". O ministro lembrou que o registro permanece de caráter individual, não existindo na legislação brasileira o conceito de candidatura coletiva. (TSE, 2021).

De tal modo, a jurisprudência continua admitindo a inexistência legal dos mandatos, apesar de serem promovidos coletivamente e, como tal, anunciados ao eleitorado. Dessa forma, os acordos seguem informais e a responsabilidade pela candidatura é individualizada.<sup>40</sup> Entretanto, os coletivos mostraram entusiasmo com a decisão.

Ontem (16), foi um dia de vitória para os mandatos coletivos. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aprovou uma resolução que permite a inclusão da chapa do mandato coletivo ao lado do nome do(a) candidato(a) nas urnas eletrônicas, na próxima eleição, em 2022. Apesar das candidaturas coletivas ainda não estarem oficializadas em lei, as codeputadas JUNTAS (PSOL-PE) acreditam que este foi um grande passo para o seu reconhecimento e para que não haja impedimento nas próximas eleições, como aconteceu ano passado, com a codeputada Kátia Cunha, que, ao se candidatar a prefeita de Goiana em busca de ampliar o projeto político do partido, não pôde utilizar o nome das JUNTAS. (JUNTAS CODEPUTADAS, 2021, s.p).

A respeito do formato, as estruturas desse novo modelo são classificadas de acordo com algumas opiniões, e variam. Sabrina Fernandes (2018) apresenta a seguinte classificação: 1) Mandato Coletivo De Ocupação Coletiva, o mais comum no Brasil, onde todo o processo é regido por acordos relativos à divisão de tarefas, divisão de salário etc., porém, somente um integrante teria acesso ao plenário – os dois primeiros casos de estudo deste trabalho, as *Juntas* e a Bancada Ativista, se enquadrariam nessa categoria; 2) Mandato Coletivo de Governança Circular, onde o parlamentar eleito é submetido a um processo de governança mais amplo com diversas consultas, conselhos e até um espaço de decisão para além do próprio parlamentar; e 3) Mandato Coletivo De Aliança Programática, que significa que muitas pessoas se candidatam em uma plataforma coletiva e, caso uma delas seja eleita, todas as outras teriam acesso a

---

<sup>40</sup> Em 2020, as Juntas entregaram ao presidente do TRE de Pernambuco, desembargador Frederico Neves, um manifesto em defesa dos mandatos coletivos no país, reforçando uma campanha nacional que, na época, pretendia estimular a tramitação da PEC 369. Como mencionei, essa lacuna jurídica ainda se ordena no Brasil. Disponível em: <https://www.tre-pe.jus.br/imprensa/noticias-tre-pe/2020/Outubro/presidente-do-tre-recebe-o-coletivo-juntas>. Acesso em: 17 ago. 2021. No entanto, não é unânime a opinião de que a regulamentação precise ser tramitada.

governança também. Esse é o exemplo da plataforma mineira Muitas, criada para as eleições municipais de 2016.

De acordo com Secchi e Cavalheiro (2017), os elementos estruturais dessa forma representativa podem ser apresentados da seguinte maneira:

I) Parlamentar: o ator político que concorre e detém legalmente uma cadeira legislativa, sacrificando a autonomia política em favor dos co-parlamentares; (II) Co-parlamentares: grupo de cidadãos que participam de um mandato compartilhado para influenciar e até mesmo determinar a posição do parlamentar na votação em plenário e/ou no exercício de outras atividades legislativas. (III) Estatuto do Mandato Compartilhado: um mandato compartilhado funciona como um acordo. Diante disso, considera-se oportuno elaborar uma carta de intenções capaz de delimitar quem pode participar, o número mínimo e máximo de membros, os procedimentos adotados pelo grupo, as obrigações e deveres de cada um, etc. (SECCHI; CAVALHEIRO, 2017, p. 5, tradução livre).

Como dito no texto, no caso da figura do parlamentar ou candidato que cede o nome para concorrer à eleição, tem de ser oferecido o compromisso de abdicar da autonomia para cumprir as preferências e as decisões de todos os outros integrantes do grupo. Caso o representante não cumpra o compromisso de votar em conformidade, os que constituem o grupo, provavelmente, podem puni-lo denunciando ao público tal desaprovação, entretanto, não há previsão legal para os acordos instituídos ali.

Em conformidade com o que foi exposto, o exemplo que parece ser a primeira experiência de um mandato eleito no Brasil, o de Alto Paraíso de Goiás, segue as características apresentadas até aqui. Oficialmente, apenas um candidato, João Yuji (Podemos, antigo PTN), estava inscrito como candidato na Justiça Eleitoral. Através das entrevistas acessadas pelas mídias digitais, as narrativas garantem que Yuji cumpriu um poder exercido em conjunto com o restante do grupo. Em entrevista concedida ao jornal Nexo, um dos membros do mandato afirmou que, na época, não havia distinção do peso de voto do titular do mandato, e ressaltou que a decisão sempre era coletiva.<sup>41</sup> Sabe-se que o grupo era misto e integravam o coletivo o turismólogo, jornalista e guia turístico Ivan Anjo Diniz; a bióloga e mestre em biodiversidade e conservação Laryssa Galantini; o engenheiro industrial e analista de sistemas Luiz Paulo Veiga Nunes; e o mestre em química César Adriano de Sousa Barbosa, conhecido como Professor Sat. Cada integrante era responsável por uma área estratégica: jurídica, meio ambiente, cultura e juventude, turismo e comércio, educação e agroecologia, etc. O próprio Yuji afirmava que, apesar de ser filiado ao PTN, o movimento se colocava enquanto suprapartidário e seguia o ecofederalismo.

---

<sup>41</sup> Entrevista disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/03/02/O-que-%C3%A9-mandato-coletivo.-E-quais-os-seus-limites-pr%C3%A9ticos-e-legais>. Acesso em: 28 abr. 2019.

O titular manifestou em uma entrevista o que ele acreditava ser o mandato: “É um movimento que busca basicamente a descentralização do poder. Queremos buscar uma estrutura política mais saudável, onde as diversas correntes político-ideológicas possam se manifestar” (YUJI, 2016, s.p.).

**Figura 3** - Integrantes do mandato coletivo de Alto Paraíso (GO), em 2016.



Fonte: Site G1<sup>42</sup>

De acordo com as falas encontradas em entrevistas, o grupo chegou a sofrer desconfiança de outros grupos políticos mais tradicionais da cidade, em razão do modelo do mandato, mas, ao longo dos dois anos seguintes, os diálogos foram ampliados na Câmara da cidade. Uma pesquisa que analisou o mandato de Alto Paraíso aprovou a hipótese de que o mandato coletivo de Alto Paraíso, experiência classificada como sendo a primeira no Brasil, ofereceu uma forma diferenciada de contribuir para o desenvolvimento local. Os autores utilizaram a noção de democracia deliberativa,<sup>43</sup> desenvolvida pelo sociólogo Jürgen Habermas, para explicar que a esfera pública foi mobilizada, já

<sup>42</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/goias/eleicoes/2016/noticia/2016/10/cinco-sao-eleitos-para-uma-vaga-de-vereador-em-alto-paraíso-de-goias.html> Acesso em: 10 ago. 2019.

<sup>43</sup> É importante considerar que a teoria da democracia deliberativa está centrada no fundamento da formação do “juízo político nas democracias e menos nos aspectos institucionais da participação/eleição. Portanto, para Habermas, os mecanismos de participação são mais democráticos na medida em que são abertos aos espaços de deliberação pública” (CASSIMIRO, 2020, s.p.).

que “os atores sociais envolvidos conferiram força legitimadora às decisões políticas”<sup>44</sup> (SILVA; AVELAR; PEREIRA, 2021). Ao assumirem a desistência do salário, as aplicações do dinheiro foram todas destinadas às ações comunitárias. Essa tomada de decisão, a de doação do salário, não é recomendada hoje por João Yuji por considerar que a perda da remuneração promove também a perda da força de trabalho.<sup>45</sup> O mandato coletivo de Alto Paraíso de Goiás cumpriu o período da legislatura de 2017 a 2020, não se renovando. O titular do coletivo se candidatou à prefeitura do município no mesmo ano, sem ser eleito, e outros representantes do coletivo avançaram em outros processos de ocupação política e ativismos. A partir disso, revela-se uma questão importante para análise: o mandato é uma estratégia de ocupação de espaços legislativos, ou torna-se um trampolim para que essas pessoas iniciem a carreira política? Não considero essa hipótese como algo necessariamente negativo, pois pode funcionar como uma estratégia para alcançar espaço político. Aprofundarei mais essa discussão adiante.

Sendo assim, considerando o contexto brasileiro, há também um levantamento que elucida as experiências, tanto de mandatos coletivos quanto de mandatos compartilhados no país.

94 inovadores de candidaturas coletivas e compartilhadas concorreram em 110 campanhas a posição de legisladores em todo o Brasil. Essas candidaturas foram a Vereador, Deputado Estadual, Deputado Federal e Senador, dispersos em 50 cidades, 17 estados e representando 22 partidos políticos distintos, nas eleições dos anos de 1994 a 2018, atingindo a marca de 1.233.234 votos válidos. Alguns destes políticos inovadores foram candidatos mais de uma vez a cargos iguais ou diferentes em eleições diferentes. Além disso, destaca-se que 24 candidatos foram eleitos em 32 mandatos diferentes (contabilizando-se as reeleições) em oito estados diferentes. Com isso, é possível perceber que a iniciativa de compartilhamento legislativo, apesar de recente, apresenta significativa adoção no cenário político brasileiro, em especial nos últimos três anos. (RAPS, 2019, p. 25).

No entanto, quando me remeto às mandatas coletivas do Brasil, refiro-me a um contexto específico, o da América Latina, que vivencia uma realidade diferente dos países onde se originou a percepção que temos sobre teoria democrática. Por isso, tantas autoras e autores

---

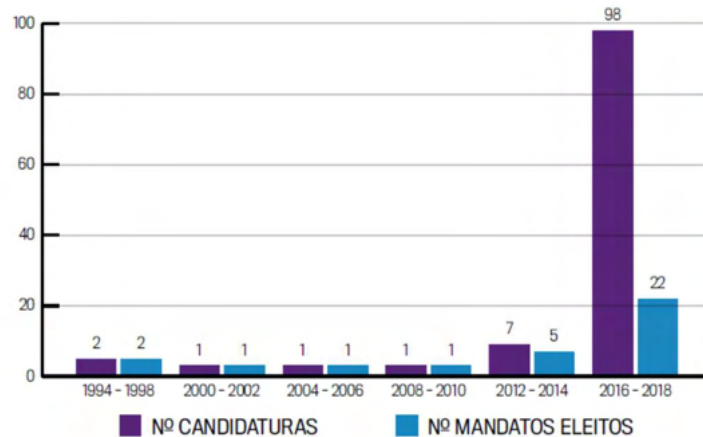
<sup>44</sup> Algumas feministas, como Nancy Fraser e Iris Marion Young, abordaram alguns vieses na teoria deliberativa do autor, como o esquecimento das relações sociais de sexo no centro de sua análise, que corresponde à esfera pública. “A crítica feminista formulou suas próprias objeções em torno da ideia segundo a qual Habermas considera a ausência das mulheres nessa instância somente como divergência entre o ideal – o da abertura infinita do espaço público – e a realidade” (FERRARESE, 2014, p. 476). Em um dos seus recentes prefácios, o autor admite que a “a exclusão das mulheres foi um elemento constitutivo da esfera pública política quando essa última não estava mais somente dominada pelos homens, mas determinada, em sua estrutura e em sua relação com a esfera privada, por um critério sexual” (HABERMAS, 1992, p. 8).

<sup>45</sup> A fala do coparlamentar pode ser vista no seguinte vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=Q1KffSip0MU>  
Acesso em: 8 ago. /2021.

consideram que há, aqui, uma tentativa de construir novas bases teóricas no campo democrático (NUN, 2000; O'DONNELL, 1992; ADDOR, 2018).

O que se revela fundamental nos dados apresentados pela pesquisa coordenada pelo professor Leonardo Secchi é que, no Brasil, as experiências com mandatos coletivos e compartilhados já acontecem há mais de vinte anos, mas com maior força após as eleições de 2014: “(quatro candidaturas e dois mandatos), com grande destaque para as eleições municipais de 2016 (70 candidaturas e 16 mandatos) e as eleições gerais em 2018 (28 candidaturas e seis mandatos)” (RAPS, 2019, p. 28). Nesse sentido, aqui os mandatos coletivos e compartilhados se apresentam como terreno fértil para que se prospere ainda mais esse formato político, e, embora possuam caráter pluripartidário (22 partidos políticos distintos despontam nesse terreno), os dados apontam que os partidos políticos REDE, PSOL, PT e PSB são os que mais permitiram os mandatos coletivos ou compartilhados.

**Figura 4** - Evolução das candidaturas e mandatos coletivos e compartilhados nos ciclos eleitorais (1994-2018)



Fonte: RAPS (2019), com dados primários do TSE (2019)

Ao direcionar os olhos para a análise de gênero, descobre-se que foram poucas as mulheres a empreenderem essa iniciativa, o que remete à própria ausência de representação feminina. No entanto, as mulheres foram as mais bem-sucedidas:

Das 110 candidaturas que propuseram mandatos coletivos ou compartilhados, 89 tiveram como porta-voz homem (candidato oficial) e apenas 21 mulheres. Isso representa uma predominância de 81% a favor dos homens. O total dos votos dos homens somou 850.924 votos, enquanto que as mulheres que estiveram à frente de candidaturas coletivas ou compartilhadas obtiveram 382.310. Em termos proporcionais, as mulheres têm tido um sucesso muito

maior que os homens ao propor este tipo de mandato, visto que suas campanhas alcançaram em média 18.205 votos, enquanto que os homens alcançaram 9.561 votos. Contribuíram para esse sucesso relativo à favor das mulheres, as votações expressivas de Mônica Seixas e sua Bancada Ativista (Deputado Estadual – São Paulo), que alcançou 149.844 votos e é a maior votação já alcançada por uma candidatura coletiva/compartilhada no Brasil. Também somaram grande quantidade de votos a candidata ao Senado também por São Paulo, Moira Lázaro, que alcançou 129.146. Também merecem destaque as candidaturas a Deputado Estadual de Jô Cavalcanti que venceu as eleições com 39.175 votos e Áurea Carolina que foi eleita em 2016 no coletivo Muitas-Gabinetona com 17.420 votos em Belo Horizonte. (RAPS, 2019, p. 51).

Das eleições de 2018, seis experiências estão em curso entre mandatos compartilhados e coletivos. Apresentarei três agora e mais adiante, o restante que possui extrema importância para o trabalho. São elas: 1) Allyson Bezerra, deputado estadual pelo Solidariedade, que utiliza o aplicativo Nosso Mandato para deliberar com seus eleitores todas as pautas em votação na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte; 2) Maikon Costa, vereador pelo PSDB em Santa Catarina em 2016; só se aproxima dessa iniciativa em 2018, fazendo também uso do aplicativo Nosso Mandato; 3) Felipe Rigone, primeiro deputado cego eleito na história do Brasil e participante de grupos como o Movimento Acredito e o RenovaBR. É adepto também do aplicativo Nosso Mandato e busca discutir com seus eleitores todas as pautas em votação no Congresso.

É importante mencionar que esses movimentos mobilizaram discussões tais como a que envolveu Ciro Gomes (PDT) e Tábata Amaral (na época PDT; agora PSB) em torno da discordância sobre o voto que a deputada federal deu em favor da reforma da previdência. O ex-governador do Ceará chegou a dizer que o Movimento Acredito seria um “partido clandestino” que burla a legislação eleitoral. A crítica se estabelece no argumento de que a parlamentar faria “dupla militância” por atuar pelo movimento e contrariar a votação da legenda.

Você pega um partido clandestino, que tem suas regras próprias, seu programa próprio, você se infiltra nos outros partidos e usa os outros partidos, fundo partidário, tempo de TV, coeficiente eleitoral para se eleger e fazer o serviço do outro partido? Aí é um problema de dupla militância, não tem nada a ver com a compreensão de reforma da Previdência que nós temos. (GOMES, 2019, s.p.).

A análise desse caso ainda demanda tempo porque é necessário que a experimentação se desenvolva e que nós, estudiosas ou participantes da arena política, consigamos ter material

suficiente para apresentar limites e explicar em que medida esses coletivos alteram a relação entre participação e representação. No portal digital *Congresso em foco*, a parlamentar alegou que sua expulsão do partido se deu exclusivamente por ela ser mulher.

Eu questionei o machismo e o autoritarismo que guiou lideranças do PDT no meu caso. Foi uma decisão desigual, arbitrária e sem justificativa. Foi algo pessoal, sem razão de ser. (AMARAL, 2019, s.p.).

Os três exemplos de mandatos coletivos ou compartilhados que apresentarei a seguir (e que completam a lista de seis exemplos que anunciei anteriormente, são muito importantes, pois são as experiências que formaram a intenção deste estudo e que terão mais destaque nesta tese: 4) Bella Gonçalves, suplente que passa a ocupar o cargo de Áurea Carolina, depois de eleita para deputada federal. Bella Gonçalves, Iza Lourenço e Cida Falabella são do PSOL e representam hoje a experiência da Gabinetona na Câmara de Belo Horizonte; 5) Jô Cavalcanti, representante do mandato Juntas, também do PSOL, que se elege em um modelo muito parecido ao adotado em Alto Paraíso, com cinco mulheres dividindo a vaga legislativa em Pernambuco; 6) Mônica Seixas, também psolista, representante oficial da Bancada Ativista, um movimento de nove ativistas (inicialmente, pois já houve o desligamento de dois codeputados) que, como as Juntas, também se propõe a dividir todas as responsabilidades e decisões do mandato, bem como os salários e os benefícios. Essas três últimas experiências fazem parte do panorama principal deste estudo e serão mais amplamente abordadas no próximo capítulo.

A partir do levantamento das pesquisas do professor Leonardo Secchi, pude averiguar que, certamente, são poucas as experiências de mandatos que se empreendem na vivência de compartilhamento de poder, tal como se dá nos casos de Belo Horizonte, Pernambuco e São Paulo. Isso me leva a apontar algum tipo de “*frisson*”, desencadeado, talvez, tanto pela inovação da iniciativa quanto por serem mulheres, sendo que o interessante é se ater ao fato de que, no formato de divisão de poder, as únicas experiências vigentes no formato de mandato coletivo hoje no país são as *mandatas* coletivas.

Já nas eleições de 2020, várias candidaturas coletivas disputaram cargos municipais pelo país, apresentando-se ao TSE 313 candidaturas coletivas para o cargo de vereador(a), que conquistaram um total de 389.379 votos, sendo que 22 tiveram êxito eleitoral., representando apenas 0,06% das candidaturas e 0,34% dos votos (LEAL; SECCHI, 2020).

Assim, em termos percentuais, as candidaturas coletivas obtiveram, em 2020, um desempenho médio de votos superior ao das candidaturas individuais tradicionais. Mesmo assim, apesar do visível avanço quantitativo de candidaturas coletivas, elas continuam sendo

exceção no cenário político brasileiro, em que pese o seu caráter de inovação na forma de apresentar candidaturas e organizar mandatos.

Destacam-se também as discussões em torno da regulamentação, considerando os recentes desligamentos de codeputadas da Mandata Ativista, episódios que serão tratados mais adiante, além de interferências judiciais indicadas pelo relatório do professor Leonardo Secchi, que identificou a impugnação de uma candidatura do PSOL, no Ceará, e o impedimento do uso do nome de um coletivo, no município de Ouricuri, sertão de Pernambuco. Sendo assim, “os mandatos coletivos operam na base da experimentação, acordo mútuo e confiança entre o legislador eleito e seus co-parlamentares, assim como na relação entre o mandato, o partido político e a Casa Legislativa” (LEAL; SECCHI, 2020, p. 5).

Sobre as iniciativas em favor da regulamentação, desde 2017 está em tramitação no Congresso Nacional uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC 379/2017) que busca regulamentar as candidaturas e os mandatos coletivos. A PEC é de autoria da Deputada Federal Renata Abreu, do Podemos (PODE), e aguarda parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Apesar de poucos detalhista, a Proposta insere um parágrafo ao artigo 14 da Constituição Federal – que estabelece o exercício da soberania popular pelo sufrágio universal e pelo voto. (CAMPOS, 2021, p. 55).

Quanto ao gênero, marcador que ocupa lugar primordial neste trabalho, a distribuição das candidaturas coletivas em 2020 entre mulheres e homens se configurou do seguinte modo: 47,3% (148) foram lideradas por candidatas e 52,1% (163) por candidatos. Mesmo não tendo havido a predominância de candidaturas femininas em 2020, em comparação com as eleições de 2018, foi possível perceber um aumento significativo de mulheres liderando essas iniciativas. Nas eleições de 2018, as candidaturas coletivas lideradas por homens foram 81%, o que indica um processo de diversificação por gênero, de modo que essas candidaturas podem estar oferecendo um lugar de possibilidades maiores para quem deseja ocupar um espaço na política institucional (LEAL; SECCHI, 2020).

No que se refere à raça/cor, as candidaturas autodeclaradas brancas representaram 52,58%, seguidas pelas autodeclaradas pretas, 28,39%, e por candidatas(as) pardas, 17,74%. Ainda sobre o que consta no relatório,

de uma lado, a modalidade coletiva apresenta um percentual maior de candidatas/os autodeclaradas/os da cor branca, quando comparado ao perfil de todos os candidatos a vereadores nas eleições de 2020 (46,13% de brancos). De outro, percebe-se que as candidaturas coletivas mobilizaram proporcionalmente mais candidatos autodeclarados da cor preta do que as eleições gerais para vereadores no país (10,9% de pretos). O percentual de

candidaturas autodeclaradas da cor parda é bem menor na modalidade coletiva. Se somarmos os não brancos - pretos e pardos - nas candidaturas coletivas (46,13%), vemos um avanço, embora não tenha alcançado o percentual de não brancos na população brasileira, de acordo com Censo 2010 (50,6%). Observa-se também o baixo número de candidaturas coletivas de outras etnias (0,32% de indígena e 0,97 amarela), que respeita o percentual das candidaturas destas etnias em geral. (LEAL; SECCHI, 2020 p. 12).

Um dado muito relevante do relatório diz respeito ao cruzamento entre raça e gênero. Embora os autores recomendem cuidado ao analisar o perfil racial atrelado ao de gênero, devido à necessidade de coletar mais dados relativos a isso,

as candidaturas coletivas apresentaram um perfil equilibrado, mas com clara sub-representação das mulheres negras. Homens brancos representaram 80 casos (25,56%), mulheres brancas (84 casos ou 26,84%), e homens negros, considerando pretos e pardos, contabilizam 25,87% (43 pretos e 38 pardos). As mulheres negras, porém, são minoria quando comparadas com as mulheres brancas (19,8%). (LEAL; SECCHI, 2020, p. 12).

Por fim, destaco que, no relatório dos autores, não há indícios estatísticos sobre orientação sexual, sexualidade e identidade de gênero dos(as) participantes do estudo e que as candidaturas ampliaram seu caráter pluripartidário, reformulando o caráter de que só estariam vinculadas à esquerda, ideologicamente. Ainda assim, é maior a participação relativa à REDE (20,9%), PSOL (13,6%) e aos partidos de esquerda e centro-esquerda (LEAL; SECCHI, 2020, p. 14).

Contudo, e com todos os dados expostos, é reafirmado o caráter de que mandatos coletivos funcionam também como estratégia para colocar no páreo mulheres e grupos marginalizados que geralmente se confrontariam com muitos obstáculos para ingressarem no espaço institucional da política. Apesar da constatação, a taxa de sucesso das candidaturas coletivas a vereadora/o no Brasil (7%) foi inferior à taxa de sucesso das candidaturas tradicionais. As primeiras obtiveram, também, uma taxa de sucesso declinante no atual quadriênio (2018-2021), em comparação com o quadriênio eleitoral anterior (2014-2017) (LEAL; SECCHI, 2020). No entanto, como mencionado, os lançamentos de candidaturas coletivas só crescem e as eleições municipais parecem ter números maiores de candidaturas coletivas e de vitórias. Será que esse modelo é mais favorecido em dinâmicas locais do que em eleições estaduais ou federais? Talvez sim, principalmente por ser mais utilizado,

proporcionalmente, por mulheres, jovens e pessoas autodeclaradas pretas, em comparação às candidaturas convencionais.<sup>46</sup>

Sobre um caso específico, o de Goiânia, relatarei uma experiência mais complexa. Como característica dessa configuração emergente, mencionei que o formato das mandatas possibilitaria, de alguma forma, a entrada de mulheres na política institucional – tarefa que, numa trajetória convencional, exigiria mais capital político, recursos materiais e financeiros. Nas últimas eleições, duas candidaturas coletivas se lançaram pelo PSOL em Goiânia, sendo que uma foi desintegrada, apresentando-se nas eleições somente com três das cinco mulheres que disputariam juntas a eleição. Houve aí uma ruptura entre elas. O PSOL de Goiás apoiou as duas candidaturas, e, por isso, pode ter perdido a chance de alcançar o quociente eleitoral<sup>47</sup> para eleger alguma vereadora ou vereador. Essa análise é bem pessoal, porque, em termos de estratégia, o partido poderia, talvez, ter pulverizado e apoiado essas mulheres em mais candidaturas, ampliando o alcance de chance de elegibilidade das candidatas, ou, ao menos, ter conseguido eleger o candidato que mais teve votos.

São inúmeros os questionamentos em torno dos mandatos compartilhados e/ou coletivos. Em relação à descrição e análise do modelo de um modo geral, encerro minhas colocações por aqui, acreditando ter apresentado as descrições fundamentais sobre o formato. Esse momento foi como uma recepção não muito estendida sobre os mandatos coletivos a partir dos estudos listados, que trabalharam exaustivamente suas conotações políticas. O próximo capítulo parte das primeiras impressões de um estudo de campo, de como caminhavam as mandatas no ano de 2019 e de como se estabeleciam em suas propostas de agenda, divisão de tarefas e apreço pelo coletivo.

---

<sup>46</sup> Uma matéria jornalística internacional, mencionou a força das candidaturas coletivas brasileiras em 2020, e a enorme impulsão que que essas candidaturas oferecem à participação política de mulheres. Disponível em <https://www.yesmagazine.org/democracy/2020/11/12/brazil-women-political-candidates> Acesso em 2 jan. 2021.

<sup>47</sup> No Brasil, deputados e vereadores são eleitos pelo sistema proporcional, ao passo que governadores, senadores e prefeitos são escolhidos pelo sistema majoritário, ou seja, é eleito quem obtiver mais votos. No caso dos que concorrem pelo sistema proporcional, aplicam-se os chamados quocientes eleitoral (QE) e partidário (QP). O quociente eleitoral é definido pela soma do número de votos válidos, dividida pelo número de cadeiras em disputa. Apenas partidos isolados e coligações que atingem o quociente eleitoral têm direito a alguma vaga (ROSA, s/d). Disponível em: <https://www.tse.jus.br/o-tse/escola-judiciaria-eleitoral/publicacoes/revistas-da-eje/artigos/revista-eletronica-eje-n.-5-ano-3/como-funciona-o-sistema-proporcional> . Acesso em: 7 set. 2021.

### **CAPÍTULO 3 – As Mandatas Coletivas: a presença de mulheres como característica central dos mandatos coletivos eleitos em 2018**

A resignificação dos movimentos sociais e ativismos apropriou-se, de alguma forma, da arena política institucional através dos mandatos coletivos. No caso do estudo conduzido neste trabalho, as *mandatas* mobilizam algumas dimensões na política, reivindicam identidades feministas, desafiando e permeando as narrativas e o entendimento de se fazer política em lugares tão masculinos como os parlamentos.

Nesse sentido, nada mais feminista do que lutar contra os estigmas e as práticas patriarcais, por isso, a primeira marca desses grupos tem a ver, justamente, com essa inscrição: a autodenominação enquanto *mandata*, no feminino.

**Usamos o termo ‘Mandata’ como uma reivindicação e desobediência à uma gramática misógina que coloca o masculino numa posição de privilégio hierarquizado, para demarcar a referência feminista e para provocar a sociedade a refletir sobre a baixa presença de mulheres nos espaços políticos. (JUNTASCODEPUTADAS, 2021).**

É por isso que o contexto de ocupação desses coletivos é fundamental para a apreensão dos aspectos que são comuns às três experiências que se autointitulam feministas. As mobilizações de junho de 2013, o *impeachment* de Dilma Rousseff, a vitória eleitoral da extrema-direita em 2018, tudo isso concorre e precede as eleições em que as mandatas tiveram sucesso eleitoral. “A perspectiva feminista, ainda, nomeia o *impeachment* da presidenta como sendo um golpe parlamentar, midiático, jurídico, fundamentalista, de classe, raça, gênero e com orientação heteronormativa” (GOMES, 2018 *apud* CAMPOS, 2021, p. 15). Conforme comenta a pesquisadora Bárbara Lopes Campos (2021), todos esses eventos consolidaram dois polos de enquadramento político: um progressista e um reacionário. E, como levantado no primeiro capítulo, o assassinato de Marielle Franco intensificou esse processo.

Assim, diante do déficit democrático e de guinadas que flertam com o autoritarismo no Brasil, portanto, os mandatos coletivos oferecem alternativas para a reinvenção e o “reencantamento” político. A inclusão de grupos sociais historicamente marginalizados e excluídos dos espaços de decisão e poder, de forma coletiva, e somada a inventividades que tentam contribuir para o aprofundamento democrático, constitui um novo modelo de representação política. (CAMPOS, 2021, p. 37).

Ainda a respeito desses novos movimentos, alguns cientistas políticos analisam as potencialidades desse tipo de mandato, além de refletirem sobre alguns riscos relativos a essa atuação política. Eduardo José Grin (2018), pesquisador e professor de Administração Pública, reflete que esses mecanismos podem aproximar a sociedade da política, uma vez que vemos um desgaste das formas tradicionais de representação e na abordagem da literatura sobre a questão. Em sua opinião, coletivizar as decisões, o que ele chamou de horizontalização das decisões, pode significar uma nova dinâmica para a política. O problema, segundo seu ponto de vista, é que a característica fundamental da cultura política é marcada pela personalização e isso poderia causar estranhamentos em relação às noções de representatividade, já que as pessoas estariam acostumadas a serem representadas por lideranças individuais, gerando algum tipo de conflito entre representação e representados.

Por outro lado, o analista político Moysés Pinto Neto (2018) argumenta que a ideia de mandato coletivo pode agregar duas características típicas da juventude atual: a aversão a lideranças e a rede distribuída; além de favorecer a integração dos mandatos com setores da população, dividir a responsabilidade da gestão pública e democratizar a formulação de propostas.

Este capítulo recapitula e apresenta essas experiências, interligando as apreensões de um primeiro campo, remontando às ocasiões em que estive em São Paulo e em Recife, em meados de 2019, para me aproximar e conhecer os gabinetes e as formas com que os pactos de confiança estavam funcionando até aquele momento. Entender os efeitos práticos desses coletivos logo no começo é determinante para que se compreenda o desenvolvimento da legislatura das mandatas até hoje.

### *3.1. Gabinetona, a primeira mandata coletiva feminista*

Para começar, retratarei uma experiência coletiva em câmaras municipais vivida em Belo Horizonte, que se deu com a eleição de duas mulheres para a Câmara, se destacando como o primeiro mandato coletivo feminino no Brasil. Áurea Carolina e Cida Falabella se elegeram através do coletivo *Muitas*, um experimento político que começou em 2015 e que, segundo Áurea Carolina, ganhou vigor com as movimentações e coletivos que se formaram numa plataforma contra as práticas políticas do prefeito Márcio Lacerda (PSB). Em uma entrevista para o programa Política em Transe, Áurea Carolina conta que em razão dessas insatisfações e dos movimentos populares nascidos dessa reivindicação, que agiam com pautas relacionadas às lutas por moradia, feminismos, culturas populares etc., nasceu o coletivo. Em suas palavras,

“não dava mais só resistir e construir autonomamente algumas ações, era preciso criar estratégia de ocupação institucional, fazer o poder a partir de nós!” (CAROLINA,<sup>48</sup> 2018).<sup>49</sup>

O coletivo Juntas apresentou-se com doze candidatas para cargos na câmara municipal de Belo Horizonte em 2015, com uma campanha espelhada no princípio “votou em uma votou em todas”, e anunciando-se com uma proposta de atuação parlamentar para todas, isto é, caso uma fosse eleita, ela levaria as outras para atuar em conjunto na Câmara. Áurea Carolina foi a vereadora mais votada da cidade, além de também ser eleita Cida Falabella. As duas, ambas do PSOL (Partido Socialismo e Liberdade), construíram um mandato conjunto e coletivo na Câmara, que denominaram Gabinetona. A primeira suplente eleita, Bella Gonçalves, atuou junto a esse gabinete em covereância com as duas. Além disso, todas as outras candidatas, “que quiseram e puderam participar”, foram incorporadas na equipe do mandato. A Gabinetona trouxe consigo o que um típico partido progressista encampa: questões de gênero, raça e classe, além das pautas que circundam meio ambiente e economia popular. Na entrevista a seguir, a deputada descreveu a experiência:

São nove na equipe, incluindo nós vereadoras. Fazemos ali uma experimentação cotidiana de práticas democráticas para aprofundar a presença das pessoas na tomada de decisões, não só sobre o que diz respeito ao mandato, mas em tudo aquilo que a gente consegue influenciar na política municipal. É um esforço grande de tornar esses desejos e visões críticas, que são assentadas nas práticas de luta, em ações que viem mesmo mecanismos de participação na cidade. (CAROLINA, 2018).

---

<sup>48</sup> É relevante mencionar que essa é a assinatura política da deputada, diferentemente da acadêmica, utilizada quando ela publica artigos e trabalhos científicos: Áurea Carolina de Freitas e Silva (SILVA, Áurea Carolina F.).

<sup>49</sup> Entrevista concedida ao Programa Política em Transe. Disponível em: <https://soundcloud.com/transepodcast/politica-em-transe-13-ocupapolitica-com-aurea-carolina-e-roberto-andres> Acesso em: 10 abr. 2019.

Figura 5 - Coletivo Muitas, 2018



Fonte: *Fanpage* do coletivo Muitas na rede social *Facebook*.<sup>50</sup>

Os trabalhos do gabinete estavam divididos em quatro eixos: educação, direitos humanos, cultura e cidadania. A Gabinetona começou com um laboratório para receber moradores, ativistas, movimentos sociais e sugestões de projetos que poderiam virar leis. As vereadoras doavam 30% de seus salários para um fundo de apoio a iniciativas populares e sociais. De acordo com as entrevistas, as coparlamentares continuam reservando parte de seus salários para a criação de mecanismos e apoios a ações sociais e culturais. Já em 2018, o coletivo lançou doze candidaturas: seis para a Assembleia de Minas Gerais e seis para a Câmara dos Deputados. Todas as candidatas eram filiadas ao PSOL, sendo que, das doze candidatas, quatro eram homens. Saiu eleita como deputada federal a própria Áurea Carolina, com uma votação expressiva, e, para a Assembleia, Andreia de Jesus. A deputada federal prometeu em entrevista levar esse formato além. “Os mandatos são pontos de resistência fundamentais dentro da institucionalidade” (CAROLINA, 2018). Justifica-se, assim, a necessidade do estudo e da atuação desse formato nesse pouco espaço de tempo, vivido desde a sua entrada na Câmara Federal. No entanto, conforme as falas das entrevistadas, a Gabinetona hoje se conforma só a nível municipal, de forma que Áurea Carolina continuou participando de algumas atividades, mas com um maior distanciamento, em razão de seu trabalho como deputada federal em Brasília. No ano de 2020, a parlamentar, mãe de um bebê recém-nascido, ainda se candidatou à prefeitura de Belo Horizonte pelo PSOL, alcançando 103.115 votos (TSE, 2020). De acordo

<sup>50</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/asmuitas/photos/1726627417382899>. Acesso em: 20 ago. 2020.

com entrevista concedida à pesquisadora Bárbara Lopes Campos (2021), o distanciamento acaba se intensificando nesse período, onde Áurea Carolina termina sua participação na Gabinetona e segue seu mandato na Câmara dos Deputados, dessa vez de forma integralmente autônoma (CAROLINA, 2020 *apud* CAMPOS, 2021, p. 134).

Contudo, são vários os materiais disponíveis, produzidos pela deputada no sentido de abordar com transparência a estrutura e o funcionamento, além das inúmeras falas públicas que Áurea realiza para elucidar essa experimentação democrática. Em 2019, ano de difícil travessia para as progressistas e para quem considerou a eleição de Jair Bolsonaro um sinal de muito retrocesso para o país, a parlamentar fez um levantamento de como a atuação política da Gabinetona estaria resistindo e trabalhando com engajamento pela justiça social. Seguem os pontos identificados das realizações que construíram juntas nesse mesmo ano:

Mar de lama nunca mais: atuamos intensamente no enfrentamento à mineração predatória, que vem deixando um rastro de destruição, morte e terror em Minas Gerais e em várias outras partes do Brasil. Na Câmara dos Deputados, integrei a Comissão Externa Desastre de Brumadinho, que elaborou propostas para um novo marco regulatório da mineração – inclusive, quatro das nove proposições já foram aprovadas na Casa e agora tramitam no Senado. (CAROLINA, 2019, s.p.).

Uma das temáticas mais recorrentes onde a Gabinetona se posicionou nos últimos tempos diz respeito ao meio ambiente e à sustentabilidade, principalmente depois dos desastres provocados pela mineradora Vale. Tanto as covereadoras como a deputada foram as que mais ocuparam as comissões relacionadas a essa temática. Em Brasília, a deputada Aurea Carolina foi vice-presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito do Rompimento da Barragem de Brumadinho (CAMPOS, 2021, p. 164). Também tiveram papel fundamental na temática da cultura, atuando contra as sucessivas tentativas de desmonte de políticas públicas do setor, sendo esse um enfrentamento onde Cida Falabella, atriz e pertencente ao campo cultural da cidade, se engajou amplamente.

Esse enfrentamento se deu principalmente via Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados, da qual sou a 2ª vice-presidenta. Realizamos audiências públicas, convidamos e convocamos ministros e outras autoridades para comparecer à Câmara, enviamos pedidos de informação ao governo, realizamos diligências e seminários temáticos – com destaque para o evento “Artigo 5º: Censura Nunca Mais”. Não medimos esforços em defesa da cultura viva. (CAROLINA, 2019, s.p.).

Segundo Áurea, a Gabinetona se esforçou para: a) criar frentes parlamentares em sintonia com a população: focadas na promoção de causas específicas, as frentes são espaços

importantes de articulação entre parlamentares e sociedade civil (principalmente na defesa dos indígenas e quilombolas, da agroecologia, da educação pública e dos direitos das mulheres); b) doar parte de seus salários a ações sociais e culturais. Em 2018 e 2019, isso se concretizou no “*Cê Fraga?*”, uma chamada pública que cartografou mais de 400 iniciativas espalhadas por Belo Horizonte e apoiou diretamente 34 delas, com R\$ 5 mil cada uma; c) conectar a Gabinetona com ativistas, instituições e órgãos públicos, entidades da sociedade civil e movimentos populares, facilitando o acesso das lutas aos instrumentos da política institucional (CAROLINA, 2019). No mais, entre outras pautas de atuação parlamentar, a Gabinetona se comprometeu com:

Lutas feministas e antirracistas no Parlamento: nos três níveis do Legislativo, integramos espaços permanentes de enfrentamento ao racismo e à violência machista, com destaque para comissões e frentes parlamentares. A perspectiva interseccional de gênero e raça também orientou todo o nosso trabalho. Por meio de audiências públicas, visitas técnicas e emendas parlamentares, buscamos qualificar políticas públicas para proteção e acolhimento das mulheres em situação de violência, sobretudo as pobres, negras, indígenas e periféricas. Também atuamos pelo fortalecimento das redes de serviços para prevenir e reduzir a violência e os feminicídios. (CAROLINA, 2019, s.p.).

Não tive a oportunidade de conhecer o espaço físico da Gabinetona; tampouco entrevistar a importante Áurea Carolina. Fatores diversos me impediram de ir a Belo Horizonte, além de ter tido questões com a agenda da deputada. Sendo assim, a análise dessa experiência se dará pelas três entrevistas obtidas das parlamentares que hoje ocupam a mandata: Bella Gonçalves, Cida Fallabella e Iza Junqueira – entrevistas que serão trazidas à luz da análise nos próximos capítulos.

**Figura 6** – Gabinetona em sua primeira formação



Fonte: Site Áurea Carolina<sup>51</sup>

Na parte seguinte do texto, trago minhas primeiras impressões sobre os coletivos de Recife e São Paulo, onde pude ter o primeiro contato com as interlocutoras e os espaços que, pela primeira vez, as recebem. Todos esses movimentos – Gabinetona, Juntas e Mandata Ativista – aderiram ao PSOL ou foram gestados pelo próprio partido. Há um investimento do partido na construção de candidaturas coletivas, algo como se fosse uma estratégia da política atual da agremiação. O que já pode ser conferido é que esses movimentos de mulheres não são apartidarizados, como o Movimento de Alto Paraíso apresenta conceber sua estrutura ideológica. Entretanto, resta saber se os movimentos surgem por fora das agremiações políticas, por dentro das estruturas amarradas ao partido, ou se é o partido que se apresenta como melhor meio para abrigar esses experimentos. No caso da Mandata Ativista, a característica inicial é de um pluripartidarismo, o que ajudou a gerar alguns conflitos no grupo.

Torna-se fundamental, então, o estudo aplicado a essas experiências, justamente pelo contexto político em que esses experimentos chegam, e, é claro, pela relevância em observar o caminho desses movimentos para compreender seu significado na atualidade.

### 3.2. *Juntas, a mandata coletiva de Pernambuco*

Como já mencionei, procuro entender nesse estudo a formação e a atuação de um mandato coletivo a partir da perspectiva feminista da solidariedade. Nesse sentido, sabe-se que,

<sup>51</sup> Disponível em <https://www.aureacarolina.com.br/camara/2020/07/15/conheca-nossa-gabinetona/> Acesso em 07 set. 2020.

para entender e nomear a produção de um grupo de mulheres enquanto “feminista”, duas possibilidades são aceitas: a primeira acontece quando a comunidade, ou algum grupo externo, as reconhece como feministas, sem que ocorra, necessariamente, a autonegação por elas mesmas; a segunda, que é a mais aceita, ocorre quando o grupo se autonegava feminista.

É nessa perspectiva que eu me deparo com a mandata Juntas, meu primeiro contato com um coletivo político formado exclusivamente por mulheres e que atua hoje na ALEPE (Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco), apresentando ao estado e ao país a primeira experiência coletiva feminista de atuação política em uma esfera legislativa – o tratamento que elas mesmas se dão é de “militantes feministas”. Conforme uma das codeputadas, Kátia Cunha, disse: “Podemos afirmar, que no mundo, somos a primeira mandata coletiva feminista!” (CUNHA, 2019), embora a Gabinetona já atuasse com essa autoidentificação.

A partir de uma entrevista semiestruturada e da observação em mais duas atividades parlamentares, uma na sessão do Plenário e outra na Comissão de Direitos Humanos, este tópico diz respeito à conformação desse formato político dentro das estruturas já radicadas no espaço legislativo, a partir desse primeiro estudo de campo. Para realizar essa análise, trago também algumas informações obtidas nos sites e mídias digitais das Juntas, além de outros sites que me ofereceram informações documentais relativas à temática.

As Juntas lançaram candidatura em 2018, sendo eleitas com 39.175 mil votos para o pleito de 2019, um número expressivo e que corresponde ao 27<sup>a</sup> lugar nas 39 cadeiras legislativas ocupadas (*Gazeta do Povo*, 2018).<sup>52</sup> No documento proposto para a apresentação sobre o que pretendiam, caso fossem eleitas – e que se encontra no site da campanha –, nada se apresenta como um texto fixado por caracteres ou tópicos, e a proposição mais geral no que diz respeito à campanha é arrematada pela intenção de “construir a primeira gestão coletiva-popular da Assembleia Legislativa de Pernambuco” (JUNTASCODEPUTADAS, 2018). Sobre esse aspecto, será analisado a seguir como o mandato interagiu até 2019.

### 3.2.1. *Quem são as Juntas?*

O grupo é formado pela jornalista Carol Vergolino, pela estudante de letras Joelma Carla, pela ambulante Jô Cavalcanti, pela professora Kátia Cunha e pela advogada Robeyoncé Lima, que se tornou a primeira transexual a usar o nome social no Norte e no Nordeste na

---

<sup>52</sup> Disponível em: <https://especiais.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/candidatos/pe/deputado-estadual/juntas-50180/>. Acesso em: 2 jun. 2019.

carteira da Ordem dos Advogados do Brasil. As idades são, respectivamente: Carol, 40; Joelma, 20; Kátia, 44; Jô, 37; e Robeyoncé, 30. As autodeclarações raciais revelam diversidade, uma vez que se apresentam como negras, brancas e miscigenadas. Sobre suas sexualidades, com exceção de Kátia Cunha, que se apresentou como lésbica, todas as outras se identificaram como heterossexuais.

Suas trajetórias políticas foram construídas numa teia comum, já que todas se filiaram ao PSOL, porém em áreas de militância distintas. Kátia e Joelma já haviam se candidatado ao posto de vereadoras em seus municípios, mas sem elegibilidade. As outras percorreram caminhos nas lutas políticas referentes às pautas LGBTQIA+, da cultura e dos sindicatos ligados ao comércio informal, como é o caso de Jô Cavalcanti, que também militou no MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) e que é quem responde legalmente pelo mandato – é o nome de Jô Cavalcanti que representa o cargo coletivo. Elas se autodenominam codeputadas, termo utilizado também pelo restante da equipe quando se pronunciam no gabinete.

**Figura 7 – Juntas Codeputadas**



Fonte: Jornal Folha de Pernambuco<sup>53</sup>

### 3.2.2. *O começo e a ideia*

O surgimento do coletivo foi incentivado por uma das codeputadas, Carol Vergolino, que, ao participar de uma reunião política em São Paulo, ouviu falar de uma proposta de candidatura em formato coletivo, com nove integrantes. Tratava-se da Mandata Ativista, grupo que também foi eleito para uma cadeira legislativa e que é analisado na presente pesquisa.

<sup>53</sup> Disponível em <https://www.folhape.com.br/cultura/juntas-solicitam-a-virtualizacao-das-inscricoes-nos-editais-de-cultura/163562/>. Acesso em 03 mar. 2021.

A partir de então, Carol Vergolino investigou, dentro do partido, quais mulheres pretendiam se candidatar e quais delas teriam interesse em formar uma chapa coletiva. As cinco se encontravam raramente, apesar das reuniões políticas comuns proporcionadas pelo partido. No entanto, embora outras candidatas tivessem sido mobilizadas, foram elas que aceitaram participar dessa nova plataforma política. Kátia Cunha conta que, a partir dessa decisão, as frases e as expressões compartilhadas pelo grupo quase sempre continham a palavra “juntas” e, inclusive, o nome do grupo criado para o aplicativo *whatsapp* foi o mesmo.

Desde 2018, as Juntas vêm desenvolvendo novos paradigmas frente à política e desafiando os moldes existentes de atuação na casa. Dentre as concepções sobre representação política, a mandata se constitui a partir da crítica ao modelo representativo e da defesa da democracia direta, o que confirma o argumento de Lúcia Avelar (2015) quando diz que o feminismo, de um modo geral, é um movimento social de mulheres que luta pela participação direta.

Em 2019, as narrativas das codeputadas apresentavam um critério de defesa da escolha do formato a partir da expressão “despersonalização da política”. Para Kátia Cunha, a sociedade é muito adversa e “nós com nossos corpos diferentes, descentralizamos o poder e democratizamos mais o espaço” (CUNHA, 2019). Na época, a atuação parecia remeter às perspectivas do feminismo socialista,

que prega reivindicações socioeconômicas e políticas, sob o pressuposto de que a igualdade de gênero depende da ação do Estado com políticas públicas e sociais que garantam assistência para os filhos das mães trabalhadoras, pagamentos iguais, igualdade na educação e mudança nas leis de acesso ao aborto. (AVELAR, 2015, p. 209).

Segundo Bárbara Lopes Campos (2021), a quebra do personalismo impulsionou a entrada de corpos diversos nas distintas esferas legislativas, de modo que as “tecnologias sócio-políticas” desenvolvidas pelas mandatas “viabilizaram a construção de confluências máximas entre as lutas sociais diversas, *hackeando*, enfim, as instituições políticas e ampliando seus espaços democráticos” (CAMPOS, 2021, p. 208). Essa dimensão de “desobediência ao sistema” se deve também ao fato de não estarem conformadas completamente pelo aspecto jurídico, sendo que o objetivo principal é

garantir a presença de populações historicamente excluídas do processo político nas decisões parlamentares. Ao abrir precedentes e encontrar respaldo nas instituições, as experiências de candidaturas e mandatos coletivos estão caminhando um passo à frente da própria legislação eleitoral contribuindo para a construção de um aparato legal à política não personalista. (CAMPOS, 2021, p. 198).

**Figura 8** – Mandato coletivo como forma de *hackear* a política



Fonte: Divulgação no perfil *Juntas Codeputadas*<sup>54</sup> na rede social *Twitter*

A respeito da formação das pautas propositivas, a campanha se estruturou em sete eixos: direito à educação, direito ao trabalho, direito à comunicação, direitos LGBTQIA+, agroecologia e segurança alimentar, direitos da juventude e política para as mulheres (JUNTASCODEPUTADAS, 2018). Essas pautas eram manejadas conforme a necessidade e urgência, a medida que outros temas também chegavam à porta do gabinete. A respeito do planejamento dos cem dias de atuação legislativa, Kátia Cunha disse muito sobre como essas novas pautas chegaram até elas: “Pensamos os cem primeiros dias, mas várias outras demandas foram chegando!”. As codeputadas afirmavam que o objetivo da mandata era construir e pensar as políticas públicas junto com os movimentos sociais.<sup>55</sup>

Uma das características que percebi foi que as reuniões e chamadas públicas eram divulgadas pelas mídias sociais e a população era convidada a participar da construção da pauta com elas. Pude presenciar uma reunião onde a codeputada Robeyoncé se reuniu com pessoas transsexuais e travestis em uma sala do gabinete das Juntas com o objetivo de construir, em conjunto, conforme o texto da chamada pública, as ações e prioridades da mandata para a população T (transsexuais, transgêneros e travestis) do estado.

<sup>54</sup> Disponível em: <https://twitter.com/juntasdeputadas>. Acesso em: 25 abr. 2020.

<sup>55</sup> O caso das desocupações do Edifício Holiday (Recife, PE), que foi interditado, com mais de três mil pessoas residindo no local, entrou na agenda política das codeputadas. Em março de 2019 elas protocolaram um pedido de tombamento, exigindo que o Estado assumisse o prédio com o objetivo de salvar “o patrimônio histórico e arquitetônico do Estado e ao mesmo tempo garantir a habitação com dignidade às pessoas que ali residem”. Ademais, o Cais Estelita, na bacia de Pina, no centro da cidade de Recife, corre o risco de ser usado em um empreendimento imobiliário, o que tem levado vários movimentos populares a entrarem na defesa desse território público. As Juntas também se mobilizaram dentro da ALEPE para o impedimento da derrubada dos galpões.

**Figura 9** - “As Juntas”. Localizado no gabinete da *mandata*



Foto: Arquivo pessoal

Como mencionado, as Juntas são representadas legalmente por Jô Cavalcanti, e somente ela pode ocupar o lugar da fala no Plenário. Este espaço é o órgão deliberativo máximo do poder legislativo. Ali se realizam as sessões plenárias, onde deputadas e deputados se reúnem para discutir e votar os projetos, depois que são analisados pelas comissões. Nessa visita, notei que as outras codeputadas acompanhavam as reuniões pela galeria do plenário. Em todas as plenárias brasileiras as galerias são públicas, o que possibilita o acesso de toda a população às sessões.<sup>56</sup>

Essa impossibilidade de ocupar todas elas o espaço do Plenário aparecia com certo incômodo nas falas de Kátia Cunha e Carol Vergueiro. Esse limite da legislação eleitoral era visto negativamente, pelo fato de não poderem ocupar com a fala todas as instâncias da Assembleia, de forma integral. Sobre isso, Kátia Cunha afirma:

*Se fizemos campanha pedindo votos juntas, hoje não tem como saber quem conseguiu mais ou menos votos. As pessoas votaram no coletivo, na ideia. Então é muito ruim só a Jô ter acesso ao plenário e a fala, apesar da gente se sentir muito bem representada por ela.* (CUNHA, 2019).<sup>57</sup>

<sup>56</sup> Importante mencionar que nem sempre essa prerrogativa é respeitada. É muito comum, sobretudo durante a votação de pautas polêmicas, que o plenário seja fechado, impossibilitando o acesso da população. Acontece que a decisão de abrir ou não as galerias, acaba sendo dos parlamentares (principalmente da mesa diretiva), a depender dos interesses específicos deles em relação a uma determinada pauta e a como a base eleitoral deles se posiciona em relação à essa pauta.

<sup>57</sup> Ao longo do texto, as falas extraídas das entrevistas realizadas por mim durante a pesquisa aparecerão sempre destacadas em itálico.

Para amenizar a vinculação da figura da *mandata* apenas à imagem de Jô Cavalcanti, a estratégia definida pelo coletivo era que todos os eventos que ocorressem dentro da casa – como as audiências públicas e reuniões abertas – fossem presididos por alguma delas que não fosse a titular. No entanto, a efetivação dessa estratégia depende de cada casa parlamentar. No caso específico da ALEPE, essa dinâmica é possibilitada.

### 3.2.3. Ocupação e uso do espaço legislativo pela *mandata*

Pela primeira vez na ALEPE, a Comissão de Direitos Humanos foi presidida em um formato representativo tal como é a *mandata* das Juntas. De acordo com Carol Vergueiro, “todas presidem!”. Kátia contou ainda que nem sempre todas as representantes podem comparecer, mas que se organizam para que o maior número delas esteja presente.

A entrada do coletivo na ALEPE produziu alguns desconfortos, mas, para as codeputadas, a Assembleia vinha legitimando o grupo aos poucos. A cada reunião ou atividade proposta pela casa, os deputados já as aceitavam de uma maneira mais confortável. No entanto, no dia 16 de abril de 2019, a *mandata* divulgou uma nota em suas mídias sociais para denunciar uma abordagem racista que uma de suas assessoras teria sofrido ao ser impedida de entrar no Plenarinho (ver caracterização desse espaço em tópico posterior). Segundo relataram, tanto a assessora quanto duas codeputadas foram alvo de comentários machistas e racistas. Depois dessa ocorrência, conforme pude acompanhar pela mídia, houve outras denúncias por parte do coletivo em relação a ataques misóginos e, por vezes, classistas. Em junho de 2021, Jô Cavalcanti alegou que sofreu uma tentativa de intimidação por parte do deputado Alberto Feitosa (PSC) ao defender um projeto de lei que apoiaria demandas da população vulnerável. O parlamentar assinalou que as pessoas que pediam reintegração de posse estavam sendo “massa de manobra” das Juntas. Em entrevista a um jornal regional, Jô Cavalcanti (2021, s.p.) afirmou: “É bem difícil ser uma parlamentar que vem das classes mais baixas da sociedade e ser taxada como uma pessoa leiga e que não sabe o que está fazendo dentro do parlamento”.<sup>58</sup>

Essas ações são justificadas nas narrativas, justamente quando ilustram a dificuldade de corpos ditos “invisíveis” à política estarem eles próprios atuando enquanto representantes na Assembleia. “Não é fácil aceitar mulher trans, mulher bi, mulher preta aqui!” (CUNHA, 2019, s.p.).

Embora elas reconheçam o quanto suas corporalidades enfrentam e afrontam o sistema político, por este ser constituído a partir da branquitude<sup>59</sup> e da masculinidade, Kátia Cunha

<sup>58</sup> Entrevista disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/politica/2021/06/co-deputada-da-juntas-sofre-ataques-classista-elitista-e-racista-dura.html> Acesso em: 09 ago. 2021.

<sup>59</sup>“Os estudos críticos da branquitude nasceram da percepção de que era preciso analisar o papel da identidade racial branca enquanto elemento ativo nas relações raciais em sociedades marcadas pelo colonialismo europeu. (MÜLLER, CARDOSO, 2017)

relata que a *mandata* teria começado a impactar o espaço de uma maneira positiva. Essa sensação de legitimidade também se estende ao mundo externo da ALEPE. “A sociedade tem legitimado muito a gente”, disse a codeputada, que também afirmou que a imprensa estaria tendo um papel fundamental para que o movimento fosse visto como legítimo. É também de opinião das codeputadas que, mesmo quando o movimento está presente sem Jô Cavalcanti, a população legitima a atuação política das outras participantes do coletivo.

No que diz respeito à estrutura da casa, é importante ressaltar que o espaço não é preparado para esse tipo de mandato. As codeputadas precisaram trocar a mesa da sala e ainda reestruturar outros espaços do gabinete porque as salas funcionam e foram desenhadas para acomodar um único parlamentar.

Outro aspecto que difere dos mandatos personalizados em uma única figura se encontra na divisão de tarefas e do salário. Como não há respaldo legal para que se proteja a configuração dessa atuação política, os acordos são tomados e estipulados por elas a partir das premissas da confiança e da coletividade. Nesse sentido, todas elas recebem uma quantia salarial igual, o que, de acordo com uma delas, se expressa no valor de assessoria. Além disso, as representantes criaram um fundo onde elas doam parte do salário da *mandata* para que, ao final de cada ano, esse dinheiro possa ser investido em algum projeto social selecionado através de edital. A percepção em torno do salário e de outras prerrogativas de um mandato é de que seriam mais do que o necessário para a função. “Com esse dinheiro dá para fazer, dá para trabalhar, e a gente entende que também não precisa de tantos privilégios. Neste fundo a gente coloca os privilégios e parte do salário” (CUNHA, 2019, s.p.).

#### 3.2.4. Plenária (um pequeno relato)

No espaço nomeado Plenária, conforme mencionei anteriormente, somente Jô Cavalcanti possui direito à fala. No dia 10 de abril de 2019, acompanhei uma sessão onde a codeputada, que possui a representação legal do mandato, falava sobre a importância de se criar projetos e políticas públicas para os comerciantes informais, bem como fortalecer a economia popular. Essa categoria é fundamental na pauta das Juntas, principalmente devido ao envolvimento militante de Jô Cavalcanti, cuja trajetória social passa pelo comércio “ambulante”.

Durante a sessão plenária, Carol Vergueiro e Kátia Cunha acompanharam a sessão pela galeria. Havia cerca de dezesseis deputados no plenário, dos quais cinco eram mulheres. Na galeria, dez pessoas assistiam aos pronunciamentos; muitas se distraíam olhando a tela de seus

celulares. O pronunciamento mais acalorado foi o da deputada Priscila Krause, do partido Democratas, que abriu a discussão contra os aumentos das alíquotas dos impostos, promovidos pelo governador Paulo Câmara.<sup>60</sup> Entre um pronunciamento e outro, as outras deputadas se mostravam à vontade com a presença de outras mulheres. Com exceção da deputada Silva Krause, que estava sentada junto de outros deputados que pareciam compor sua base política, todas as outras conversavam entre si.

### 3.2.5. Plenarinho (um pequeno relato)

Outra atividade legislativa que participei, no dia 11 de abril 2018, foi uma reunião da Comissão de Direitos Humanos, que é presidida pelas Juntas e que acontece num espaço denominado Plenarinho. Essas reuniões acontecem semanalmente, e todas as codeputadas podem fazer seus pronunciamentos, além de poderem se sentar à mesa. Jô Cavalcanti se apresenta em posição ao meio, ladeada pelas demais, onde lê e sugere a votação para aprovação das pautas discutidas. As codeputadas, Carol Vergueiro e Kátia Cunha, também estão presentes. Em quase todos os momentos, a titular do cargo se dirige às outras codeputadas para perguntar e confirmar quais projetos ficaram sob tutela das Juntas. Elas se comunicam bastante durante a reunião. O outro relator sempre se refere a elas como um coletivo: “Como votam a deputada Juntas?”. No final da reunião, Carol Vergueiro chama a atenção de Jô Cavalcanti a respeito do pronunciamento que o deputado presente deveria fazer. Ela acata tranquilamente a sugestão da codeputada. Em um dos momentos, Carol Vergueiro pede para que sua fala seja finalizada, quando outro deputado a interrompe para dar seu parecer. A reunião não apresentou nenhum aspecto conflituoso quanto ao andamento e às posições dos deputados que compõem o coletivo.

Foram apresentados neste espaço dedicado às Juntas aspectos sobre um campo vivenciado lá atrás, antes que a pandemia pudesse nos apertar em nossas casas. Apresentei aqui as minhas primeiras impressões e realizações com o coletivo, que, como mencionado, corresponde a um primeiro contato, muito incipiente, e que diz de uma análise curta sobre um também curto período de legislatura que a *mandata* experimentava.

---

<sup>60</sup> No fim de 2018, o governador de Pernambuco, Paulo Câmara (PSB), sancionou o pacote de mudanças no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e no Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

### 3.3. *A Mandata Ativista de São Paulo: um coletivo majoritariamente feminino*

A Mandata Ativista também se autodenomina “mandata”, e eu a coloquei no feminino, pois, na época, de seus nove membros, sete eram mulheres. Tal qual as Juntas, a *mandata* foi eleita para deputada estadual na Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP), com 149.844 votos, sendo a décima candidatura mais bem votada no estado. Nas apresentações textuais do movimento há um destaque a respeito de seu aspecto suprapartidário e alguma intenção de renovação política. “Estamos construindo um novo modelo, visando oxigenar a política institucional e promover os princípios e práticas que defendemos, com grande foco em transparência, pedagogia e participação” (MANDATA ATIVISTA, 2019).<sup>61</sup>

A *mandata* começou sua formação com nove codeputadas: Mônica Seixas, mãe, jornalista, feminista negra e ativista socioambiental; Raquel Marques, sanitarista, mestre em Saúde Pública e ativista da saúde; Paula Aparecida, trabalhadora da educação da rede pública estadual, conselheira estadual dos Sindicatos dos Professores do Ensino Oficial; Jesus dos Santos, nordestino, imigrante, militante da cultura e da comunicação popular nas periferias; Fernando Ferrari, morador do Capão Redondo, pai e militante do Movimento Cultural das Periferias; Erika Hilton, transvestigênera, negra e militante; Claudia Visoni, jornalista, ambientalista e agricultora urbana; Chirley Pankará, indígena da etnia Pankará, pedagoga e mestre em educação; e Anne Rammi, artista, feminista e ciclista. Todas essas informações sobre suas identidades foram fornecidas pelas próprias codeputadas.

---

<sup>61</sup> Texto impresso entregue no dia em que foi realizada a entrevista. Ressalto aqui que essas eram as primeiras impressões de um coletivo que estava atuando há apenas três meses.

**Figura 10** – Mandata Ativista formação 2018

Fonte: Folha de S. Paulo<sup>62</sup>

A atuação legislativa realizada até 2019 defendia as seguintes frentes: enfrentamento da PL01/2019 (das privatizações), sendo que a *mandata* protocolou uma PEC com o objetivo de exigir uma consulta pública e um plebiscito nas iniciativas de desestatização; formação de frentes parlamentares ligadas à cultura, à agroecologia e à igualdade racial; formação de um comitê paralelo de fiscalização da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) das universidades; entre outras.

Naquele momento, de acordo com o coletivo, o gabinete era composto por uma equipe técnica, com profissionais de diversas áreas, além das nove codeputadas, que se dividiam entre a Coordenação Política (formada pelas codeputadas e por uma coordenação executiva) e seis círculos de trabalho: Comunicação, Ruas e Redes, Jurídico, Incidência Parlamentar, Inteligência e Gestão Geral.

Nosso mandato reúne pessoas de origens diferentes, que já eram ativistas e especialistas em áreas diversas e que agora compõem um amplo escopo de atuação. Entre os temas que trabalhamos, estão: primeira infância e maternidades, saúde pública, questões étnico-raciais (as lutas da população e dos povos originários), saúde, segurança pública direitos humanos, meio ambiente, orçamento participativo, direitos trabalhistas, cultura e educação. (MANDATA ATIVISTA, 2019, s.p).

<sup>62</sup> Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2021/08/crise-em-mandato-coletivo-em-sp-envolve-ate-troca-de-fechadura-e-retoma-debate-sobre-formato-para-2022.shtml> Acesso em 07 jan. 2022.

Normalmente, deputados federais tem direito a vinte e quatro assessores. A *mandata* optou por dez, conforme o que me relatou Raquel Marques, codeputada que me cedeu uma entrevista em uma sexta-feira pela manhã, no dia três de maio de 2019. Jesus dos Santos, um dos homens que compunha o coletivo, também participou da entrevista. Sobre as atividades e as experiências vividas nos primeiros quarenta e cinco dias, tempo desde a posse da *mandata*, Raquel contou que, naquele tempo, já havia muito “trabalho acumulado e que às vezes é muito cada um por si, porque ainda está muito complexo, mas estamos nos adaptando” (Raquel Marques, entrevista concedida em 03/05/2019, em São Paulo), o que ressalta o caráter de experimentação vivido pela *mandata*.

O movimento que estruturou a Mandata Ativista começa em 2016 com Caio Tendolini, ativista que, através de um *post* no *Facebook*, provocou uma chamada para estruturar uma bancada de ativistas no período das eleições de 2016 para vereador na cidade de São Paulo, “já que tínhamos tanta bancada de boi, de bala, de bíblia”, comenta Raquel. A Bancada Ativista nasce então de um movimento informal de pessoas que queriam ver ativistas na política e que já “faziam” política, mas não de maneira institucional. Ressalto que as e os ativistas passaram por um processo de seleção, e foram selecionados oito membros para fundar essa primeira geração: Isa Pena, Sâmia Bonfim, Marcio Black, Todd Tomorrow, Marina Helou, entre outros. Destes, somente Sâmia Bonfim foi eleita, o que, de certa forma, elevou a visibilidade do coletivo. Portanto, a Bancada Ativista é um movimento político, fundado em 2016, que atua elegendo ativistas e que promoveu a candidatura e, conseqüentemente, a eleição da Mandata Ativista em 2018 – candidatura eleita com 149.844 votos.

No início, a ideia era uma plataforma comunicacional comum que ajudasse as pessoas envolvidas a construir suas candidaturas, mas com cada um concorrendo individualmente em seus partidos. No entanto, depois de um período de reuniões, estudos e análise, o movimento reconheceu a dificuldade desses ativistas em alcançarem cargos no legislativo, uma vez que possuem uma trajetória mais orgânica e menos profissional na carreira política. O pensamento se converteu então na estratégia de união coletiva para conseguir os oitenta mil votos necessários para ocupar um cargo de deputado estadual em São Paulo.

Essa construção não foi tão simples. Para somar todas as forças políticas do movimento e construir um alinhamento político foi preciso negociar com os dezoito que pertenciam ao grupo no momento e com algum partido que os filiasse e oferecesse alguma independência partidária, segundo relatou Raquel Marques na entrevista. Para formar essa nova geração da bancada, alguns fatores foram determinantes para a constituição do grupo como é hoje. O primeiro deles foi a necessidade de se alinhar com um partido; o segundo foi a escolha da figura

que representaria a Bancada e, posteriormente, a *Mandata*, de forma que ocorreram dissidências a partir de algumas decisões.

*A gente pensou: como somar as forças dos ativistas em um único mandato de maneira que a gente consiga convergir esse capital político e garantir de que ele de fato entre? E aí foi bem pragmático, bem racional. Não foi fácil essa construção e não está sendo fácil a realização disso. Mas assim... a bancada tinha umas quinze pessoas como cocandidatos, inclusive Marina Helou<sup>63</sup> estava com a gente. [...]. Aí quando amadureceu e a gente chegou no partido, depois de negociar com os partidos uma certa independência, alguns não topavam ficar. Mas a gente não é uma candidatura convencional dentro do PSOL, a gente é uma candidatura independente. Então o pessoal não nos pauta no sentido mais estrito, a gente não tem um voto de bancada automático com o PSOL, embora a gente tenha muitas similaridades de pensamento e acabe votando em comum em muitas coisas. (Raquel Marques, entrevista concedida em 03/05/2019, em São Paulo).*

A escolha da figura de Mônica Seixas foi uma das causas de dissidências, embora fosse quase unânime a decisão pela figura da ativista.

*A gente escolheu a Mônica porque ela era o mínimo denominador comum, porque ela representa um pouco de cada uma das nossas pautas; as mulheres, a maternidade, a negritude e o meio ambiente. A Mônica é uma mulher negra, solo periférica, e a gente falou 'poxa', é uma boa figura para essa candidatura coletiva, e eu acho que ela se ela de fato nos representa imageticamente e simbolicamente, considerando também que na prática o poder vai ser vai ser repartido! " Nessa hora também alguns não se sentiram contemplados e também saíram. E aí a gente chegou nesse grupo final de nove pessoas que correu as eleições aí e que surpreendente mente foram bem-sucedidos. (Raquel Marques, entrevista concedida em 03/05/2019, em São Paulo).*

Sob essa ótica, percebe-se o quanto o movimento precisou se organizar através de reuniões, articulações e aderências, que significaram a presença majoritária de mulheres. As dissidências parecem ter acontecido bem mais por motivos estratégicos e ideológicos (como um dos cocandidatos que decidiu por outro partido, para defendê-lo) do que por razões ligadas

---

<sup>63</sup> Marina Helou é deputada estadual em São Paulo pela Rede Sustentabilidade. É mulher, paulistana, mãe e tem 31 anos. Estudou na escola Waldorf Rudolf Steiner, formou-se em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas (EAESP-FGV), tem especialização em Negócios e Sustentabilidade pela Fundação Dom Cabral/Cambridge University. É Jovem Raps (Rede de Ação Política pela Sustentabilidade) 2015, Líder Raps 2016 e Líder Pública Raps/Lemann. Helou é uma das lideranças apoiadas pelo movimento RenovaBR, tendo atuado na Bancada Ativista e no Movimento Acredito. Em 2017, coordenou a coalizão Nova Democracia. Foi eleita deputada nas eleições de 2018, com quase 40 mil votos. Em 2018, ajudou a fundar o movimento Vote Nelas, que trabalha para eleger mais mulheres para o Legislativo em todo o país. Em 2020, disputou a prefeitura de São Paulo, alcançando 22.073 votos.

à misoginia em relação à escolha de Mônica para representar o cargo – argumento colocado pela coparlamentar Raquel Marques.

A escolha pelo PSOL se refere mais às aproximações de pensamento do que a uma partidarização fiel da agremiação. A justificativa para a decisão de concorrer pelo partido é refletida por uma característica do próprio partido de, segundo Raquel, acolher “várias expressões ideológicas”. “Ele é quase um partido coletivo. É uma legenda, mas dentro dele existem vários outros, várias correntes” (MARQUES, 2019). No que concerne a estratégia de eleição do movimento, o tamanho do partido também parece agradar: “Ele é nem grande demais, que acabe afugentando as inovações, e nem é pequeno demais, para que não se torne desinteressante”, afirma a respeito dos cálculos que as ativistas fizeram para conseguirem elegibilidade.

Nem o partido e nem a bancada sabiam ao certo como o funcionamento de uma estrutura coletiva poderia fundamentar um novo comportamento político. Às vezes, a comunicação entre partido e mandata fica confusa, sobretudo por não saberem ainda quais atores representam ou com quem podem fazer essa interlocução. “Não está dado para ninguém o modo de funcionamento”, disse Raquel.

A intenção, naquele ano, era fluir ao máximo a representação para as outras componentes, já que, de acordo com Raquel Marques, a figura ainda muito destacada era a de Mônica Seixas. Para a coparlamentar, naquele momento, o trabalho do movimento estava concentrado em construir uma outra cultura política na ALESP, principalmente a partir da colaboração entre toda a *mandata*. Desse modo, até mesmo a legitimação do grupo poderia ter ganhado mais força caso essa estratégia tivesse sido conquistada.

Enquanto mandato coletivo eleito, o exercício de legitimidade do grupo, embora haja restrições legais, foi violentamente atingido logo no dia da diplomação<sup>64</sup> das deputadas na Assembleia. O fato ocorreu em dezoito de dezembro de 2018. A deputada que representa a Mandata, Mônica Seixas, subiu ao palco junto com todas as outras codeputadas, mas elas foram barradas por seguranças da casa. A Mandata Ativista sofreu sua primeira “deslegitimação”, poderia dizer, pois, de acordo com o grupo, tudo já estava acordado com o cerimonial. Ao ser barrado, Jesus dos Santos ultrapassou o cerco e conseguiu ir até o local da diplomação, sendo contido inicialmente por outros seguranças, e, depois, por deputados, entre eles, Alexandre

---

<sup>64</sup> Diplomação é o ato pelo qual a Justiça Eleitoral atesta quem são, efetivamente, os eleitos e os suplentes, com a entrega do diploma devidamente assinado. Com a diplomação, os eleitos se habilitam a exercer o mandato que postularam, mesmo que haja recurso pendente de julgamento, pelo qual se impugna exatamente a diplomação ([Glossário Eleitoral - Tribunal Superior Eleitoral - TSE](http://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos-iniciados-com-a-letra-d#diplomacao)). Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos-iniciados-com-a-letra-d#diplomacao>. Acesso em: 5 maio 2019.

Frota, eleito deputado federal pelo PSL<sup>65</sup> (AGÊNCIA BRASIL, 2018).<sup>66</sup> “Aquele começo foi muito assustador para nós e para todo mundo”, afirmou Raquel. As Juntas puderam receber o diploma com todo o coletivo, segundo a Bancada, e, por isso, elas se inspiraram a tomar o diploma conjuntamente

**Figura 11** - Solenidade de posse das candidaturas eleitas para deputado estadual na ALESP, 2018



Fonte: Perfil do *Instagram* do codeputado Jesus dos Santos<sup>67</sup>

Apesar do incidente, segundo Raquel Marques, entre a diplomação e a posse, surgiram outras forças políticas de destaque, principalmente com posicionamentos oriundos de deputados pertencentes ao antigo partido do atual presidente, Jair Bolsonaro, o PSL,<sup>68</sup> de maneira que a Mandata Ativista perdeu visibilidade nesse interim: “No final das contas, a coisa virou uma grande guerra de titãs, entre PSL, PT e PSDB e a gente vem passando por debaixo do radar” (MARQUES, 2019).

Sobre a socialização política dentro da Assembleia, a Bancada dizia estar experimentando limites. Algumas estratégias haviam sido utilizadas para ampliar os espaços de todas nas sessões de debates, principalmente nas plenárias. Uma dessas estratégias foi colocada

<sup>66</sup> Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-12/diplomacao-em-sao-paulo-e-marcada-por-confusao-e-troca-de-ofensas>. Acesso em: 30 set. 2020.

<sup>67</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CXuEWNnP5fd/> Acesso em: 20 dez. 2021.

<sup>68</sup> Por razões de disputa interna, Jair Bolsonaro se desfilou do PSL em 2019, ficando dois anos sem partido, e, somente ao final de 2021, aceitou o convite para se filiar ao PL, no intuito de disputar novamente as eleições presidenciais em 2022.

em uma sessão: ao subir na plenária, em vez de usar o microfone, Mônica Seixas colocou um vídeo de Jesus dos Santos falando no plenário. Ele havia gravado o vídeo anteriormente, quando a sala estava vazia.

Diferentemente das Juntas, as outras codeputadas não ficavam nas galerias enquanto aconteciam as sessões, pois se dividiam em outras atividades. “O trabalho político é muito intenso e não se perfaz apenas às plenárias” (MARQUES, 2019). Nesse sentido, o exercício político do grupo também se concentra em “tensionar as brechas”, isto é, participar de outras comissões (mesmo aquelas das quais não são membras), estudar os projetos, participar das reuniões e trabalhos “de rua”, marcar presença nas frentes parlamentares etc. Desse modo, elas dividiam, pelo menos naquele ano, a presença da Mandata em vários outros espaços, cotidianamente.

Concomitantemente a essa atuação, a distribuição do poder previa respeitar os diferentes perfis e estilos do movimento, conforme apontou Raquel. Érika Hilton, a única codeputada trans, era a chefe de gabinete e podia substituir a deputada em alguns trâmites burocráticos, como assinar certos documentos no lugar da representante legal. Raquel Marques estava mais conectada com a burocracia e era ela quem lia o diário oficial e lidava melhor com o regimento interno da casa. Já Jesus dos Santos estava muito presente nos movimentos de rua e no movimento negro. Chirley Pankará tinha outra maneira de se organizar, por estar ligada aos povos indígenas. “Não adianta trazer a Chirley para nossa lógica, porque já estaríamos invalidando a cultura indígena”, Raquel apontou. Mônica, Raquel, Cláudia e Anne são mães, mas é Anne Rammi quem levanta matérias em defesa da maternidade. Fernando Ferrari e Cláudia Visoni estavam mais conectados com políticas ligadas a seus territórios periféricos e a essas lutas. “A Cláudia diz ‘não quero ser cooptada pela burocracia palaciana’” (MARQUES, 2019).

No que tange à maternidade, Anne Rammi publicou em uma rede social:

A Maternidade é um estado político da mulher. Estamos pautando o nosso direito à participação a partir do nosso lugar de mães. Vocês podem reparar, quando as mulheres atingem lugares de influência e participação, ainda que sejam mães, nunca é esse o lugar que elas podem ocupar. Elas precisam ser cientistas, professoras, doutoras, advogadas, e toda e qualquer outra chancela do mundo do trabalho, exceto mãe. Ainda que esse seja possivelmente o trabalho mais antigo do mundo, sem o qual não haveria humanidade. E provavelmente um dos únicos invisíveis e não remunerados. Invisibilizar as mães é estruturante para manter os sistemas de opressão tanto quanto as mães são estruturantes para a existência do mundo. (RAMMI, 2019).<sup>69</sup>

---

<sup>69</sup> Texto publicado na rede social *Facebook*, no domínio <https://www.facebook.com/annedabancada/>. Acesso em junho de 2019.

A respeito da divisão de salário, foi dito que cada chefe e codeputada teria um salário de sete mil e setecentos reais. Existe ainda uma espécie de “caixinha” onde alguns excedentes são depositados para cobrir despesas extras, como corridas de aplicativo de transporte.

A divisão de tarefas é feita todas as segundas-feiras. As nove codeputadas se reúnem semanalmente com os quatro chefes de gabinete para definir a agenda. Ressalto que a Bancada Ativista é membra da Comissão do Meio Ambiente da ALESP e compõe a Frente Parlamentar para a promoção da Igualdade Étnico-Racial e em Defesa dos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais. Contudo, o entendimento da Mandata Ativista era de que todas as pautas se faziam transversais e atravessavam os perfis de todas, conforme contou Jesus dos Santos. Sob o aspecto da diversidade dos ativismos que compunham o coletivo, Jesus dos Santos disse em entrevista:

*Por termos somente quarenta e cinco dias de mandato e termos o entendimento que nossas pautas parecem ser diversas, muitas delas nos cortam. Acho que estamos trilhando para um processo que a gente consiga dar vazão a todos os ativismos sem atropelar ninguém, sem passar por cima... Eu particularmente acho que a diversidade tem mais servido para a gente se ver, se reparar, se reconhecer, estar mais próximo do outro, do que se dividir. A gente também entende as limitações da casa. (Jesus dos Santos, entrevista concedida em 03/05/2019, em São Paulo).*

De um modo geral, a diretriz central da mandata é ainda muito vinculada à bandeira “redução das desigualdades”, conforme afirmou o codeputado.

*Possibilitar com que essa casa seja de fato a casa do povo, possibilitando que o movimento social encontre nesse mandato a possibilidade de trazerem suas demandas, suas pautas e em conjunto e em colaboração conosco, junto da possibilidade institucional que a gente tem, conseguir reverter algumas questões. (Jesus dos Santos, entrevista concedida em 03/05/2019, em São Paulo).*

Nessa perspectiva, o formato da mandata também obteve inspiração no movimento mineiro Muitas, protagonizado por Áurea Carolina e Cida Falabella, mas que hoje já arregimenta um grupo bem maior de pessoas envolvidas – que, em sua maioria, continua sendo de mulheres. A Mandata Ativista, representada por Raquel Marques e Jesus dos Santos, afirmou que o formato nasceu em contraposição à inexistência de uma democracia representativa real.

Quanto às restrições legais e as desvantagens de se legislar em um mandato coletivo, Raquel Marques apontou que os limites ainda circundam uma pessoalidade desmedida. Para

ela, a medida em que um deputado não consegue exercer todas as atividades, ele poderia buscar alguém para representá-lo em voz. “Por que um deputado não pode colocar alguém para representá-lo com legitimidade em discussões políticas?”, indaga a codeputada a respeito das normas da legislação eleitoral, que continuam, até o momento, sem regulamentar atuações e modelos compartilhados de mandato.

A impressão é de que o coletivo funcionava bem naquele tempo, “entre tapas e beijos”, segundo Jesus. Essa alegação foi feita devido aos inúmeros desafios de se atuar em um coletivo desse tamanho, embora a máxima fosse a de encontrar consenso. Segundo o codeputado, todo esse exercício político acabava por aproximá-las mais. No entanto, é preciso antecipar aqui um evento importante ocorrido posteriormente, que será trazido de forma mais detalhada nos capítulos seguintes: foram justamente meus dois primeiros entrevistados, Raquel Marques e Jesus dos Santos, as codeputadas a serem desligadas do coletivo por conflitos internos.

Naquele dia, diante da presença de um dos dois homens da Mandata Ativista, questionei-os sobre o que é refletido por essa presença e sobre como o feminismo abarca a aliança entre homens e mulheres em um coletivo majoritariamente feminino. Segue o que Raquel Marques disse a respeito:

*O que eu acho é que homens que embarcam numa viagem dessa majoritariamente feminina com uma mulher de porta-voz com uma coisa não personalista, eles já são muito ‘desconstruídos’, né? Ninguém está livre do machismo estrutural, do racismo estrutural, da transfobia estrutural, nisso todo a gente escorrega todos os dias. Infelizmente talvez só estejamos prontos no fim da vida! Mas os que estão aqui (os homens) são pessoas muito diferentes do que se diz a média e estão muito dispostos a se rever. Uma vez o Jesus disse que a Chirley estava precisando de um namorado, e todas nós já o “gongamos” e logo ele se retratou. (Raquel Marques, entrevista concedida em 03/05/2019, em São Paulo).*

Jesus dos Santos retomou a fala se identificando enquanto “mulherista africano”. Não perguntei o que significava, esperando a continuidade da conversa para buscar compreender como ele vê a relação mulher x poder no mundo:

*O patriarcado branco, eurocêntrico, cis<sup>70</sup> também me violenta e por entender isso é que eu parto de outro lugar. Eu me reconheço enquanto homem preto, africano e quando vou buscar as minhas origens, eu entendo que as mulheres nunca foram subordinadas e sim estiveram no mesmo pé de igualdade de construção do mundo, então quando uma mulher é a nossa porta voz ou quando um grupo é majoritariamente formado por mulheres eu não vejo diferença. Não vejo nenhum tipo de problema, eu vejo isso como uma*

---

<sup>70</sup> Cisgênero é o termo utilizado para se referir ao indivíduo que se identifica, em todos os aspectos, com o seu “gênero de nascença”.

*normalidade que com o processo patriarcal deixou de ser. Nesse processo de tentar se desconstruir, para mim é normal. É só olhar quantas famílias são constituídas de mãe, avó, tias e tem um filho homem. Para quem tá na quebrada e tem diversas famílias que foram destruídas pelo patriarcado, homens viverem ambientes como esse é super normal. (Jesus dos Santos, entrevista concedida em 03/05/2019, em São Paulo).*

Apesar de estar em um grupo que se autoidentifica feminista, a noção de mulherismo que o codeputado reivindica difere da noção de mulherismo cunhada pelo feminismo negro<sup>71</sup>, quando “mulheres afro-americanas nos anos de 1980 e 1990 desenvolveram uma “voz”, um ponto de vista autodefinido e coletivo sobre a feminilidade negra” (COLLINS, 1990). O termo mulherismo parte de uma reflexão crítica sobre a noção de feminismo, o que não significa negá-lo. Esse debate parte de Alice Walker, autora que ampliou a reflexão feminista ao colocar a questão como mulherismo ou mulheridade (*womanism*). Walker sugere que a história concreta das mulheres negras promove uma visão de mundo “mulherista”, acessível, principalmente, e, talvez, exclusivamente, às mulheres negras (GONZALES, 2020; COLLINS, 2017). Portanto, refere-se a um termo que as mulheres negras usaram para nomearem seu ponto de vista sobre o feminismo.

Quando nos reportamos às amefricanas da chamada América Latina, e do Brasil em particular, nossa percepção descobre uma grande resistência ao feminismo. É como se ele fosse algo muito estranho para elas. Herdeiras de uma outra cultura ancestral, cuja dinâmica histórica revela a diferença pelo viés das desigualdades raciais, elas, de certa forma, sabem mais de mulheridade do que de feminidade, de mulherismo do que de feminismo. Sem contar que sabem mais de solidariedade do que de competição, de coletivismo do que de individualismo. Nesse contexto, há muito o que aprender (e refletir) com essas mulheres negras que, do abismo do seu anonimato, têm dado provas eloquentes de sabedoria. (GONZALES, 2020, p. 2).

Assim, os feminismos destoam, disputam e se encontram nas narrativas das *mandatas*. Tal como afirma Bárbara Lopes Campos, as experiências das *mandatas* coletivas no Brasil são expressões de indivíduos que vivenciam os espaços das fronteiras – mulheres negras, indígenas, ativistas, pessoas LGBTQIA+, entre outras, e que “provocam o ‘reencantamento’ político pela coletividade, resultando em campanhas eleitorais vitoriosas” (CAMPOS, 2021, p. 54).

No próximo capítulo, discutirei o desenrolar dessas experiências até os dias atuais e também sua definição enquanto processo político. Estamos falando aqui de democracia direta,

---

<sup>71</sup> Mulherismo também é categoria étnica. Tenho visto muitas mulheres do movimento negro se identificando como mulheristas e em um sentido de “não feminista”. Essa discussão está acontecendo muito nas redes sociais, de modo que algumas ativistas negras afirmam que não se sentem representadas pelo termo feminismo e querem ser chamadas de mulheristas.

participação cidadã ou democracia radical? Acredito que a última. Logo, irei me concentrar nessa abordagem. Volto a ressaltar que nos tópicos anteriores evidenciei o tempo verbal do passado para relevar a característica deste percurso metodológico, que diz respeito a um campo feito em 2019, com uma observação *in loco*, circunscrita às mandatas logo no início de suas legislaturas. Nos próximos capítulos darei atenção à análise das entrevistas concedidas pelas codeputadas que se responsabilizam legalmente pelos coletivos, concluindo as descrições e análises.

## CAPÍTULO 4 – AS MANDATAS COLETIVAS E A DEMOCRACIA FEMINISTA COMO PROPOSTA DE RADICALIDADE DEMOCRÁTICA<sup>72</sup>

Os mandatos coletivos emergiram no Brasil em um contexto produzido por diversos fatores. Um deles pode ser entendido como desdobramento das “jornadas de junho” de 2013, marcadas por protestos que precederam a reeleição de Dilma Rousseff em 2014, as movimentações antipetistas de 2015, o golpe parlamentar sofrido pela presidenta em 2016 e a eleição de Bolsonaro em 2018. Para a professora Bárbara Lopes Campos (2021), dois polos de enquadramento político se consolidam: um progressista e um reacionário. “Esse processo também é intensificado por episódios marcantes de violência política, como o assassinato da vereadora do Rio de Janeiro Marielle Franco e de seu motorista Anderson Gomes, em 2018” (CAMPOS, 2021, p. 13). A autora prossegue:

A partir daí Bringel e Pleyers (2015) identificam polos radicalmente antagônicos que se consolidaram nos anos seguintes em dois enquadramentos sociopolíticos: um campo progressista de radicalização democrática e um campo reacionário marcado pelo autoritarismo. Enquanto o primeiro seria orientado por valores como igualdade, justiça, pluralidade na diferença e “bem viver”; o segundo carrega traços fascistas e antidemocráticos, em meio à defesa dos privilégios de classe, da propriedade privada e de uma visão evasiva de liberdade. (CAMPOS, 2021, p. 13-14).

Conforme as análises da pesquisadora, desse quadro resultam disputas no âmbito político-partidário e de movimentos sociais que se viram diante de atores mais diversificados, oriundos de projetos políticos e ativismos diversos e que consideram “a ressignificação da política como uma dimensão cotidiana, coletiva e criativa como engajadora de parcelas da população, que vislumbram a potência emancipatória de diversificar o fazer política” (CAMPOS, 2021, p. 14). Nesse período, os acirramentos e refinamentos em torno do que se entende como democracia confluem com os debates e movimentos feministas, que não refutam os modelos econômicos capitalistas neoliberais e incorporam às suas análises o eixo inclusão-exclusão. Sendo assim, este capítulo apresenta uma perspectiva democrática aos olhos do

---

<sup>72</sup> Este capítulo se inspira substancialmente nas discussões de autoras trazidas no ciclo de estudos “Democracia sob perspectivas feministas”, promovido pelo SER-TÃO (Núcleo de ensino, extensão e pesquisa em gênero e sexualidade da Universidade Federal de Goiás), ao qual estou vinculada. O relatório desse período de debates, elaborado pela professora Eliane Gonçalves, está disponível em [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/16/o/Relat%C3%B3rio\\_CiclodeEstudos\\_ago2020\\_final.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/16/o/Relat%C3%B3rio_CiclodeEstudos_ago2020_final.pdf). Acesso em: 2 jan. 2022.

feminismo, motivada pelos posicionamentos públicos das narrativas das coparlamentares e que se comunicam com eventos atuais e com o contexto pandêmico.

A pandemia nos revelou uma nova forma de conexão, no meu caso, de estar em um contato maior com as sujeitas da pesquisa, afirmando que era possível estar mais perto de suas práticas discursivas e de atuação. Foi nesse novo cotidiano de pesquisa, retorcido pelo que nos foi apresentado através do isolamento social, é que, em mais uma ocasião, assistindo *lives*,<sup>73</sup> acompanhei a fala da covereadora da Gabinetona, Cida Falabella. Nesse encontro virtual, Cida recebia “em seu sofá”<sup>74</sup> uma outra covereadora que também compõe a bancada da Gabinetona. Na conversa, ela se referia à Bella Gonçalves a partir da imagem do quadro de Eugene Delacroix (1789-1863), *A liberdade guiando o povo*, onde a liberdade é retratada pelo pintor através da figura de uma mulher. De acordo com a arte-educadora Laura Aidar (2020), o quadro é uma pintura que retrata a Revolução de 1830, entretanto, “sua simbologia ultrapassou fronteiras e tornou-se um emblema também na representação por liberdade em diversas partes do mundo”.

**Figura 12** - *A liberdade guiando o povo*, Eugene Delacroix (1789-1863)



Fonte: *Site Cultura Genial*<sup>75</sup>

<sup>73</sup> *Live* é uma transmissão ao vivo de áudio e vídeo pela internet, geralmente feita por meio das redes sociais – prática que se expandiu muito durante a pandemia de Covid-19.

<sup>74</sup> A covereadora apresentou edições periódicas do programa “Sofá da Cida”. No formato de *live*, Cida recebia convidados para conversar sobre temas diversos, tais como: emergência cultural, mulheres no poder, mulheres no teatro, mães na política, entre outros. O encontro em questão aconteceu em setembro de 2020.

<sup>75</sup> A tela não é uma representação da Revolução Francesa de 1789. A imagem faz referência a outra rebelião, ocorrida 41 anos depois. A obra pode ser vista no Louvre, museu em Paris. O texto completo e a análise da obra podem ser vistos em: <https://www.culturagenial.com/a-liberdade-guiando-o-povo-de-eugene-delacroix/>. Acesso em: 31 ago. 2020.

O inescapável à minha “observação participante virtual” é que a conversa tratou de um termo que se fundamenta em articulações epistemológicas muito inspiradas nas lutas feministas pelos direitos civis (PATEMAN, 1990; MIYARES, 2003). A conversa se desenvolveu até me apresentarem ao termo “democracia feminista”, que seria um braço mais desenvolvido dessa democracia, que pouco, e ao mesmo tempo muito, tem a oferecer para a existência de uma sociedade mais justa e igualitária.<sup>76</sup> Pouco, porque talvez ela seja o novo domínio de um capitalismo que tende a suprir as necessidades sociais somente de uma minoria; e muito, porque ela ainda é tudo que temos como ideia ou sistema de governo que possa oferecer alguma liberdade aos povos sem poder, ainda mais quando consideramos a guinada global à extrema-direita, isto é, países que, ao rejeitarem a democracia liberal, acabaram por ceder às convocações argumentativas de uma espécie de autoritarismo populista (APPADURAI, 2017).

A importância de ter uma explicação clara sobre a democracia é visível quando esta serve de base para a caracterização dos regimes (democrático ou não democrático) espalhados pelo mundo, onde são encontrados diversos casos em que ela se estabelece na constituição, todavia na prática não se mostra como tal; ou onde existe um aparato constitucional que traz o regime democrático, porém o Estado não tem alcance fiscal suficiente para prover os direitos básicos. (TAVARES; RAMOS, 2018, s.p.).

Diante do exposto, este capítulo pretende refletir sobre como as atuações feministas fora e dentro das instituições vem apostando em um modelo democrático capaz de provocar o modelo político e econômico, tentando desestabilizar e, ao mesmo tempo, potencializar uma democracia que ainda subjuga as mulheres, as populações indígenas, negras e LGBTQIA+, e o meio ambiente, e que, portanto, também está subjugada, formulando políticas públicas voltadas ao atendimento e inclusão das minorias políticas. Em uma publicação de 1990, Carole Pateman introduziu o texto “Democracia e feminismo” da seguinte forma:

Uma feminista nem mesmo abordaria o tema deste ensaio, porque para as feministas a democracia nunca existiu. As mulheres nunca foram aceitas, e não são agora, como membros e cidadãos com direitos iguais em nenhum dos países considerados "democráticos". Ao longo da história do feminismo, repete-se uma imagem que fala por si e segundo a qual uma sociedade liberal é composta por clubes masculinos – que, como aponta Virginia Woolf em *Três Guinés*, se distinguem por seus trajes e uniformes individuais – como o

---

<sup>76</sup> Há uma problematização no debate feminista sobre a questão da igualdade, uma vez que a igualdade, em seu sentido mais amplo e profundo, não contemplou as mulheres com o advento da democracia na Grécia antiga, e, ainda hoje, não garante cidadania plena para elas. Aqui igualdade não é pensada como oposto de diferença. É no âmbito legal, referente à democracia, à esfera pública, que o conceito de igualdade para os feminismos quer ser trabalhado, mesmo num horizonte utópico.

parlamento, os tribunais, os partidos políticos, o exército e a polícia, as universidades, os locais de trabalho, os sindicatos, as escolas públicas (privadas), os locais exclusivos e também os centros recreativos populares. De todos eles, as mulheres sempre foram excluídas ou apenas incluídas como meras auxiliares. Essa opinião das feministas foi confirmada pelos debates acadêmicos sobre democracia, nos quais pouca importância é dada a questões como o feminismo ou a estrutura das relações entre os sexos. (PATEMAN, 1990, p. 7).

De lá para cá, os feminismos e os ativismos contemporâneos vêm, resilientemente, produzindo tensões nas relações de poder dominantes. Em meio às discussões clássicas e contemporâneas sobre os caminhos e modelos da democracia, surge essa nova derivação do modelo democrático, pensada a partir de mulheres, que repercute não só dentro da cátedra acadêmica, mas, principalmente, nos espaços da rua, nos movimentos sociais e nos ambientes institucionais, onde as reivindicações não se limitam somente às questões do direito ao voto, mas, sobretudo, “na contemplação da vida cotidiana das mulheres e suas dimensões econômicas, afetivas políticas, sociais, sexuais, bem como a relação com o conhecimento e a produção de distintos saberes” (BARRANCOS, 2019, p. 44). O alvo da crítica de Carole Pateman reside aí, nas democracias liberais vigentes, onde a soberania popular é reduzida à transferência do poder pelo voto (MIGUEL, 2017).

A liberdade hasteada por uma mulher se torna, nesse aspecto da análise, uma interessante analogia sobre como as mulheres podem ser as encarregadas de prover a liberdade para o povo, já que os homens, que as precedem nesse espaço enquanto fundamentadores do poder e da conformação democrática como tal, pouco ajudaram na constituição de uma sociedade mais igualitária em seu sentido mais profundo. No caso, o paradoxo sobre a Revolução Francesa se conforma no fato de que

a esmagadora maioria dos revolucionários franceses manifestava desinteresse, quando não hostilidade, pelos direitos da mulher. Seguiam a trilha de Rousseau<sup>77</sup>, maior inspiração filosófica para a Revolução, para quem a liberdade dos homens não incluía as mulheres, destinadas “naturalmente” ao enclausuramento na esfera doméstica. (MIGUEL, 2017, p. 20).

A releitura feminista do contrato social, principalmente aquela realizada por Carole Pateman em *O contrato sexual* (1993), destaca como o pacto social que viabiliza a liberdade civil não alcançou todos os indivíduos presentes no estado de natureza, e que as reivindicações

---

<sup>77</sup> Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), Thomas Hobbes (1588-1679) e John Locke (1632-1704), mais conhecidos como contratualistas, foram intelectuais iluministas que escreveram sobre a origem da sociedade com base na ideia de um contrato social em prol das liberdades individuais.

pelo fim do Estado absolutista foram incapazes de incorporar no pensamento o contrato sexual e a pauta dos direitos individuais das mulheres.

O contrato social é uma história de liberdade; o contrato sexual é uma história de sujeição. (...) O pacto original é tanto um contrato sexual quanto social: é sexual no sentido patriarcal – isto é, o contrato cria o direito político dos homens sobre as mulheres -, e também sexual no sentido do estabelecimento de um acesso sistemático dos homens aos corpos das mulheres. (PATEMAN, 1993, p. 16-17).

Essa crítica ao passado orientou também os debates em torno do desenvolvimento democrático pelo mundo e da libertação da mulher de sua subordinação histórica. Amélia Valcárcel (2014), em uma palestra sobre o tema,<sup>78</sup> utiliza uma abordagem filosófica para buscar uma compreensão da história da democracia, dos passos que nos trouxeram até aqui. Ela entende que: 1) a democracia é uma forma de governo em meio a várias outras (autocracias, monarquias, politéias, entre outras) e todas essas formas políticas foram estruturadas pela virtude da honra, o que é muito estruturante da questão masculina; 2) em sua essência, ela é mais do que uma forma de governo; consiste na utilização sistemática do princípio de maioria como método de tomada de decisões. A partir disso, os valores básicos que deveriam ser comungados pela maioria, definidos na Revolução Francesa, seriam o da liberdade, da igualdade e da fraternidade.

Contudo, para a filósofa política, falar em igualdade seria o mesmo que falar em cidadania – esse conjunto de direitos e deveres que não é vivido hoje pela maioria, mas sim por uma minoria branca, geralmente restrita aos homens ricos. Assim, a cidadania não alcançou as mulheres, pois elas estavam em casa, “destinadas” ou naturalizadas a viverem no mundo doméstico, sobretudo as mulheres pobres e negras, que sempre estiveram fora de casa e trabalhando, aspecto mencionado diversas vezes pelo feminismo negro. Os pressupostos sociais foram definidos, então, para que as mulheres pertencessem à família e os homens ao Estado. Nessa direção, a autora questiona a fraternidade, afirmando que tal valor deu vantagens somente aos homens, e que, por essa razão, o patriotismo seria da ordem do masculino, sendo tão característico de governos misóginos. Mais recentemente, o aspecto sociopolítico e econômico que conseguiu promover ainda mais a desdemocratização no mundo, depois de um período de

---

<sup>78</sup> Amélia Valcárcel - História da democracia: poderes em presença. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gXHTH0Y7SDY&list=LL&index=42&t=5840s> Acesso em: 29 jun. 2020.

“onda progressista” – vivido principalmente na América Latina –,<sup>79</sup> foi provocado pelo neoliberalismo, sobre o qual Wendy Brown (2018) afirma que

suas formulações da liberdade inspiram e legitimam a extrema direita e como a direita mobiliza um discurso de liberdade para justificar suas exclusões e violações às vezes violentas e que visam reassegurar a hegemonia branca, masculina e cristã, e não apenas expandir o poder do capital. (BROWN, 2019, p. 20).

Essa racionalidade neoliberal, segundo a autora, “cria um mundo focado em economicizar todos os aspectos da existência, das instituições democráticas à subjetividade” (BROWN, 2019, p. 20-21) e que, portanto, o critério de igualdade política, fundamento tão ancorado nos desenvolvimentos em torno do conceito democrático, seria impossível de alcançar em grandes Estados-nação com economias capitalistas (BROWN, 2019).<sup>80</sup> Isso não significa postular que governos ditos “mais progressistas” tenham suspenso práticas neoliberais ou enfrentado crises complexas, principalmente na América Latina, conforme destaca Verônica Gago (2018), mas importa compreender que a financeirização da vida popular<sup>81</sup> vem sendo renovada, criando, por vezes, vínculos mais dramáticos, como no caso da eleição de Jair Bolsonaro, onde a “acumulação neoliberal se relançou em aliança com o fascismo, isto é, com formas extremas de racismo, sexismo e classismo” (GAGO, 2018, p. 11).

Embora a Ciência Política tenha uma inclinação normativa que não se compromete com “modelos não hegemônicos complementares da democracia – participativo, deliberativo, radical, entre outros” (BALLESTRIN, 2018, p. 151), a contribuição feminista acerca das reflexões em torno da democracia se orienta nesse sentido, na integração de valores que o movimento vem apontando há tempos como saída, como as noções de comunidade, cuidado e solidariedade, traçando, assim, uma nova possibilidade de leitura e reescrita dos governos, e de governança e reinvenção do exercício sociopolítico.

Diante da vitória neoliberal que tornou a democracia e a economia de mercado dois projetos indissociáveis, o questionamento da baixa intensidade

<sup>79</sup> Aqui vale destacar o estudo “Uma história da onda progressista sul-americana (1998-2016)”, de Fabio Luis Barbosa dos Santos, que contribuiu com o balanço da chamada “onda progressista” sul-americana e que alude à sucessão de governantes identificados com a esquerda, eleitos em reação ao neoliberalismo em anos recentes na região: Hugo Chavez, na Venezuela (1998); Luiz Inácio Lula da Silva, no Brasil (2002); Néstor Kishner, na Argentina (2003); Tabaré Vázquez, no Uruguai (2004); Evo Morales, na Bolívia (2005); Rafael Correa, no Equador (2006); e Fernando Lugo, no Paraguai. (2008). De modo geral, para o autor, tanto a queda quanto a ascensão dos “governos progressistas” deve ser pensada “em torno da articulação entre soberania, igualdade e integração continental, entendidas como referências de um projeto de mudança a ser construído” (SANTOS, 2018, p. 622).

<sup>80</sup> Boaventura de Sousa Santos e Leonardo Avritzer (2003) também elaboram um discurso importante sobre a incompatibilidade entre capitalismo e democracia.

<sup>81</sup> A autora formula a noção de “neoliberalismo de baixo para cima”, onde analisa certas economias populares que reclassificam as forças produtivas nas metrópoles latino-americanas (GAGO, 2018, p. 350).

democrática incentivada pelo modelo hegemônico ocidental – minimalista, procedimental, agregativo, elitista, liberal, pluralista –, ocorreu a partir da recuperação e introdução de outros modelos, mais complementares do que substitutivos daquele hegemônico. (BALLESTRIN, 2018, p. 152).

Nesse sentido, segundo Maria Betânia Ávila (2005), “a exigência de uma radicalidade como projeto político estaria muito relacionada com a reinvenção da prática política e com a produção teórico-analítica feminista nos vários campos de saber”. E continua:

esse projeto político propõe que a democratização da vida social deve ser, radicalmente, contra o racismo, a heterossexualidade como modelo hegemônico, as formas autoritárias de gerir o poder político e contra as instituições que sustentam a dominação e a exploração: igreja, família, Estado e mercado. Enfim, deve ser radical no seu confronto com o sistema capitalista e patriarcal. [...]. Radicalizar é lutar contra a hegemonia de uma visão liberal de democracia, contra a visão da democracia liberal como a única experiência histórica e a única definição possível de democracia. (ÁVILA, 2005, s.p.).

O êxito dessa radicalidade em negociar os velhos e novos conflitos que a sociedade apresenta, muito tem a ver com o livro “Feminismo para os 99%: um manifesto”, publicado pelas autoras Cinzia Aruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser (2019). As mulheres que fazem política a partir da perspectiva feminista têm abordado a ideia de que as relações de poder precisam ser transformadas, incluindo aí vários segmentos que reproduzem o capitalismo como tal, impulsionando um ativismo feminista para 99% da população do mundo, e não somente para 1%. Segundo as autoras, “apenas dessa forma – pela associação com ativistas antirracistas, ambientalistas e pelos direitos trabalhistas e de imigrantes – o feminismo pode ser mostrar à altura dos desafios atuais” (ARUZZA; BHATTACHARYA; FRAZER, 2019, p. 29). Sendo o capitalismo um sistema fundamentalmente antidemocrático, sua geografia imperialista ainda autoriza que o Norte global sugue dos regimes comerciais do Sul, além de intervir militarmente nos países com a condição de “ajuda”. Na veia do pensamento de Achille Mbembe (2018),<sup>82</sup> a necessidade de uma radicalização se coloca, já que o neoliberalismo seria a reedição moderna da escravização. O autor situa o liberalismo como condição de possibilidade para essa escravização “moderna”, sendo o advento do neoliberalismo um projeto de “revitalização da própria escravização”.

O feminismo é uma teoria sobre o poder e sua distribuição desigual nas sociedades humanas (MACKINNON, 2016). Embora o aparecimento das pós-democracias tenha

---

<sup>82</sup> Entrevista disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/democracia-e-possivel/>. Acesso em: 14 abr. 2021.

esvaziado o conceito democrático ou proposto o fim da política,<sup>83</sup> as pautas radicais convergem para a crítica aos limites da democracia, sendo que dois fatores são primordiais para a compreensão desse lugar e a aplicabilidade dessa noção no cotidiano: “a origem do ativismo de muitas mulheres em grupos marxistas e socialistas e o forte protagonismo das mulheres negras na contestação de pautas restritas e acomodadas ao racismo e às hierarquias de classe” (BIROLI, 2018, p. 175).

Sendo assim, a análise aqui demanda o que Flávia Biroli (2018, p. 175) definiu como “um entendimento mais complexo da permeabilidade seletiva das democracias contemporâneas”. Os obstáculos que impedem as mulheres de atuarem politicamente em espaços de poder derivam de dinâmicas sociais que, historicamente, as colocaram em desvantagem, mas há de se destacar a incorporação dessas novas dimensões de atuação política feminina, a presença das feministas nesses espaços, ou de mulheres que, mesmo não se vinculando à essa identidade, atuam em favor desses marcadores sociais.

A baixa presença e mesmo a ausência, em muitos casos, das mulheres em cargos eletivos e de primeiro escalão, no âmbito estatal, não significa que atuem politicamente, mas, sim, que essa atuação é dificultada e, quando existe, ocorre em ambiente político historicamente masculino, em que predominam brancos e proprietários. O desequilíbrio de influência entre diferentes grupos é que a análise feminista das democracias submete ao escrutínio crítico. Em outras palavras, há diferença entre lidar com as formas de *silenciamento* que constituem o ambiente político e definem suas fronteiras e presumir algum tipo de *silêncio*, como se as vozes contestatórias não fizessem parte do espaço público. (BIROLI, 2018, p. 175).

Embora as relações democráticas não se estendam somente às disputas eleitorais e aos espaços do Congresso e das assembleias, o feminismo encontra outros espaços para dar visibilidade às suas reivindicações, recorrendo a campanhas, marchas, protestos e outras formas de participação política. A respeito disso, a historiadora Silvia Federici comentou em uma entrevista sobre seu descrédito com a via eleitoral, expressando algum tipo de desilusão com mulheres e homens que prometiam uma nova atuação:

Fiquei muito feliz com o que os zapatistas fizeram, porque eles têm um conceito de campanha eleitoral muito diferente do conceito dos partidos tradicionais. Eles não a entendiam como tomada do poder, mas sim como forma de entrar em contato com as pessoas. E não acredito, porque temos visto muitas vezes, que os que nos prometem que serão diferentes não são. Temos

---

<sup>83</sup> No trabalho de Luciana Ballestrin (2018, p. 155) a noção de pós-democracia é trazida como um correlato necessário do fim da política e “pode ser entendida como o sem sempiterno intento liberal de deslocar a política para um lugar neutro, com o fim de proclamar a morte do antagonismo político e a aceitação resignada do reformismo político e a economia de mercado” (MONEDERO, 2012, *apud* BALLESTRIN, 2018, p. 155).

o caso de Obama, para mim emblemático. As pessoas choravam quando ele foi eleito. (FEDERICI, 2020, s.p).<sup>84</sup>

Apesar disso, e mesmo concordando com a autora de que o poder não se manifesta como dominação quando ele vem “de baixo”, não se deve deixar de olhar para os movimentos eleitorais no mundo e no Brasil. A disputa eleitoral continua sendo importante, sobretudo se a sociedade der atenção às candidaturas de mulheres negras, indígenas, feministas, ativistas progressistas, já que serão elas os novos corpos possíveis para a ruptura política. O momento das eleições permite discutir de forma mais ampla na sociedade programas, candidatos, territórios e tantos outros debates pertinentes à uma nova política, embora haja argumentos razoáveis contra a institucionalização das lutas. Para o debate feminista que acredita na radicalidade via Estado, um modelo democrático mais justo se constituiria “a partir de mudanças estruturais, um Estado solidário que recupere o feminismo, isto é, que seja responsável por uma política integral e comprometidamente jurídica, que tenha como centro a igualdade entre homens e mulheres” (PARADIS, 2014, p. 56) e que liberte as mulheres e as minorias sociais, ainda tão subjugadas às estruturas sociais demarcadas pela violência e masculinidade. Contudo, pensar na democracia como uma forma de governo em processo de construção é a forma pela qual é possível pensar em igualdade. Incerta e improvável, a democracia deve ser compreendida como “uma conquista frágil que deve ser defendida e aprofundada” (MOUFFE, 1996, p. 17).

#### *4.1. O ESTADO – o verdadeiro homem: debates sobre a despatriarcalização estatal*

Definir o Estado como patriarcal significa relacioná-lo aos atravessamentos da dominação dos homens sobre os corpos das mulheres, sobre o conjunto de formas com que as estruturas sociais se moldaram para pavimentar as injustiças, de modo que, associado ao capitalismo, “o patriarcado funciona como um sistema que reforça as estruturas de desigualdade e exploração do corpo e trabalho das mulheres. Apesar de anterior ao advento do capitalismo, o patriarcado se casa com esse sistema, de modo a naturalizar a opressão das mulheres” (PARADIS, 2014, p. 61), relacionando-se diretamente com a fundação do Estado e a noção moderna de direitos e cidadania em sua capacidade de excluir mulheres (base patriarcal), trabalhadores(as) assalariados(as) (base de classe) e de exploração escravagista (base colonial

---

<sup>84</sup> Entrevista disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/580562-silvia-federici-e-a-emancipacao-que-nao-f>. Acesso em: 20 jun. 2020.

racista) (MARQUES, 2018). É nesse sentido que Silvia Federici (2019) relembra a campanha por salários para o trabalho doméstico, realizada por um coletivo feminista internacional em 1972, que tinha como objetivo forçar o Estado a reconhecer o trabalho doméstico como um trabalho não remunerado.

em vez de batalhar por mais trabalho, exigíamos que as mulheres fossem pagas pelo trabalho que já exerciam. Devo salientar ainda que lutávamos por salários para o trabalho doméstico, não para donas de casa, pois estávamos convencidas de que essa demanda percorreria um longo caminho até que esse trabalho fosse “degenerificado”. Além disso, reivindicamos que esses salários fossem pagos não pelos maridos, mas pelo Estado, como representante do capital coletivo — o verdadeiro “Homem” que se beneficia do trabalho doméstico. (FEDERICI, 2019, p. 27).

Em torno dos debates que analisam a crise da democracia liberal nos dias de hoje, é importante ressaltar que a conjuntura política de cada região demonstra dinâmicas diferentes, afetando diferentemente os países do Norte e do Sul global (BALLESTRIN, 2018), no sentido “em que novos mecanismos de dominação são organizados, enquanto velhos mecanismos são eliminados” (PARADIS, 2014, p. 50). O sequestro do Estado e da democracia pelas dinâmicas coloniais, imperiais e capitalistas segue a mesma velha dinâmica nas bandas latino-americanas (BALESTRIN, 2018, p. 157).

Na América Latina, a emergência de novos movimentos sociais e a articulação das lutas produziu o início da conquista de alguma cidadania pela chave da maternidade e reprodução. “Seu papel de mãe e o respeito a essa especificidade impulsionou (e ainda impulsiona) o acesso das mulheres a uma gama variada de direitos” (PARADIS, 2014, p. 62), o que distorceu a lógica dessa associação à natureza, tendo em vista que, em um primeiro momento, essa foi a função que justamente as excluiu da cidadania. Apesar de já existirem lutas políticas feministas na região antes do século XX, foi nesse período que elas passam “a ter reconhecidos seus direitos a voto, ao divórcio, à educação formal, à propriedade e herança, entre outros” (PARADIS, 2014, p. 62). Conforme destaca Clarisse Paradis (2014), a partir dos anos 1980, o feminismo se pluraliza e se expande pelos espaços de articulação política, principalmente pelo aumento da visibilidade e força da articulação de outras identidades, como no caso do feminismo negro, lésbico, popular, organização das mulheres sindicalistas, das trabalhadoras rurais etc., além, também, da profissionalização dos feminismos através das ONGS e da influência nas Conferências Mundiais da ONU. Embora as tensões com o Estado continuem, a trajetória feminista na América Latina expande as agendas de gênero “a partir de uma atuação combinada entre luta política, mobilização de rua, subversões culturais, negociação e pressão sobre os

poderes oficiais, diálogos interculturais e reflexões sobre as formas de ação” (PARADIS, 2014, p. 68).

Nesse contexto, “a noção de ‘despatriarcalização’ tem sido um desenvolvimento teórico-analítico muito recente na América Latina, utilizado em maior medida nos debates sobre descolonização e no bojo de algumas teorias pós-coloniais” (PARADIS, 2014, p. 69). Os mandatos e candidaturas coletivas feministas, tal como as parlamentares com chapas solitárias, vêm participando da construção de políticas e de novos marcos de referência para as democracias contemporâneas no âmbito nacional e em organizações e espaços transnacionais. “Essa atuação sistemática tem imprimido perspectivas de gênero a instituições e políticas, o que foi interpretado como um processo de despatriarcalização do Estado ” (BIROLI, 2018, p. 175).

O fortalecimento de arranjos institucionais de participação social e direta na gestão pública pode ser atribuído à forma com que “movimentos feministas têm atuado de ‘fora’ (exercendo pressão a partir das ruas) e ‘dentro’ do Estado, participando da construção de políticas e de novos marcos de referência para as democracias contemporâneas no âmbito estatal nacional” (BIROLI, 2018, p. 175), a fim de desmobilizar esse “patriarcado público”, que se concebeu através de uma racionalidade que classifica

dicotomicamente aqueles que seriam racionais em uma categoria superior, e as(os) não racionais (que tendem aos sentimentos, desejos e necessidades) em uma categoria inferior. Por esse argumento, é excluído da racionalidade moral qualquer grupo, seja com base em estereótipos ou nas suas experiências, que seja identificado com o desejo, as necessidades e a afetividade – desse modo são excluídas as mulheres e os demais grupos. (MARQUES, 2019, p. 217).<sup>85</sup>

A respeito das novas dinâmicas que tentam superar essas desigualdades no âmbito do Legislativo, a pesquisadora Beatriz Rodrigues Sanchez (2021) desenvolve o conceito de “feminismo estatal representativo” para se referir às femocratas, ou “burocratas ou parlamentares feministas que atuam pró-ativamente em defesa da igualdade de gênero dentro do Congresso Nacional”, associando a institucionalização de um ativismo feminista à promulgação de leis como as cotas para candidaturas femininas, a Lei Maria da Penha e a PEC das Domésticas. Por definição,

---

<sup>85</sup> Essa classificação pode ser equiparada à dualidade entre razão e emoção descrita por Alison Jaggar (1997), onde as emoções foram subestimadas, e, portanto, subjugadas à uma esfera de desvalor, pois eram avaliadas como parte da natureza e dos impulsos, ao passo que a ciência moderna, a civilização e a universalidade foram alocadas no terreno da razão. “A razão não só se opõe a emoção, mas é associada ao mental, ao cultural, ao universal, ao público e ao masculino, enquanto a emoção é associada ao irracional, ao físico, ao natural, ao particular, ao privado e, obviamente, ao feminino” (JAGGAR, 1997, p. 157).

o feminismo estatal representativo, diferentemente do feminismo estatal participativo, é caracterizado por ocorrer a partir da interação entre os movimentos feministas e as instituições representativas, como o Congresso Nacional, Assembleia Legislativas e Câmaras de Vereadores, e não entre os movimentos feministas e as instituições participativas como Conselhos, Conferências e Orçamento Participativo. (SANCHEZ, 2021, p. 31).

Ainda segundo Beatriz R. Sanchez, a presença de femocratas no poder legislativo também pode ser vista

nos exemplos recentes do Chile, que contará com a participação paritária de homens e mulheres durante o processo de formulação da nova constituição, e o caso da Argentina, que recentemente aprovou uma legislação nacional de legalização do aborto a partir de uma demanda histórica dos movimentos feministas. (SANCHEZ, 2021, p. 21).

Os exemplos são capazes de demonstrar as novas relações que o campo feminista assume a medida que também se aproxima do poder Legislativo (SANCHEZ, 2021). Retomando a referência do início do capítulo, a imagem da mulher hasteando a bandeira da liberdade pode ser analisada a partir do uso das imagens mais recentes (fig. 11 e fig. 12, a seguir) para pensar a diversidade de organização e articulação dos feminismos, conformando-se como um movimento de justiça social, e que, para tanto, considera a intersecção de gênero com outros marcadores da desigualdade, como classe, raça, etnia, sexualidade, entre outros. Agora a baioneta da justiça pode ser simbolizada também através da bandeira de povos indígenas Mapuche, utilizada por manifestantes no topo da estátua militar do Chile; ou, ainda, das mulheres que levantam seus punhos cerrados com um lenço verde, provando a importância da persistência das mobilizações em torno de um debate que causa tensão, mas que provoca a morte de milhares de mulheres ao redor do mundo, principalmente das mais pobres. Portanto, o caráter interseccional<sup>86</sup> dos movimentos feministas é inescapável às interpretações democráticas possíveis para o hoje.

---

<sup>86</sup> O conceito de interseccionalidade será ampliado no próximo capítulo.

**Figura 13** – Revolta Social no Chile (2019)



Foto: Suzana Hidalgo – *Revista Fórum*<sup>87</sup>

**Figura 14**– Feministas comemoram a legalização do aborto na Argentina (2020)



Fonte: *Valor Econômico - O Globo*<sup>88</sup>

<sup>87</sup> Disponível em: <https://revistaforum.com.br/noticias/chile-vive-clima-de-revolta-e-repressao-ha-dias-do-plebiscito-que-pode-enterrar-constituicao-de-pinochet/> Acesso em: 4 jun. 2021.

<sup>88</sup> Disponível em: [https://valor.globo.com/mundo/noticia/2020/12/30/aprovacao-de-aborto\\_na-argentina-pode-influenciar-a-regiao.ghtml](https://valor.globo.com/mundo/noticia/2020/12/30/aprovacao-de-aborto_na-argentina-pode-influenciar-a-regiao.ghtml) Acesso em: 19 jul. 2021.

Nessa perspectiva, acrescento o aspecto primordial definido pela pesquisa de Bárbara Lopes Campos (2021) quanto aos mandatos coletivos feministas: essas mulheres têm atuado no parlamento através de um modelo de representação política interseccional,

que por sua vez, expande a lógica da representação delegada na coletividade e diversidade. Assim, a representação interseccional promoveu a maior presença de grupos marginalizados na política, ao mesmo tempo em que defendeu e aprofundou as suas pautas, com um alcance e uma potência que extrapolaram a atuação de mandatos tradicionais e personalistas. (CAMPOS, 2021, p. 208).

Na linha que envolve os novos debates democráticos, Boaventura de Souza Santos e Leonardo Avritzer (2018) apontam o conceito de “demodiversidade”<sup>89</sup> para abarcar os processos distintos e possíveis para refundar o Estado e desconstruir, “des-pensar a naturalização da democracia liberal representativa e legitimar outras formas de deliberação democrática (demodiversidade)” (AVRITZER; SANTOS, 2018, s.p.). O modelo universal de democracia que é proposto hoje, não se comporta pela libertação de populações subjugadas ao escrutínio de um Estado elitista-liberal-representativo, e por essa razão não se apoia em uma dimensão radical democrática, que, como citou Boaventura de Sousa Santos (2018), é, antes de mais nada, intensificar sua tensão com o capitalismo. Luciana Ballestrin (2015) contribui com o debate ao retomar a noção de democracia pluriversal, que remete a outras experiências, não ocidentais e não liberais, insistindo na importância de se compreender ainda mais a relação entre colonialidade e democracia e de se perguntar se a crise das democracias é a mesma para o Norte e para o Sul global.

No próximo tópico, a relação feminismos<sup>90</sup>, Estado e pandemia é ancorada pelas reflexões de autoras feministas que contribuíram e analisaram esse cenário a partir de outros contextos, porém não muito diferentes do brasileiro.

---

<sup>89</sup> Entende-se demodiversidade a partir da coexistência pacífica ou conflituosa de diferentes modelos e práticas democráticas (SANTOS; MENDES, 2018).

<sup>90</sup> Vertentes e correntes feministas possuem significados e acordos comuns, mas, em outros pontos, se separam pontualmente, como é o caso dos feminismos liberal e marxista. De todo modo, não seriam todos que vislumbrariam a radicalidade democrática como efeito da institucionalização feminista. Dora Barrancos (2019, p.19) afirma que nem sempre o feminismo esteve vinculado à democracia, muito menos tem havido em todos os feminismos um compromisso com a redistribuição equitativa da riqueza.

#### 4.2. A pandemia em um contexto democrático enfraquecido

Em meio a uma pandemia de Covid-19, a cidadania foi atravessada por uma cruzada moral dos grupos conservadores, redimensionando o aspecto social da democracia. Neoliberalismo, políticas antigênero e neofascismo colocam a prova, mais uma vez, o processo progressista no qual as demandas feministas se incluem (GAGO, 2018; BROWN, 2019; BIROLI, 2018; CORRÊA, 2021).

No Brasil, a restrição dos gastos públicos em áreas fundamentais, como saúde, assistência social e educação, normatizada por uma Emenda Constitucional aprovada no fim de 2016 desmontada<sup>91</sup>, à medida que se retiram do âmbito político democrático as decisões sobre o gasto público. Em conjunto com a redução dos direitos trabalhistas, seu efeito é o aumento da precariedade, lançando sobre as mulheres, mais uma vez, o peso do descuido coletivo com a integridade física e psíquica de cada uma e de cada um. (BIROLI, 2018, p. 204).

Nesse sentido, a lógica neoliberal restringe, claramente, a participação direta e popular, prática política tão fundamental ao feminismo. Além disso, nesse novo contexto social abarcado por um vírus global, as assimetrias se agravaram. As mulheres foram diretamente afetadas de maneira mais severa por estarem mais expostas ao risco de contaminação e às vulnerabilidades sociais decorrentes da pandemia, como desemprego, falta de acesso aos serviços de saúde e aumento da pobreza. Com o isolamento, os índices de violência doméstica e feminicídio aumentaram mundo afora, uma vez que as mulheres estavam confinadas com seus agressores dentro de casa. Por fim, elas são ainda a maioria na linha de frente da esfera do trabalho do cuidado, como é o caso das enfermeiras. A partir desse contexto, revela-se importante considerar o conceito de violência institucional discutido por Silvia Federici:

A **violência individual** existe porque o Estado permite, a delinquência é grande entre os homens porque eles sabem que vão ficar impunes. Por exemplo, sabemos que a **militarização da vida** estimula a violência contra as mulheres. Uma forma de acumulação **capitalista** como o extrativismo impulsiona essa violência. Como eu disse antes, a organização da reprodução, que coloca em casa uma serva para o homem, porque ele tem o poder do salário, isso incentiva a violência. Por isso é que tem sido tolerada pelo Estado. É importante enxergar isso, não ver somente a violência individual, mas sobretudo a **violência institucional**. (FEDERICI, 2018, s.p).<sup>92</sup>

<sup>91</sup> A Emenda Constitucional 95 legisla sobre os gastos públicos, impedindo o crescimento dos gastos destinados às despesas primárias durante vinte anos e excluindo do debate a restrição do aumento concernente aos juros da dívida pública e à rolagem desta (TAVARES; RAMOS, 2018, s.p).

<sup>92</sup> Entrevista disponível em: [Silvia Federici e a “emancipação” que não foi - Instituto Humanitas Unisinos - IHU](#)  
Acesso em: 4 jul. 2020.

Por outro lado, não são as mulheres que estão na esfera de poder de tomada de decisão sobre as questões concernentes à pandemia. Elas são apenas 25% dos parlamentares em todo o mundo e menos de 10% dos chefes de Estado ou de governo. A ironia é que alguns estudos já apontam que países liderados por elas tiveram melhores respostas e estratégias frente a crise.<sup>93</sup> Isso requer cuidado quando lembramos dos pressupostos feministas de não essencialização de uma condição natural de ética feminina, uma vez que esses resultados durante a pandemia decorrem de fatores diversos, como as trajetórias políticas dessas mulheres e as condições sociais e econômicas de cada país.

Já no tratamento ao luto decorrente das mais de 600 mil mortes<sup>94</sup> contabilizadas só no Brasil, entrelaçam-se aqui os conceitos democráticos revisitados na seguinte pergunta de Judith Butler (2020): será que sofremos, enquanto sociedade e pelos grupos mais vulneráveis? De um modo geral, não. Judith Butler (2020) alia o fato de os sistemas de saúde públicos não estarem preparados e serem subfinanciados ao que se entende como “consequência fatal de uma desigualdade social disseminada”, reforçada pelo neoliberalismo e a necropolítica, que desde antes já definem quais populações devem morrer, o que é fatalmente determinado pela falta de democracia na esfera econômica.

Uma outra questão, trazida pela autora feminista radicada nos Estados Unidos Veena Das (2020), diz respeito às variações de experiências de governança sentidas entre diferentes regiões do mundo durante a pandemia, isto é,

que as mesmas políticas, como os *lockdowns*, se desenrolam de modo distinto para as classes médias e para os pobres. Segundo a autora, a maioria dos formuladores de políticas públicas, burocratas e modeladores matemáticos simplesmente não sabem como vivem os pobres, sendo, por isso, incapazes de antecipar suas ações e conseqüentemente de levar em conta essas variações do comportamento humano em suas modelizações. (DAS, 2020, s.p.).

O que é, afinal, falar sobre democracia se não pensarmos sobre tudo isso e sobre como as políticas estabelecem suas decisões em torno das vulnerabilidades, das injustiças? A democracia parece correr risco quando não podemos nem ao menos viver um luto coletivo, quando a Covid-19 nos revelou os pontos mais frágeis do sistema, que vive sob cordas frouxas desenhadas por uma democracia liberal. É sob esse olhar de análise, formado pela vivência ou não do luto, que Judith Butler (2020) diz que tal processo é indigno daqueles que não possuem seus direitos e memórias resguardados pelas esferas protetivas da democracia. No Brasil, Eliane

---

<sup>93</sup> Da Nova Zelândia à Alemanha, Taiwan ou Noruega, alguns países liderados por mulheres estão vendo relativamente menos mortes pela covid-19. Informação disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52376867>. Acesso em: 13 mar. 2021.

<sup>94</sup> No dia 28/02/2021, a estatística apontava para 649 mil mortes. Disponível em: <https://www.conass.org.br/painelconasscovid19/> Acesso em: 15 fev. 2022.

Brum (2020) denunciou a negação do luto às mães Yanomamis, mulheres indígenas cujos corpos dos filhos infectados pelo vírus foram ocultados pelo Estado.<sup>95</sup> Nesse sentido, o feminismo não dissocia o luto das práticas cotidianas, podendo ele servir de inspiração para encontrarmos coletivamente um sentido.

Foi também em 2020 que uma criança de dez anos, grávida de um estupro, viveu uma exposição pública estarrecedora provocada por grupos fundamentalistas que definiram por ela e pela família a condição da não realização do aborto. Além da violência contínua sofrida pela menina desde os seis anos por parte do tio estuprador, a violação de direitos (direitos concedidos pela própria constituição)<sup>96</sup> também se deu pelo Estado, pela demora em conceder a garantia incontestável à menina. Depois de todo um processo de judicialização do caso, a vítima ainda precisou se deslocar para Recife, capital de Pernambuco, onde viveu mais um constrangimento com a tentativa de interrupção do procedimento por fundamentalistas religiosos presentes na porta do hospital. O grupo contava com a presença da parlamentar pernambucana Clarissa Tércio, deputada estadual pelo Partido Social Cristão.<sup>97</sup> Do outro lado desse movimento estava Carol Vergolino, codeputada das Juntas, que estava no local para defender o direito da jovem à interrupção e que acompanhou de perto o ataque dos religiosos à menina. Carol se fez presente para assegurar que o aborto legal fosse cumprido da forma mais segura possível. “Estamos ao lado da menina, e de todas as mulheres que optam pelo aborto. Ele precisa ser legal, público e seguro”, afirmou a codeputada das Juntas. Em decorrência da forte ação de grupos que protegeram a menina dos ataques e demandaram o cumprimento da lei, o aborto aconteceu de forma legal. Os ataques à criança foram, talvez, mais uma das várias agressões sofridas por ela. Sobre esse episódio, no dia 18 de agosto, o PSOL, a partir das Juntas (PSOL/PE) e do presidente estadual do partido Severino Alves, protocolou um pedido de instauração de procedimento administrativo contra os deputados Joel da Harpa (PP) e Clarissa Tércio (PSC). Mais de 50 movimentos sociais subscrevem a representação. De acordo com o texto, justificou-se que

o deputado Joel da Harpa quebrou o decoro parlamentar ao obter irregularmente informações sigilosas sobre a criança - segredo determinado para a própria segurança da menina; ter feito barulho em frente à maternidade; obstruiu a entrada da emergência; tentou forçar com violência a entrada na instituição; e em muitos momentos não usou máscara, descumprindo

---

<sup>95</sup> Reportagem disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-24/maes-yanomami-imploram-pelos-corpos-de-seus-bebes.html>. Acesso em: 25 jun. 2020.

<sup>96</sup> A legislação brasileira, ou, mais especificamente, o artigo 128 do Código Penal, permite o aborto (ou não pune o aborto) praticado por médico, se a gravidez for resultante de estupro, risco de vida para a gestante e feto anencéfalo.

<sup>97</sup> Reportagem sobre o episódio disponível em: <https://portaldeprefeitura.com.br/2020/08/16/clarissa-tercio-tenta-impedir-aborto-no-cisam/>. Acesso em: 25 ago. 2020.



acaba alterando as formas do exercício do poder, forçando a transformação dos marcos da democracia. O desafio ainda é enorme, porque promover mudanças estruturais significa ir muito além da inclusão de mulheres no sistema político.

Um Estado despatriarcalizado é aquele que promove justiça social, “passando de um modelo liberal para um modelo republicano, participativo, que seja resultado da soberania popular” (PARADIS, 2014, p. 70). Duas autoras são imprescindíveis nesse debate: Wendy Brown e Nancy Fraser. A primeira, por orientar um sentido de democracia que lide com “a questão social”, onde o social admita cidadãos mais do que indivíduos, minando as forças neoliberais, que, por sua vez, atacam o social e geram “uma cultura antidemocrática desde baixo, ao mesmo tempo em que constrói e legitima formas antidemocráticas de poder estatal desde cima” (BROWN, 2019, p. 39). A autora sustenta ainda que

a justiça social é o antídoto essencial para as estratificações, exclusões, abjeções e desigualdades outrora despolitizadas que servem ao privatismo liberal nas ordens capitalistas e é, em si mesma, uma réplica modesta à impossibilidade da democracia direta em grandes Estados-nação ou em seus sucessores pós-nacionais. Mais do que uma convicção ideológica, a justiça social – a modulação dos poderes do capitalismo, colonialismo, raça, gênero e outros – é tudo o que se por entre manter a promessa (nem sempre cumprida) da democracia e o abandono generalizado da promessa. (p. 38).

A segunda autora, Nancy Fraser, estabelece relação direta entre democracia e capitalismo e propõe um Estado que promova justiça social a partir de três eixos, que Clarice Paradis bem define:

redistribuição (na garantia material da igualdade ou nas divisões de classe), reconhecimento (no combate às formas simbólicas do patriarcado) e representação (no sentido de concretizar a plena dimensão política da cidadania). (PARADIS, 2014, p. 70)

São essas concepções de justiça compatíveis com as agendas desses movimentos? Para a resposta, recorro à pesquisa de Bárbara Lopes Campos (2021), que aposta que as mandatas

tensionaram a cultura política brasileira na direção de práticas de radicalização democrática e de “reencantamento” político, principalmente através de construções autênticas de mobilização territorializadas e em rede, que trazem como ponto de inflexão paradigmática os feminismos, as lutas antirracistas, as causas indígenas, a cidadania LGBT\*, o foco na periferia, no bem viver e na juventude – entre outras lutas tradicionalmente marginalizadas. (CAMPOS, 2021, p. 159).

A preocupação de Fraser ainda estaria no cooptação neoliberal dos diferentes projetos de reconhecimento, isto é, com a formação de “alianças governantes” – aliança entre progressismo e neoliberalismo – e com o enfraquecimento da disputa capital-trabalho, que passa a ser vista como obsoleta, reinterpretando a política não mais pelo antagonismo de classe,

mas pelo antagonismo entre identidades culturais. Conectando Chantal Mouffe ao debate, a possibilidade de uma nova ordem democrática estaria na crise da “formação hegemônica neoliberal”, já sentida em alguns países do mundo, evocando um populismo de esquerda que estabelecesse algum realinhamento político através de alianças fronteiriças ente o povo e os setores oligárquicos (MARQUES, 2020). Em seu livro *O velho está morrendo e o novo não pode nascer* Fraser (2020) recusa a escolha por um populismo reacionário, que volte a se alinhar como um bloco progressista-neoliberal, principalmente aos feminismos presos no passado e na filosofia do “faça acontecer”, em vez de trabalharem por “um feminismo para os 99%”. Segundo a autora, os movimentos emancipatórios de hoje “devem concentrar seus esforços nas bases estruturais-institucionais da sociedade contemporânea, destacando as raízes compartilhadas das injustiças de classe e status do capitalismo financeirizado” (FRASER, 2020, p. 5). Para a autora, o feminismo precisa ultrapassar as vitórias que se concentram apenas em mudanças de consciência/crença, e se preocupar com a constituição de uma estrutura que promova mudanças na base da sociedade. A tese de Fraser é a de um curso de solidariedade universal entre os oprimidos” (MARQUES, 2020, p. 32). Assim, Fraser (2020, p. 90-91) justifica que mulheres no poder que se vinculam a um “progressismo de elite” (como as que respaldam intervenções neocoloniais em nome do humanitarismo) não contribuem em nada com a nossa libertação, e que, em relação a essas, não há solidariedade.

#### *4.4. Mulheres liderando o enfrentamento a partir das redes?*

Pensar democracia como modelo, palavra e prática é imprescindível para provocar as transformações possíveis nas várias dimensões da sociedade, onde possamos agregar nossas subjetividades e regular uma nova forma de fazer política. A partir dessas poucas abordagens que anunciei aqui, espero trazer a vocês alguma espessura para ampliar o entendimento sobre isso que chamamos de democracia feminista e sobre o tipo de liberdade que ela consegue guiar.

O conceito de política que remonta aos clássicos diz respeito a uma concepção de poder como dominação, ideia desenvolvida por Max Weber (1981). Chantal Mouffe (2015) indica “a política” como sendo um conjunto de práticas, discursos e instituições que procuram estabelecer uma certa ordem e organizar a coexistência humana em condições que são, quase sempre, conflitivas. Para ela, “o político” é um antagonista que pode tomar muitas formas e emergir de diferentes tipos de relações sociais. Nesse sentido, “a democracia acontece com a despersonalização do poder, com a historicização dos fins da sociedade e com a concepção de

que o povo é soberano” (MOUFFE, 2015, s.p). Logo, a democracia agonística de Chantal Mouffe (2005) não nega nem o conflito e nem a contestação.

A partir dessas concepções teóricas, é preciso ir além na ideia de política como dominação para entender que, no movimento político de mulheres, a política se enquadra muito mais num modo relacional com as pessoas, do que através de alguma hierarquização. “A política organiza e deseja a liberdade para si e para os seus diferentes. A política precisa ser um exercício de liberdade/libertação”, afirmou a professora e cientista política Marlise Matos (2020) em uma das videoaulas do curso<sup>100</sup> que ministrou para mulheres que desejavam disputar as eleições municipais no ano de 2020.

O ultraneoliberalismo vem “desdemocratizando” as sociedades, é verdade. Mas a reinvenção da política democrática a partir das experiências das mandatas coletivas, que interagem nesses espaços de poder através de uma diversidade de corpos (de mulheres negras, trans, mães solas e tantos outros marcadores), é, no mínimo, animador. É possível perceber neste momento de atuação a democracia sendo experimentada não como uma forma de dominação, nem como de exclusão, mas como um conjunto de várias lutas para enfrentar esse modelo de reserva masculina branca, que é o mundo público.

Nessa perspectiva feminista, a democracia busca ser mais do que um sistema de governo. Há uma ética inserida aí, que diz sobre um modo de vida, um jeito de estar no mundo, uma forma de viver o comum, como Silvia Federici aponta em várias de suas obras, embora ela não descredibilize o espaço público institucional. Dessa maneira, assembleias virtuais são instauradas como estratégias de se vincular a esse sentido da política, como uma forma de imaginação.

Assim, novos debates estão sendo provocados por este cenário desolador. A emergência do discurso feminista nesses espaços se relaciona com a noção de que a democracia não pode ser reduzida aos privilégios de poucos. Nesse aspecto, a organização dos movimentos sociais também é fundamental como incremento pedagógico, tendo em vista que a democracia precisa ser também debatida em vários outros territórios, reeducando, inclusive, o próprio campo progressista, que se afastou um pouco dos conhecimentos populares e periféricos.

---

<sup>100</sup> O curso “Mais mulheres no poder”, coordenado pela professora Marlise Matos, foi uma iniciativa entre ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais), ABCP (Associação Brasileira de Ciência Política), FIOCRUZ Minas Gerais, NEPEM (Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher)/UFMG e GIRA (Grupo de Estudos Feministas em Política e Educação)/UFBA. O curso promoveu uma formação remota, aberta e gratuita, voltada para mulheres candidatas a cargos dos poderes Legislativo e Executivo nas eleições de 2020. Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/web/projetos/curso-mulheres-rumo-ao-poder-modulos-e-aulas> Acesso em: 12 dez. 2021.

Esse é um eixo de trabalho que os mandatos coletivos feministas vêm explorando através da participação e da gestão democrática popular, convocando pela internet e inserindo essa visão na formulação de pautas e agendas públicas de campanha. No próximo capítulo, a análise partirá para as falas das coparlamentares que me concederam entrevistas em profundidade. As conversas foram orientadas em torno de suas relações com os feminismos e de seus entendimentos sobre solidariedade política. Nesse ponto, analisarei se a solidariedade é um entendimento que conduz ao acordo, ou se as restringe a um modelo democrático de pouca liberdade e experimentação parlamentar.

## CAPÍTULO 5 - PERSPECTIVAS FEMINISTAS NAS MANDATAS COLETIVAS

A democracia não pode ser reduzida aos privilégios de poucos; ela é o comum dos espaços políticos; ela percorre a política, as cidades, as casas, os modos de vida, o cotidiano e as experiências. A perspectiva de radicalização democrática desafia seu *status quo* e amplia as possibilidades de enfrentamento, denunciando os mitos<sup>101</sup> que envolvem sua esfera, os pactos que estruturam sua dinâmica histórica excludente. Por isso, é importante a configuração da noção de “hackeamento” da política (CAMPOS, 2021), destacando, nas análises dos estudos e falas que observam a entrada dos mandatos coletivos, a capacidade que esse formato político adquiriu em renovar e provocar os espaços institucionais. No caso das mandatas coletivas, a presença de identidades múltiplas interseccionadas – feministas, mulheres negras, pessoas trans, indígenas e da classe trabalhadora – pode ser interpretada como um grande embate com as corporalidades que dominam o ambiente institucional político.

A pandemia de Covid-19 impulsionou e consolidou ainda mais as desigualdades já existentes, e esse contexto tem propiciado um debate que se incorpora à *práxis feminista*,<sup>102</sup> noção muito difundida pelas feministas marxistas. Uma das minhas intenções fundamentais neste trabalho é investigar a forma como surgem e se desenvolvem os feminismos, tanto nas histórias das coparlamentares quanto no desenvolvimento e experimentação desse formato político. No capítulo anterior me dediquei a estudar os entrelaçamentos teóricos da democracia sob a perspectiva feminista. Nos próximos e últimos dois capítulos, a atenção será dada à análise das falas de entrevistadas, recolhidas a partir de um roteiro semiestruturado,<sup>103</sup> no segundo semestre de 2021, e que tiveram como principais interlocutoras duas codeputadas que respondem legalmente pelas mandatas nos legislativos de Pernambuco e São Paulo – Jô Cavalcanti (Juntas) e Mônica Seixas (Mandata Ativista) – e três covereadoras que compartilham o poder na Câmara Municipal de Belo Horizonte, através da Gabinetona – Cida Falabella, Bella Gonçalves e Iza Lourenço. Por não ter conseguido ajustar um horário com Áurea Carolina e nem ter feito campo presencial em Belo Horizonte, considerearei insuficiente ter a percepção

---

<sup>101</sup> Embora alguns intelectuais tratem a ideia de democracia racial enquanto mito, a exemplo de Lélia Gonzalez (2020), outros referem-se a ela como um pacto. As denúncias sobre os mitos sociais também são expostas nos trabalhos de Conceição Evaristo.

<sup>102</sup> Tita Carneiro e Máira Kubík Mano (2020), a partir do trabalho de Heleieth Saffioti e a contribuição do livro “A Mulher na sociedade de classes” para a formação de movimentos sociais no Brasil, definem como *práxis feminista* a aspiração a uma mudança estrutural da sociedade pelos movimentos feministas, que obtém grande capacidade de gerar e perdurar transformações sociais.

<sup>103</sup> As entrevistas foram feitas pela plataforma virtual de reuniões *Google Meet* e as gravações foram autorizadas. Disponibilizo o roteiro de perguntas como apêndice ao final desta tese.

somente de uma das covereadoras da Gabinetona. Além disso, o tipo de formato em que elas estão inseridas confere mais autonomia às suas performances. Em virtude do tempo percorrido pela experiência, já posso apresentar aqui as mudanças, percepções e observações de cada uma, ocupando a política pela via coletiva, e refletir sobre como suas realidades estão relacionadas à constelação de produção teórica feminista quanto aos temas da solidariedade e da pluralidade dos feminismos, que se expandem entre fronteiras e tensões.

A fim de explorar melhor a relação entre a atuação das mandatas e os feminismos a partir de suas narrativas, escolho como estratégia analítica o uso do *software* Iramuteq,<sup>104</sup> que é capaz de tratar os dados textuais a partir da análise de similitude de palavras recorrentes encontradas nas transcrições das entrevistas. Adiante eu discutirei as correlações gráficas geradas.

### 5.1. *Feminismos e o ponto de vista adotado pelas coparlamentares*

Para pensar como os feminismos são aplicados a essas realidades, motivando suas ações e pautas políticas, recorro às epistemologias feministas que ajudam a pensar as relações de injustiça e o reconhecimento das origens e perpetuações opressivas e violentas. Nessa perspectiva, as categorias de igualdade e diferença colocam os dilemas do feminismo em discussão para movê-lo em direção à ação política, compreendendo que igualdade e diferença não são antagônicas. A respeito dessa possível disputa, Joan Scott questiona:

Como conseguimos reconhecer e usar noções de diferença sexual e, ao mesmo tempo, defender a igualdade? A única resposta é dupla: devemos desmascarar a relação de poder construída ao colocar a igualdade como a antítese da diferença, e devemos rejeitar as consequentes construções dicotômicas nas decisões políticas. (SCOTT, 1995, p. 99, tradução livre).

Apesar do debate entre os feminismos, o objeto comum a todos são as relações de poder que reproduzem a dominação masculina e a subordinação feminina, em todas as esferas da vida. A respeito da teoria produzida pelas teóricas feministas liberais e empiristas em suas buscas por igualdade, argumenta-se que elas lutaram por políticas de discriminação positiva, o que

---

<sup>104</sup> O *software*, livre e gratuito, permite o tratamento dos dados a partir de diferentes funções, como a recorrência dos termos em cada grupo isolado e, comparativamente, as convergências entre esses termos e a análise de similitude. As análises sobre textos podem produzir também nuvens de palavras. Para baixá-lo, é preciso instalar antes o sistema R.

significa afirmar que um “certo” intervencionismo foi imprescindível para aumentar a objetividade científica ou a justiça social.

Assim, “o liberalismo assumiu a métrica da democracia como possibilidade real e primordial da resolução de conflitos” (MARTINEZ, 2010, p. 451), mas com a ausência de posicionamentos frente a tantos outros marcadores de opressão, facilitando as ordens inspiradoras dos mitos democráticos, sobretudo no Brasil.

De acordo com Pilar Martinez, defender a igualdade há muito já não é suficiente para que ocorra a libertação de todas as mulheres, tendo em vista que essa “busca pela igualdade” quase sempre oculta outras desigualdades, como os efeitos perversos do racismo. Essa abordagem se relaciona com a epistemologia feminista do *standpoint*, bem recebida pelas feministas negras e definida por Patricia Hill Collins (2019) como uma perspectiva centrada no tema da diferença e que faz uma análise de classe, raça, etnicidade e orientações sexuais, pensando como interação com a estratificação de gênero. Esse posicionamento foi pensado para ser integrado na investigação, de forma que as mulheres seriam as cientistas ideais para estudarem as mulheres, evidenciando um privilégio epistêmico que viria da sua própria condição feminina. Para as teóricas do *standpoint*, o conhecimento é parcial, contextualizado e experiencial (HARAWAY, 2009), o que significa elevar a condição da experiência a um lugar concreto de saber. A questão do “ponto de vista” ou do “conhecimento situado” se manifesta nas perspectivas dos movimentos de mulheres e de outros grupos minoritários.

Com isso, essa perspectiva obrigou as ciências a revisitarem os axiomas, as categorias de análise e metodologias, principalmente quanto à crítica ao ponto de vista sexuado, que se estabeleceu como objetivo e universal, configurando modelos teóricos invisibilizadores das condições de gênero, raça e classe no mundo. Para Donna Haraway (2009), o conceito de conhecimento situado limitou as aderências de uma objetividade científica, que, na perspectiva androcêntrica e sexista, se manifesta de maneira que a “situacionalidade” do conhecimento traz consigo a questão da responsabilidade de quem o produz, ressignificando a objetividade como um tipo de racionalidade situada: a união das visões parciais e das vozes vacilantes em um sujeito coletivo situado ou localizado. Assim, promove-se a reflexão sobre como viver dentro dos limites e contradições das visões situadas.

Para Sandra Harding (2007), os estudos multiculturais e pós-coloniais da ciência mostram como os padrões de objetividade, racionalidade, bom método e mesmo boa ciência foram definidos em oposição às qualidades e práticas associadas ao feminino. Portanto, a experiência das mulheres deve ser pesquisada através de uma “objetividade forte”, questionando os padrões dessa objetividade convencional.

Como exemplo, consideremos a importância dos modos padronizados de pensamento sobre objetividade para as feministas. Maximizar a objetividade exigiu maximizar a neutralidade dos valores. De acordo com a visão convencional, é por meio dos métodos científicos, especificados nos projetos de pesquisa, que os valores sociais e os interesses que os pesquisadores inevitavelmente levam para seu trabalho podem ser identificados e eliminados. Essa abordagem certamente tem suas virtudes. Todavia, é evidente que ela só consegue alcançar uma forma fraca de objetividade, uma vez que muitas suposições sexistas e androcêntricas (sem falar das suposições baseadas em interesses e valores de classe, religião, cultura, nacionais, raciais e imperiais) moldaram, nos que foram declarados os projetos de pesquisa científica mais rigorosos, os resultados das pesquisas em C&T, especialmente na biologia e nas ciências sociais. (HARDING, 2007, p. 164).

Dessa forma, essa epistemologia feminista se dedica a problematizar as questões importantes à teoria sociológica política, além de relacioná-las com a militância feminista, com o público e o privado, e com as vinculações entre a estrutura familiar, a representação política, a autonomia e a resistência. Confrontar as convicções tão demarcadas pelo campo do conhecimento eurocentrado, pela suposta neutralidade das Ciências Sociais, é um aspecto grandioso dos estudos teóricos feministas, que foi capaz de introduzir nos modelos de racionalidade uma nova forma de interagir com os campos de conhecimento e com os objetos de estudo, sobretudo evidenciando a estrutura hierarquizada da produção de conhecimento (CHABAUD-RYCHTER et al., 2014; COLLINS, 2019).

É imprescindível que eu articule a análise a partir da situacionalidade das entrevistadas, abordando seus pontos de vista adotados para dizer de suas experiências, a fim de analisar de que forma elas vêm dialogando com os feminismos e como eles interagem com o funcionamento institucional das mandatas, evidenciando aqui a importância das trajetórias como fonte de conhecimento, de modo que

o aprofundamento e a complexidade do estatuto epistemológico da subjetividade e dos valores na produção do “conhecimento” que é imediata e necessariamente “situado” incita a revisitar os debates muito atuais sobre as diferentes experiências e configurações de poder que informam a diversidade dos pontos de vista feministas (feminismos negros, feminismos lésbicos, pós-coloniais, subalternos) e sobre a dificuldade em pensá-los juntos. (CHABAUD-RYCHTER et al., 2014, p. 11).

Nesse sentido, a abordagem reflexiva aqui distinguida requer que se atente aos limites e discriminações das práticas que reivindicam a fixação da categoria mulher como universal, as quais não obtiveram a capacidade de perceber as pluralidades existentes e a diversidade das experiências. Ressalvo também que a perspectiva feminista utilizada na configuração das interpretações, ou seja, na aplicação epistemológica que se coaduna com as experiências de

atuação política dessas codeputadas, relaciona-se diretamente à advertência transmitida por Lélia Gonzalez (2020), que diz que os debates feministas brasileiros não devem ser feitos pelo ponto de vista colonialista. Dessa forma, os próximos dois capítulos contarão com a abundância das discussões desenvolvidas pela teoria social feminista contemporânea, mais especificamente pelo feminismo negro, pelo feminismo de(s)colonial<sup>105</sup>, pelos feminismos marxistas e *queer*, além das discussões que Judith Butler (2018) levanta sobre a noção política dos corpos em aliança e assembleias de rua como forma de luta e resistência.

Com relação ao pensamento feminista negro, o desafio metodológico a ser realizado é desconstruir a universalidade da categoria mulher,<sup>106</sup> considerando as especificidades de cada vivência, pensando a partir da relação entre o singular e o universal. Portanto, temas universais que definem papéis e espaços misóginos, favorecendo a desigualdade, e que são incluídos nos pontos de vista das mulheres negras, podem ser experimentados e expressos de forma distinta por grupos diferentes de mulheres afro-americanas (COLLINS, 2016).

A necessidade de construir um feminismo afro-latino-americano, segundo Lélia González (2020, p. 141), corresponde a uma prática feminista que não omita a dimensão racial de suas perspectivas, “exatamente porque tanto o sexismo como o racismo partem de diferenças biológicas para se estabelecerem como ideologias de dominação”.

Tomo um exemplo de definição do feminismo: ele consiste na “resistência das mulheres em aceitar papéis, situações sociais, econômicas, políticas, ideológicas e características psicológicas que tenham como fundamento a existência de uma hierarquia entre homens e mulheres, a partir da qual a mulher é discriminada”. Bastaria substituir os termos homens e mulheres por brancos e negros (ou índios), respectivamente, para ter uma excelente definição de racismo. (p. 141).

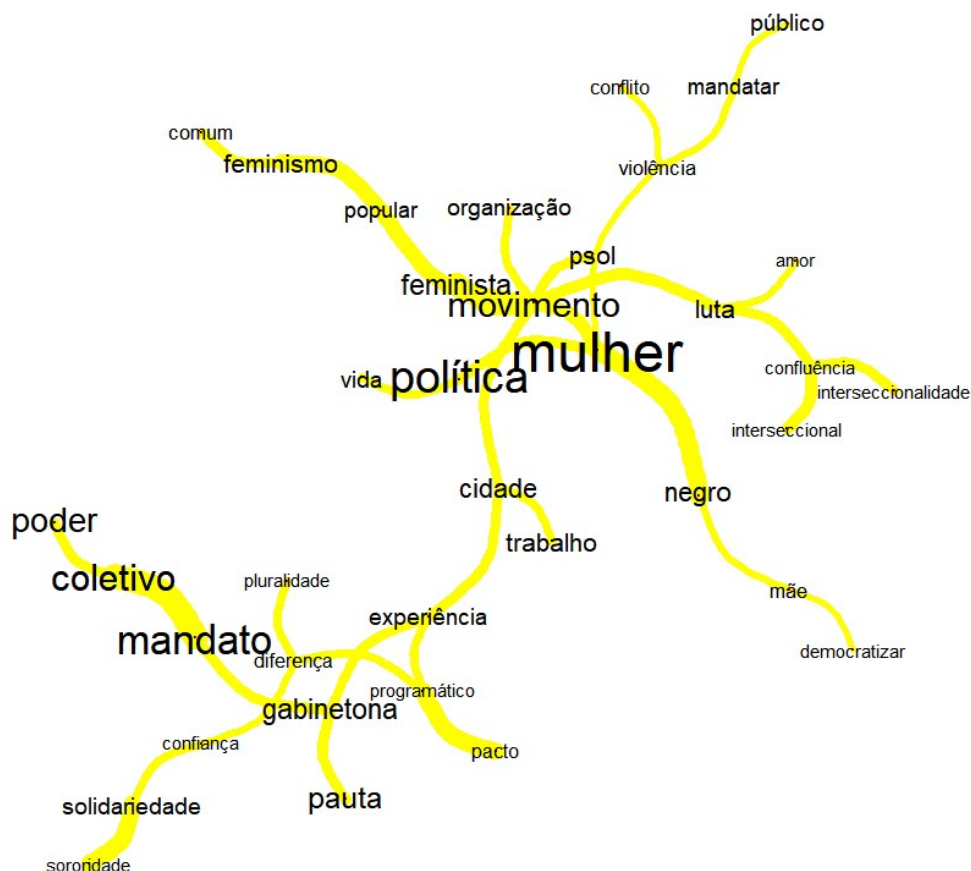
Sobre as entrevistas citadas, a figura a seguir corresponde à análise de similitude, um gráfico gerado a partir dos termos escolhidos, que se dá pela quantidade de palavras repetidas e categorias que mais se destacaram nos diálogos.

---

<sup>105</sup> Feminismo decolonial: o pensamento pós-colonial continua dialogando com escritores ocidentais, sem romper com uma episteme colonial. A ideia de pós-colonialismo passa uma noção de que o colonialismo acabou. A palavra decolonial (alguns grafam com o s, descolonial) surge por volta de 2005, em resistência a essa lógica. Sobre as distintas vertentes dos estudos subalternos, pós e decoloniais, conferir Balestrin (2013).

<sup>106</sup> Assim como Sojourner Truth desconstruiu o termo mulher ao usar suas próprias experiências vividas para desafiá-lo, mulheres afro-americanas comuns fazem a mesma coisa de várias maneiras.

**Figura 15** – Análise de similitude do segundo grupo de trabalho de campo



Fonte: Elaboração própria.

As correlações podem ser entendidas da seguinte forma: as palavras possuem o tamanho da fonte de acordo com o número de repetição. “Mulher” foi repetida 225 vezes, enquanto “sororidade” foi dita 11 vezes, por exemplo. As espessuras das linhas também indicam de que maneira os termos se conectam: as linhas mais espessas indicam maior recorrência; as mais finas, menor relação. Minha percepção observou quatro sequências que se expandem a partir do núcleo “mulher e política”. A primeira linha, a mais importante deste tópico do estudo, conecta o termo “feminista” às noções de feminismo popular e comum, o que será refletido logo adiante. A segunda linha estabelece correlação entre as palavras “mãe”, “movimento”, “negro” e “democratizar”. Essas são duas linhas que se conectam porque, nos diálogos, as associações entre movimento negro, feminismo negro, popular e comum se vinculam com suas condições maternas, em paralelo com a atuação parlamentar. Na terceira e maior linha, destaca-se a sequência política – cidade – experiência – diferença – confiança –

solidariedade/sororidade. Nas falas, surgiram interações entre a noção de solidariedade e a de confiança, embora tivessem que estabelecer os limites a partir das diferenças, muito oriundas das experiências e de suas relações com a cidade e a política. Uma linha bastante ressaltada é a que correlaciona “ poder, coletivo, mandato”, sugerindo as mandatas coletivas como pontes de acesso ao poder, sendo que essa linha integra outras que articulam noções como pluralidade, pauta e diferença. A Gabinetona aparece em destaque, porque são muitas as conexões de experiências inspiradas a partir da mandata e da atuação de suas coparlamentares, embora eu tenha entrevistado as três mulheres desse grupo, o que justificaria a repetição alta do termo. O PSOL se conecta bem de perto aos termos “mulher”, “movimento” e “feminista”, mas também se liga a outras duas sequências: 1) violência – conflito – mandar - público; e 2) luta – amor – confluência – interseccionalidade/interseccional; o que percebo como dois aspectos institucionais atravessados pela agremiação – um que se articula com os conflitos atravessados pelo grupo, e outro que se conecta com o enquadramento institucional de um ativismo de luta social que se direciona à política formal.

### *5.1.1. Trajetórias (perfis)*

As titulares têm suas origens vinculadas à classe trabalhadora, à participação em movimentos sociais, aos movimentos de cultura, e são, majoritariamente, mulheres negras. Seus perfis são: 1) Cida Falabella (Gabinetona), 61 anos, branca, heterossexual, mãe de três filhos, divorciada; 2) Bella Gonçalves (Gabinetona), 33 anos, branca, lésbica, divorciada, sem filhos; 3) Iza Lourenço (Gabinetona), 28 anos, negra, bissexual, casada, mãe de uma filha; 4) Jô Cavalcanti (Juntas), 39 anos, negra, heterossexual, possui companheiro, mãe de um filho; 5) Mônica Seixas (Mandata Ativista), 35 anos, negra, bissexual, solteira, mãe de um filho. Quase todas se identificam enquanto mulheres e possuem ensino superior, com exceção de Jô Cavalcanti, “o que evidencia um caráter mais popular da mandata das Juntas (CAMPOS, 2021, p. 97).

As trajetórias passam por origens vinculadas à classe trabalhadora e aos movimentos sociais, estudantis, populares, além dos movimentos culturais e de ocupação da cidade, o que geralmente difere de mulheres vinculadas a partidos do espectro ideológico da direita. Os ativismos sociais estão presentes em todas as trajetórias:

*Bom, eu faço teatro há muitos anos, mais de 40 anos, desde que eu comecei a fazer teatro, grupos de teatros... eu acompanho também a cena cultural,*

*políticas de cultura, a luta desde muito nova contra a repressão, a censura aos artistas. Eu sou do tempo que o censor ia na sala de ensaio dois ou três dias antes da estreia para assistir e censurar o que ele achava que não devia. (Cida Falabella, entrevista concedida em 18/10/21 em modo remoto).*

*Então.... eu na verdade inicio a minha construção política mais forte na graduação, no início da minha graduação em Ciências Sociais, eu começo a me envolver com a extensão universitária com os movimentos sociais que lutam pelo o direito a cidade, em especial as Brigadas Populares<sup>107</sup>, e a partir disso me torno militante, então participei de vários processos importantes. Foi em 2008, muitos anos atrás. Eu participei de muitos processos importantes na cidade, na construção de ocupações urbanas, ocupações de terra foi a tônica da minha atuação, mas também a gente construiu outras lutas em torno do direito ao trabalho, em especial do trabalho ambulante, discussões mais ampliadas sobre o direito a cidade, pensando mobilidade, meio-ambiente. Então sempre nesse campo do direito a cidade. Inserindo na luta mais geral do país: contra os golpes, em defesa da classe trabalhadora, da luta feminista. Mas a partir do Movimento Popular. (Bella Gonçalves, entrevista concedida em 28/10/21 em modo remoto).*

*Eu entrei para a política através do movimento estudantil quando eu entrei na Universidade. [...] Sempre fui dos movimentos estudantis. Quando eu formei eu construí o cursinho popular na região onde eu moro que é o Barreiro. Aí eu saí do Movimento Estudantil que estava formando ali na Universidade e fui ingressar nesses movimentos de educação popular, construí o cursinho popular “Consciência Popular Barreiro” e depois do Consciência Barreiro quando veio a pandemia início do ano passado a gente continuou fazendo o cursinho online. (Iza Lourenço, entrevista concedida em 16/11/21 em modo remoto).*

No caso de Jô Cavalcanti, suas relações trabalhistas, o que ela identifica como “relação patronal”, impactam diretamente no ativismo da codeputada, isto é, na sua associação com o sindicato e, posteriormente, com movimentos populares de moradia:

*Todos os patrões que eu tive, a gente teve dificuldades de resolver situação trabalhistas e todos eles ‘terminou na justiça’. Então em 2011 saio do meu emprego e começo a trabalhar com artesanato. Após isso, foi no final de 2012, eu comecei a trabalhar em Alto da Boa Vista. Foi quando eu conheci o sindicato, o Sindicato dos Ambulantes do Comércio Informal, nisso foi quando abriu um leque de saber o que é o direito trabalhista, direito pela cidade também. Nessa trajetória eu acho que em 2015 a gente começa, em 2016 a gente começa a ter uma visão também sobre a questão da moradia. Eu morava lá no Coelho, na beira da Maré e teve um incêndio lá. Foi aí que eu comecei também a me interessar mais pela questão da moradia. Foi quando teve esse incêndio que a gente começou a dialogar eu e o grupo da gente para gente tentar ver a questão do MTST aqui. Eu estou resumindo*

---

<sup>107</sup> Organização de caráter nacional e popular que tem o objetivo de contribuir com a edificação de uma pátria soberana e socialista (CAMPOS, 2021).

*porque a história é bem grande. Eu comecei a militar também no Movimento de Moradia MTST, a gente que trouxe essa bandeira para Pernambuco com o sindicato dos ambulantes. (Jô Cavalcanti, entrevista concedida em 04/10/21 em modo remoto).*

As relações com a militância construída dentro de partidos políticos de esquerda, sem participar da via eleitoral, é característica de trajetórias como a de Iza Lourenço (Gabinetona), que, antes de entrar para o PSOL, era filiada ao PSTU. Sua justificativa para a alteração do vínculo partidário foi atribuída às dissidências do partido causadas por discussões em torno do golpe parlamentar que destituiu Dilma Rousseff da presidência. Essa questão tem a ver com o fato de o PSOL ter abrigado muitas correntes/tendências que romperam com os dois partidos, “aceitando a entrada recente da Esquerda Marxista (ex-PT) e do MAIS (ex-PSTU e hoje chamado a Resistência após o processo de fusão)” (FERNANDES, 2019, p. 188),<sup>108</sup> corrente/tendência da qual Iza faz parte. Iza Lourenço também foi a única que já havia se candidatado no formato regular, ou seja, solo, em 2018. Já em 2020, a partir do seu envolvimento com a organização, ela é convidada a concorrer pela Muitas. Segundo a pesquisa de Bárbara Lopes Campos (2021, p. 99), “apesar da relação com o partido não ser isenta de tensões, a escolha está relacionada, em certa medida, com a proposta de organização partidária que permite alguma incidência política decisória autônoma ou independente”.

*Dos meus 13 anos até hoje eu sou militante político partidária. Inicialmente escolhi o PT, depois com a ruptura do setor que fundou o PSOL, sai do PT para o PSOL. [...]. Aí eu vim vindo, vim vindo, militando, militando sempre ali pelas bases até que em 2014 faltou água totalmente na minha cidade, em Itu no interior de São Paulo, a gente viu uma guerra civil pela água. Eu já com prática de organização de rua, de organização de movimento social contribuí para organização de uma cidade inteira em luta pela água, isso estourou, nacionalizou e chamou atenção de dirigentes partidários e movimentos como bancada ativistas que me convidaram a ser candidata. Aí essa história começa. (Mônica Seixas, entrevista concedida em 29/09/21 em modo remoto).*

Embora as mandatas coletivas apresentem uma diversidade de marcadores quanto à raça e gênero,<sup>109</sup> suas titulares possuem um marcador racial importante: a maioria é negra. Esse aspecto me apontou um caminho de discussão que valoriza o pensamento feminista negro e seus debates.

<sup>108</sup> De acordo com Sabrina Fernandes (2019, p. 189), o PSOL possui tendências internas “que passam por suas próprias cisões e fusões no decorrer dos anos, com variações nos níveis nacionais e regionais”.

<sup>109</sup> Ver CAMPOS, 2021, p. 98.

### 5.1.2. Experiência como categoria feminista

Se mulheres brancas ou atravessadas por outros marcadores já se sentem alijadas do mundo público por diversos fatores já discutidos aqui, a singularidade da mulher negra alcança um distanciamento maior. A respeito disso, recorro à fala de Mônica Seixas, ao discorrer sobre sua experiência/vivência a partir da relação singular-universal, o que comprometeu sua segurança para se conformar enquanto “mulher na política”, embora tenha enfrentado sua inadequação.

*Bom, eu acho que toda minha história tem o caminho bem parecido com tantas outras lideranças femininas, feministas e negras do último período, tem a ver com a vivência. É muito importante para a política... a gente vem de uma toada, principalmente a esquerda dos intelectuais, da academia, de pesquisadores e a gente vem mudando esse cenário com a ocupação de pessoas que estão a fim de falar da própria vida, do que é ser uma “maioria minorizada”<sup>110</sup> e mesmo assim ignorada na formulação política. Então a minha experiência e a minha vida política começam nascendo: nascendo uma menina negra, miserável. Acabei de escrever isso no Instagram. Eu sou uma das filhas da miséria do início dos anos 90, minha mãe é mãe solo de quatro filhos, ex-moradora de rua, a gente morava num barraco, comia o que achava pela rua, o que a terra dava, ela conseguia plantar no quintal ou plantar nos terrenos baldio. Eu sempre tive a sensação e acho que isso hoje estourou, estourou agora, mas isso é bastante presente e sempre foi de inadequação, de não sentir parte pertencente, de sentir presente permanentemente um sentimento de ser inapropriada, ser um incômodo para as pessoas. (Mônica Seixas, entrevista concedida em 29/09/21 em modo remoto).*

O poder da autodefinição (COLLINS, 2019) ou essa afirmação do que a teoria chamou de *self*, feita pela codeputada, revela como sua consciência a respeito da própria vivência, sobretudo na identificação das razões causadoras de sua insegurança, conseguiu se relacionar com os sistemas de dominação e racismo, refletindo fortemente na sua produção da vida e na incorporação de alternativas à sua própria libertação. Essa interação da sujeita com a realidade social tem sido central para os estudos feministas e para as mulheres que estão a margem da sociedade e que conseguem desenvolver uma postura consciente sobre seu lugar no mundo (LAURETIS, 1984). Para as mulheres negras, a potência política da autodefinição, conforme afirmou Patrícia Hill Collins (2019, p. 211), “cria uma massa crítica de indivíduos com uma consciência modificada que por sua vez promove o empoderamento coletivo das mulheres

---

<sup>110</sup> Ver Appadurai (2009). Na obra *O medo ao pequeno número*, o autor reflete sobre a possibilidade de maiorias e minorias inverterem suas posições para justificarem as injustiças e as angústias a partir do não enfrentamento das diferenças, o que se traduz na produção de violência contra as “minorias políticas e identitárias”.

negras. Uma consciência transformada encoraja as pessoas a mudar as condições de suas vidas” – é importante discernir: o indivíduo aqui mencionado é político, não se relacionando com o sentido liberal do termo.

Esse processo de subjetivação delimitado pela autovalorização e autoconfiança se apresenta como um esforço persistente e contínuo para se sentir pertencente ao espaço da política institucional, conforme contou Mônica. Nesse sentido, trago o conceito de *outsider within*,<sup>111</sup> desenvolvido por Patricia Hill Collins (2006) para assimilar um ponto de vista privilegiado que mulheres negras possam usufruir na política. Esse status, o de “estranho-dentro”, ou de uma pessoa que vê a parte marginal e de dentro, pode caracterizar o enriquecimento da produção política desenvolvida por essas coparlamentares. Sem renegar o aspecto violento que o espaço institucional apresenta, essa abordagem, criada para discutir como um ponto de vista privilegiado pode provocar paradigmas, permite seu uso aqui para relacionar a observação dessas mulheres dentro dos parlamentos, percebendo como a tensão criativa dessa condição pode encorajar e institucionalizar suas perspectivas (COLLINS, 2006). Para demonstrar esse enfoque a partir dos posicionamentos dos que foram contra a PEC das Domésticas no Congresso, atravessados por uma representação de servidão das mulheres negras, a cientista política Beatriz Rodrigues Sanchez (2021) afirma que o exemplo dessas trabalhadoras pode demonstrar como elas estão simultaneamente incluídas e excluídas, ao fazerem parte do cotidiano de famílias brancas e de elite, compreendendo os códigos existentes ali e traduzindo seus modos de vida a partir de suas perspectivas.

*Nunca me imaginei nesse lugar. Segundo porque tem mais coisas para fazer na rua do que nas instituições. Eu sempre achei que a mudança ela começa de fora para dentro. A gente só vai conseguir debater o aborto, a legalização do aborto quando a gente tiver uma sociedade madura para esse debate. Enquanto ainda for um tabu a gente não vai conseguir vencer. Então eu considero que a organização de rua ela é até mais importante política do que as instituições. (Mônica Seixas, entrevista concedida em 29/09/21 em modo remoto).*

Situada em uma perspectiva crítica quanto aos limites da institucionalização do ativismo, a permanência nesse espaço parece resistir à alguma importância de luta e criação de uma nova política.

---

<sup>111</sup> O termo *outsider within* não tem uma correspondência direta em português. Possíveis traduções do termo poderiam ser “forasteiras de dentro” ou “estrangeiras de dentro”.

### 5.1.3. *Quais feminismos?*

Quando perguntadas sobre quais feminismos atravessam suas trajetórias e expectativas sobre o pensamento e a prática, suas identificações se interligam com as dimensões de um feminismo decolonial (VERGÈS, 2020), e a emergência de uma nova autoria política ligada à chamada quarta onda do feminismo<sup>112</sup>, potencializada pelos segmentos que se utilizam do conceito de interseccionalidade e das múltiplas configurações indentitárias. Na introdução à obra de Françoise Vergès, a socióloga Flávio Rios diz que

o feminismo decolonial opõe-se frontalmente ao feminismo liberal, cujas pautas se encerram em demandas relativas à liberação sexual e à igualdade no mercado de trabalho, desconsiderando as clivagens e as desigualdades entre as mulheres. Opõe-se também ao “feminismo civilizatório”, que na verdade é uma faceta assumida por organismos internacionais que em geral validam políticas imperialistas sobre os países periféricos, gerando opressão de povos, sobretudo de mulheres racializadas. Exemplo flagrante desse feminismo civilizatório seria a política de controle de natalidade, tema bem conhecido das brasileiras já familiarizadas com os debates nacionais, visto que uma das históricas divergências entre feministas negras e brancas no Brasil reside justamente no entendimento da concepção acerca dos direitos reprodutivos. (RIOS, 2020, s.p).

Segundo Heloisa Buarque de Holanda (2020), além da perspectiva decolonial, outra alternativa que se apresenta hoje tem a ver com a crítica a um feminismo de acento individualista e neoliberal, expressa no manifesto “Feminismo para os 99%”. Essa noção converge com o feminismo socialista, “que parte do referencial teórico marxista para analisar a base de dominação masculina”<sup>113</sup> (BAIROS, 2020, p. 210).

*Eu reivindico muito não sei se você chegou a ler o “Manifesto feminismo para os 99%”? Acho que aquele livro foi um grande marco porque eu acho que ele traduz coisas que as vezes a gente tem tanta dificuldade de dizer durante tanto tempo a gente está com dificuldade de dizer que a Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser conseguiram botar ali um feminismo antirracista, anticolonial e um feminismo marxista. Eu sou marxista, sou marxista bem marxista mesmo. Tenho estudado e debatido cada vez mais a teoria da reprodução social, por exemplo, e o papel das mulheres na sociedade. A esquerda e os feminismos precisam fazer esses debates. Porque*

<sup>112</sup> É importante destacar a crítica de feministas negras quanto à classificação do movimento feminista em ondas, já que elas foram excluídas da produção do discurso e orientação da prática do movimento, sobretudo nas primeiras ondas. É também destacável que o feminismo decolonial não estaria demarcado pela quarta onda, pois ele está presente desde as lutas das mulheres indígenas contra a colonização.

<sup>113</sup> “Entretanto, como as categorias feministas fundamentais foram estabelecidas em oposição aos postulados marxistas, torna-se difícil atribuir equivalências para conceitos como produção e reprodução (frequentemente tratados no feminismo como esferas separadas), assim como introduzir a análise de temas como sexualidade e socialização de crianças, definindo o patriarcado não como ideologia, mas q enquanto uma estrutura com base material” (BAIROS, 2020, p. 210).

*era um debate que já estava contido em Marx e nenhuma marxista desdobrou ele e agora está sendo desdobrado. Então sou isso, sou feminista, antirracista, marxista, para os 99%. (Iza Lourenço, entrevista concedida em 16/11/21 em modo remoto).*

Juntamente a essas concepções que se articulam com uma aproximação mais erudita e intelectualizada sobre a identidade feminista, e que é enunciada a partir da prática de leitura e do acompanhamento de discussões epistêmicas, o termo “feminismo popular”, menos acadêmico e mais acessível, também foi bastante evocado pelas entrevistadas, que pressupõem outras relações com as discussões e as mulheres das comunidades:

*Então nesse feminismo popular eu vejo que a gente tem libertado algumas companheiras. Nas ocupações mesmo. Quando eu falo popular, eu falo nesse sentido. Eu milito nas ocupações de moradia, a gente consegue dialogar com essas mulheres, fazer rodas de diálogos que de alguma forma algumas delas já começa a ter percepção diferente das coisas, de entender melhor o que é estar num espaço que tem mulheres que elas já são feministas, mas só que elas não sabem que elas podem fazer muito mais. Então dentro do movimento social eu vejo que a gente consegue ter esse diálogo e de alguma forma empoderar essas mulheres sabendo de algumas limitações. Então eu me encaixo nesse processo. (Jô Cavalcanti, entrevista concedida em 04/10/21 em modo remoto).*

*Dentro das Brigadas a construção de um feminismo popular, a gente juntava a mulherada e ocupava postos de saúde contra negativa de atendimento, fazia creche, fazia mutirão de lugar para construir Centro Comunitário só com a mulherada, cursos de Construção Civil só com mulheres, a construção de movimento popular, uma construção de movimento geral na cidade, manifestações e 8M e tal, e a construção da Partida enquanto estratégia institucional. (Bella Gonçalves, entrevista concedida em 28/10/21 em modo remoto).*

Esse reconhecimento parte de uma identificação com mulheres de setores populares da cidade, mulheres indígenas, mestiças, negras e camponesas

que não apenas levou sobre seu corpo a maior carga de trabalho doméstico e produtivo, como também, a partir da dinâmica imperante de mercantilização neoliberal, viu suas demandas se fragmentarem, e com elas suas identidades. (BARRAGÁN et al., 2020, p. 233).

O feminismo popular, também chamado de comunitário, nasce em contextos de resistência neoliberal e de busca pela recuperação do papel redistributivo e plurinacional do Estado, dirigindo as lutas ao “questionamento estrutural do Estado como incompleto, colonial e oligárquico, produto dos limites do pacto colonial originado no surgimento das repúblicas independentes” (BARRAGÁN et al., 2020, p. 234).

A partir dessas concepções, as mulheres brancas da Gabinetona, Cida Falabella e Bella Gonçalves, reivindicam o que chamam de “feminismo do comum”.

*A gente fala muito aqui que é um trabalho que a gente faz com as mulheres nos bairros feminismo do comum, do dia a dia, da vida vivível, esse feminismo que as mulheres muitas vezes não sabem nem nomear como feministas, mas são. Então eu acho que pela minha trajetória e até porque não sou uma grande teórica do feminismo, leio bastante coisa e estou sempre tentando me formar melhor, mas eu acho que essa ideia do feminismo do comum. Esse feminismo das mulheres comuns, das mulheres das beiradas, das mulheres que nem entendem o que é o feminismo. Esse feminismo é das mulheres sobretudo negras, muitas vezes já criaram os filhos e estão criando os netos, das mulheres que estão cuidando de outras mulheres, cuidando da sua família, cuidando do seu quintal, fazendo... Economicamente segurando a onda, porque são as mulheres que são chefes de família e seguram a onda e estão fazendo o seu artesanato e vendendo seu Avon. Enfim, então eu acho que se tiver algum feminismo para me identificar é mais esse do comum assim que vem sendo estudado. Assim esse feminismo acho que congrega vários feminismos sem sectarismo também. (Cida Falabella, entrevista concedida em 18/10/21 em modo remoto).*

A minha tentativa em várias etapas do trabalho é a de traçar um paralelo com a noção de “comum” trazida por Silvia Federici (2019, 2022), que faz referência aos cerceamentos comunitários, dos campos, que resistem aos esforços capitalistas de destruição do comum. De maneira ousada, mas despretensiosa, busco visualizar aqui a dimensão comunal dentro da esfera política institucional, que, com a entrada das mandatas coletivas feministas, passa a oferecer uma nova lógica que pode instigar rachaduras no caráter personalista da política eleitoral e agregar os que apostam na noção de público comum e nas transformações políticas via coletividade.

#### 5.1.4. Sentidos do comum ou de comunidade – “Não há comum sem comunhar”<sup>114</sup>

A construção de narrativas que problematizam um feminismo do passado e que se atualizam nas noções de popular, comunitário e comum, me leva a perguntar: quais são os sentidos do “comum” na Sociologia? As discussões clássicas sobre o binômio comunidade-sociedade dizem pouco sobre o debate atual dos comuns. Zygmunt Bauman (2003) sinaliza que o conceito de comunidade muito se define a partir da tensão entre segurança e liberdade, isto é,

<sup>114</sup> Peter Linebaugh, “There is no commons without commoning”, ou seja, não há comum sem o processo de produzi-lo (ou, como traduz a diretora do Instituto Procomum, Georgia Nicolau, “não há comum sem comunhar”). (SAVAZONI, 2017)

entre comunidade e individualidade, e recupera alguns autores<sup>115</sup> para refletir sobre a condição da comunidade, sobretudo no capitalismo. Bauman refere-se, por exemplo, à Ferdinand Tönnies, sociólogo alemão, que discerniu as comunidades antigas com a sociedade em ascensão a partir da centralidade do consenso, que “não é mais do que um acordo alcançado por pessoas com opiniões essencialmente diferentes, um produto de negociações e compromissos difíceis, de muita disputa e contrariedade, e murros ocasionais” (BAUMAN, 2003, p. 15). O consentimento no sentido comunitário já existiria sem a necessidade de construção. Contudo, sua crítica essencial dá maior ênfase à conformação da modernidade e ao desaparecimento das comunidades com o advento do capitalismo e do individualismo, indicando alguma problematização quanto ao surgimento das identidades, ou de um “multiculturalismo”, que deixa a noção do comum em um lugar de incerteza. Um dos seus argumentos centrais protesta contra a separação de uma política cultural da diferença em relação à política social da igualdade. Nesse tópico, ele debate em consonância com Nancy Fraser ao afirmar que a justiça requer tanto a redistribuição quanto o reconhecimento, e que, quando separadas, as guerras de reconhecimento poderiam levar à absolutização da diferença (p. 72).

Se, porém, forem devolvidas à problemática da justiça social que lhes corresponde, as reivindicações ao reconhecimento e a política de esforços de reconhecimento se tornam um terreno fértil para o comprometimento mútuo e o diálogo significativo, que poderão eventualmente levar a uma nova unidade, em verdade, uma ampliação e não um estreitamento do âmbito da “comunidade ética”. (BAUMAN, 2003, p. 73).

O conceito do comum vem ganhando novas abordagens e várias delas são trabalhadas na obra de Rodrigo Savazoni (2017), sem aprisionar o princípio aos inúmeros estilos contemporâneos do viver comunitário. Sua definição perpassa, antes de mais nada, uma construção comunicativa e coletiva. Ao caminhar pelo enfoque de Silvia Federici e a política dos comuns, o autor associa a sobrevivência do candomblé, religião de matriz africana perseguida por várias vertentes fundamentalistas religiosas e por parte do Estado, às práticas comunitárias mantidas pelo espaço de cuidado, autogovernança e compartilhamento de saberes e alimentos entre os seus membros. Essas características dos grupos, alinhadas aos escritos de Federici, constituem o “mecanismo primordial pelo qual se criam o interesse coletivo e os laços

---

<sup>115</sup> No texto, várias correlações com autores sociólogos são apresentadas, como Max Weber, Emile Durkheim, Stuart Hall, Bruno Latour, Ulrich Beck, entre outros. Não aprofundarei o debate sobre essas assimilações teóricas, crendo que a questão central para a discussão já tenha sido apresentada.

de apoio mútuo, que são uma forma de resistência pacífica e uma chance de valorizar as trocas horizontais e experienciar a solidariedade” (SAVAZONI, 2017, s.p).

Considerando a associação que propus entre a perspectiva das mandatas coletivas e o princípio do comum, instigada também pelos escritos da historiadora Silvia Federici, vale destacar a experiência que surge na relação democracia-comum, onde o autor analisa uma produção teórica em torno de modelos que superam o que foi baseado em uma representação capturada pelos interesses de mercado. No livro, o autor lança mão do estudo espanhol *Los bienes comunes: oportunidad o espejismo?*, dos autores César Renduele e Joan Subirats, para demonstrar como o conceito de comum vem sendo reclamado para organizar novos movimentos, sociais e político-partidários, assim como se vincula à discussão sobre o comum e a ideia de renovação da democracia, apontando para a necessária passagem de um modelo de participação social para outro de coprodução política, onde a cidadania seja convocada a fazer, e não apenas a opinar<sup>116</sup> (SAVAZONI, 2017, s.p).

Como podemos relacionar o comum com a ideia de democracia? Tentando ver até que ponto falamos do comum como algo coletivo, compartilhado, que gera vínculos, que gera obrigações, que gera direitos. Como podemos transpor esse compartilhar e esse coproduzir para a gestão política? Como relacionamos isso com espaços, com formas de conexão, em que o recurso do público esteja conectado com a comunidade, com uma vontade de ser comunidade? Esse commoning (fazer o comum) como expressão de ação, de vontade de gerar o coletivo. (RENDUELES; SUBIRATS, 2017 *apud* SAVAZONI, 2017, s.p).

A experiência destacada pelo estudo espanhol, e já mencionada nesta tese no segundo capítulo, que apresentou os mandatos compartilhados desenvolvidos pelo mundo, diz respeito ao balanço da experiência do 15-M, processo espanhol que contribuiu para a difusão do comum como dispositivo conceitual dos emergentes movimentos políticos espanhóis, e que, segundo o autor, interessa nos seguintes aspectos:

(1) a experiência dos acampamentos como espaços de construção de uma política do comum; e (2) os efeitos que esse movimento popular teve na reconstrução do sistema político espanhol, em específico com o surgimento de novas forças políticas que carregam em seu programa a ideia de bens comuns, as quais assumiram o governo das principais cidades espanholas, como Madri, Barcelona e Saragoça. (RENDUELES; SUBIRATS, 2017 *apud* SAVAZONI, 2017, s.p).

---

<sup>116</sup> Infelizmente, as obras mencionadas não estavam acessíveis a tempo de serem lidas e incluídas na revisão.

Já na perspectiva do debate dos comuns e das reconceitualizações feministas, a boliviana Julieta Paredes Carvajal (2020), escritora fundamental do feminismo comunitário,<sup>117</sup> refuta a constituição da mulher enquanto indivíduo perante o homem (superando a contradição do feminismo ocidental da igualdade e da diferença) e reivindica um pensamento que relacione mulheres e homens em relação a uma comunidade, sem desconsiderar as práticas machistas em suas concepções comunitárias. Construir comunidade é, portanto, construir uma alternativa à sociedade individualista que ultrapasse as propostas de ação no Estado para enfrentar a ordem neoliberal e o capitalismo de vigilância (CARVAJAL, 2020; SAVAZONI, 2017).

constituída por mulheres e homens como duas metades imprescindíveis, complementares, não hierárquicas, recíprocas e autônomas uma da outra, o que necessariamente não significa uma heterossexualidade obrigatória, porque não estamos falando de casal, mas sim de par de representação política, não estamos falando de família, mas sim de comunidade. (CARVAJAL, 2020, p. 200).

Nessa concepção, o feminismo comunitário/andino, vinculam o comum à memória e à ancestralidade, como estratégias para recuperar o poder das redes de solidariedade e a organização social das comunidades originárias, propondo uma adaptação para as diversas comunidades de nossas sociedades (HOLANDA, 2020).<sup>118</sup> Para Federici (2022, p. 209), o termo “feminismo comunitário”, tipificado pelas culturas indígenas na América Latina, “entende o conceito de comum como expressão de uma concepção específica do espaço, do tempo, da vida e do corpo humano”, compreendendo novos conceitos, como, por exemplo, o de corpo-território, o corpo como continuação da terra, sem rejeitar o patriarcalismo de suas culturas e das que foram trazidas pelos colonizadores.

### 5.1.5. Formação feminista

Retomando as vinculações das identidades nesses grupos, os processos de formação feminista destacados nas entrevistas se alicerçam em três eixos: transmissão intergeracional;

<sup>117</sup> O termo “feminismo comunitário” foi criado por Julieta Paredes Carvajal, feminista decolonial boliviana/aymara, para pensar a luta organizada das mulheres de setores populares e indígenas da América Latina.

<sup>118</sup> Alguns trabalhos não se utilizam dessa noção do comum relacionado à memória, como é o caso de Michael Hardt e Antonio Negri em sua obra *Multidões*, lançada no Brasil em 2005. “Relutamos em utilizar a expressão no plural os comuns [the commons] porque ela remete a espaços de partilha pré-capitalista que foram destruídos pelo advento da propriedade privada. Apesar de um tanto estranho, o comum [the common] ressalta o conteúdo filosófico do termo e deixa claro que não se trata de uma volta ao passado, mas de um novo desenvolvimento” (HARDT; NEGRI, 2005, p. 14).

formação em movimentos sociais; formações partidárias e suprapartidárias (movimento #partidA e Ocupa Política); e um elemento comum: a necessidade de autopolitização contínua a partir do diálogo com outros movimentos ou formações dentro das mandatas.

*O meu feminismo foi na prática mesmo. Eu falo que aprendi com as mulheres mais jovens porque eu acho que eu comecei a me assumir feminista deve ter uns 10 anos. Acho que também porque o movimento feminista vai se transformando, vai agregando mais mulheres. Talvez por estar no teatro nunca senti muita necessidade de estar, nunca me vi nesse lugar como essa mulher feminista. Mas aí eu acho que aprendi com as mulheres mais jovens. Porque quando você entra na política vai que cai a ficha geral.... Não tem outra saída para mim do que assumir feminista porque é o que eu venho fazendo a vida toda também, toda a minha história, toda a minha trajetória pessoal, política e pública e aí isso é uma necessidade você se afirmar nesse lugar. (Cida Falabella, entrevista concedida em 18/10/21 em modo remoto).*

Para que ações realizadas por mulheres, ou elas mesmas, sejam lidas ou nomeadas como “feministas” existem duas possibilidades: “a primeira, e preferencial, ocorre com a autonegação, a segunda ocorre com a nomeação externa dessas ações, por parte da comunidade que reconhece o grupo, ou as atividades dessa forma” (MORAES et al., 2020, p. 1). No caso das mandatas coletivas, o segundo caso se aplica, já que seus canais de divulgação, seus materiais informativos e as narrativas compõem essa identidade feminista.

Ao pensar como se dá a entrada nos feminismos, é inevitável não dar atenção aos processos de transmissão do feminismo, que, no caso do movimento feminista brasileiro, “está sendo bem-sucedido em sua ambição de continuidade” (GONÇALVES; PINTO, 2011, p. 28), sobretudo quando se examina uma crescente onda dos ativismos feministas nas esferas midiáticas e públicas. No caso de Cida Falabella, as “jovens feministas”, distintas em suas idades, representam sua fonte de contato com outros movimentos e ativismos, principalmente por terem acesso “ao feminismo já a partir dos 14 anos de idade graças a diversos sites, blogs e páginas dedicadas ao tema” (GONÇALVES; OLIVEIRA, 2016, p. 251). Não percebi aí um conflito geracional, e sim a interação de um reconhecimento identitário atravessado pela recente convivência com mulheres já radicadas enquanto feministas, fazendo necessária a análise desses “coletivos acerca da transmissão do conhecimento feminista e de suas tecnologias ou metodologias, dos contatos geracionais e da coexistência mais ou menos afetada por conflitos que não inviabilizam a prática no presente e também o pensar o futuro” (p. 246).

As estratégias de transmissão permeiam os processos de socialização (GONÇALVES; PINTO, 2013) que influenciam a inserção no movimento feminista, que, nos casos analisados,

começam depois ou concomitantemente à entrada em movimentos sociais. No entanto, a pluralidade dos feminismos enriquece, ao mesmo tempo que tensiona, as suas variadas formas de ação. A transmissão é analisada aqui principalmente nas camadas populares:

*Eu tenho tido companheiras que falam sobre o feminismo para mim e que fazem parte de movimentos feministas. Inclusive até na construção do 8 de março a gente vem participando. Mas é isso que eu digo, o feminismo é diverso. A gente tem a mesma linha de que tem que ter direitos iguais, o corpo pertence a nós. Mas tem questões que as vezes não é debatida no principal. (Jô Cavalcanti, entrevista concedida em 04/10/21 em modo remoto).*

Dessa forma, a aproximação constante dos movimentos e organizações feministas, a interação entre os coletivos, se apresenta como metodologia de transmissão entre elas.

*O 8 de março unificado, o Conselho de Saúde da Mulher, na verdade, o CISAM, aí junto deles o movimento da Leonina Leonor foi um que a gente aproximou muito, o feminismo popular das organizações que nos atravessam, por exemplo, eu sou das Brigadas, a Iza é da Resistência, tem as mulheres do PSOL, então a gente é próxima desses movimentos, de partidos. É isso. E tem a também a #partida. (Bella Gonçalves, entrevista concedida em 28/10/21 em modo remoto).*

A #Partida “foi essencial para a articulação e eleição das candidaturas das Muitas e das Juntas, respectivamente” (CAMPOS, 2021, p. 77), e ainda proporciona encontros e teias de articulações e formações feministas. Ela surge em 2015, “como um movimento suprapartidário nacional para impulsionar candidaturas de mulheres feministas e antirracistas”, promovendo reuniões de diversos grupos de mulheres em todo o país (CAMPOS, 2021, p. 77).<sup>119</sup>

*A gente participa aqui da #partida também que é uma organização feminista muito importante, incubou muitas candidaturas, inclusive a nossa, a gente participou juntas. A Áurea que trouxe muito esse núcleo da #partida para cá e batalhou muito para ele existir. A gente vê pela própria #partida esse esforço para cada vez incluir mais as mulheres que estão nas pontas. Então o nosso feminismo é esse. Olhando para o lado e puxando as irmãs para estarem juntas, considerando dentro dessa luta nossos privilégios como mulher branca, classe média, mas que também está disposta estar juntas com as mulheres que estão numa situação mais vulnerável. (Cida Falabella, entrevista concedida em 18/10/21 em modo remoto).*

Enquanto metodologia, a #partida tem como princípio construir umas práxis radicalmente democrática, em ambientes de encontro, uma “pedagogia do encontro” (MATOS,

---

<sup>119</sup> O Ocupa Política também teve papel importante, sendo uma movimentação suprapartidária composta pela confluência de organizações e coletivos da sociedade civil, e que, através de formações e encontros, ajudou a eleger 17 Mandatos-Ativistas. Foi em um dos encontros do “Ocupa Política”, em São Paulo, que Carol Vergolino, das Juntas, se inspirou no formato coletivo através do conhecimento e contato com integrantes da Bancada Ativista.

2018), onde a política e o conhecimento possam ser experimentados a partir de um locus educativo feminista antirracista engajado.

Observa-se a confluência de conhecimentos produzidos tanto na academia como através de vídeos, leituras, palestras, oficinas, encontros, ou no relacionamento das que teorizam e produzem conhecimentos e assimilações a partir dos seus lugares e cotidianos vividos, tendo em vista a associação com um feminismo mais popular. As transformações proporcionadas pelo acesso ao pensamento do feminismo negro também foram colocadas:

*Quando eu era militante do PSTU, a gente tinha um movimento que chamava “Movimento Mulheres em Luta” era um movimento legal, era um movimento que a gente tinha muitos cursos e tal. Mas muita coisa também já deixei para atrás, já abandonei, muitas coisas eu falei isso aqui serve e isso aqui não serve. Hoje bom eu leio algumas autoras, eu leio a Nancy Fraser, a Thiti Bhattacharva (eu não sei falar o sobrenome dela) é muito difícil o sobrenome dela para mim. Eu vejo muitos vídeos de palestras que elas dão pelo o mundo. Eu faço parte de uma juventude “Afronte” temos um canal no Youtube que a gente faz formações, formações com marxistas que debatem esse tema a gente fez um recentemente com a Carolina Freitas. É isso. Eu sou meio assim... Se eu fosse falar quais são suas referências de marxismo hoje eu diria a Nancy Fraser e a Thiti Bhattacharva e a Ângela Davis. A Ângela Davis já é outro patamar. Tem a Lélia Gonzalez, bem recente o meu movimento com a Lélia Gonzalez porque é um movimento recente no Brasil a Lélia Gonzalez. Eu falaria essas autoras aí. Mas hoje eu não faço parte de nenhum grupo de estudos feministas. Hoje eu faço parte do Movimento Flores de Resistência que é um movimento voltado para formação que a gente faz rodas de debates muito legais com mulheres e solidariedade em comunidades do Barreiro. Minha atuação hoje é essa. (Iza Lourenço, entrevista concedida em 16/11/21 em modo remoto).*

Outro aspecto percebido é uma evidente consciência no ato de localizar sua formação feminista em uma composição de tráfego orgânico de militâncias:

*Então como militante partidária eu fui trafegando por muitas e muitas organizações e coletivos na minha vida. [...]. Tem gente, por exemplo, a maioria das lideranças de mulheres negras vem do movimento negro orgânico. Começou ali porque uma ancestral, uma avó, uma mãe levava no terreiro (e geralmente tem a cultura negra muito politizada) ou levava no samba ou no Hip Hop. E daí vem vindo, vem vindo, vem vindo, vem vindo naturalmente. Então eu participei do movimento estudantil, fui dirigente do movimento estudantil, fui do movimento secundarista, movimento universitário, fui dirigente partidária, fui dirigente do PSOL aqui na minha região, formei Diretórios, participei dos Movimentos Feministas por consequência e de Negritude por consequência. (Mônica Seixas, entrevista concedida em 29/09/21 em modo remoto).*

Algumas ações políticas vão se conformando com outros feminismos, como é o caso das oficinas proporcionadas por diferentes dinâmicas (utilizadas dentro e fora) e das práticas promovidas pelas mandatas, como foi o caso do “Sofá da Cida”, que, antes da pandemia, realizava feiras de mulheres, oficinas de encontros de mulheres, além de oficinas de agroecologia. Essas interlocuções se dão diretamente com as articulações teórico-políticas das ecofeministas,<sup>120</sup> pensadas a partir da relação gênero-meio ambiente, e que inserem questões relativas ao meio-ambiente, à reforma agrária, à privatização de terras comuns e aos conflitos socioambientais em seus espaços de discussão e prática política. A agroecologia, por exemplo, é entendida aí como “uma estratégia de luta em prol da justiça socioambiental” (COSTA, 2020, p. 286), revestida pela ação do campesinato dentro e fora do campo. Aqui se encaixa mais uma perspectiva epistêmica incorporada pelo feminismo decolonial, que também está implicada na pauta das mandatas: o conceito de “bem viver”.<sup>121</sup>

o protagonismo dessas sujeitas políticas produz diferentes formas de luta e de enxergar a relação gênero/meio ambiente, este trabalho tem como objetivo refletir sobre a emergência daquilo que considero serem formas de resistência decoloniais dentro do movimento ambientalista diante do acirramento dos conflitos socioambientais que têm atingindo o Brasil e a América Latina nas últimas décadas. (COSTA, 2020, p. 286-287).

Por fim, as coparlamentares entrevistadas mantêm seus diálogos com uma variedade de movimentos de mulheres, sendo eles: SOS Corpo (Recife); redes de mulheres negras; Construção do 8M unificado (Recife e Belo Horizonte); Conselho de Saúde da Mulher (Recife); Movimento de Mulheres da Maternidade Leonina Leonor (Belo Horizonte); Brigadas Populares; Mulheres do PSOL; #partida; e Coletivo Feminista Nacional Juntas!

## 5.2. *Interseccionalidade como metodologia e autoridade intelectual*<sup>122</sup>

<sup>120</sup> Localizado em diversas vertentes, o ecofeminismo vem sendo fortemente recuperado para propor novos modos de vida e a retificação de uma vida mais digna. Sua ênfase na natureza não significa um retorno ao biológico, mas relaciona-se com práticas políticas coletivas que implicam a noção de justiça social à terra. Grandes expoentes desse feminismo são Julieta Paredes, Vandana Shiva, Val Plumwood, entre outras.

<sup>121</sup> Bem viver é noção que surge a partir das cosmovisões indígenas e na implementação de uma proposta política na constituinte equatoriana em 2007, formulada a partir da noção dos direitos da natureza (ACOSTA; MARTÍNEZ, 2009). Depois disso, “o conceito tem sido reivindicado em discursos de lideranças e movimentos como forma de construir uma alternativa à ideia de desenvolvimento capitalista antropocêntrico constituído a partir da arbitrária divisão entre humanidade e natureza. ‘Bem viver’ é um termo advindo da expressão quêchua *Suma Kawsay*, antes restrita à filosofia de povos andinos” (COSTA, 2020, p. 289).

<sup>122</sup> Termo inspirado no trecho de Carla Akotirene (2018, p. 64-65): “A interseccionalidade é a autoridade intelectual de todas as mulheres que um dia foram interrompidas. A interseccionalidade é sofisticada fonte de água, metodológica, proposta por uma intelectual negra, por isto é tão difícil engolir os seus fluxos feitos mundo afora”.

Conforme reconhece a pesquisa de Bárbara Lopes Campos (2021), as mandatas coletivas em questão possuem um potencial revelador: representam a criação de um novo modelo de representação interseccional. Assim aponta a autora:

As três experiências possuem pontos de convergência, a partir de uma alternativa de representação interseccional, que promove principalmente, em cruzamento com o perfil das/os coparlamentares, os direitos das mulheres, os direitos humanos, os direitos da população LGBT\*, dos povos e comunidades tradicionais; e a agenda política sobre ações afirmativas e medidas antirracistas, sobre meio ambiente e sustentabilidade, e sobre trabalho e justiça social. A luta pela garantia dos direitos das amplas maiorias sociais, de maneira interseccional, também ganhou destaque na atuação parlamentar dos mandatos no contexto da COVID-19. (CAMPOS, 2021, p. 159).

Nesse sentido, a interseccionalidade, como conceito e método, é prioridade que atravessa as mandatas de diferentes formas, mas que orienta de um modo geral a construção das pautas ligadas às noções de justiça social. Esse conceito se estabelece dentro do feminismo negro estadunidense,<sup>123</sup> estimulado pela perspectiva epistemológica na diferença interseccional entre raça, gênero, poder e colonialidade (ANZALDÚA, 2005). Isso significa analisar que um campo é composto e inteseccionado não somente pelas questões de gênero, mas, também, por outras camadas de subordinação, sobretudo o racismo.

Para as pessoas de cor, gays, lésbicas, entre outros grupos marginalizados, as políticas de identidade têm servido como fonte de força, comunidade e desenvolvimento intelectual (CRENSHAW, 1991). É por essa razão que Kimberlé Crenshaw (1991) adota o conceito de interseccionalidade,<sup>124</sup> localizando mais fortemente os marcadores da diferença de raça e classe, que, nessa análise, dentro dos discursos feministas, foram desconsiderados por muito tempo. Essa defesa diz respeito às experiências de mulheres de cor, que não eram bem representadas nem no discurso do feminismo e nem do antirracismo. A argumentação explora um tempo passado, uma vez que hoje o marcador interseccional é o eixo central das teorias feministas contemporâneas.

Entre os debates desenvolvidos em torno do conceito, Avtar Brah (2006) foi também uma das grandes pensadoras que problematizou o termo. Para ela, a racionalização do gênero só pode ser pensada de forma contingente, desmistificando a universalidade como parâmetro de análise. Sobre as chamadas disputas epistêmicas e políticas de feminismos, ela sugere “que

---

<sup>123</sup> As principais pensadoras norte-americanas do pensamento interseccional são Angela Davis, June Jordan, Audre Lore, Patricia Hill Collins e bell hooks.

<sup>124</sup> A interseccionalidade de Crenshaw está servindo para garantir o êxito daqueles chamados por ela de “feminismos carcerários”, engajados na punição dos homens negros agressores de mulheres (AKOTIRENE, 2018, p. 61).

os debates entre os feminismos negro e branco não devem ser vistos como categorias essencialmente fixas e em oposição, mas antes como campos historicamente contingentes de contestação dentro de práticas discursivas e materiais” (BRAH, 2006, p. 331). Considero que a grande iniciativa intelectual da autora é analisar a problemática da subjetividade e da identidade para compreender a dinâmica de poder da diferenciação social, além de apresentar algumas questões no desenvolvimento de estratégias políticas para a justiça social.

Sobre o termo “negro”, cunhado no contexto da Grã-Betanha e que constitui um sujeito político que possa ser inscrito em políticas de resistência centradas na cor, Brah argumenta:

Embora os modos precisos como esses conjuntos heterogêneos de pessoas foram racializados não tenham sido idênticos, a condensação do binário branco/não branco nesse discurso construiu a equivalência e similaridade de experiência, na medida em que enfrentavam práticas de estigmatização, inferiorização, exclusão e /ou discriminação em arenas como emprego, educação, moradia, meios de comunicação, sistema de justiça criminal, aparato de imigração e serviços de saúde. Essas relações de equivalência criaram as condições nas quais uma nova política de solidariedade se tornou possível. (BRAH, 2006, p. 333).

Nesse sentido, apesar de a autora falar em uma pluralidade de diferenças e racismos, ela explica que “o conceito de negro foi mobilizado como parte de um conjunto de princípios e ideias constitutivas para promover a ação coletiva e que como movimento social, o ativismo negro tinha como alvo gerar solidariedade” (BRAH, 2006, p. 336). Sobre a questão do gênero e suas especificidades, as questões levantadas por ela são de fundamental importância para a tese de que mulheres precisariam ser analisadas isoladamente do contexto de desigualdade. Assim, ela também problematiza a categoria “mulher”:

Nosso gênero é constituído e representado de maneira diferente segundo nossa localização dentro de relações globais e de poder. Nossa inserção nessas relações globais de poder se realiza através de uma miríade de processos econômicos, políticos e ideológicos. Dentro dessas estruturas de relações sociais não existimos simplesmente como mulheres, mas como categorias diferenciadas, tais como “mulheres de classe trabalhadora”, “mulheres camponesas” ou “mulheres imigrantes. Cada descrição está referida a uma condição social específica. (BRAH, 2006, p 341).

Alguns debates sobre o termo também foram explorados nas conversas com as coparlamentares:

*Aí vai o grande debate feminista, a ideia de que a interseccionalidade ela pode gerar sobreposições de opressão que vão gerando as réguas, vão gerando às vezes padronizações que na prática não existem. Aí tem outra parte do movimento feminista que constrói a ideia de “consustancialidade” de que uma intersecção com outra não gera na verdade a duplicidade das opressões, mas um outro feminismo, de outra categoria. Aí você tem diferentes*

*concepções da construção de lutas das mulheres, tem uma parte, por exemplo, do movimento negro que não reconhece, inclusive o conceito de feminismo. Então eu não tenho muita certeza se o conceito de interseccionalidade dá conta de conjugar e promover uma confluência com essas diferentes concepções de lutas de mulheres. (Bella Gonçalves, entrevista concedida em 28/10/21 em modo remoto).*

Essa é uma leitura que concebe o interseccional a partir da hierarquização das opressões, o que corresponderia a algumas críticas ao desenvolvimento do conceito pelas feministas negras. Algumas reclamações ao termo chamam a atenção para a importância de se olhar as várias especificidades e outros marcadores que possam também compor a diferença, levando em conta a consubstancialidade das relações,<sup>125</sup> para propor a noção de coexistência de várias opressões, a depender do contexto. Entretanto, para as autoras interseccionais, “raça, gênero, classe e sexualidade não são espaços separados nem existem de modo isolado, mas devem ser entendidos de modo articulado” (DÍAS-BENITES, 2020, p. 272), tal como aponta Angela Davis (2016) ao afirmar a impossibilidade de haver primazia de uma opressão sobre outras, porque raça informa classe, assim como gênero, o que torna necessário trabalhar essas categorias como indissociáveis. Na obra *A liberdade é uma luta constante*, Davis (2015) conclama o feminismo à flexibilidade e à pluralidade.

*Eu me considero feminista. Eu me considero feminista, socialista, interseccional, considero raça, classe e gênero determina a forma como você vive. Mas infelizmente há feministas e feminismos assim como há diversas organizações de todas as pautas que a gente conseguiu imaginar. A gente está em plena elaboração e avaliação de nós mesmos como ser humanos. Aí a gente foi surpreendida tal qual quanto o conservadorismo ou a extrema direita. O feminismo radical é um grande desafio, grande desafio mesmo. As “RADFEM”<sup>126</sup> vou te contar, porque.... Nos dividir apenas pelo sexo biológico e central debate sobre vagina e pênis, é o que já faz o machismo. Claro que a vulva tem seus debates próprios, assim como os debates sobre reprodução tem tudo a ver com a existência do mundo. Eu entendo e todas nós entendemos, mas não é o centro do gênero tem muito para além para debater. Então eu sou feminista de Angela Davis e Rosa Luxemburgo. (Mônica Seixas, entrevista concedida em 29/09/21 em São Paulo/Goiânia).*

Nesse sentido, o método também esbarra nas tensões entre os feminismos e nas indisposições institucionais causadas por essas disputas, assunto que tratarei melhor no próximo capítulo. Por enquanto, ressalto a observação de Beatriz Rodrigues Sanchez (2021) de que a

<sup>125</sup> Ver Daniele Kergoat (2010) sobre o desenvolvimento dessa análise nos estudos feministas e no campo da Sociologia. Ver também Heleieth Saffioti (2004) e sua metáfora do nó para a compreensão da consubstancialidade a partir da realidade brasileira. Para Saffioti, gênero, raça e classe são três relações que estruturam o capitalismo contemporâneo, atuando de forma imbricada e condensada em um nó que potencializa as contradições sociais existentes.

<sup>126</sup> Abreviação de “feminista radical” ou “feminismo radical”.

perspectiva interseccional é fundamental para o conceito de feminismo estatal, a fim de averiguar qual segmento do grupo de “mulheres” pode estar sendo representado por elas.

Assim, o esforço das mandatas coletivas em lidar com as lutas sociais diversas se manifesta no conceito de confluência, sobretudo quando pensamos procedimentos metodológicos aliados à interseccionalidade na construção do movimento de luta feminista.

*A gente constrói uma concepção de luta feminista contra o patriarcado que abraça a luta das mulheres travestis e transexuais. Compreendendo também que as pautas delas serão muitas outras as vezes. Porque uma coisa você falar eu abraço. Outra coisa são as pautas delas estarem entre suas prioridades. São coisas bem diferentes. Aí a importância de a gente pensar a construção de feminismo. A gente não precisa de um conceito perfeito onde caiba todo mundo. A gente precisa arrumar uma forma de dialogar, forma de cada uma construir um movimento feminista que nos fortaleça. Por isso que você falou: o que você reivindica um feminismo interseccional? Não. Eu acho que a gente está mais buscando a expressão de uma confluência de diferentes feminismos que consiga compreender vai ter uma organização das mulheres trans, vai construir uma luta, eu tenho que compreender e fortalecer essa luta. As mulheres lésbicas vão trazer pautas que podem ser invisibilizadas no movimento feminista, mas que é importante que a gente quebre essas invisibilidades a partir das confluências. Como no caso das maternidades lésbicas. Não é discutido no meio dos movimentos feministas em geral. Então esse conceito de confluência que é um conceito muito forte, muito caro para Gabinetona, eu acho que vai falar de um feminismo que a gente acredita também. (Bella Gonçalves, entrevista concedida em 28/10/21 em modo remoto).*

Segunda Angela Davis (2018), o desenvolvimento de teorias e práticas feministas abolicionistas, por exemplo, a ensinou a perceber como as mulheres trans negras são alvo da violência masculina dentro dos sistemas prisionais. A partir disso, a autora levanta uma crítica aos que se inserem no mundo acadêmico, afirmando que nos acostumamos a controlar as categorias e a inibir nossas criações e produções de conhecimento a respeito da diversidade de estudos que enfrentamos. “Queremos controle, de forma que muitas vezes nossos projetos no ativismo e na academia são formulados apenas para reafirmar o que já sabemos” (DAVIS, 2018, s.p). Nesse sentido,

O feminismo envolve muito mais do que a igualdade de gênero. E envolve muito mais do que gênero. O feminismo deve envolver a consciência em relação ao capitalismo – quer dizer, o feminismo a que me associo. E há múltiplos feminismos, certo? Ele deve envolver uma consciência em relação ao capitalismo, ao racismo, ao colonialismo, às pós-colonialidades, às capacidades físicas, a mais gêneros do que jamais imaginamos, a mais sexualidades do que pensamos poder nomear. O feminismo não nos ajudou apenas a reconhecer uma série de conexões entre discursos, instituições, identidades e ideologias que tendemos a examinar separadamente. Ele também nos ajudou a desenvolver estratégias epistemológicas e de organização que nos levam além das categorias “mulher” e “gênero”. As

metodologias feministas nos impelem a explorar conexões que nem sempre são aparentes. E nos impulsionam a explorar contradições e descobrir o que há de produtivo nelas. O feminismo insiste em métodos de pensamento e de ação que nos encorajam a uma reflexão que une coisas que parecem ser separadas e que desagrega coisas que parecem estar naturalmente unidas. (DAVIS, 2018, s.p).

O que se conclui a partir dos apontamentos da autora é que devemos repensar e redimensionar os apegos frente às categorias, ao conceito de gênero, de mulher e tantos outros, clássicos ou não, e redimensioná-los à complexidade, à diversidade e aos diversos temas que se espalham no mundo hoje.

### 5.3. *Insights*

Além das discussões convocadas pela proposta do capítulo, as que remetem à organização dos feminismos imbricados nessas experiências coletivas, integro a essa parte final alguns aspectos que se destacaram nas narrativas e que serão tratados juntamente com um conjunto de debates teóricos que se desenvolveu nos últimos tempos em um panorama feminista. Três eixos foram altamente inter-relacionados com os termos “mulher” e “política”, embora não tivessem sido pensados na construção do meu roteiro de perguntas. São eles: 1) cidade-política-municipalismo; 2) democracia digital-mandatos coletivos; 3) amor-luta.

#### 5.3.1. *Direito à cidade como plataforma feminista*<sup>127</sup>

Uma das frentes que deu início à Gabinetona foi o movimento “Muitas Pela Cidade Que Queremos”, uma construção coletiva que relacionou o direito à cidade às pautas feministas. A Gabinetona, aqui em evidência por conta de sua intensa interação com a agenda política sobre a ocupação dos espaços públicos, construiu uma agenda política de transformação política através de: projetos de lei para a proteção e melhoria da qualidade de vida das mulheres na cidade; promoção de eventos abertos para “megafonizar” as lutas através de parcerias com movimentos sociais e ativistas da cidade, em espaços de diálogo entremeados por performances artísticas; prestação de contas e balanço do mandato em praça pública; pedagogização política

---

<sup>127</sup> Subtítulo inspirado no artigo *Corpos urbanos: direito à cidade como plataforma feminista*, de Lídia dos Santos Ferreira de Freitas e Eliane Gonçalves (2020).

em espaços públicos; entre outras iniciativas (CAMPOS, 2021). Algumas dessas ações foram trazidas na fala de Cida Falabella:

*Aí aparece o Movimento “Muitas Pela Cidade Que Queremos”, esse movimento que eu participei e que começa a fazer uns debates aos sábados à tarde nas praças. No Parque Municipal eu medieei alguns desses debates: Marcia Tiburi, Celio Turino.... Com o golpe da Presidente Dilma, quando o Ministério da Cultura foi extinto, em algum momento todos os espaços ligados ao MINC (Ministério da Cultura) no Brasil estavam ocupados, a gente fez parte da ocupação da FUNARTE, eu fui uma das lideranças da FUNARTE, fui firme com as mulheres, movimento negro, movimento LGBT, POP de rua, então foi uma oficina, vamos dizer assim. A rua volta a ter um papel muito grande na cidade do enfrentamento na política. [...]. Uma união de muitas forças assim... Então assim o retorno do Carnaval de rua, o duelo que acontece debaixo do viaduto, que a gente chama de baixo centro em Belo Horizonte, transformar a Praça da Estação numa praia, as pessoas iam para lá tomar sol, tomar banho de mangueira. (Cida Falabella, entrevista concedida em 18/10/21 em modo remoto).*

Esse é um dos debates que aquece o conceito de “comum” – trabalhado anteriormente – e que leva a discussões ao redor da ocupação dos espaços públicos e da forma como os comuns urbanos vem sendo utilizados, modificados ou perpetuados. “De São Paulo, o caso do Parque Augusta. De Recife, a história do #OcupeEstelita, um emblemático enfrentamento dos comuneiros contra o mercado. Qual o papel do Estado?” (SAVAZONI, 2017, s.p). A arquitetura e o urbanismo dos “comuns” vêm sendo uma nova alternativa, “que em face do predomínio do individualismo e da financeirização de tudo, propõe recuperar os espaços de cooperação social na gestão de recursos comuns, um controle de mão dupla, entre cidadãos e governos” (MONTANER; MUXÍ, 2021, p. 39).

Nessa perspectiva, o pressuposto de uma sociologia urbana feminista admite que as cidades são generificadas/genderizadas/racializadas (FREITAS; GONÇALVES, 2021), de modo que as ações estimuladas pelas coparlamentares feministas, com a promoção de reuniões pelo 8M, reuniões públicas e diálogos com mulheres em espaços públicos (Sofá da Cida), e a consolidação de outras ações pelo direito à cidade são uma “luta para desmasculinizar o espaço, tornando-o seguro para nossos corpos e subjetividades, sendo uma luta pelo próprio reconhecimento de que os espaços são generificados e de que isso produz desigualdades” (FREITAS; GONÇALVES, 2021, p. 11).<sup>128</sup>

---

<sup>128</sup> No dia 8 de março de 2018, por exemplo, a Gabinetona apresentou o Projeto de Lei Morada Segura para as Mulheres (533/2018), com o objetivo de garantir que as mulheres em situação de violência tenham o direito à moradia assegurado. O projeto foi aprovado na Câmara Municipal e virou lei em 2019.

*A minha pauta principal é o direito a cidade. Só que dentro do direito a cidade a gente vai ter vários desdobramentos. Então eu tenho uma atuação muito forte na moradia, obviamente no planejamento urbano, pensamento do planejamento urbano; meio ambiente enfrentamento à mineração; defesa das áreas verdes; na questão da mobilidade; na questão do direito ao trabalho na cidade. Então os direitos à cidades sempre foram uma pauta muito central; outra pauta muito central é a questão dos direitos humanos. Tem suas transversalidades com o direito à cidade, também tem suas especificidades. A pauta LGBTQI+, sou uma mulher lésbica inevitavelmente construo essa pauta também. (Bella Gonçalves, entrevista concedida em 28/10/21 em modo remoto).*

Josep Maria Montener e Zaida Muxi (2021) refletem sobre a importância da entrada de novos atores na política convencional para projetarem novas possibilidades urbanísticas, sobretudo através da feminização feminista da política e dos ecofeminismos. Segundo autor e autora, a política urbana vem sendo transformada pela entrada de mulheres na política, especialmente na esfera municipal, e o exemplo abordado é a presença de mulheres liderando governos municipais espanhóis, o que se destaca no país como “novo municipalismo”. A respeito dessas novas atuações, Ada Colau (prefeita de Barcelona) impulsionou, em 2009, a Plataforma de Afetados pelas Hipotecas (PAH), no exemplo de medidas de reurbanização. As autoras afirmam que a prefeita de Barcelona constrói redes de amizades com políticas progressistas ao redor do mundo, como Anne Hidalgo (prefeita de Paris), Alexandria Occasio-Cortez (deputada norte-americana) e Claudia Scheinbaum (prefeita do México) (MONTENER; MUXI, 2021, p. 58-59). Mas, por que se defende tanto a política municipal?

Encontrado em vários países e contando com diversas feições, os governos locais e grupos identificados com o “novo municipalismo” têm buscado construir renovadas formas de ampliação da democracia a partir da esfera local. Movimentos como *Fearless Cities* – “Cidades sem medo” – reivindicam não apenas uma maior autonomia (política e econômica) para os governos locais, como tradicionalmente diferentes ondas de municipalismo já reivindicaram, mas colocam a defesa dos direitos humanos, da democracia e do bem comum no centro de sua agenda. Trata-se de uma estratégia que vai além das disputas eleitorais e propõe a realização de governos municipais voltados à construção da democracia de baixo para cima – do local para o nacional -, tanto dentro como fora da própria esfera institucional, fomentando também processos protagonizados pela sociedade civil. (IACOVINI, 2019, s.p).<sup>129</sup>

*Hoje a Gabinetona somos eu, Iza e Bela, a gente traz de novo esse caráter municipalista do início da Gabinetona e do início do Movimento Muitas, que é a ocupação sobretudo do Legislativo nas cidades, pensando na cidade como a base da transformação política que é onde as pessoas moram, as pessoas*

<sup>129</sup> Disponível em: <https://diplomatie.org.br/licoes-do-movimento-municipalista-internacional/>. Acesso em: 7 fev. 2022.

*pisam, as pessoas estão. (Cida Falabella, entrevista concedida em 18/10/21 em modo remoto).*

Por outro lado, Kate Shea Baird, Enric Bárcena, Xavi Ferrer e Laura Roth (2016)<sup>130</sup> desafiam os modelos municipalistas ao estenderem os braços à questão global e ao reforçarem o desgaste do neoliberalismo, em crise em todo o mundo. “É nossa vez de dar a cara para defender nossa aposta pela mudança *bottom up* (de baixo para cima), feminista e radicalmente democrática” (BAIRD et al., 2016, s.p).<sup>131</sup> E continuam: “Por muito que as tarefas cotidianas dos nossos bairros nos demandem com urgência, é responsabilidade do movimento municipalista refletir sobre nosso papel para além das nossas cidades e das fronteiras do Estado” (s.p). Eleitas também em um formato coletivo em Barcelona, as autoras reconhecem que o modelo pode dar respostas reais à crise econômica e política, se alocado às outras fronteiras. Essas intenções buscam inserir uma dimensão internacional, uma rede municipalista global, que estabeleça contato mútuo e compartilhamentos de formas de trabalho, sem desistir das prefeituras locais.

Cabe dizer, com o risco de provocar, que o slogan “*Take Back Control*” (recuperemos o controle) da campanha pro-Brexit, ou o “*Forgotten Man*” (o homem esquecido) ao que apela Trump, não são conceitos tão afastados do “Democracia Real” do 15M ou o “99%” de *Occupy*: todos remetem ao mesmo desejo de ruptura com um establishment político e um sistema econômico injusto com a maioria. O fato é que expressar essas demandas no mesmo marco do estado-nação permite que se vinculem elementos racistas ou xenófobos com mais facilidade. No entanto, localizar as soberanias a nível local dificulta essa associação e abre outras possibilidades: as cidades são lugares mestiços, de encontro e de troca cultural; e se os sistemas políticos e econômicos alternativos se constroem desde o local, desde as identidades de vizinhança e não étnicas, no olho no olho, poderemos gerar um espaço desconfiança que não vincule os nossos direitos às nossas origens. (BAIRD et al., 2016, s.p).

As relações aqui apresentadas oferecem pistas de enredamento de pontes a partir da inteligência coletiva, caráter tão fundamental ao feminismo. Segundo as autoras, é possível encontrar pessoas radicais e, ao mesmo tempo, pragmáticas, para ocupar a política institucional

<sup>130</sup> Mulheres membros da coligação “Barcelona em Comu”, formada pelos partidos políticos ICV, EUiA, Procés Constituent, Podemos e Equo, vencedora das eleições autárquicas de Barcelona em 24 de maio de 2015. Disponível em: <https://barcelonaencomu.cat/>

<sup>131</sup> Disponível em: <https://urucum.milharal.org/2016/12/29/o-municipalismo-sera-internacionalista-ou-nao-sera/> Acesso em: 7 nov. 2021.

e produzir novos modelos de cidade, novas capacidades de pensar um outro futuro. No próximo tópico, situarei algumas noções sobre a instrumentalidade da internet para as mandatas.

### 5.3.2. Democracia digital feminista?

Discussões sobre como a internet vem influenciando os debates das mandatas também foram levantadas, sendo que é condicionante deste trabalho refletir sobre como as intervenções digitais projetam as mandatas no mundo em meio a um arsenal de controles digitais, que nem sempre incrementam suas práticas políticas. Assim, “não é possível pensar nos processos sociais e políticos da contemporaneidade à margem das suas articulações com as novas práticas de comunicação” (CRUZ, 2022, p. 46).

*A gente nunca criou um aplicativo de tomada de decisões, não acredito muito nisso quanto experiência municipalista. Porque a nossa construção sempre foi mais olho no olho, encontro aberto na Praça, na cidade, no território. Sempre foi isso e conjugando com métodos que eu acho que são de comunicação interativa. Sempre tivemos uma rede social muito forte. Sempre trabalhamos muito instrumentos de Whatsapp. Forte assim para um alcance orgânico, porque a gente não entrou na lógica dos robôs. Aí vai os dois lados da internet. Por um lado, ele nos permite criar ferramentas interessantes de abertura e interatividade e envolvimento com as pessoas. Por outro lado, a gente tem hoje navegado numa esfera pública que na verdade é privada, que é dos algoritmos e dos perfis que ‘bombam’ na internet e que não necessariamente estão focados numa comunicação política de pautas. Você vê as redes sociais estão cada vez mais condicionando quem são os atores da política e quais são as pautas relevantes. Às vezes a gente vai fazer uma postagem sobre um tema essencial que nós estamos tocando e ela vai dar 100 curtidas. Às vezes a gente vai fazer uma coisa, eu e o meu gatinho, 1000 curtidas. Isso condiciona também os conteúdos da política. A forma como a violência política bomba na internet é outra coisa que vai condicionando as linguagens e os formatos dentro da política. Esse debate entre internet e representação institucional hoje eu acho que ele é um dos debates mais quentes que nós temos. No mundo das Fake News, no mundo da violência política, no mundo dos robôs e de uma interatividade com o privado. Vai abandonando canais amplos de comunicação com a população, por exemplo, os jornaizinhos, tipo a TV Câmera, são canais que vão sendo abandonados em nome de cada parlamentar criar sua própria rede privada. Isso é um problema. (Bella Gonçalves, entrevista concedida em 28/10/21 em modo remoto).*

Aqui, as ferramentas utilizadas pelos mandatos compartilhados (e não coletivos) são dispensadas, como a uso de aplicativos, por exemplo, o que corrobora as distinções entre os formatos e usos de linguagem e tecnologia. As mandatas são coletivos que se constituem a

partir das lutas de rua, da ocupação das cidades. Isso não as leva a abandonar a internet, porém, ela é preterida quando são possibilitadas formas de ocupação física do espaço público.

*A internet para o bem e para o mal ela influencia tudo e todos. A internet fez com que a Cida Falabella tivesse 6.500 votos sem fazer uma campanha de rua, porque nós estávamos no meio da pandemia e ela não tinha condições de sair na rua. A internet possibilitou que no nosso mandato fizéssemos a primeira plenária para dar o ponta pé na nossa campanha tinha 200 pessoas que não teria se não fosse virtual e se fosse presencial. A internet já possibilitou a Bella de fazer atividades no território com transmissão para outros lugares. Ela possibilita muitas coisas, possibilita que a gente expanda e tal. Nesse processo da Gabinetona é assim também, possibilita que as coisas que a gente faz compartilhadas e chegue em mais pessoas, seja exemplos para o mundo inteiro, eu acho super interessante o que a internet possibilita para os processos políticos. Mas agora tem muitos problemas. Até hoje a gente faz panfletos e distribui na Praça, a gente faz panfleto e distribui na porta da empresa de telemarketing. Eu busco fugir um pouco disso também, porque ao mesmo tempo que as redes sociais principalmente elas te potencializam, elas fazem você ter uma ideia distorcida do seu trabalho também. Cada vez mais eu tenho consciência disso e nunca vai ser o suficiente, você é bombardeado por tantas coisas que o que você está fazendo nunca é o suficiente. Às vezes a gente aprova coisas aqui tão importantes, e está acontecendo um debate tão importante aqui na Câmara que você faz um post nas redes sociais, mas é o post menos curtido da semana, e as vezes é a coisa mais importante que você fez. Então buscar e ter essa consciência fora das redes sociais eu acho fundamental, porque senão você nunca vai estar suficiente e não vai chegar aquilo que você queria fazer. (Iza Lourenço, entrevista concedida em 16/11/21 em modo remoto).<sup>132</sup>*

As armadilhas algorítmicas permitem que o espaço seja menos democrático e, portanto, menos feminista.

O ponto de discussão a seguir refere-se a um conceito muito precioso para o movimento negro, que funciona como elemento pedagógico e fortalecimento de suas comunidades.

### 5.3.3. Amor e luta

A autora bell hooks (2021) ensina que amor não é sentimento, e sim ação, sendo um valor inegociável à ética do cuidado, sobretudo dentro da comunidade negra. Essa perspectiva pode ser localizada nas falas de Iza Lourenço, ao discutir como a tessitura das afetividades pode coibir conflitos e ensejar soluções pelo comum. Amor como conceito ético, disposto a “conectar pensamento e ação, teoria e prática, para concretizar esses valores e assim criar uma sociedade

---

<sup>132</sup> Associando esse ponto ao tema da cidade, é importante citar, mesmo sem condições de uma abordagem mais profunda, que são vários os exemplos tecnológicos construídos para proteger mulheres e/ou denunciar situações de violência contra elas, como os aplicativos, desenvolvidos, muitas vezes, por jovens feministas.

mais justa” (hooks, 2021, s.p). O exercício de transposição desse ponto de partida para uma comunidade, tal como se conforma nas mandatas, é imaginá-las a partir de uma ética amorosa. Para compor comunidades, é preciso ter uma ética amorosa, ou seja, demonstrar cuidado, respeito, conhecimento, integridade e vontade de cooperar.

*Temos nossas autonomias e temos o que fazemos juntas. Às vezes dá conflito claro, às vezes fala assim: “Pô! Podíamos ter feito juntas isso aí? Podia”. Às vezes podia. Então é uma coisa que não tem como saber. Mas a gente fala muito isso: “nós somos amor e pé na porta, amor e papo reto” a gente fala uma com a outra “isso aqui não foi legal” e não foi e aí a gente luta para corrigir. A gente faz essas conversas várias vezes que não foi legal e tal. A gente tem divergências, poucas vezes em relação aos projetos de leis, mas já tivemos. Passamos por isso. Teve uma vez que a gente chegou efetivamente a votar separado foi uma vez, apenas uma votação na Câmara que a Bella votou uma coisa e eu votei outra. (Iza Lourenço, entrevista concedida em 16/11/21 em Goiânia/Belo Horizonte).*

*Às vezes você vai ter uma proximidade maior ou não, abertura maior ou não, e não necessariamente, um grau maior de amizade talvez. Eu acho que para fazer um mandato partilhado, solidário você tem que estar calcado no acordo mesmo, no amor à luta, amor à causa, amor as pessoas, amor aquelas pessoas que compartilham com a gente, amor que a gente constrói juntas. Independente da proximidade que a gente tem isso com qualquer um, a gente tem um sentimento de amor à vida um do outro. Isso aí eu acho que é base para poder fazer um caminho juntas. (Iza Lourenço, entrevista concedida em 16/11/21 em modo remoto).*

Dito isso, a afetividade é herdeira de uma vida pregressa que se fundamenta na formação de várias ativistas brasileiras. O amor, que se estabelece em uma pedagogia engajada, é o que pode, muitas vezes, explicar a sustentação de coletividades envolvidas com a questão social, que, atravessadas pela afetividade, afetam e confrontam o poder vigente.

No próximo capítulo, lanço minha hipótese ao teste: seriam as mandatas coletivas um espaço de produção política solidária?

## CAPÍTULO 6 - SOLIDARIEDADE POLÍTICA NAS MANDATAS COLETIVAS: ficção ou instrumento de luta?

Solidariedade, como conceito e prática, é um dos elementos mais valorizados pelas redes de mulheres feministas em suas subjetividades e produções de conhecimento, e, portanto, é aplicada enquanto categoria analítica sob diversos contextos onde se encontram mulheres. Considerando a década de 1970 e os anseios por pertencimento, o movimento feminista “promoveu a realização de uma nova ideologia, a pesquisa de sentidos e de valores comuns. A essa nova ideologia denominou-se ‘sororidade’: *Sisterhood is Powefull* (a sororidade é poderosa)” (FOUGEYROLLAS-SCHEWEBEL, 2009, p. 146). Essa primeira acepção do termo reflete a intenção de retomar a união das mulheres – impedidas pela estrutura patriarcal de se formarem como unidade política – e de desestimular as competitividades tão estruturadas pelos símbolos de dominação, que nos distanciam ao olhar do sexismo.

Fomos ensinadas que nossas relações umas com as outras não nos enriquecem, mas, pelo contrário, deixam-nos ainda mais pobres. Fomos ensinadas que as mulheres são inimigas “naturais” umas das outras, que a solidariedade nunca irá existir entre nós porque não sabemos nem devemos nos unir. (hooks, 2019, p. 79).

Por outro lado, a apropriação do termo pelo feminismo liberal se caracteriza na ordem de um comprometimento que se limita à constituição de uma mulher universal.<sup>133</sup> É nesse sentido que as desconfianças abarcadas pelos feminismos da diferença, e também decoloniais, abrem licença para que se confronte a categoria e se estude as formas e usos desse elemento afetivo como instrumento de resistência, fazendo indagações como: onde estavam as mulheres brancas durante a escravidão, por exemplo?

A visão da irmandade evocada pelas ativistas do movimento de libertação das mulheres tinha como base a ideia de opressão comum. Desnecessário dizer que foram as mulheres burguesas e brancas, tanto as liberais quanto as radicais, que primeiramente professaram a crença na noção de “opressão comum”. A ideia de “opressão comum” foi uma plataforma falsa e desonesta que ofuscou e mistificou a verdadeira natureza – complexa e uniforme – da realidade social da mulher. (hooks, 2019, p. 88).

Neste último capítulo do trabalho, refaço os questionamentos em torno do tema através dos entendimentos das coparlamentares e de como a categoria consegue se expandir e

---

<sup>133</sup> Algumas críticas ao conceito de sororidade são apresentadas sobretudo quando se vinculam com noções liberais. Segundo Françoise Vergès (2020), este é o problema que circunda o conceito de sororidade trabalhado por Chimamanda Ngozi Adichie, em *Sejamos Todos Feministas*. Segundo a autora, a proposta por um feminismo inclusivo, obscurece toda a crítica aos feminismos negro e decolonial, o que faz parecer que todas estamos juntas sem consideras nossas intersecções.

impulsionar suas atuações, vivências e permanências em um modelo político institucionalizado, tão dominado por homens brancos e proprietários. Nesse ensejo interpretativo de um espaço convencional da política, permito uma reflexão que perfaz o objetivo do trabalho: a política normativa permite sinais de solidariedade, ou ela já se insere nos espaços institucionais políticos, permeada por práticas masculinas que se servem dela para perpetuar o poder entre os seus pares? Relembremos que não. Conforme discerniu a filósofa política Amélia Valcárcel (2014), a união dos homens é conduzida pela fraternidade. A finalidade, neste momento, é a de interpretar as noções sobre solidariedade atravessadas por desdobramentos quanto aos limites do funcionamento e das convivências entre esses coletivos, onde incluo novas definições levantadas por essas mulheres, que se submeteram, até agora, aos pactos de confiança estipulados pelo grupo e às identificações com os feminismos.

### *6.1. Solidariedade: uma categoria frágil?*

Se solidariedade pode ou não funcionar como uma categoria representativa concreta da vida das mulheres, descobriremos primeiro pelas discussões que a teoria social feminista contemporânea comunica:

Do empirismo (liberal) feminista, a solidariedade entre as mulheres não é necessária, desde que se defenda a igualdade ou se desenvolva a ciência com rigor. Do ponto de vista feminista, a solidariedade entre as mulheres é tida como certa, pois as mulheres compartilham condições sociais que as fazem ter um ponto de vista compartilhado. A partir da abordagem pós-moderna, a solidariedade entre as mulheres não pode ser tida como certa, pois não há um grupo ou essência unificado que, por definição, torne as mulheres solidárias. A solidariedade será questionada pelos feminismos periféricos no momento em que se afirma que há desigualdades e conflitos de poder entre as mulheres. Supõe um posicionamento frente a essas desigualdades ao mesmo tempo em que convida a construir relações sociais baseadas no respeito e no apoio e transferência de recursos para os outros (e outros), ao invés de uma defesa intransigente da igualdade formal. (MARTINEZ, 2010, p. 463, tradução livre).

Nesse sentido, os feminismos têm tido um importante papel na demonstração de que não há e nunca houve "homens" genéricos; existem apenas homens e mulheres classificados em gêneros. Uma vez que se tenha dissolvido a ideia de um homem essencial e universal, também desaparece a ideia de sua companheira oculta, a mulher. Em vez disso, temos uma infinidade de mulheres que vivem em intrincados complexos históricos de classe, raça, cultura e outros marcadores (HARDING, 1987, 2007), cujo contexto se reflete na criação de uma

metodologia interseccional de análise – posicionamento que atravessa de diferentes formas as mulheres estudadas aqui.

Se discuto poder e quem deveria exercê-lo, é preciso falar também sobre a demanda de solidariedade vivida pelas mulheres a partir da reflexão de suas experiências comuns, a fim de derrubarem e/ou desconstruírem os estereótipos perpetuados pelos atores políticos que competem por poder e cargos de decisão, de modo que adotar a perspectiva de solidariedade é considerar que as mulheres são/serão agentes da própria transformação. Debruço-me sobre esse conceito na tentativa de saber quais os efeitos dos saberes feministas na ação coletiva e política das mulheres, levando em conta a formação desigual de nossa sociedade. Quando vislumbramos a obtenção da paridade política, cenário onde homens e mulheres pudessem coexistir possuindo os mesmos recursos de poder, entendo também a importância de ações políticas que desestruturem esse jogo de exclusão. Mas, como entender a solidariedade? Para Martinez (2010), a solidariedade permitiria corrigir as insuficiências dos modelos de justiça. Dessa forma, reivindica-se solidariedade para enfrentar as situações que vivem grupos concretos, “os que carecem de recursos e oportunidades” (MARTINEZ, 2010, p. 451). bell hooks (2019) se adianta em dizer que os esforços precisam ser renovados para que as mulheres se desvencilhem do sexismo e do racismo. Para ela,

a ideologia da irmandade vocalizada pelo ativismo feminista contemporâneo não se mostrou capaz de jogar luz sobre o fato de que foi a discriminação racista, a exploração e a opressão de mulheres multiétnicas por mulheres brancas que impediram que os dois grupos se reconhecessem um no outro e se percebessem comungando dos mesmos interesses e das mesmas preocupações políticas. (hooks, 2019, p. 88).

Nos próximos tópicos, as narrativas trazidas nas/pelas entrevistas serão exploradas, considerando as perspectivas de minhas interlocutoras em torno da categoria solidariedade.

### 6.1.1. Definindo solidariedade

Há uma ocorrência comum nas narrativas ao citarem “mulheridades” ou “sororidades” em relação a condições específicas, demonstrando proximidade das entrevistadas com as discussões dos feminismos da diferença e da abolição universal da categoria “mulher”. Nesse sentido, defender qualquer sororidade poderia impulsionar opressões:

*Eu estou só pensando... porque tem os conceitos polêmicos dos feminismos, sororidade é um deles. Eu às vezes acho que tem umas polêmicas que nos dificultam a caminhada. Porque sororidade ela envolve muito essa ideia de um afeto e uma solidariedade entre iguais que compartilham experiências do*

*patriarcado. Só que as “mulheridades” são tão distintas que muitas vezes não necessariamente a gente vai ‘tá’ compartilhando solidariedades, mas a gente vai ‘tá’ gerando opressões dentro do próprio campo. Seja a ocorrência de transfobia entre as mulheres, seja a persistência do racismo que atravessa as mulheres brancas e as suas formas históricas de sororidade. Ai a gente confunde na verdade o pacto da branquitude com solidariedade entre as mulheres. Porque esse conceito ficou muito carregado de muitas críticas. Mas eu acho que ele ainda tem um ponto muito positivo que é pensar na construção de alianças de confluências para avançar em temas que nos são comuns. Ou na capacidade de fortalecer temas que não são meus, mas que também ataca o mesmo sistema de opressão que é o patriarcado. Então eu não jogaria o conceito de sororidade fora apesar de compreender todas as controvérsias que ele carrega. Não sei se eu respondi. (Bella Gonçalves, entrevista concedida em 28/10/21 em modo remoto).*

Nessa perspectiva, a solidariedade poderá ser demandada a partir da construção de laços comuns com outras mulheres ou “mulheridades” que vivem nos calabouços da injustiça social. Quando citadas, as pessoas trans<sup>134</sup> são incorporadas na categoria “mulher”.

*Solidariedade é substantivo feminino, solidariedade compromisso de umas com as outras. Eu me apego muito nisso. Independentemente de qualquer coisa nós temos compromisso uma com as outras, compromisso entre mulheres. Não é concebível para mim uma mulher que deixa de sair de casa porque não tem um absorvente, isso para mim é um compromisso, vou até o fim para que ela tenha. O compromisso, porque é inconcebível que uma mulher sofra violência política, uma mulher que seja violentada pela roupa que está usando, uma mulher seja violentada por aquilo que ela defende. [...] Essa solidariedade ela é construída a partir dos avanços também. Me lembro muito em 2013 quando a gente tinha que fazer debates enormes nos movimentos feministas da organização do dia 8 de março para dizer porque nós precisávamos falar das mulheres negras. A gente batalhou tanto para dizer que precisávamos falar das mulheres negras. Hoje parece uma coisa dada, hoje todo mundo é antirracista, mas antes o antirracismo era uma palavra que não parecia. Eu vejo esse movimento também em relação as mulheres trans. Hoje eu acho que está começando a entender que a gente precisa dizer disso. A gente precisa das mulheres trans na política. (Iza Lourenço, entrevista concedida em 16/11/21 em modo remoto).*

Nesse caso, é preciso recorrer ao conceito de Dororidade,<sup>135</sup> de Vilma Piedade (2017), que faz um alerta ao feminismo sobre a dor carregada por todas as mulheres pelo machismo, mas, sobretudo, pelas mulheres negras e trans. Para a autora, “a sororidade não dá conta da pretitude” (PIEADADE, 2017, p. 17).

<sup>134</sup> Utilizarei as categorias “travesti”, “transsexual” e “transgênero” de acordo com a autoidentificação e o uso pelas sujeitas analisadas, e a categoria “trans” como “guarda-chuva” que engloba as diferentes identidades do segmento (travestis, transsexuais, transgêneros).

<sup>135</sup> Inclusive, o tema foi apresentado no curso de formação “Escola com a #partidA”, em maio de 2017.

Sueli Carneiro (2009) avalia dois episódios envolvendo racismo na história do Brasil recente e diz respeito à Matilde Ribeiro (Ex-ministra da SEPPIR<sup>136</sup>) e Benedita da Silva (Ex-governadora, atual deputada federal, que também disputou a prefeitura do Rio, ficando em quarto lugar). Trata-se de uma análise certeira sobre como as mulheres negras estão vinculadas a uma subalternidade tão discrepante, que mesmo após ocuparem espaços de poder, seus distanciamentos simbólicos do mundo poder, continuam operando cruelmente. As violências apontadas por ela referem-se ao afastamento das duas parlamentares desalojadas de seus ministérios, e que no caso de Matilde Ribeiro, reflete-se nas dimensões de solidariedade tratadas no estudo.

Evidencia-se aí o que parece ter sido o caráter apenas simbólico do seu título de ministra. Demitida, é exposta a uma patética coletiva de imprensa, jogada aos leões, sem a presença de nenhuma das figuras de expressão do governo ou de seu partido para emprestar-lhe solidariedade, como houve em outros casos similares que envolveram homens brancos.(CARNEIRO, 2009, s.p.)<sup>137</sup>

Neste caso, “encontramos imbricados todos os elementos que transformam as mulheres negras na antítese da imagem com a qual se associa o poder” (CARNEIRO, 2009, s.p.), revelando diferenças nos tratamentos quanto à solidariedade política depois de inseridas nas instâncias de poder.

### 6.1.2. Atuando solidariedade

Foram identificadas diversas formas de se compreender solidariedade no exercício parlamentar. A primeira refere-se à divisão de salários, estratégia que vem da esquerda e que difere muito dos esquemas de acumulação vigentes na maioria das legendas. Para a questão da solidariedade no feminismo, essa pauta importa muito, já que dividir dinheiro e recusar privilégios não é tarefa fácil.

*O salário a gente equaliza para ficar no mesmo patamar. A gente equaliza e devolve uma parte para o fundo que é o fundo do edital “Estamos Juntas”<sup>138</sup>. Aí a gente ganha o mesmo salário. Como o meu é maior, porque eu sou a titular, eu devolvo o resto para o fundo. (Jô Cavalcanti, entrevista concedida em 04/10/21 em modo remoto).*

<sup>136</sup> A Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial foi criada no primeiro mandato do governo de Luís Inácio Lula da Silva e desmantelada logo depois do impeachment de Dilma Rousseff. Matilde Ribeiro foi demitida em 2007 acusada de uso irregular do cartão corporativo da secretaria.

<sup>137</sup> Trata-se de texto baixado.

<sup>138</sup> ‘Estamos Juntas’- projeto idealizado pelas Juntas Codeputadas que incentiva e fortalece pequenos projetos e iniciativas sócio-eco-político-culturais em Pernambuco.

Os acordos preveem tanto a igualdade salarial (inclusive para as que não são titulares) quanto a doação de parte dos salários a projetos político-sociais. “Muito inspiradas nas tecnologias da Gabinetona, a Mandata Ativista e as Juntas adotaram algumas das estratégias mineiras para a promoção a participação popular” (CAMPOS, 2021, p. 191).

No caso da Gabinetona, a partir de 2018 a mandata percebe que membros da Câmara começam a deslegitimar a presença da covereadora Cida Falabella.<sup>139</sup> De acordo com Bella Gonçalves, essas ações são fruto da visibilidade potente que o grupo alcança, despertando disputas na arena institucional. No entanto, encontramos solidariedade nas defesas e atos de proteção que as outras covereadoras exercem quando necessário.

*Em alguns eventos as mulheres não querem tirar foto quando eu estou. Porque não me reconhecem como (co)vereadora. Não querem que eu apareça, porque para elas, eu acho que na conta delas, elas pensam: o PSOL de duas vai passar para três simbolicamente. Elas fazem a conta e acham que vão perder. Então é uma disputa. (Cida Falabella, entrevista concedida em 18/10/21 em modo remoto).*

*Eu acho que é se olhar mesmo, se ver na outra, se colocar. Tem dia que eu fico mais impaciente com as coisas, mas digo: pense, olha essa pessoa, essa menina tem uma filha pequena, não sei o que não sei o que, então é isso mesmo ela estava fazendo o certo. Eu acho que é esse exercício de se colocar no lugar da outra. Se colocar também como... A gente exercita isso muito no mandato que é de colocar se alguma mulher está com alguma questão a prioridade é absoluta é dar o suporte para ela. Essa relação com as mães, ter um olhar com as mães diferenciado, ter um carinho especial pelas realidades distintas. Por exemplo, com a Bela que é uma mulher lésbica, o assédio na Câmara é um negócio assim. Tinha dia que eu fazia igual aquelas meninas que entram na frente “não mexe com a minha amiga” eu colocava a mão na cintura. Os homens querendo botar a mão nela mesmo. Não sei nem explicar, é nojento, o assédio é físico. É muito louco. Então eu acho que sonoridade é isso. É olhar para a outra e se ver no lugar dela. Se colocar à disposição mesmo. (Cida Falabella, entrevista concedida em 18/10/21 em modo remoto).*

Outro fator na organização das relações afetivas e de solidariedade nesses grupos remete às formas de conter as discordâncias e impor uma espécie de cooperação forçada para que o coletivo funcione, evitando o conflito pela solidariedade. No caso da Gabinetona, o princípio da autonomia garante menos desacordos.

*Nós temos o jurídico da Iza, o jurídico da Bella que aportam o da Cida, mas cada uma tem a sua equipe, cada uma tem sua equipe de comunicação, cada uma tem sua equipe de jurídico, sua equipe de gestão, porque querendo ou não isso gera conflitos e eu quis evitar. O conflito assim: está atendendo mais uma que a outra, está atendendo mais na frente da outra. Então a gente quis evitar esse tipo de conflito. Vamos com autonomia, mas vamos trabalhando juntos. A gente tem os espaços que são os espaços de conversas para*

---

<sup>139</sup> Cida Falabella não conseguiu se eleger em 2018, e, por isso, entrou em coverança com Iza Lourenço e Bella Gonçalves, tal como no modelo da Gabinetona.

*sintonizar. Eu até demorei um pouco me sintonizar nisso, mas rolou assim. Então hoje, por exemplo, toda semana a gente tem reunião da articulação política. (Iza Lourenço, entrevista concedida em 16/11/21 em modo remoto).*

No caso das Juntas, a titular responde que a dinâmica em torno do consenso não corresponde ao tempo da política. Como característica de qualquer coletivo, a deliberação pode conceder maior tempo de discussão. No entanto, é necessária a solidariedade para que os (não) pactos e o projeto político dialoguem:

*Tem certas discussões que para entrar no consenso, demanda muito tempo. A política é rápida. A gente precisa dar resposta na hora. A gente tem que ter a coesão de todas para falar. Às vezes dá uma agonia: “Meu Deus do céu”, vamos logo encaminhar! Mas tem que ter calma. Mas eu acho que é isso. É muita democracia, mas às vezes a resposta do negócio tem que ser rápida. (Jô Cavalcanti, entrevista concedida em 04/10/21 em modo remoto).*

*Ter no grupo uma diversidade de corpos... acho que é um pacto, não de perfeição, a gente não atingiu, mas de tentar fazer diferente. Porque não é possível você fazer uma política diferente com as formas velhas, com os modelos velhos. Eu acho que o debate sempre é complexo, mas é muito bom quando a gente consegue amadurecer decisões coletivas e construir até o dissenso, que é o mais difícil no mandato coletivo. Por exemplo, quando as vereadoras vão votar diferente em algum projeto, às vezes acontece, é raro mais acontece. (Cida Falabella, entrevista concedida em 18/10/21 em modo remoto).*

No caminho da superação dos dilemas, a estratégia solidária compõe os repertórios de proteção do grupo e das condições específicas que cada uma traz no corpo. O afeto se sobressai.

*São meninas que têm a metade da minha idade. Também é uma luta para fazer que é o não etarismo, essa convivência intergeracional que eu acho importante também de pessoas mais velhas. Sim a gente preserva um cuidado uma com a outra, uma troca mais íntima. Isso é importante. (Cida Falabella, entrevista concedida em 18/10/21 em modo remoto).*

No caso do impedimento de que todas utilizem a plenária, a presença e a comunhão do grupo oferece mais confiança, sobretudo porque são trajetórias com grande participação nos movimentos sociais, mas pouca experiência no ambiente convencional da política. O coletivo, através do trato solidário, pode supor maior confiança no jogo político.

*A gente divide. Mas assim, estando dentro do plenário é mais complicado do que você lidar diretamente com aquelas pessoas que muitas vezes estão lá ocupando aquele espaço há muitos anos e acha que você não está sabendo fazer o seu trabalho. Muitas vezes taxa: mas você não entende a matéria e não “sei o que”. Tem os debates. Sempre quando tem o debate a gente está se comunicando uma com a outra. Na hora da votação, na votação de urgência mesmo, a gente já lê antes para saber a votação como vai ser. Se vai*

*ser pela aprovação ou não vai ser. A gente dialoga com o povo que procura a gente, sobre as questões mais polêmicas. Mas no começo foi mais difícil para mim. Se as outras tivessem mais junto comigo lá dentro seria ótimo. Mas assim, você vai aprendendo. (Jô Cavalcanti, entrevista concedida em 04/10/21 em modo remoto).*

Uma questão que considero complementar às discussões trazidas aqui é: a solidariedade é expressão somente dos grupos progressistas e/ou da esquerda? De antemão, sabemos através da pesquisa da RAPS (2019, p. 49) que o perfil ideológico das candidaturas coletivas ou compartilhadas não é exclusivamente de esquerda – pelo menos em relação às candidaturas de 2020, que tiveram um aumento gigantesco de iniciativas nesse formato, muito incentivadas pelas experiências de 2018.<sup>140</sup> O uso e as práticas do termo também aparecem entre parlamentares da direita, como é apontado na matéria “Mulheres imprimem solidariedade nos mandatos pelo PSL”.<sup>141</sup> Embora eu não tenha expandido a pesquisa a esses casos, o que analiso a partir do tema é que existe uma solidariedade que remete a um estereótipo feminino de cuidado, e, portanto, solidário por imprimir à política um traquejo essencialista e maternal, conforme cita o texto do *site* do partido de direita PSL: “a presença feminina na vida pública engrandece a política e traz um toque de humanidade, carinho e cuidado na relação com a coisa pública”. Por outro lado, pressupor que qualquer coletivo é solidário no viés político, tal como bell hooks (2019) admite, é desconsiderar que nem todo grupo que adota uma unidade política se responsabiliza com questões de opressão e injustiça social. Considerando o que Judith Butler (2018) inferiu sobre as assembleias de rua, ressalto o seguinte trecho:

Não posso dizer que toda reunião de corpos nas ruas seja uma boa coisa, ou que devamos celebrar as manifestações de massa ou que corpos reunidos em assembleia formam certo ideal de comunidade ou mesmo uma nova política digna de louvor. (BUTLER, 2018, p. 138).

O movimento de direita MBL,<sup>142</sup> por exemplo, também atua em coletividade, embora não defina seus cargos mandatários nos mesmos termos das mandatas que analiso. As mobilizações promovidas pelo grupo, vale destacar, tiveram papel importante na eleição da

<sup>140</sup> A distribuição das iniciativas de candidaturas coletivas ou compartilhadas em 2020 tem predominância da centro-esquerda e da esquerda (47% do total de iniciativas). REDE, PSOL, PT e PSB têm sido os partidos que mais permitiram mandatos compartilhados ou coletivos (RAPS, 2019, P. 50).

<sup>141</sup> Ver matéria “Mulheres imprimem solidariedade nos mandatos pelo PSL”. Disponível em: <https://psl.org.br/2021/01/13/mulheres-imprimem-solidariedade-nos-mandatos-pelo-psl/> Acesso em: 10 jan. 2022.

<sup>142</sup> O Movimento Brasil Livre (MBL) é um movimento político brasileiro que se define como liberal e republicano, estando ativo desde 2014. Nasceu a partir das mobilizações de junho de 2013 e hoje conta com representantes como Rubinho Nunes (vereador por São Paulo), Adelaide Oliveira (ativista e coordenadora do MBL) e o deputado federal por São Paulo, Kim Kataguirí, que se filiou ao PODEMOS em 2022. O movimento pertence ao polo reacionário pós-jornadas de 2013 e apresenta traços neofascistas, em meio à defesa dos privilégios de classe, da propriedade privada e de uma visão evasiva de liberdade (BRINGEL; PLEYERS, 2015 *apud* CAMPOS, 2021).

extrema-direita no Brasil em 2018. Contudo, em 2021, o grupo se manifestou contra os mandatos coletivos. A resposta veio pela Bancada Feminista do PSOL, que afirmou:

A presença das cinco vereadoras da Bancada Feminista do PSOL e das seis lideranças vereadoras do Quilombo Periférico no parlamento paulistano, por si só, já incomoda os representantes das políticas elitistas. Mas as notícias ruins para o MBL é que além de serem do Partido Socialismo e Liberdade, esses mandatos coletivos estão articulados com muitos movimentos, lideranças e comunidades. Ou seja, são muito mais coletivos do que se pode ver apressadamente. (FERRARO et al., 2021, s.p).<sup>143</sup>

De uma maneira geral, os mandatos coletivos são uma aposta dos partidos de centro-esquerda e esquerda, de proposição eleitoral estratégica, para que ativistas com trajetórias próximas aos movimentos sociais consigam ocupar espaços de poder institucionais – no poder Legislativo, mais especificamente. No caso das mandatas coletivas, são experiências mais populares alocadas na institucionalidade, e que, por se tratarem de uma inovação e de uma experimentação, exploram suas fragilidades e desafios a partir da presença ou não da solidariedade política em seus grupos.

## 6.2. O conflito: uma pá de cal nas mandatas coletivas?

Em fevereiro de 2021, a Mandata Ativista optou por desligar uma das codeputadas justificando inconsistência de pautas. O caso envolve Raquel Marques (uma das codeputadas estaduais que defende o ativismo em torno do tema da maternidade) e Mônica Seixas (codeputada que representa a mandata legalmente e ativista na questão da água e do movimento negro). Em várias ocasiões, quando pude observar algumas falas nas redes sociais, já havia sinais de que o coletivo enfrentava dificuldades de consenso nas tomadas de decisões e na definição da agenda do grupo.

Tratarei aqui das duas visões apresentadas pelas próprias sujeitas, que foram publicadas em forma de artigos de opinião pelo jornal *Folha de S. Paulo*. A primeira opinião remete à própria acusada, que alega que sua expulsão foi motivada por postagens “cujo significado foi distorcido para acusá-la de transfobia”, e que a decisão foi tomada a portas fechadas, sem direito à defesa.

---

<sup>143</sup> Disponível em: <https://midianinja.org/bancadafeministapsol/por-que-o-mbl-tem-medo-dos-mandatos-coletivos/> Acesso em: 1 fev. 2022.

Em seu artigo,<sup>144</sup> Raquel Marques fala da dificuldade de se fazer política de maneira coletiva e que a diversidade de ativismos no mandato exige de todas/os um esforço maior para a contínua tomada de decisões. No texto, a ex-codeputada expõe:

Essa decisão de expulsão do mandato foi tomada a portas fechadas, a toque de caixa e sem a minha presença. Isso só se agrava se pensarmos que, à atividade parlamentar, são reservadas várias proteções legais e que a perda do direito para se exercer um cargo para o qual se foi democraticamente eleito é recurso extremado, demorado e não raro não acontecem com políticos que exercem, por assim dizer, o velho jogo político. (MARQUES, 2020, s.p.).

A divergência correspondia, na verdade, a um campo mediado por identidades feministas:

Nas postagens, teço críticas ao fato de que acredito que o campo da esquerda tem olhado com pouca atenção às nossas crianças e adolescentes, que estão sendo negligenciadas de sua educação pela forma como tem se discutido a iminente reabertura das escolas nesse período de pandemia” (MARQUES, 2021, s.p.).

Como os mandatos coletivos não precedem de uma estrutura legal que defina institucionalmente a revogação ou não da decisão, Raquel Marques (2020, s.p.) indaga: “A quem será preciso recorrer para preservar minha história?”, e menciona, ainda, o apoio e a indignação de todas as que votaram na mandata porque confiaram no projeto dela, juntamente à proposta do coletivo. Diz: “As mães me indagam: quem vai tratar da preservação dos nossos direitos na Mandata? Quem vai dar continuidade às pautas que fizeram com que confiássemos a esse projeto nossos votos?”.

Um dia depois, foi a vez da representante legal da mandata, Mônica Seixas, expor sua opinião no mesmo jornal,<sup>145</sup> alegando que os pilares que sustentam a mandata são a coletividade e o comprometimento do ativismo com a classe trabalhadora, equilibrando-o com todas as outras pautas que integram o coletivo. Mônica Seixas assim descreve o motivo para a expulsão da codeputada:

A decisão recente de desligamento de Raquel Marques, uma das ex-codeputadas, deu-se em decorrência desses critérios. Além do episódio capital —publicações de viés transfóbico realizadas no Dia da Visibilidade Trans—, um processo de desgaste interno já se acumulava. Após as eleições de 2018 (sem, portanto, a ciência dos eleitores da Mandata), a ex-codeputada, unilateralmente, migrou de partido. Por essa nova legenda, candidatou-se, sem sucesso, a vereadora em 2020. Internamente, passou a defender uma política

---

<sup>144</sup> O artigo, escrito em forma de denúncia e protesto, foi divulgado pela *Folha de S. Paulo* e está disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2021/02/chegamos-ao-ponto-em-que-e-possivel-cancelar-um-mandato-nas-redes-sociais.shtml?origin=folha> Acesso em: 5 fev. 2021.

minoritária em nossa Mandata, que seria pouco comprometida com a denúncia e a oposição ao governo Dória. Também manifestou contrariedade, enquanto mulher branca, em reconhecer o protagonismo, em nosso coletivo, das mulheres indígenas, negras e trans. (SEIXAS, 2021, s.p).<sup>146</sup>

Contudo, Raquel conseguiu se manter no coletivo. Entre os três casos estudados, a Mandata Ativista é, sem dúvida, o caso mais emblemático dos limites de atuação em coletivo, que se baseiam em “tensões existentes entre trajetórias políticas, militantes, ativistas e por diferenças identitárias entre coparlamentares, que ameaçaram as construções compartilhadas dos mandatos” (CAMPOS, 2021, p. 210).

*Também tivemos experiências malsucedidas de mandatos coletivos. Eu acho que demonstram também a fragilidade desses princípios quando eles são construídos muito proforma. Houveram experiências assim: vamos juntar três pessoas que não se conhecem para alçar uma candidatura coletivo num processo que eu dirijo. Teve umas experiências de mandatos coletivos que foram para ganhar, não tinha um compromisso com os princípios, uma participação de princípios. A Gabinetona foi uma invenção muito orgânica, a Gabinetona e as Muitas foi um ano de roda de conversa, estudos, debates para chegar em pontos comuns e gerar um mandato coletivo eu acho que foi uma das experiências mais exitosas no Brasil. (Bella Gonçalves, entrevista concedida em 28/10/21 em modo remoto).*

Segundo Mônica Seixas, a Mandata Ativista entrou em crise em razão de uma inconformidade programática, ao passo que a própria entrada na institucionalidade também causou seus descompassos, o que, como afirma Bárbara Lopes Campos (2021), possui conexão com as dificuldades de se atrelar ao PSOL, tendo em vista que o vínculo partidário é um atravessamento fundamental para estar na política convencional e “colocou desafios fundamentais às iniciativas de inovação democrática dos mandatos coletivos” (CAMPOS, 2021, p. 210).

*Eu acho que é preciso separar a minha experiência, o que deu errado na minha experiência e o que tem sido a experiência de outras mandatas mais bem-sucedidas e mais organizadas. A minha tem uma particularidade: primeiro ela foi pensada, formulado por um movimento que não tem apreço ao que era mais caro para mim, que é a organização partidária, eu faço disso e faz parte da minha trajetória e vivência. A Bancada Ativista é um movimento pluripartidário que rejeita os partidos, é uma organização plural de estranhos. A gente se conheceu no processo, as pessoas passaram por um processo seletivo para compor a mandata. Então entre a gente quase não havia identificação ideológica, a gente não tem programa em comum. (Mônica Seixas, entrevista concedida em 29/09/21 em modo remoto).*

<sup>146</sup> O artigo de Mônica Seixas em defesa da expulsão de Raquel Marques está disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2021/02/individualismo-e-preconceito-nao-podem-prevalecer-em-mandatos-coletivos.shtml> Acesso em: 5 fev. 2021.

Com isso, a intersecção com outras pautas e marcadores sociais, como o da etnia indígena, foi vista como mais uma dificuldade.

*Além de falta de empatia e de conhecimento da causa e a realidade do outro. Povos indígenas é muito novo para todo mundo. Foi a melhor coisa que aconteceu na minha vida estar juntos com os povos indígenas e isso me transformou, mas a Chirley<sup>147</sup> tem que fazer um trabalho hercúleo dentro do mandato para ter espaço, para ter voz. A mesma coisa eu como mulher negra e para não ofendê-los também. Porque no limite, limite eu sou a única que posso fazer o que quiser. Se eu discordar ninguém tem como me obrigar. Isso gera neles uma insegurança gigantesca. No final a Mônica vai fazer o que é da convenção dela, no final a Mônica só vai fazer o que toca o coração dela, e sim, algumas vezes eu me senti violentada e ignorei decisões coletivas. (Mônica Seixas, entrevista concedida em 29/09/21 em modo remoto).*

Essa insegurança se reflete na pouca confiança e nas falhas em estratégias de cooperação e diálogo, que o coletivo não conseguiu estabelecer. Um ponto expressivo e discordante das características que a organização previa se articula com procedimentos muito distantes da lógica de movimentos sociais para a formação de seus quadros. Segundo Mônica Seixas, o processo teria se conformado a partir de uma diversidade estética, e não por síntese política:

*Não dá para você fazer processo seletivo e usar essa prática do mercado para juntar pessoas para fazer política. Política é paixão, política é identidade. Eu errei em participar desse processo seletivo, eu errei em deixar escolher o meu cabelo crespo como tag mulher negra, como tag sem que os outros tivessem compromisso com isso. Me eleger, me eleger como porta voz significa eleger o meu feminismo junto comigo, a minha negritude junto comigo, a minha ancestralidade junto comigo ou só usar essa tag de mulheres para ganhar eleição. (Mônica Seixas, entrevista concedida em 29/09/21 em modo remoto).*

As falas da covereadora Mônica Seixas dão pistas muito seguras de como o exercício inovador é desafiador quando a democracia se aprofunda ou radicaliza. Como a maioria das titulares das mandatas, ela é uma mulher negra tentando construir, via práxis feminista, uma metodologia feminista, que vem correspondendo de forma visceral a uma interseccionalidade que assume a negritude e as outras identidades.

Outra questão sobre o formato coletivo é: o mandato é uma estratégia de ocupação de espaços legislativos ou torna-se um trampolim para que essas pessoas iniciem uma carreira política solo? Depende. No caso da Mandata Coletiva, com Érica Hilton, Jesus dos Santos e

---

<sup>147</sup> Chirley Pankará, integrante indígena da Mandata Ativista.

Raquel Marques, sair em candidatura avulsa significou se desvincular do caráter coletivo que estava em crise. Já no caso das Juntas, ao apoiarem a candidatura solo de Kátia Cunha para a prefeitura de Goiana, cidade de Pernambuco, foi possível estender suas forças e atuações para outros cargos públicos, interlocução que não ocorreu no caso da Mandata Ativista. De todos esses exemplos, somente Érica Hilton conseguiu ser eleita vereadora de São Paulo, conseguindo um número expressivo de votos.

*A gente pensa também estender alguns espaços. Em 2020 a gente tinha com a Kátia a pretensão de ocupar o espaço em Goiânia. Assim, a gente fez reuniões para que ela ocupasse esse espaço também. Já que é uma cidade que demanda muito e tem a combatividade de gente que realmente queira mudar a situação. Então foi dialogado entre nós cinco a ida dela para essa candidatura. Assim que ela foi, a gente tinha fechado se ela não tivesse ganho a eleição ela voltava para o mandato. Acho que a coletividade também perpassa por isso. A gente entender também que mesmo que uma queira sair mais na frente, a gente tentar compreender como que vai ser. Não dizer que o modelo é fadado ao fracasso porque uma pessoa saiu para tentar novos horizontes. A política é isso tem espaço. Então a gente tem que estar ocupando todos os espaços. Se a gente não ocupar vai vim outro e ocupa. (Jô Cavalcanti, entrevista concedida em 04/10/21 em modo remoto).*

A crise da Mandata resultou no desligamento de alguns coparlamentares, sobretudo depois do pedido de licença de Mônica Seixas por adoecimento emocional,<sup>148</sup> em julho de 2021, sendo substituída pelo suplente psolista Raul Marcelo, que eleva os conflitos a outro patamar com a exoneração do codeputado Jesus dos Santos,<sup>149</sup> em agosto do mesmo ano. A atitude do suplente recebeu críticas de uma parcela de coparlamentares por estar infringindo o acordo feito sobre distribuir igualmente o poder entre seus membros. Jesus dos Santos chamou a decisão de arbitrária.<sup>150</sup>

Os antagonismos também criaram incômodos em parte do eleitorado da Mandata, que, através de manifestações nas redes sociais do coletivo, expressou alguns descontentamentos em relação aos desligamentos. Na entrevista concedida a mim, Mônica Seixas contou que um dos seus receios era de que a extrema-direita pudesse usar a crise da mandata para deslegitimar o formato, que vem crescendo no campo progressista. Contudo, o cientista político Glauco Peres

<sup>148</sup> Reportagem sobre o pedido de licença de Mônica Seixas disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2021/07/monica-seixas-do-psol-pede-licenca-de-120-dias-do-mandato-na-alesp-para-tratar-da-saude-mental.shtml> Acesso em: 7 nov. 2021.

<sup>149</sup> Reportagem sobre a exoneração de Jesus dos Santos disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2021/08/codeputado-e-exonerado-e-crise-atinge-novo-patamar-em-mandato-coletivo-de-sao-paulo.shtml?origin=folha> Acesso em: 1 nov. 2021.

<sup>150</sup> A primeira a sair foi Anne Rammi (Rede), que se mudou para a Inglaterra no início do mandato. A segunda foi Erika Hilton (PSOL), que disputou as eleições em 2020 e foi eleita vereadora na capital. No ano passado, foi exonerado Jesus dos Santos. Raquel Marques chegou a receber a expulsão, mas conseguiu ficar no mandato.

(2021)<sup>151</sup> avaliou que, apesar de a crise abalar a confiança dos eleitores, isso não significa que o formato não tenha conserto ou que o modelo esteja fadado a acabar.

Leonardo Secchi (2021), líder da RAPS, recomenda que o alinhamento total entre os integrantes precisa ser feito, e, já que são poucas as garantias jurídicas, o grupo deveria

dedicar um tempo para criar um estatuto para administrar os possíveis conflitos: um contrato entre todos os envolvidos que regule seu relacionamento, quais são os direitos e deveres de todos, como serão compartilhados os ônus e bônus, o que seria passível de expulsão. Assim, todos sabem quais são as regras. (SECCHI, 2021, s.p).<sup>152</sup>

Em janeiro de 2021, mais uma codeputada da Mandata, Cláudia Visoni, anunciou que se afastaria por motivos de divergências políticas e centralização das decisões nas mãos da titular, Mônica Seixas, mas logo depois decidiu continuar para tentar “reestabelecer pontes e negociar um acordo que permita avançar na cura dos relacionamentos ou, pelo menos, em acordos mínimos que nos permitam honrar o desejo dos nossos 149.844 eleitores”.<sup>153</sup> O que se sabe, por enquanto, é que o grupo não disputará a reeleição e deverá se diluir.

*Eu preciso parar e pensar um pouco, porque eu sinto o peso da responsabilidade de não só com esse mandato, mas com outras centenas de mandatos coletivos que se formaram juntos com a gente ou depois da gente, Oque estão sob análise da justiça eleitoral, estão sob análise da opinião pública e que deram muitíssimo mais certo do que nós. O que aconteceu com a gente? Eu acho que isso precisa ser usado como exemplo e é isso. Os grupos políticos brigam, iniciam e terminam. Grupos políticos começam juntos e separam. Experiências novas começam e se reformulam e etc. (Mônica Seixas, entrevista concedida em 29/09/21 em modo remoto).*

Nesse sentido, trazer o conflito à tona reforça a importância de compreendê-lo como elemento determinante no desenvolvimento das democracias, constitutivo do debate público e meio de construção do interesse público (PEREIRA, 2012; PRADO; TONELI, 2012). Conforme aponta o cientista político Marcus Abílio Pereira (2012), dar ênfase ao consenso nem sempre é sinal de boa saúde nos processos políticos. O foco principal do autor é a análise da relação entre os atores da ação coletiva e o contexto político institucional, importando suas origens distintas e observando suas controvérsias. Essa perspectiva se aproxima das discussões teóricas de Chantal Mouffe, cujo debate foi tocado em uma sessão anterior, ao acionar o

---

<sup>151</sup> A avaliação do professor foi comentada na reportagem “A crise em SP que escancara os desafios dos mandatos coletivos”, disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56020783> Acesso em: 15 dez. 2021.

<sup>152</sup> Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2022/01/28/mandatos-coletivos-enfrentam-desafios.ghml>. Acesso em: 10 jan. 2022.

<sup>153</sup> O anúncio foi feito pela página da coveradora, na rede social *Facebook*, em 02/02/2021.

elemento do antagonismo a partir do conceito de “o político”. Para a autora, essa é a dimensão agonística da democracia: “A especificidade da democracia moderna repousa no reconhecimento e na legitimação do conflito e na recusa de suprimi-lo por meio de uma imposição autoritária” (MOUFFE, 2015, p. 29). A afirmação legitima seu caráter pluralista e adversarial. Rosiene Barros da Rocha (2019) identifica um aspecto agonístico também nos feminismos:

A atuação política das mobilizações feministas, cujas identidades políticas fluidas são constantes na articulação de demandas, nos convence como forma de aplicação do modelo de democracia radical e plural de Chantal Mouffe nos casos concretos. De fato, mulheres indígenas, negras, rurais e urbanas protagonizaram, em vários momentos da história de lutas políticas, ações de resistência e enfrentamento contra práticas antidemocráticas que colocavam em risco toda a sociedade, confirmando, assim, a potencialidade de um feminismo agonístico. (ROCHA, 2019, s.p).<sup>154</sup>

No próximo tópico, será apresentado um antagonismo entre os feminismos que mostrou-se irreconciliável na condução da Mandata Ativista.

### 6.3. *Feminismos em disputa*

No que tange às condições em que o conflito entre duas codeputadas se localiza, o que cabe à análise? Apesar de qualquer acusação, Mônica Seixas e Raquel Marques demarcam duas abordagens que se separam sob as perspectivas em torno da categoria “mulher”: uma vista pela concepção de gênero e a outra entendida pela materialidade do corpo e/ou pelos direitos reprodutivos. Sendo assim, o feminismo “poderia ser caracterizado como um movimento, uma ação coletiva que possui um sujeito coletivo e plural, e cujas afinidades vão sendo construídas no curso da sua história mediada por aproximações e conflitos” (GONÇALVES, 2016, p. 346), de modo “que as divergências dentro dos próprios temas também se evidenciam” (FREITAS; GONÇALVES, 2021, p. 14).

A inserção de mulheres trans na política formal é um fenômeno recente e vem trazendo nomes expressivos para a política nacional, como Érica Malunginho (SP), Robeyoncé Lima (PE), Érica Hilton (SP), Duda Salabert (MG), entre outras. As três primeiras são atravessadas por três marcadores fundamentais de opressão: são mulheres, trans e negras. Érica Hilton e

---

<sup>154</sup> Disponível em: <https://www.filosofas.org/post/a-potencialidade-do-feminismo-agon%C3%ADstico> Acesso em: 11 dez. 2021.

Robeyoncé Lima são oriundas dos movimentos coletivos estudados aqui, Mandata Ativista e Juntas.

Nas eleições de 2020, além do aumento no número de candidaturas de pessoas trans, foi possível constatar aumento de 275% de pessoas trans eleitas em relação a 2016 quando o pleito também foi para escolha de prefeitos e vereadores. Em 2020 foram eleitas 30 candidaturas trans que terão oportunidade de representar esses corpos tão estigmatizados. (CHAGAS, 2020, p. 64).

**Figura 16** – “Somos mulheres pretas eleitas!”



Fonte: Perfil de Robeyoncé Lima na rede social *Instagram*<sup>155</sup>

São imensos os desafios dessas mulheres para se imporem enquanto deputadas e defenderem suas pautas. Os ataques e ameaças transfóbicas são recorrentes nos parlamentos, tão conservadores e misóginos, além das inúmeras violências recebidas com a exposição pública. Em entrevista à jornalista Andréia Sadi, Benny Briolly, a primeira vereadora trans eleita em Niterói, região metropolitana do Rio de Janeiro, abordou as imensas dificuldades que enfrenta depois que se elegeu em 2020 pelo PSOL:

As ameaças hoje elas são narradas a partir da institucionalidade, mas eu lembro que já na minha militância, quando eu comecei a ter protagonismo enquanto ativista eu já sofria muitas ameaças e ataques. Não de morte, mas de violências, de xingamentos, de hostilizações. E eu lembro que depois que eu assumi o parlamento isso se intensifica a ponto de ser uma série de ameaças de morte. As ameaças elas chegam por email do gabinete: “Estou comprando uma arma 9 mm, estou indo aí, você deve morrer assim como Marielle morreu!” Teve uma outra que chegou recentemente, de uma pessoa se declarando fazer parte de um grupo de nazistas, dizendo que se eu não

<sup>155</sup> Disponível em: [https://www.instagram.com/p/BzOqY-nn\\_B8/](https://www.instagram.com/p/BzOqY-nn_B8/) Acesso em: 10 fev. 2022. Na foto: Robeyoncé Lima, Talíria Petrone, Érika Hilton e Áurea Carolina.

renunciasse, ela iria até minha residência e iria me matar tiros de fuzil. Todas as ameaças se caracterizam à elementos de arma e me comparando à Marielle e outras mulheres que passaram pela política e tiveram esse mesmo processo do que eu. (BRIOLLY, 2022, s.p).<sup>156</sup>

Sob essa ótica, a inclusão desses grupos subalternos na arena representativa “possibilitaria a presença de mais perspectivas sociais no espaço público, garantindo a manifestação de vários conhecimentos e visões de mundo que proporcionariam resultados políticos mais justos” (SACCHET, 2012 *apud* SANTOS, 2016, p. 63). Contudo, as dificuldades em admitir corpos de mulheres trans na política institucional também se deram dentro do movimento feminista, conforme afirma Dora Barrancos (2019):

Refiro-me estritamente às circunstâncias vividas na Argentina, mas pode-se conjecturar que as adversidades do reconhecimento de pessoas transfemininas, dentro dos movimentos feministas, tornaram-se moeda comum. A admissão sincera de ativistas trans atrasou consideravelmente na maioria dos países latino-americanos, devido aos preconceitos que se opunham a uma "autêntica identidade feminina" naquelas pessoas. Como observei em outro lugar, as identidades trans oram os últimos a buscar reivindicações coletivas. (BARRANCOS, 2019, p. 25).

O transfeminismo, nasce, portanto, da recusa “de uma forma de sexismo, de base legal-biologizante, que lhes nega o estatuto da feminilidade ou da “mulheridade”, e também a partir do feminismo interseccional, aplicando conceitos e apoiando pautas relacionadas às transsexualidades e tranvestilidades (JESUS; ALVES, 2012 *apud* CHAGAS, 2020, p. 34).

Esse cenário, que vem propiciando algum protagonismo (ainda pequeno, porém bastante potente) às mulheres trans dentro dos espaços institucionais de poder, desencadeia acirramentos calorosos, sobretudo na Mandata Ativista, conflito fortemente abordado pela mídia *mainstream*.

*Não sabia que havia entre nós gente que flertava e dialogava com o feminismo radical. Você deve saber do que eu estou falando. Nós também tínhamos entre nós uma mulher trans, e isso foi motivo de choque os três anos, os três anos! Eu muito dividida entre nós. Elegemos juntos esse mandato todo e eu tenho a responsabilidade de manter essas pessoas aqui até o final e de gritar: você é transfóbica! Chega! Eu não tolero! Não dá para gente viver assim. O resultado foi que a Erika saiu, a Erika desistiu para maior? Desistiu bem? Desistiu eleita? Desistiu feliz? Fortona. Mas a Erika saiu e esse foi um espaço inóspito para ela, foi difícil, foi doloroso, foi violento. (Mônica Seixas, entrevista concedida em 29/09/21 em modo remoto).*

---

<sup>156</sup> Pequena transcrição da entrevista concedida à Andréia Sadi no programa “Em foco” disponível em: <https://g1.globo.com/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18/video/em-foco-andreia-sadi-entrevista-vereadora-benny-briolly-10224448.ghtml> Acesso em: 24 fev. 2022.

Há alguns debates mais específicos em torno do tema. A teoria *queer*, por exemplo, ou os estudos pós-identitários, dialogam fortemente com os feminismos que não problematizam o conceito de gênero, evocando-os à desconstrução do sexo biológico. Além disso, reforçam a crítica de um sujeito identitário “mulher” universal.<sup>157</sup> Ao questionar a condição imutável do gênero, Paul Preciado (2011) estabelece que o conceito possui uma noção sexopolítica, isto é, um dispositivo que concebe algumas práticas e discursos dominantes que naturalizam e garantem a oposição entre sexo e gênero, entre “normais” e “anormais”.

no debate entre feministas “construtivistas” e feministas “essencialistas”, a noção de “gênero” tornar-se-ia o instrumento teórico fundamental para conceitualizar a construção social, a fabricação histórica e cultural da diferença sexual, diante da reivindicação da “feminilidade” como substrato natural, como forma de uma verdade ontológica. (PRECIADO, 2011, p. 11).

A crítica aos feminismos que registram o binarismo em seus movimentos é acompanhada, no que desenvolve Preciado, por um convite à desidentificação do corpo como estratégia política a fim de combater a normatividade. A partir desse *insight*, o autor define as multidões *queer*, ou corpos anormais, da seguinte forma:

Por oposição às políticas “feministas” ou “homossexuais”, a política da multidão *queer* não repousa sobre uma identidade natural (homem/mulher) nem sobre uma definição pelas práticas (heterossexual/homossexual), mas sobre uma multiplicidade de corpos que se levantam contra os regimes que os constroem como “normais” ou “anormais”: são os drag kings, as gouines garous, as mulheres de barba, os transbichas sem paus, os deficientes ciborgues... O que está em jogo é como resistir ou como desviar das formas de subjetivação sexopolíticas. (PRECIADO, 2011, p. 16).

Nessa perspectiva, “a existência e a facticidade de dimensões materiais ou naturais do corpo não são negadas, mas reconcebidas como distintas do processo pelo qual o corpo vem a assumir significados cultura” (BUTLER, 2018b, p. 4). Isso não significa se distanciar dos feminismos.

Se as multidões *queer* são pós-feministas não é porque desejam ou podem atuar sem o feminismo. Pelo contrário, elas são o resultado de um confronto reflexivo do feminismo com as diferenças que o feminismo apagou em proveito de um sujeito político “mulher” hegemônico e heterocêntrico. (PRECIADO, 2011, p. 17).

---

<sup>157</sup> “Reivindicando um movimento pós-feminista ou *queer*, Teresa de Lauretis, Donna Haraway, Judith Butler, Judith Halberstam (nos Estados Unidos), Marie-Hélène Bourcier (na França), mas também as lésbicas chicanas como Gloria Andalzua ou as feministas negras como Barbara Smith e Audre Lorde, atacam a naturalização da noção de feminilidade que havia sido, inicialmente, a fonte de coesão do sujeito do feminismo” (PRECIADO, 2011, p. 17).

Judith Butler (2018b) também problematiza a questão da solidariedade política quando associada a um sujeito político universal, o que, segundo ela, pode reproduzir as desigualdades entre os grupos e a universalização do gênero e do corpo feminino.

De fato, se um programa político se propuser a transformar radicalmente a situação social das mulheres, mas antes não levar em conta a construção social da categoria “mulher” – e se ser mulher, por definição, implica uma situação de opressão –, ele é inútil. Movido por um desejo compreensível de forjar laços de solidariedade, o discurso feminista muitas vezes se baseou na categoria “mulher” como um pressuposto universal de experiência cultural cuja universalidade proporciona a falsa promessa ontológica de uma eventual solidariedade política. Em uma cultura que pressupõe o falso universal do “homem”, na maior parte do tempo, como co-extensivo à própria humanidade, a teoria feminista teve êxito ao dar visibilidade à especificidade feminina e reescrever a história da cultura em termos que reconhecem a presença e a influência das mulheres, bem como a opressão sofrida por elas. No entanto, ao se esforçarem para combater a invisibilidade das mulheres como categoria, as feministas correm o risco de tornar visível uma categoria que pode ou não ser representativa das vidas concretas das mulheres. Como feministas, acho que não nos empenhamos tanto em examinar o estatuto da própria categoria e, assim, em discernir as condições de opressão que resultam da reprodução irrefletida de identidades de gênero que sustentam categorias distintas e binárias de homem e mulher. (BUTLER, 2018b, p. 8).<sup>158</sup>

A respeito das “explicações naturalistas do sexo e da sexualidade que pressupõem que o sentido da existência social das mulheres pode ser derivado de algum fato de sua fisiologia” (BUTLER, 2018b, p. 4), o feminismo radical é seu grande representante. A abreviatura usada para o termo feministas radicais, “Radfems”, vem se transformando numa terminologia cada vez mais reconhecida, sobretudo nos embates *online* sobre a questão feminista e o reconhecimento de seu sujeito político (SARMENTO, 2015). As dimensões das experiências são retomadas nessas discussões, resignificando as propriedades de cada grupo e suas particularidades. Já a visão interseccional se posiciona em favor do transfeminismo. Para Donna Haraway (2009, p. 57), “não há nenhum espaço estrutural para a raça (ou para muita coisa mais) em teorias que pretendem apresentar a construção da categoria ‘mulher’ e do grupo social ‘mulheres’ como um todo unificado ou totalizável”.

As radfem revidam as supostas acusações de outros segmentos feministas, que as rotulam como transfóbicas e *terf* — trans-excludente. *Terf* é a abreviação de *trans exclusionary radical feminist*, feministas radicais que não aceitam a possibilidade de transexuais e travestis serem consideradas mulheres, mesmo as que fizeram operação de redesignação sexual e passaram pelo processo de

<sup>158</sup> Judith Butler recebeu críticas dos feminismos negros e decoloniais por não assumir o papel da raça e da colonização em alguns dos seus ensaios. Por essa razão, Angela Figueiredo escreveu o texto “Cartas de uma ex-mulata a Judith Butler”, demonstrando a importância das demandas identitárias étnico-raciais na conquista de direitos no contexto brasileiro.

hormonização. As radfems se justificam a partir do argumento dos espaços demarcados e exclusivo das mulheres na sociedade. Para elas, os chamados “espaços exclusivos” não são uma reivindicação do feminismo radical, mas o princípio de luta política de qualquer movimento social, cada qual no seu quadrado, com seu protagonismo e pautas embaixo do braço ou na ponta da língua, seja identitário, étnico-racial, orientação sexual etc., etc. (SOARES, 2020, p. 83-84).

Não é minha intenção aqui posicionar-me em favor de um dos lados desse acirramento, já que esse diálogo continua complexo, exigindo maior profundidade de análise e pesquisa das disputas em diversos territórios. Mas, por se tratar de um trabalho atravessado pela teoria social feminista, é importante que eu apresente as demandas contemporâneas que nos exigem a atenção quanto ao enfoque teórico e prático do movimento feminista como um todo, lembrando, também, que nenhum desses grupos é homogêneo em si. Esse embate entre feministas radicais e transfeministas parece estar longe de ser superado, o que, nos coletivos institucionais, gera enormes fragilidades, justamente por seus grupos serem compostos de diversas “mulheridades”.

*Robe (Robeyoncé) pra gente é uma potência. Eu e Robe, a gente vem do mesmo lugar, a gente vem da periferia da Zona Norte. Robe é do Alto de Santa Terezinha e eu sou do Morro da Conceição. Mas a gente não mora nos mesmos espaços, hoje a gente está dentro de outros espaços, mas a mãe de Robe mora lá, tem vínculos lá. Eu tenho família no Morro da Conceição. Robe tem que ser respeitada assim como todas as outras quatro também. Então a gente não tem essa perturbação que teve na Bancada Ativista. Até por conta de que Bancada Ativista foi feita de vários partidos. Então cada partido tem o seu jeito de trabalhar. Acho o que facilitou a vida de nós cinco também a gente é do PSOL. A gente por mais que internamente tenha ideias nas correntes, a gente fecha também com a mesma ideia. (Jô Cavalcanti, entrevista concedida em 04/10/21 em modo remoto).*

Nesse contexto, o que não se pode negar é a força de resistência política que os corpos trans, tão marginalizados, imprimem com suas entradas no Legislativo, combatendo e provocando o aspecto normativo e autoritário vigente nesses espaços.

#### *6.4. Ataque institucional ao feminismo*

Sobre a convivência dentro dos parlamentos, os relatos expõem as várias realidades que compõem as Assembleias e as Câmaras de São Paulo, Recife e Belo Horizonte. O que converge nos três casos diz respeito a um movimento antifeminista, muito intensificado a partir de 2018. A depender do parlamento, as experiências discriminatórias criam um espaço hostil às mulheres do coletivo (e de ideologias de centro-esquerda) em razão de suas identidades feministas.

*Nossa! É uma relação muito tensa, muito tensa! Tem hoje a Presidenta da Comissão de Mulheres, comissão que a gente criou, ein? Nossa, ela dá palestras antifeministas, dizendo da falácia do movimento feminista e etc. Nós temos múltiplos constrangimentos com a Cida Falabella no exercício do mandato coletivo. Nós temos também hoje uma demarcação de um feminismo de direita muito forte, da ampliação das parlamentares de direita na câmara. Era diferente. [...]. Antigamente era mais meio a meio na Câmara. A gente confluía nas pautas que era possível confluir, mas não tinha essa tentativa de estabelecer essa hegemonia contra o feminismo. (Bella Gonçalves, entrevista concedida em 28/10/21 em modo remoto).*

Para a busca da igualdade formal, Martinez (2010) convida a pensar que, nesses espaços, construir tais relações sociais de apoio e respeito antes de questionar suas origens, ideologias e práticas políticas pode ser essencial para uma crescente autonomia política das mulheres. Contudo, essa concepção não se encaixa nos cenários que estimulam reações extremistas contra o feminismo. Também não é verdade que essas mulheres não se relacionam com outras mulheres que não aquelas do seu espectro ideológico. O que se testemunha muito é a dificuldade de buscar projetos políticos “comuns” e de convergir pautas e convivências com as chamadas “bolsonaristas”. Ademais, com a expansão do formato, a inovação inspira iniciativas similares nos mesmos espaços, mas sem o real compromisso com o caráter coletivo:

*Tem um parlamentar que morre de ciúmes da gente. Ele criou o Gabinetão, que vergonha alheia. Ele e outro parlamentar criou covereadores territoriais. São pessoas que serão futuramente candidatos e que são meio covereadores do mandato dele. Mas ele é extremamente personalista, o mandato dele é extremamente autocentrado. Ele cria quase um marketing e estratégia o que a coletividade pode ser de boa. (Bella Gonçalves, entrevista concedida em 28/10/21 em modo remoto).*

*Aqui em Pernambuco eu vejo muito bom o trabalho de Priscila Krause (PSDB). Por mais que ela seja de direita ela trabalha e é bem combativa. Teresa Leitão (PT), eu acho que é uma das parlamentares que mais trabalha. As outras eu não consigo ver muito trabalho não. A Gleide Ângelo (PSB) a única atuação que vejo no Pernambuco era as reuniões que ia muito e os projetos de lei. Toda semana tem projeto de lei dela. Aí eu acho que ela atua nessa questão de fazer lei. Eu acho que tem uma participação boa de mulheres que estão fazendo muita coisa. (Jô Cavalcanti, entrevista concedida em 04/10/21 em modo remoto).*

*Com a exceção da extrema direita, aí eu acho que lá na Assembleia Legislativa a gente tem três: a Janaina Paschoal (PSL), a Valeria Bolsonaro PSC (2016-2018); PSL (2018-2020); PRTB (2021-presente) e a Leticia Aguiar (PSL). Todas do campo do presidente Bolsonaro. Com a exceção dessas três somos 18, com as outras existe uma solidariedade muito grande entre as outras. Existe uma solidariedade e um pacto não falado, mas muito presente cultural. São 94 deputados, nós somos 18 mulheres, com exceção dessas três, às vezes até infligem, agridem a gente e etc. Todas elas*

*se juntam diante de uma violência contra qualquer uma de nós, todas elas parece que já tem... E isso é muito bonito de assistir, eu acho, mesmo as mulheres do PSDB sabe, mesmo as mulheres da direita, elas têm a consciência de que não é legal interromper, que é melhor abaixar o tom, essa coisa do debate mais baixo ou mais respeitoso é uma coisa muito presente em todas as mulheres. A gente já teve algumas agressões e todas elas ficaram juntas e se protegeram e se ajudaram apesar das diferenças ideológicas. (Mônica Seixas, entrevista concedida em 29/09/21 em modo remoto).*

As falas transmitem a visão de um espaço político institucional demarcado pela sub-representação feminina, pela falta de criatividade em propostas inovadoras e pelas saídas que as mulheres vêm encontrando para confrontar a institucionalidade política machista e excludente. Contudo, Lélia Gonzalez só chama de irmãs as mulheres-exceção, ou seja, “as brancas que demonstram iniciativas de aproximação, solidariedade e respeito à diferença e que efetivamente se comprometem com a causa feminista.” (GONZALEZ, 2020, p. 139).

#### *6.5. O confronto com a política patriarcal – violências, adoecimentos e resistências*

A partir das narrativas, confirma-se que a política institucional não é um lugar para mães, não é um lugar para mulheres mais velhas e é um espaço de muita hostilidade aos corpos das que ali enfrentam violências institucionais variadas e cotidianas.

*Eu estou num plenário, parlamento que os parlamentares andam armados e fazem ameaças constantemente que ganhou os jornais de expressão nacional, primeiro por agressão física entre os parlamentares no plenário e depois por agressão sexual. Agressão sexual é uma coisa muito recorrente na Assembleia Legislativa no Estado de São Paulo. Eu falo com as minhas colegas parlamentares de outros lugares e quase em todos os lugares aparecem, mas parece que a coisa coronelista do poder dos fazendeiros do Estado de São Paulo criou um ambiente sexualmente hostil na Assembleia Legislativa. Essa é uma característica daqui mesmo eu acho, muito mais avançada. Eu acho que tinha pouco meses, dois ou três meses a primeira vez que um parlamentar tocou na parte interna da minha coxa. Então esses são os tipos de desafios que a gente não imaginava, eu não imaginava, eu sabia que seria interrompida, eu sabia que eu ia ser desautorizada, eu sabia que ia ser desacreditada, eu sabia que iria ter dificuldade de avançar com as pautas. Mas eu não imaginava que ia ser invadida, violada, tocada e que as coisas fossem ser tão difíceis. Então assim você ser mulher num espaço que homens poderosos transpiram poder você viver num estado de permanente violência. Aqui na Assembleia Legislativa de São Paulo está discutindo violência*

*institucional por conta de assédio a Isa Penna<sup>159</sup>. (Mônica Seixas, entrevista concedida em 29/09/21 em modo remoto).*

*A política é um ambiente insalubre, a política é um ambiente que toma toda a sua energia, toma todo o seu tempo, toma toda a sua capacidade e toda a sua energia vital mesmo. Sendo a política assim e sendo nós cobradas também pela vida e não só cobradas, mas nós também queremos viver a nossa vida pessoal, cuidar de nossas filhas, queremos que a política seja possível conciliar muitas vezes não é. Como não é possível conciliar maternidade, sua vida pessoal com a política, muitas vezes para os homens isso não é o problema. Outro dia, semana passada eu estava conversando com o Deputado, ele disse assim: eu já visitei 250 cidades de Minas Gerais esse ano. Eu olhei bem para a cara dele: como ele visitou 250 cidades em menos de 1 ano? Tem filhos pequenos. Então é impossível para mim eu Isabela visitar 250 cidades em 1 anos sendo que eu tenho uma filha pequena. Então para os homens é muito mais fácil deixar a filha com alguém e se dedicar somente para a política. Para nós mulheres não é assim, é bom que não seja assim. Porque as vezes quando eu falo isso parece que estou falando assim: nós mulheres... vamos fazer isso, vou deixar minha filha com o pai dela e visitar. Não é disso que se trata, não acredito que a política tenha que ser feita assim. Porque a política que acaba com toda a vida da outra pessoa vai ser necessariamente política que vai excluir as mulheres, vai excluir as melhores mulheres da política. (Iza Lourenço, entrevista concedida em 16/11/21 em modo remoto).*

*Eu acho que a gente tem que entrar nessa vida política mais cedo, é bem pesado eu acho. Eu estou sentindo muita falta do teatro mesmo. Eu tenho feito alguma coisa, eu não deixei de fazer nunca. A covereança me permite isso também, agora eu estou mais voltada para projetos de teatro e dá para conviver. Porque como vereadora é muito difícil. (Cida Falabella, entrevista concedida em 18/10/21 em modo remoto).*

Por essa diversidade de fatores, a política também funciona como um lugar de adoecimento, e mulheres vistas como possíveis redentoras da falência representativa podem ser colocadas em uma posição mais difícil ainda:

*Eu tenho falado muito que não estou querendo ser heroína, como diz o Brecht “infeliz é um país que não tem herói, mas infeliz é um país que precisa de heróis” então essa ideia de precisar de heróis e heroína isso está arrebatando com a gente. Mas é uma análise muito individual, muito íntima, a gente poderia pegar os números, os dados. Eu sinto que a gente tem duas coisas... A violência contra a mulher aumentou demais. Isso reflete na política. Está mais óbvio. Ao mesmo tempo as mulheres estão se organizando melhor para ocupar esses espaços. Então vamos ver dessa luta, vamos ver se a gente vence. (Cida Falabella, entrevista concedida em 18/10/21 em modo remoto).*

---

<sup>159</sup> O episódio ocorreu em dezembro de 2020, quando uma câmera de segurança da ALESP flagrou o momento em que o deputado Fernando Cury (Cidadania) passou a mão no seio da colega no plenário, em um abraço por trás, durante a votação do orçamento do estado para 2021. O deputado foi expulso do partido e é réu em um processo por importunação sexual.

No caso particular de Mônica Seixas, além de ter sobrevivido politicamente a todas essas violências, a própria falta de acolhimento dentro do grupo foi responsável pelo seu adoecimento, que ela definiu como político.

*Demorou para eu entender o que estava acontecendo. A primeira coisa que você sabe é que está doente. Porque uma doença emocional é uma doença. Eu sentia físico, eu sentia taquicardia, eu sentia falta de ar, eu fiquei cega um dia, eu falei: eu estou com problema do coração, eu estou com problema do coração, eu estou me sentindo mal, você vai investigar, vai investigar. Ai eu estou lidando desde que foi diagnosticada no final de 2019 como transtorno emocional, eu estou lidando com isso sem refletir, sem refletir. Ok, adoeci, é isso, é a conjuntura, elegi em 2018, depois da morte da Marielle tenho centenas de ameaças de mortes, tenho filho pequeno para criar e trabalho 16 horas por dia. O meu mandato não é acolhedor, invalida todas essas condições, inclusive. (Mônica Seixas, entrevista concedida em 29/09/21 em modo remoto).*

Na pandemia, Mônica relata que precisou dispensar sua trabalhadora doméstica e nem o espaço interno da Assembleia, tampouco os colegas e as colegas da mandata, se ofereceram para ajudá-la – legalmente, era ela quem precisava estar presente para as votações e as ocupações na plenária. Dessa forma, a precarização do trabalho político também incidiu sobre seu processo de adoecimento. Além disso, quando recebeu a notícia de que seu pai havia falecido, ela não pôde usar o carro do gabinete para se dirigir até a família, o que, segundo ela, foi o estopim para o agravamento da instabilidade emocional. A codeputada já cumpriu a licença médica e retomou o cargo no mesmo mês em que me cedeu a entrevista. Segundo Mônica Seixas, as colegas da mandata não teriam se sentido deputadas de fato.

*Eu sei que a gente ia juntar um monte de gente para coesionar coisas distintas, para acelerar o processo de debates dos excluídos no Estado de São Paulo. Mas a gente não está conseguindo fazer isso por um processo muito natural da política que é um processo egóico, é um processo também.... Eu sinto que boa parte das frustrações do mandato é porque não deu para todo mundo ser deputado, não deu, a gente passou distante disso, muito, muito distante disso. Até porque nem eu sou, eu não sou tão deputada quanto os outros, mesmo tendo a carteira vermelha, sentando na cadeira de couro, eu não sou. Eu converso com a Érica Malunguinho, com a Leci Brandão e com outras mulheres negras nesses espaços elas não se sentem tão deputadas e tão validadas quanto os outros.*

*[...] Esperar que um terceiro seja capaz de expressar seus sonhos com a sua paixão é um processo muito frustrante que definitivamente não rolou. A gente não se conhecia, entendeu? A gente não se conhecia. Ai eu acho que os outros elaboraram melhor sobre isso, eles se escolheram, eles se juntaram, eles têm pautas em comum, coletivamente estão lidando com objetivo comum. Isso para mim era mais simples como militante partidária, para mim independentemente de quem foram os nossos porta-vozes no passado, no*

*presente e no futuro nosso objetivo era amplamente debatido em comum. Na “Mandata” isso é meio difícil, é bem complexo. Parte da “Mandata” dá super bem, eu acho que deve seguir forever. Na verdade, a gente conseguiu, a gente se ajudou, a gente avançou. Acho que é uma “mandata” super bem-sucedida, acho que é uma das mais atuantes na Assembleia Legislativa em números de projetos, em número de atuação e obstrução, nossos somos realmente enormes juntos na reformulação, mas internamente ela é muito conflituosa e eu faria ajustes. Acredito ainda no formato? Acredito. Acho que precisa de regulação? Precisa. Eu acho que a regulação mais importante é um pacto programático. Por que estar juntos? O que permite o que a gente tire pessoas. (Mônica Seixas, entrevista concedida em 29/09/21 em modo remoto).*

Apesar disso, as mandatas se estabeleceram com práticas disruptivas, expondo o caráter personalista dos parlamentos com propostas inovadoras que “se engajaram em torno de estratégias constantes de ‘pedagogização’, a fim de ‘lembrar’ a instituição a todo momento sobre a existência das codeputadas e sobre a legitimidade do projeto político eleito” (CAMPOS, 2021, p. 171).

#### 6.6. Pedagogias feministas por uma outra política

Ocupamos a política institucional com afeto, luta e proposições legislativas que possam abrir caminho para todas as mulheres. Como diria Marielle Franco, somos diversas, mas não dispersas! (Documento memória Gabinetona)<sup>160</sup>

A inovação pela coletividade é um dos reflexos dos princípios feministas, que se apoiam em uma prática política deslocada de ações individualistas (mas não das experiências individuais). “Não é possível nomear de feminismo ou de não feminismo qualquer prática ou experiência sem incluir no diálogo as mulheres que a vivem. Esse é um princípio central do feminismo interseccional, antirracista e decolonial” (MATOS, 2018, p. 24), perspectiva bastante característica desses novos movimentos institucionais.

*Ter diversidade de corpos, mulheres, homens e trans, pessoas com deficiência. Acho que é um pacto, não de perfeição, a gente não atingiu, mas de tentar fazer diferente. Porque não é possível você fazer uma política diferente com as formas velhas, com os modelos velhos. Eu acho que o debate sempre é complexo, mas é muito bom quando a gente consegue amadurecer decisões coletivas e construir até o dissenso que é o mais difícil no mandato coletivo. Por exemplo, quando as vereadoras vão votar diferente em algum*

<sup>160</sup> Disponível em: [https://memoria.gabinetona.org/uploads/2020/10/informativo-cmbh\\_02\\_mulheres.pdf](https://memoria.gabinetona.org/uploads/2020/10/informativo-cmbh_02_mulheres.pdf) Acesso em: 7 fev. 2022.

*projeto, mas muitas vezes acontece, é raro mais acontece. (Cida Falabella, entrevista concedida em 18/10/21 em modo remoto).*

Além de serem mais transparentes e horizontais, “possuindo menor assimetria em relação à distribuição de poder no gabinete, quando comparados aos mandatos individuais” (CAMPOS, 2021, p. 197), as pedagogias que inspiram e conduzem as ações das coparlamentares se voltam para o compartilhamento de funções e saberes, revezamento de cargos, laboratórios de conscientização política e contínuas formações políticas para suas integrantes e para a população.

*Eu me candidatei porque era um projeto coletivo de pessoas que eu confiava muito e entendia que era importante que o nosso campo político tivesse uma representação. Então assim eu que venho do movimento popular, movimento social a gente nunca toma as decisões sozinha. Eu quis ser candidata e sempre foi o meu sonho. O pessoal falou: aí Bella topa? Eu: topo. Eles: então vamos. Foi uma decisão bem coletiva mesmo. (Bella Gonçalves, entrevista concedida em 28/10/21 em modo remoto).*

Além disso, é um espaço que exige socialização, e o compartilhamento parece ser capaz de amenizar o custo do trabalho político:

*Eu acho que ser vereadora a gente precisa estudar muito, porque você tem que compreender política pública e não só da área que você atua, você tem que compreender de quase todas áreas, pelo ao menos levemente para você poder opinar, se não tem como avaliar os projetos de lei. A soma do coletivo é boa porque a Bela traz muito fortemente a experiência das ocupações urbanas, então da política de ocupação da cidade, da política de organização urbana, também população de rua, saúde mental. Eu venho com a questão da cultura, educação, mulheres. A Iza traz a juventude negra, mulheres também. Enfim, você somando vai fazendo um caldo uma forma a outra, isso é muito legal. (Cida Falabella, entrevista concedida em 18/10/21 em modo remoto)*

Por fim, essa forma compreende a política sem seus cerceamentos, com as possibilidades de ocupação representacional de populações subalternizadas, ampliando a abertura para a ocupação desses espaços por “pessoas comuns”, ou por ativistas que sempre se viram muito distantes da esfera institucional. Todas as coparlamentares afirmaram que só se candidatariam novamente se fosse pela via coletiva, até mesmo Mônica Seixas, que, apesar das frustrações vivenciadas em seu grupo, articula a formação de um novo coletivo com mulheres negras de perspectivas interseccionais.

#### 6.7. Afinal, as mandatas coletivas feministas produzem solidariedade política?

Batalhar por candidaturas das colegas, desistir da sua própria candidatura para “passar a bola”, criar táticas para que todas possam usufruir do poder, definir estratégias de coesão e confluência de pautas, proteger aquelas mais expostas às violências diversas e dividir salários são alguns dos aspectos que me permitem assumir a solidariedade política como fundamental nas mandatas coletivas feministas.

*Eu acho que essa coisa de ter a resposta para tudo ou ser o dono da verdade é uma coisa muita da masculinidade tóxica. A gente precisa formular sobre o cotidiano junto a pluralidade de diferenças e divergências. Assim como a gente precisa da vida comunitária para sentir segura, para se sentir acolhida, não tenho dúvidas que o formato coletivo beneficia sobretudo mulheres. Assistir isso muitas, muitas, muitas mulheres só conseguem participar do debate eleitoral por conta de suas candidaturas coletivas, de seus colegas, das suas colegas que estão ali ajudando, subsidiando, impulsionando, fazendo juntos, dividindo seus fardos e essa responsabilidade que é gigantesca. Na essência, o mandato coletivo deveria falar sobre solidariedade, deveria falar sobre interseccionalidade, deveria falar sobre sonoridade e o abriga a mulheres negras. A grande maioria expressa isso de fato, a grande maioria deu super certo, a grande maioria está fazendo. (Mônica Seixas, entrevista concedida em 29/09/21 em modo remoto).*

*Subverter também esse poder, subverter essa política personalista. A gente está aqui subvertendo o tempo todo, ainda do nosso jeito, ainda não está na legislação, mas a gente vai dando a forma de subverter esse poder que criaram e não é nosso. A gente está aqui e sabe que esse poder não é nosso. Se a gente não faz do poder que a gente tem políticas públicas solidárias de compartilhar nós vamos passar e nós vamos acabar, nós não vamos seguir. Não tem como a gente avançar se não for de forma solidária e compartilhada. Porque esse poder não é nosso. A gente é ultraminoria nessa estrutura do poder legislativo. (Iza Lourenço, entrevista concedida em 16/11/21 em modo remoto).*

*Porque como eu disse se fosse qualquer uma de nós saindo sozinha não estaria fazendo o que a gente faz hoje. Eu acho que a gente trabalha muito e a gente consegue avançar nas pautas onde a gente se coloca para ser coletivo. Acho o que falta na política e o que falta ainda hoje na política é esse contexto de solidariedade. Porque enquanto todo mundo ainda tiver pensando no seu umbigo a gente não vai avançar é nunca. Daí o que aconteceu na eleição em 2018. Teve tantas brigas, tantas brigas que terminou foi eleito um cara que não está nem aí. (Jô Cavalcanti, entrevista concedida em 04/10/21 em modo remoto).*

Solidariedade assume aqui um sentido de subversão, de transformação política, de unidade, sobretudo, das diferentes sororidades, dororidades e “mulheridades”. A noção de solidariedade política se distancia, assim, das formas masculinas de fazer política, extremamente personalistas e com pactos que se definem somente entre eles. Mesmo com os conflitos característicos de um formato em experimentação, o significado percebido refere-se à

“criação de uma ilusão de unidade” (bell hooks, 2019), que produziu violências, inclusive “entre as suas”.

Que modelo é esse de solidariedade, então? Qual é a mudança fundamental que a solidariedade política pode promover? As mulheres das mandatas coletivas produziram muitas políticas públicas e ordenaram novos olhares no embate sobre a permanência de desigualdades na sociedade e na política, sobretudo com enfoque feminista e antirracista. Além disso, e mais fundamentalmente, encorajaram/encorajam outras mulheres, de diferentes demarcações sociais, a se deslocarem dos ativismos e enfrentarem o mundo institucional, desafiando o machismo e o racismo que estruturam a sociedade.

Dessa forma, assimilo a condição das mandatas coletivas ao que foi denominado como “potência feminista” pela autora Verônica Gago (2020, p. 291), que segundo a autora

é uma maneira de denominar a força do processo protagonizado pelos feminismos nos últimos anos e dar conta de tudo o que abriu, puseram em debate e alvoroçaram: nas relações sociais, nas formas de fazer alianças políticas, nas dinâmicas de rua, nas maneiras de contemplar o sofrimento e no modo de criar lutas transversais. “Potência feminista” quer dizer que experimentamos uma força concreta que desloca e modifica os limites do que acreditamos que podemos e somos capazes de fazer, de transformar e de desejar. E esta potência tem muito a ver com outra: a conjunção que os feminismos conseguiram construir entre massividade e radicalidade.

Nesse sentido, é possível considerar sair da política ou provocar mudanças nos aspectos institucionais da política? Aqui cabe uma reflexão sobre as dimensões de se fazer uma sociologia do presente, daquilo que demanda ser decantado como experiência, produzindo acúmulo de ocorrências para ser narrado e analisado no tempo da história/memória. A reinvenção da política é um desafio que vem sendo encampado pelas mandatas coletivas. O que se mobiliza nesses novos movimentos, nessas novas militâncias, tem a ver com um modo de vida que rejeita o patriarcalismo e o colonialismo, defende a preservação dos modelos comunitários das populações originárias, estando conectado com questões socioambientais e com a noção de um Estado plurinacional (OUVIÑA, 2021). Além disso, possui afinidades que repousam nas aspirações das lutas populares. Dessa forma, o que inspira a reinvenção da política? O que inspira a permanência dessas mulheres em um sistema político tão violento e misógino? São mulheres que anseiam por justiça social e se responsabilizam por combater as opressões que não afetam somente elas. Seguindo bell hooks (2019, p. 195), “quando mostramos nossa preocupação com o coletivo, fortalecemos nossa solidariedade”.

Figura 17 – O futuro é feminista!

# O FUTURO É FEMINISTA

*O espaço da política é hostil e excludente para as mulheres. Das 44 parlamentares da Câmara Municipal de Belo Horizonte, quatro são vereadoras, representando 10% dos cargos legislativos da cidade, enquanto a população feminina soma quase 50%. Sem representatividade não há políticas públicas efetivas para o enfrentamento das violências.*

*No primeiro semestre de 2019, BH teve um aumento de 250% nos índices de feminicídio. A desigualdade de gênero se expressa ainda no acesso das mulheres ao espaço urbano e ao mercado de trabalho. A Gabinetona, um projeto coletivo representado por mulheres parlamentares, faz frente a este cenário e assume o compromisso*

*de atuar para transformar essa história de injustiças que impedem a participação igualitária das mulheres nos campos da vida social. Convidamos você agora a conhecer nossos esforços ao lado das vereadoras Bella Gonçalves e Cida Falabella CMBH e participar com a gente dessa caminhada.*

gabinetona.org  
@bhfuturas  
@bhfuturas  
/gabinetona

CÂMARA MUNICIPAL BH  
Gabinete 205/216  
Av. dos Andradas, 3100  
Santa Efigênia, BH/06

BELLA GONÇALVES  
VEREADORA  
@bellagoncalves  
@bellagoncalves\_bh  
/bellagoncalvesbh

CIDA FALABELLA  
VEREADORA  
@falabellaCida  
/cidafalabella

GA  
RINE  
TONA

PSOL

CÂMARA MUNICIPAL  
A CIBR DA CIDADANIA  
BH

Fonte: Informativo Gabinetona<sup>161</sup>

<sup>161</sup> Disponível em [https://memoria.gabinetona.org/uploads/2020/10/informativo-cmbh\\_02\\_mulheres.pdf](https://memoria.gabinetona.org/uploads/2020/10/informativo-cmbh_02_mulheres.pdf) Acesso 03 out 2021.

## QUAL É A TESE?

Os feminismos podem transformar a política institucional? Seria a solidariedade política um instrumento de organização com capacidade de reduzir as diferenças entre as mulheres e agenciar pautas políticas dentro de estruturas institucionalizadas tão demarcadas pelo masculino, como são os parlamentos? Testar uma hipótese, em qualquer circunstância, é colocar à prova as habilidades analíticas que advém não só de suas relações com o conhecimento, mas também com o objeto que se propõe estudar – nesse caso, sujeitas políticas circunscritas pelos feminismos.

Reitero que minha aproximação com a teoria social feminista foi decisiva para que eu me direcionasse ao tema, no sentido de apostar, e não à toa, nos movimentos feministas por estarem tão dispostos a atuarem fortemente na libertação das mulheres e de tantos outros grupos marcados por opressões, apesar das disputas e contradições existentes nas diversas correntes. As condições de aparecimento das mandatas coletivas são, dessa forma, interrelacionadas – não só nas narrativas obtidas pela minha pesquisa, mas também em outros trabalhos – às inúmeras discriminações e impossibilidades de participação e permanência de corpos historicamente excluídos dos parlamentos. Essa construção de alianças é convocada, sobretudo, depois que Marielle Franco é assassinada em 2018.

Em contextos tão conservadores como os vivenciados nestes tempos, as mandatas coletivas escolhidas para este estudo se propõem a enfatizar os feminismos em suas atuações políticas, atribuindo a essa escolha política um redimensionamento democrático capaz de radicalizar as estruturas políticas de forma a desafiar as relações de poder dominantes e produtoras de violências diversas. A tese buscou, assim, compreender de que maneiras as mandatas coletivas se condicionaram como ferramentas de enfrentamento à contraofensiva neoliberal e conservadora instaurada no Brasil no registro histórico recente.

Alguns trabalhos foram fundamentais no amparo analítico a esta tese. O primeiro diz respeito ao estudo da pesquisadora Bárbara Lopes Campos, que, quando descoberto, me provocou um sentimento ambíguo de desestímulo e entusiasmo. Isso é causado, frequentemente, quando lidamos com objetos de estudo tão recentes e que correm junto com o tempo, tendo em vista o tamanho de seu ineditismo. Aqui é importante que eu ressalte os desenvolvimentos analíticos da pesquisadora, que, em razão de compartilharmos o mesmo campo de estudo – mais especificamente a dedicação aos mesmos grupos políticos –, foram fundamentais para que eu estabelecesse novas noções sobre o manejo do texto, já que tive acesso à tese logo no último ano de pesquisa. Sua abordagem de estudos determinou um modelo

crucial para o entendimento das atuações das mandatas a partir da Ciência Política: a noção de representação política interseccional, “uma ocupação que, por meio de uma representação política descritiva, substantiva, delegada e interseccional, concretiza agendas políticas transfronteiriças” (CAMPOS, 2021, p. 209), enquanto eu pude me dedicar mais exaustivamente aos imbricamentos feministas existentes nos coletivos.

Sobre as mandatas coletivas, como apresentar essas experiências e quais são os impulsos provocados por elas? Conforme trabalhado no primeiro capítulo, o assassinato de Marielle Franco produziu estímulos e inspirações políticas que ainda tenta-se dinamizar. A notória ampliação das manifestações coletivas de mulheres negras refez, de algum modo, o cenário político no Brasil. Esse enfrentamento ousado à conjuntura agressiva, racista e autoritária que se intensificou nos últimos anos pôde ser refletido nas proposições políticas determinadas pelas mandatas coletivas feministas. Além disso, os estudos sobre gênero tiveram de dialogar entre si para buscarem explicações e saídas estratégicas contra um novo motim detonador de delírios e pânico moral em torno da categoria.

O capítulo 2 foi dedicado a apresentar à leitora ou leitor um levantamento não exaustivo, porém satisfatório, das situações dos mandatos coletivos pelo mundo. O estudo foi fundamental para que pudéssemos perceber as diferenças entre os mandatos compartilhados e coletivos (esse último possui maior aderência nos casos do Brasil), tendo ocorrido uma explosão de candidaturas coletivas em 2020, sobretudo impulsionando mulheres a participarem dessa arena específica da política. Minha tentativa de assimilar as mandatas coletivas ao conceito dos “comuns”, desenvolvido por Silvia Federici, não se enquadraria em todos os casos que se desenvolveram mundo a fora, tendo em vista que nem todo coletivo possui correlação direta com a defesa de um comum contemplador de justiça social, e nem todo uso das tecnologias digitais se direciona a favor de iniciativas democráticas – para isso temos diversos exemplos do uso da internet direcionado à disseminação de conteúdos inflamatórios criadores de fórmulas que contribuíram para a ascensão da extrema-direita em diversas partes do mundo. Suas relações com o PSOL, partido que abriga essas iniciativas políticas, é diferente entre os grupos. Por mais que o partido tenha se apresentado como um grande investidor na formação das mandatas e viabilizador das experiências, os motivos para sua escolha variam, mas se sustentam no fato de que ele se apresenta como o partido mais bem conformado ideologicamente às pautas políticas, apesar das disputas, frustrações quanto aos constrangimentos limitadores de atuação e diferenças com aquelas que vieram de outros partidos, como no caso da Mandata Ativista (CAMPOS, 2021). Na verdade, o PSOL se fundamenta dessa forma no caso das mandatas

porque, na maioria das vezes, ele funciona como espaço de abertura à atuação institucional dos ativismos.

Em 2018, em meio a uma conjuntura política que se estabeleceu pela defesa de uma família tradicional e que reafirma o lugar da política como sendo um lugar de homens e completamente heteronormativo, os três casos estudados circulam na arena institucional com novas proposições políticas identificadas com os feminismos. Nesse mesmo momento, as instituições que se comportam com desdém em relação às políticas de gênero, pois é ele que possui capacidade explosiva para supostamente dizimar a família, são forçadas a se confrontarem com a presença de um formato coletivo que se expande cada vez mais no Brasil, desafiando as relações de poder dentro dos parlamentos a medida que exige uma instância que se habitue a lidar com a despersonalização da política e com corpos que foram excluídos desse meio. Dessa forma, o capítulo 3 apresentou como as mandatas funcionavam à revelia de um parlamento que estranha a presença dessas mulheres, estranhamento este que varia conforme a localidade do parlamento e suas interações, embora a Gabinetona já não fosse tão recente. Suas relações já anunciavam um escopo diferenciado de compartilhamento de poder e de fazer política, ao passo que também já denunciavam as dificuldades para ocupar um cargo legislativo juntamente a outras pessoas que, por vezes, também possuíam outras pautas ou ativismos.

Nesse sentido, a tese se determina quando almeja interpretar a correlação dos feminismos entre essas mulheres e como eles são capazes de moldar suas atuações políticas e de transferir os ativismos para a institucionalidade. Segundo a práxis feminista, esse caminho só pode ser tomado como uma proposta de radicalidade democrática. Essa é a discussão do quarto capítulo, que atribui às democracias liberais uma crítica fervorosa por sua incapacidade de favorecer e contemplar realmente os corpos demarcados historicamente pela opressão social. Essa proposta de ampliação democrática desafia os preceitos de um conceito que se originou em torno da noção de fraternidade e que, por isso, proveu benefícios de poder somente aos homens. As superações apontadas pelas autoras trabalhadas nesse tópico foram identificadas a partir da necessidade de arregimentar novas práticas em torno das noções de solidariedade, o que, por sua vez, desestruturaria os sistemas de poder e também a racionalidade neoliberal vigente, tão persistente em apagar subjetividades e economicizar as relações. O debate percorre os conceitos democráticos que privilegiam as visões que partem do Sul global, de onde os novos feminismos empenham esforços para um processo de despatriarcalização do Estado.

É por essa razão, a de dimensionar por quais portas as políticas de despatriarcalização atravessam, que o trabalho de Beatriz Rodrigues Sanchez se torna um alicerce tão importante para ampliar o entendimento da presença de mulheres feministas nos espaços institucionais. O

conceito proposto por ela, o de feminismo estatal representativo, é fundamental para estudos recentes como o meu, para compreender quais mudanças a presença de femocratas vem promovendo na diversificação de proposições de políticas públicas no confronto à violência institucional nos parlamentos. Essa violência não se limita somente aos espaços legislativos e requer uma lupa democrática mais vigorosa para impedir as injustiças sociais, como as construídas ou intensificadas pela pandemia, onde as mulheres acabaram sendo as mais vitimizadas. Por isso, dediquei um capítulo inteiro para explicar como o princípio feminista de radicalidade democrática é intrínseco às articulações desenvolvidas pelas mandatas coletivas, em sua maioria, e de que forma essas alianças tentam ao máximo refutar as práticas neoliberais que definem o modelo político atual a partir de uma ampla abertura participativa e de uma gestão mais popularizada em seus espaços.

Os últimos dois capítulos foram completamente dedicados às falas de cinco mulheres que ocupam as mandatas coletivas. São narrativas que teceram as estruturas dos tópicos, ao passo que eram expostas suas demandas e expressões a respeito de como os feminismos se inter cruzavam em suas formações e atuações. Por se inserirem em discussões muito recentes, contaram com a abundância das discussões desenvolvidas pela teoria social feminista contemporânea, mais especificamente pelo feminismo negro, pelo feminismo de(s)colonial, pelos feminismos marxistas e *queer*, que despontaram debates a partir das desconstruções de um sujeito universal mulher e da necessidade de se respeitar a situacionalidade, evocando a conexão de experiências singulares para a construção de uma possível universalidade, ou confluência das diferenças.

Nesse sentido, a percepção é de que são vários os feminismos que se inter cruzam nas experiências políticas de cada uma e que dialogam por diferentes olhares, dependendo da localização corpo-território da mulher. Os que são reivindicados e assimilados pelas experiências são: feminismo popular, feminismo comunitário, ecofeminismos, feminismo periférico, feminismo antirracista e um que se destaca na análise: um feminismo dos comuns. Sobre esse último, faço uma correlação com o conceito desenvolvido por Silvia Federici, apesar de a autora destacar, em diversas obras, sua descrença em relação a uma capacidade revolucionária vivenciada a partir das instituições. Dessa forma, Federici é irredutível em expandir o escopo de análise do conceito de “comuns” à institucionalidade? Parece que sim. No entanto, não pretendo me apropriar ou manipular do conceito, mas explorar uma reflexão que gira em torno das ações políticas que defendem o bem comum. Segundo a autora, por mais que o conceito tenha uma ligação parcial com a ideia de comunismo de Karl Marx, a política dos comuns se difere radicalmente do Manifesto Comunista, justamente por não depender do

Estado para sua sustentação ou existência. No entanto, como as mandatas, os novos movimentos de cooperação social que defendem os “comuns” possuem como característica semelhante um processo de radicalização política, ainda que a modalidade coletiva defendida pela autora alcance somente os espaços comunitários ecológicos, defendidos por mulheres indígenas e camponesas que lutam contra a privatização de bens comunitários, como terras e rios, que no capitalismo se exalta, sobretudo por ter silenciado tantas mulheres e seus saberes.

No caso das mandatas coletivas, apesar de serem assimiladas pela instituição, elas também produzem resistência a ela. Há aí uma capacidade feminista de reabilitar a vida cotidiana da política convencional, produzir fascínio e um certo tipo de reencantamento, sobretudo no eleitorado brasileiro (CAMPOS, 2021). Para Federici, o reencantamento promovido pelos novos movimentos é ligado a uma rerruralização do mundo, à alguma “reconexão com a natureza, com os outros e com o corpo” (FEDERICI, 2022, p. 273), e que se interliga a um feminismo comunitário, em referência às “cosmovisões” que tipificam as culturas indígenas na América Latina, entendendo o conceito de comum como expressão de uma concepção específica do espaço, do tempo, da vida e do corpo humano, e que ganhou aderência nas concepções sobre quais feminismos defender na institucionalidade.

Todas essas atualizações foram vivenciadas pelas mulheres que cederam suas vozes ao trabalho, sobretudo a partir das diversas formações e experiências nos movimentos feministas em que estiveram. Processos de transmissão intergeracional, formações contínuas dentro das mandatas, políticas de afeto, a #partidA, são todos espaços de destaque para a persistência e preservação feminista nas ações políticas. Além disso, a interação com as assembleias de rua, como as marchas do 8 de março e outras, as pedagogias de encontro, a interação com vários movimentos sociais, inclusive os de onde derivam seus ativismos, geram o fortalecimento e a confluência de todas as pautas com as quais os feminismos interagem. A interseccionalidade engendra as metodologias e pensamentos desses grupos de uma maneira geral, embora as discussões sobre as maneiras de sobrepor os diferentes marcadores sociais, as diferentes dororidades e/ou mulheridades, continuam produzindo debates inevitáveis, de modo que o grande conselho que emerge dessa discussão, especificamente no texto, está na frase proferida por Angela Davis: devemos parar de controlar e enrijecer as categorias.

O último capítulo percorreu os anseios mais fundamentais deste trabalho: decifrar os meios solidários de atuação política e comprovar a existência de uma solidariedade política, apesar dos conflitos. Engajadas politicamente nos feminismos, as coparlamentares implicam em suas atuações um modelo que se diferencia da forma masculina de se relacionar com o poder.

Os conflitos que ressignificam esses movimentos em experimentação dizem muito sobre como os feminismos condicionam suas pautas e articulam suas ideias sobre quais opressões atingem “mulheres”. Dessa forma, a aproximação com o modelo agonístico proposto por Chantal Mouffe é considerada por articular-se com a noção de “o político” que se sustenta na existência do conflito, em qualquer grupo. “A política”, assim, se serviria da tentativa de estabelecer unidade entre o grupo apesar dos conflitos analisados? De todo modo, a consensualidade aqui não foi e nem seria possível, já que as relações estão envolvidas em um contexto em que ainda não houve a consolidação programática das pautas.

Para pensar em solidariedade política, é preciso desaterrar os preceitos de fraternidade que estipularam os laços de dominação entre os homens, produzindo o afastamento de tantos corpos sem representação do mundo político. Portanto, pensar em solidariedade é imaginar o estabelecimento de uma rede de proteção às violências que os espaços institucionais oferecem à tantas mulheres, sobretudo àquelas que não se enquadram nas corporalidades raciais, etárias e heteronormativas aceitáveis. Todavia, são mulheres que ocupam a política com uma postura significativa, realçando uma forma nova de se fazer política, impulsionado cooptações masculinas pouco criativas e indispostas verdadeiramente a produzir política coletivamente. Essas feministas são comprometidas com suas causas, estabelecem políticas para a cidade, o bem viver, para mulheres e também para grupos subalternos diferenciados, transbordam os afetos à institucionalidade, relacionam-se diretamente com suas lutas e ativismos, e constroem abertamente seus mandatos, adotando interesses e perspectivas de grupos e pessoas que não se inserem nos espaços de poder. São mulheres impondo a presença de mulheres negras, trans, indígenas, mais velhas, com capacidade de abdicar das próprias candidaturas, em prol da ascensão institucional de outras nos desafios de reversão dos quadros de sub-representação brasileiros. Por fim, são mulheres que não se veem fazendo política sem os coletivos, cujo conflitos não as impedem de buscar novos vínculos em prol de uma luta comum que se empenhe a legislar contra as injustiças sociais e ao desmonte das elites políticas. As mandatas políticas utilizam-se da solidariedade política, acima de tudo, como estratégia política de resistência.

Torço para que os movimentos feministas criem cada vez mais requisitos de imposição das “mulheridades” na política, e que os estudos de gênero continuem avançando no sentido de dar mais visibilidade às experiências daquelas que dão tom às tentativas de reverter os sentidos que desqualificam e deslegitimam a ocupação dessas sujeitas políticas no mundo institucional do poder.

## REFERÊNCIAS

ACOSTA, A.; MARTÍNEZ, E. (org.). *El buen vivir: una vía para el desarrollo*. Quito: Abya-Yala, 2009.

ADDOR, Felipe. Reflexões sobre democracia participativa na América Latina. *RAP* (Revista de Administração Pública). Rio de Janeiro 52(6):1108-1124, nov- dez. 2018.

AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO. Disponível em: <https://agenciapatriciagalvao.org.br/destaques/pelo-menos-tres-mulheres-sao-assassinadas-vitimas-de-feminicidio-todos-os-dias-no-brasil/> . Acesso em: 14 maio 2019.

AIDAR, Laura. *A liberdade guiando o povo*. Disponível em: <https://www.culturagenial.com/a-liberdade-guiando-o-povo-de-eugene-delacroix/> Acesso em: 31 ago. 2020.

AKOTIRENE, Karla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Polém, 2019. 150 p.

ALMEIDA, Fábio Chang de. *A serpente na rede: extrema direita, neofascismo e internet na Argentina*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2008.

AMARAL, Tábata. “É preciso furar a bolha da esquerda e da direita e chegar ao povo”, diz Tábata. Entrevista concedida ao site *O Globo*. Brasil 2019. Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2021-09-18/tabata-diz-que-precisa-furar-bolha-da-direita-e-esquerda.html> Acesso em 05/09/21. Acesso em: 12 out. 2021

ANZALDÚA, Gloria. La conciencia de la mestiza: rumbo a una nova consciência. *Revista Estudos Feministas*, vol. 3, n. 3, 2005, p. 704-719.

APPADURAI, Arjun. *O medo ao pequeno número*. Ensaio sobre a geografia da raiva. São Paulo: Iluminuras/ Itaú Cultural, 2009.

APPADURAI, Arjun. Democracy Fatigue. In: GEISELBERGER, Heinrich (ed.). *The great regression*. Cambridge: Polity Press, 2017, p. 1-12.

ARAÚJO, Angela. *A construção do consentimento: corporativismo e trabalhadores nos anos trinta*. São Paulo, Scritta, 1998. 384 páginas.

ARRUZZA, C.; BHATTACHARYA, T.; FRASER, N. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019.

AVELAR, Lúcia. Mulher e política: o mito da igualdade. *Social Democracia Brasileira*, Brasília, v. 1, n.2, p. 40-54, mar. 2002.

AVELAR, Lúcia. Mulher, gênero e política. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (org.). *Sistema Político Brasileiro: uma introdução*. 3. Ed. – Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung: São Paulo, Editora Unesp, 2015.

ÁVILA, Maria Betânia de Melo. *O tempo do trabalho das empregadas domésticas: tensões entre dominação/exploração e resistência*. Pernambuco: Editora da UFPE, 2009.

ÁVILA, Maria Bethânia. *Radicalização do Feminismo, Radicalização da Democracia*. Conferência realizada no X Encontro Feminista Latino Americano e do Caribe, em outubro de 2005, São Paulo, Brasil. Disponível em: <https://soscorpo.org/publicacoes/revista/> Acesso em: 1 jun. 2020.

AZEVEDO, Camyla Galeão de. *Mulheres na política formal e a divisão sexual do trabalho: retratos da sub-representação na política do Estado do Pará*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020.

BAIRD, Kate Shea; BÁRCENA, Enri; FERRER, Xavi; ROTH, Laura. *O Municipalismo será internacionalista ou não*. Urucum. 29 de dezembro de 2016. Disponível em: <https://urucum.milharal.org/2016/12/29/o-municipalismo-sera-internacionalista-ou-nao-sera/> Acesso em: 7 nov. 2021.

BAIROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, 384p.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*. Brasília, n. 11, p. 89-117, ago. 2013.

BALLESTRIN, Luciana. Colonialidade e Democracia. *Revista de Estudos Políticos*, n. 1, vol. 5; 2015.

BALLESTRIN, Luciana Luciana Maria de Aragão. O Debate Pós-democrático no Século XXI. *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, v. 4, 2018, p. 149-164.

BARRANCOS, Dora. Feminismo y democracia: notas sobre sus vínculos. In: PEDRO, Joana Maria; ZANDONA, Jair (org.). *Feminismos e democracia*. 1. ed. - Belo Horizonte: Fino Traço, 2019.

BARRÁGAN, Alba Margarita Aguinaga; LANG, Miriam; CHÁVEZ, Dunia Mokrani; SANTILLANA, Alejandra. Pensar a partir do feminismo. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, 384p.

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Editora Zahar, Rio de Janeiro, 2003, 141p.

BIROLI, Flávia. Divisão Sexual do Trabalho e Democracia. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 59, n. 3, 2016.

BIROLI, Flávia. Temas feministas da política, empiria e normatividade. *Lua Nova*, São Paulo, 102: 173-210, 2017.

BIROLI, Flavia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos Machado. *Gênero, Neoconservadorismo e Democracia: Disputas e Retrocessos na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2020.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 26, 2006, p. 239-76.

BRIOLLY, Benny. 'Em Foco': Andréia Sadi entrevista vereadora Benny Briolly 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/globonews/jornal-globonews-edicao-das-18/video/em-foco-andreia-sadi-entrevista-vereadora-benny-briolly-10224448.ghtml> Acesso em: 24 fev. 2022.

BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. São Paulo: Editora Politéia, 2019.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 2.ed. Trad. de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Tradução de Fernanda Siqueira Miguens – 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018a. 266 p.

BUTLER, Judith. Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. *Caderno de Leituras*, Chão da Feira, n.78, 2018b.

CAMPOS, Bárbara Lopes. *Juntas em um único número na urna: uma análise das experiências de mandato coletivo no Brasil*. Tese de doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. 2021. 235 f.

CARDOSO, Irene. Para uma crítica do presente. São Paulo: USP, Curso de Pós-graduação em Sociologia. Ed. 34, 2001.

CARNEIRO, Tita; KUBÍK MANO, Maíra (2020). PRÁXIS FEMINISTA: a presença de Heleith Saffioti nos estudos e nas lutas no Brasil. *Caderno CRH*, 33, e020028.

CARNEIRO, Sueli. *Mulheres negras e poder: um ensaio sobre a ausência*. *Escritos de uma vida*. São Paulo: Jandaíra, 2020.

CAROLINA, Áurea. Gabinetona: um ano de um mandato aberto, coletivo e popular. *Nexo Jornal*, 2019. Disponível em <https://www.nexojornal.com.br/colunistas/tribuna/2019/Gabinetona-um-ano-de-um-mandato-aberto-coletivo-e-popular>. Acesso em: 13 abr. 2021.

CASTELLS, Manuel. *Ruptura: a crise da democracia liberal*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CASSIMIRO, Paulo Henrique. *As Leituras Elementares da Vida Acadêmica: Teoria da Democracia*. Blog do Labemus, 2020. [publicado em 03 de setembro de 2020]. Disponível em:

<https://blogdolabemus.com/2020/09/03/as-leituraselementares-da-vida-academica-teoria-da-democracia-por-paulo-henriquecassimiro/>. Acesso em: 07 ago. 2021.

CARVAJAL, Julieta Paredes. Uma ruptura epistemológica com o feminismo ocidental. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, 384p.

CHABAUD-RYCHTER, Danielle; DESCOUTURES, Virginie; DEVREUX, Anne-Marie; VARIKAS, Anne-Marie (org). *O gênero nas Ciências Sociais: Releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour*. Trad Leineimar Pereira Martins. 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2014.

CHAGAS, Rosana da Silva. *Entre preconceitos e visibilidades: a inserção das mulheres trans na política formal*. Dissertação de mestrado. Universidade Católica de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos. Pelotas, RS, 2020.

COLLINS, Patricia Hill. O que é um nome? Mulherismo, Feminismo Negro e além disso. *Cadernos Pagu* (51), 2017.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista Sociedade e Estado*, vol. 31, num. 1, Janeiro/Abril 2006.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

CONNELL, Robert; MESSERSCHMIDT, James. Masculinidade Hegemônica: repensando o conceito. *Estudos Feministas*, 21 (1). Florianópolis: UFSC, 2013.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. *Gênero: uma perspectiva global*. São Paulo: Versos, 2015.

CORRÊA, Sonia; KALIL, Isabela. *Políticas antigênero en América Latina: La catástrofe perfecta? Observatorio de Sexualidad y Política (SPW)*. Rio de Janeiro: ABIA, 2020.

COSTA, Cláudia de Lima. Feminismo e Tradução Cultural: Sobre a Colonialidade do Gênero e a Descolonização do Saber. *Portuguese Cultural Studies*: Vol. 4: Iss. 1, Article 6, 2012.

COSTA, Maria da Graça. Agroecologia, ecofeminismos e bem viver: emergências decoloniais no movimento ambientalista brasileiro. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, 384p.

COSTA, Márcia Sardinha da. *Gênero e identidade(s) na contemporaneidade: os desafios do não-binário*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Goiânia, 2020.132 f.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color. *Stanford Law Review* 43(6). Stanford: Stanford Law Students, 1991.

CRUZ, Lorryne Christyne dos Santos. *Disputas Narrativas sobre Gênero no Twitter [manuscrito]: Expressões da “Pós-Verdade” no Debate Político Brasileiro*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós- Graduação em Sociologia; Universidade Federal de Goiás, 2022.

DAHL, Robert. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: Edusp, 2005.

DAS, Veena. Encarando a Covid-19: Meu lugar sem esperança ou desespero. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 13(1), 1–8. 2020.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe* [recurso eletrônico] / Angela Davis. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016. recurso digital.

DAVIS, Angela. *Mulheres, cultura e política*. Tradução: Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

DAVIS, Angela. *A liberdade é uma luta constante*. Organização de Frank Barat; tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2018. 144 p.

DIAS, Ana Luiza Krüger; PINTO, Joana Plaza Pinto; GONÇALVES, Eliane. *Linha da vida feminista e performatividade da esperança numa pesquisa etnográfica*. Revista Feminismos. Vol.9, N.1, Jan. - Abr 2021.

DÍAS-BENÍTEZ, María Elvira. Muros e pontes no horizonte da prática feminista: uma reflexão. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, 384p.

DOS SANTOS, Fabio Luis Barbosa. *Uma história da onda progressista sul-americana (1998-2016)*. 2a ed. São Paulo: Elefante, 2019.

ELSHTAIN, Jean Bethke. Rumo a uma teoria crítica da mulher e da política: reconstruindo o público e o privado. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (org.). *Teoria política feminista: textos centrais*. Vinhedo, Editora Horizonte, 2013.

EMPOLI, Giuliano da. 2020. *Os engenheiros do caos* Tradução de Arnaldo Bloch. São Paulo: Vestígio.

FALUDI, Susan. *Backlash: o contra-ataque na guerra não declarada as mulheres*. Susan Faludi: tradução de Mario Fondelli. – Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

FEDERICI, Silvia. O feminismo e as políticas do comum em uma era de acumulação primitiva. In: MORENO, R. (org). *Feminismo, economia e política: debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres*. São Paulo: SOF, 2014. p. 145-157.

FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Elefante, 2019.

FEDERICI, Silvia. Brasil, 5 jul. 2018. *A emancipação que não foi*. Entrevista disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/580562-silvia-federici-e-a-emancipacao-que-nao-foi> Acesso em: 20 jun. 2020.

FEDERICI, Silvia. *Reencantando o mundo: feminismo e a política dos comuns*. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2022. 320p.

FERNANDES, Sabrina. *O que é um mandato coletivo?* (19m32s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8hKc8DqA1bA>. Acesso em: 02 jan. 2019.

FERNANDES, Sabrina. *Sintomas mórbidos*. São Paulo (SP): Autonomia Literária, 2019. 400p.

FERRARESE, Estelle. Jürgen Habermas e o gênero: a experiência do descentramento pela discussão. In: CHABAUD-RYCHTER, Danielle; DESCOURTURES, Virginie; DEVREUX, Anne-Marie; VARIKAS, Eleni (org.). *O Gênero Nas Ciências Sociais*. Leituras Críticas De Marx Weber A Bruno Latour. EDUNB/UNESP, BRASÍLIA E SÃO PAULO, 2014. FERRARO et al., 2021

FERRARO, Silvia; IARA, Carolina; NUNES, Paula; SENA, Dafne; CHAVES, Natália. *Por que o MBL tem medo dos mandatos coletivos?* 2021. Disponível em: <https://midianinja.org/bancadafeministapsol/por-que-o-mbl-tem-medo-dos-mandatos-coletivos/> Acesso em: 1 fev. 2022.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Movimentos feministas. In: HIRATA, Helena et al. (org.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 144-145.

FOUTOURA, Natália; REZENDE, Marcela Torres; MOSTAFÁ, Joana; LOBATO, Ana Laura. IPEA, 2015. *Retratos das Desigualdades de Gênero e Raça, 1995-2015*. Disponível em: <https://www.josepimentel.com.br/sites/default/files/notas-tecnicas/ipea-retrato-das-desigualdades-de-genero-e-raca.pdf>. Acesso em: 4 maio 2019.

FRANCO, Marielle. *PRIMAVERA DAS MULHERES*. PELEGRINO, Antonia; SILVA, Isabel Nascimento, 2016. Disponível em: <https://globosatplay.globo.com/gnt/v/6229352/>.

FRASER, Nancy. A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, Outubro 2002, p. 7-20.

FRASER, Nancy. *O velho está morrendo e o novo não pode nascer*. Tradução de Gabriel Landi Fazzio. São Paulo, SP: Autonomia Literária, 2020, 104 p.

FREITAS, Lídia dos Santos F.; GONÇALVES, Eliane. Corpos urbanos: direito à cidade como plataforma feminista. *Cadernos Pagu*, p. e216210-e216210, 2021.

FREITAS, Lídia dos Santos Ferreira de; GONÇALVES, Eliane. Cruzadas do gênero e gramática neoconservadora: cenários pós-eleições presidenciais de 2018. *GÊNERO*. Niterói, v. 21, n. 2, p. 182 – 205. 1. sem. 2021.

GAGO, Verónica. *A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular*. Tradução de Igor Peres. São Paulo: Editora Elefante, 2018.

GAGO, Verónica. *A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo*. Tradução de Igor Peres. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

GILLIGAN, Carol. *In a different voice*. Cambridge (MA), Harvard University Press, 1982.

GOMES, Carla de Castro. *Propagação dos termos “ideologia de gênero” e “aborto” nas mídias digitais religiosas*. Observatório de Sexualidade e Política (SPW), ABIA, 2020. Disponível em: <https://sxpolitics.org/GPAL/uploads/Ebook-Propaga%C3%A7%C3%A3o%2020200203.pdf>.

GOMES, Ciro. “Ciro: movimento Acredito, de Jorge Paulo Lemann, é “partido clandestino” e Tabata faz “dupla militância”. Entrevista concedida à Redação. *Revista Forum*, Brasil, 2019. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/ciro-movimento-acredito-de-jorge-paulo-lemann-e-partido-clandestino-e-tabata-faz-dupla-militancia/>. Acesso em: 5 set. 2021.

GONÇALVES, Eliane; PINTO, Joana Plaza. Reflexões e problemas da "transmissão" intergeracional no feminismo brasileiro. *Cadernos Pagu* (UNICAMP. Impresso), v. 36, p. 25-46, 2011.

GONÇALVES, Eliane; TOSTA, Tânia Ludmila Dias. Ação e Subjetivação: A Experiência das Mulheres no Mundo do Trabalho. In: GONÇALVES, Eliane et al. (org.). *Iguais? Gênero, trabalho e lutas sociais*. Goiânia: PUC Goiás, 2014.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, L. A. et al. *Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos. Ciências Sociais Hoje*. Brasília, ANPOCS, n. 2, p. 223-244, 1983.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (org.). *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GRIN, Eduardo José. *Eleições 2018: Mandato coletivo eleito em SP tem proposta suprapartidária*. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 2018.

GUIMARÃES, Nadya Araujo. Casa, mercado, amor e trabalho, natureza e profissão: controvérsias sobre o processo de mercantilização do trabalho de cuidado. *Cadernos Pagu* (46), janeiro-abril de 2016: p. 107-128.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Trad. Denilson Werle. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

HARDT, Michael; NEGRI, Antônio. *Multidão*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 5, p. 7–41, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>.

HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 22, p. 201–246, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644638>.

HARAWAY, Donna. A Cyborg manifesto: science, technology, and socialist-feminism in the late twentieth century. In: HARAWAY, Donna. *Simians, cyborgs, and women: the reinvention of nature*. New York, Routledge, 1991.

HARDING, Sandra. Is there a feminist method? In: HARDING, Sandra (ed.). *Feminism and Methodology*. Indiana University Press, 1987, p. 1-14.

HARDING, Sandra. Gênero, democracia e filosofia da ciência. *Revista Eletrônica de Com. Inf. Inov. Saúde*. Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.163-168, jan.-jun., 2007.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, vol. 37, p. 595-609, 2007.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, 384p.

hooks, bell. *Teoria feminista: da margem ao centro*. Trad. de Rainer Patriota. São Paulo: Perspectiva, 2019.

hooks, bell. *Tudo sobre o amor: novas perspectivas*. Tradução Stephanie Borges. São Paulo: Efeante, 2021. 272p.

IACOVINI, Rodrigo Faria G. *Lições do movimento municipalista universal*. Le Monde Diplomatique Brasil. Acervo online. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/licoes-do-movimento-municipalista-internacional/>. Acesso em: 7 fev. 2022.

JAGGAR, Alison. Amor e conhecimento: a emoção na epistemologia feminista. In: JAGGAR, A.; BORDO, Susan R. *Gênero, Corpo, Conhecimento*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, p. 157-185, 1997.

JUNTASCODEPUTADAS. Site dedicado à candidatura da mandata, 2018. <https://www.juntascodereputadas.com.br/>. Acesso em: 10 abr. 2019.

JUNTASCODEPUTADAS. TSE permite adicionar nome de mandatos coletivos na urna eletrônica. Disponível em: <https://www.juntascodereputadas.com.br/blog/tse-permite-adicionar-nome-de-mandatos-coletivos-na-urna-eletronica> Acesso em: 7 dez. 2021.

KERGOAT, Daniele. Consustancialidade das relações sociais. *Novos Estudos* (84), 2010, p.93-103.

KIMMEL, Michael. S. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, n. 4m p. 103-117, 1998.

KIMMEL, Michael. *Angry white men: American masculinity at the end of an era*. Nation Books: New York, 2013.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. Companhia das Letras, 2019.

LAURETIS, Teresa de. Semiótica y experiencia. *In*: LAURETIS, Teresa de. *Alicia ya no: feminismo, semiótica, cine*. Madrid: Ediciones Cátedra, 1984. p. 251- 294.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. A representação no interior das experiências de participação. *Lua nova*, São Paulo, 70: 139-170, 2007.

LUGONES, María. Colonialidad y Género: hacia un feminismo descolonial. *In*: MIGNOLO, Walter (org.). *Género y descolonialidad*. Buenos Aires: Del Signo, 2008. p. 13-54.

MACKINNON, Catherine A. Feminismo, marxismo, método e o Estado: Uma agenda para a teoria. *Direito e Praxis*. Rio de Janeiro, v. 7, n 15, 2016.

MANIN, Bernard. *As Metamorfoses Do Governo Representativo*. Anpocs: RBCS 29, p. 5-34, 2018.

MARQUES, Danusa. Por uma leitura feminista dos estudos legislativos no Brasil. *In*: MARQUES, Danusa; REZENDE, Daniela; MANO, Máira Kukík; SARMENTO, Raysa; FREITAS, Viviane Gonçalves. *Feminismos em rede*. Porto Alegre, RS: Zouk; 2019.

MARQUES, Raquel. Chegamos ao ponto em que é possível cancelar um mandato nas redes sociais. *Folha de S. Paulo*. 2021. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2021/02/chegamos-ao-ponto-em-que-e-possivel-cancelar-um-mandato-nas-redes-sociais.shtml?origin=folha> Acesso em: 5 fev. 2021.

MARQUES, Victor. O velho está morrendo e o novo sempre vem. *In*: FRASER, Nancy. *O velho está morrendo e o novo não pode nascer*. Tradução de Gabriel Landi Fazzio. São Paulo, SP: Autonomia Literária, 2020, 104 p.

MARTA, Soraia. *FOCUS* - um manifesto para o slow living. ESAD. Mestrado em Design de Interiores. 2018. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/31014>. Acesso em: 9 jul. 2019.

MARTINEZ, Pilar R. Feminismos y Solidaridad. *Rev. Mex. Sociol*, vol. 72, n.3, México jul./sep. 2010. 22p.

MARTINEZ, Fabiana Jordão. Militantes e radicais da quarta onda: o feminismo na era digital. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 29, n. 3, e70177, 2021.

MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: É possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul global? *Revista de Sociologia e Política*, 18, 67–92. 2010. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782010000200006>

MATOS, Marlise. Quarta onda feminista e o campo crítico-emancipatório das diferenças no Brasil: entre a destradicionalização social e o neoconservadorismo político. Encontro Anual da ANPOCS, 2014. *Anais*. Caxambu, 2014.

MATOS, Marlise. *Pedagogias Feministas Decoloniais: a Extensão Universitária como possibilidade de construção da cidadania e autonomia das mulheres em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018. v. 01. 267p.

MATOS, Marlise; MARQUES, Danusa; CARVALHO, Layla. *Violência Política de Gênero*. Revista Nexos em 13 de julho de 2021. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/ponto-de-vista/2021/A-viol%C3%Aancia-pol%C3%ADtica-de-g%C3%AAnero-e-a-viol%C3%Aancia-pol%C3%ADtica-contras-mulheres>. Acesso em: Agosto/2021.

MBEMBE, Achille. *Outra democracia é possível?* Entrevista concedida a Renato Nogueira, 5 nov. 2018. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/democracia-e-possivel>. Acesso em: 14 abr. 2021.

MELO, Hildete Pereira de; THOMÉ, Debora. *Mulheres e poder: histórias, ideias e indicadores*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

MICHELS, Robert. *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília: UnB, 1982.

MIGNOLO, Walter. *Histórias locais/Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Trad.: Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

MIGUEL, Luís Felipe. *Política de interesses, política do desvelo: representação e "singularidade feminina"*. Estudos Feministas, Rio de Janeiro, ano 9, n 1, 2º semestre 2001.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (org.). *Teoria política feminista: textos centrais*. Vinhedo, Editora Horizonte, 2013.

MIGUEL, Luis Felipe. O feminismo e a política. In.: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Feminismo e Política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014. 164 p.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Feminismo e Política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014. 164 p.

MIGUEL, Luis Felipe. Carole Pateman e a Crítica Feminista do Contrato. *Rev. bras. Ci. Soc.* 32 (93), 2017.

MIYARES, Alicia. *Democracia feminista*. Madrid: Feminismos/Cátedra, 2003.

MONTANER, Josep Maria; MUXÍ, Zaída. *Política e arquitetura: Por um urbanismo do comum e ecofeminista*. São Paulo: Olhares: 2021. 352 p.

MORAES, Bárbara Moraes; OLIVEIRA, Elismênnia Aparecida; PEIXOTO, Gabriela; MENDONÇA, Jordana Carlos de; CHARALABOPOULOS, Melina Repezza; ALMEIDA, Rayana Ribeiro de. [Ecoamor: A gestão coletiva de mulheres na produção de hortas agroecológicas em Goiânia](http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/index.php/cadernos/issue/view/7). Anais do III Colóquio Internacional Feminismo e Agroecologia, Recife/PE, Brasil. 2020. Disponível em: <http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/index.php/cadernos/issue/view/7> Acesso em: 19 abr. 2021.

MORAGAS, Mirta. *Políticas Antigênero en América Latina: O Caso de la OEA*. Observatório de Sexualidade e Política (SPW), ABIA, 2020.

MOORE, Henrietta. Understanding Sex and gender. In: INGOLD, Tim (ed). *Companion Encyclopedia of Anthropology*. London: Routledge, 1997.

MOUFFE, Chantal. *O regresso do político* Lisboa: Gradiva, 1996.

MOUFFE, Chantal. Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 1, n.3, p. 11-26, out. 2003.

MOUFFE, Chantal. *Sobre o Político*. Tradução de Fernando Santos. São Paulo: editora WMF Martons Fontes, 2015.

MOUFFE, Chantal. Por um modelo agonístico de Democracia. *Rev. Sociol. Polít.* Curitiba, n. 25, p. 11-23, nov. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n25/31108.pdf>. Acesso em: 23 maio 2017.

NEMER, David. *Tecnologia do Oprimido: desigualdade e o mundano digital nas favelas do Brasil*. Vitória: Editora Milfontes, 2021. 298p.

NETO, Moysés Pinto. Entrevista Eleições: a curiosa proposta dos mandatos coletivos. *Outras palavras*. 2018. Disponível em: <https://outraspalavras.net/sem-categoria/eleicoes-a-curiosa-proposta-dos-mandatos-coletivos/>. Acesso em: 10 maio 2019.

NUN, José. *Democracia: Gobierno del Pueblo o gobierno de los políticos?* Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2000.

NUNES, Jordão Horta. As transformações na divisão sexual do trabalho e os novos arranjos de gênero domésticos. In: NUNES, J.H., FREITAS, R.A. (Orgs.). *Trabalho e gênero: entre a solidariedade e a desigualdade*. Goiânia: Editora da PUC-Goiás, 2011. p. 69-90.

O'DONNELL, Guillermo. *Delegative democracy?* [Working Paper]. Notre Dame, Kellogg Institute for International Studies, 1992

OLIVEIRA, Elismênia A.; GONÇALVES, Eliane. Juventude e feminismo no Brasil: localizando corpos e experiências. In: SCOTT, Parry; LYRA, Jorge; FONTE, Isolda Belo da (org.). *Relações e hierarquias marcadas por gênero*. Recife: UFPE, 2016, v. 1, p. 245-262.

OLIVEIRA, Elismênia; PEIXOTO, Gabriela. 2018. *Masculinidades predatórias, ódio contra as mulheres e necropolítica: um estudo a partir do cenário político brasileiro*. XX Redor (Encontro da rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero). Salvador, Anais, 2018. Disponível em: <https://www.sinteseeventos.com/site/redor/G10/GT10-07-Elismenia.pdf>.

ORTNER, Sherry. Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura?. In: ROSALDO, M.E; LAMPHERE, Louise. *A Mulher, A Cultura e a Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

OUVIÑA, Hernán. *Rosa Luxemburgo e a reinvenção da política: uma leitura latino-americana*. Tradução Igor Ojeda. 1. ed. São Paulo : Boitempo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2021.

OYEWÙMI, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de

(org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, 384p.

PARADIS, Clarice. A luta política feminista para despatriarcalizar o Estado e construir as bases para a igualdade. In: MORENO, R. (org.). *Feminismo, economia e política: debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres*. São Paulo: SOF, 2014. p. 145-157.

PATEMAN, Carole; SEFCHOVICH., Sara. Feminismo y Democracia. *Debate Feminista*, vol. 1, [Metis Productos Culturales S.A. de C.V., Centro de Investigaciones y Estudios de Género (CIEG) of the Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM)], 1990, pp. 7–28, Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/42623880>.

PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Tradução de Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1993.

PEREIRA, Marcus Abilio. Movimentos sociais e democracia: a tensão necessária. *OPINIÃO PÚBLICA*, Campinas, vol. 18, nº 1, Junho, 2012, p. 68 – 87.

PHILLIPS, Anne. De uma política de ideias a uma política de presença? *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 268-290. Tradução de Luís Felipe Miguel. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n1/8615.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2013.

PIEIDADE, Vilma. *Dororidade*. São Paulo: Editora Nós, 2019.

PINHEIRO, Luana Simões. *Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006. Série Documentos.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana; SCALCO, Lucia Mury. Da esperança ao ódio. Juventude, política e pobreza do lulismo ao bolsonarismo. In: SOLANO, Esther (org.). *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. Boitempo, 2018.

PITKIN, Hanna. *The Concept of Representation*. Berkeley: University of California Press, 1967.

PITKIN, Hanna Fenichel. Representation and Democracy: Uneasy Alliance. *Scandinavian Political Studies* 27(3). 2004. p 335-342.

PITKIN, Hanna Fenichel. Representação: Palavras, Instituições e Ideias. *Lua Nova*, São Paulo, 67: 15- 47, 2006.

PRÁ, Jussara. Reflexões sobre gênero, mulheres e política. In: PAIVA, Denise (org.). *Mulheres, política e poder*. Goiânia: Cênone Editorial, 2011.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; TONELI, Maria Juracy Filgueiras. Política e sujeitos coletivos: Entre consensos e desacordos. *Estudos de Psicologia*, 18(2), abril-junho/2013, 351-357.

PRECIADO, Paul B. Multidões *queer*: notas para uma política dos “anormais”. *Revista Estudos Feministas*, vol. 19, n. 1, 2011, p. 11-20.

PRIMAVERA DAS MULHERES. PELEGRINO, Antonia; SILVA, Isabel Nascimento. 2016. Disponível em: <https://globosatplay.globo.com/gnt/v/6229352/>.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade, poder e democracia. *Novos Rumos*, ano 4, 17, n. 37. 2002.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgar (org.). *A colonialidade do saber, eurocentrismo e ciências sociais*. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 227-278.

RABAY, Gloria Freire Maria; CARVALHO, Eulina Pessoa. Participação da mulher no parlamento brasileiro e paraibano. *ORG & DEMO*, Marília, v.12, n.1, p. 81-94, jan./jun., 2011.

RAMAZANOGLU, Caroline; HOLLAND, Janet. *Feminism and Methodology: Challenges and Choices*. Sage Publications, London, 2002.

RAMOS, Daniela Peixoto. *As mulheres e a política do dia a dia*. Brasília: Editora Demodê, 2021.

RAPS. Rede de Ação Política pela Sustentabilidade. Mandatos coletivos e compartilhados: desafios e possibilidades para a representação legislativa no Século XXI. São Paulo: RAPS/ Arapyau/ Udesc, 2019.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Revista Bagoas*, 5, Natal (RN), 2010, p. 18-44.

RIOS, Flavia. A cidadania imaginada pelas mulheres afro-brasileiras: da ditadura militar à democracia. In: BLAY, Eva Alterman; AVELAR, Lúcia (org.). *50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile, a construção das mulheres como atores políticos e democráticos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, FAPESP, 2017, p.227-253.

RIOS, Flávia. Por um feminismo radical. In: VERGÈS, Françoise. *Um feminismo decolonial*. Parte I. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

ROCHA, Rosiene Barros da. *A potencialidade do feminismo agonístico*. (2019) Disponível em: <https://www.filosofas.org/post/a-potencialidade-do-feminismo-agon%C3%ADstico> Acesso em: 11 dez. 2021.

RUBIN, Gayle. *O tráfico de mulheres: notas obre a economia política do sexo*. Recife: SOS Corpo, 1993.

SACCHET, Teresa, SPECK, Bruno Wilhelm. *Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006*. *Opin. Publica* [online] 2012, vol.18, n.1, pp.177-197.

SACCHET, Teresa. Que reforma política interessa às mulheres? Cotas, sistema eleitoral e financiamento de campanha. In: *Reforma política democrática: temas atores e desafios*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth; BONGIOVANI, Iara. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANCHEZ, Beatriz Rodrigues. *Feminismo estatal: uma análise das interações entre movimentos feministas e o Congresso Nacional brasileiro*. Tese de doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas de São Paulo. Departamento de Ciência Política. USP, São Paulo, 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENDES, José Manuel (org.). *Demodiversidade: imaginar novas possibilidades democráticas*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. As Democracias também morrem democraticamente. 2018. Disponível em:

<https://midianinja.org/boaventurasousasantos/as-democracias-tambem-morrem-democraticamente/>. Acesso em: 2 jun. 2020.

SANTOS, Gustavo Gomes da Costa. Diversidade sexual e política eleitoral: Analisando as candidaturas de travestis e transexuais no Brasil contemporâneo. *Sexualidad, Salud y Sociedad* - Revista Latinoamericana, n. 23 - ago. / ago. / aug. 2016 - pp.58-96.

SANTOS, Rayani Mariano dos. As disputas em torno das famílias na Câmara dos Deputados entre 2007 e 2018: familismo, conservadorismo e neoliberalismo. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Ciência Política do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, 2019, 147-180. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/38470>.

SARMENTO, Rayza. Feminismo, reconhecimento e mulheres trans\*: expressões online de tensões. *Pelotas* [17]: 129 – 150, julho-dezembro 2015.

SAVAZONI, Rodrigo. *O comum entre nós: da cultura digital à democracia do século XXI*. Edições SESC, SP, 2017.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2. Porto Alegre: UFRGS, 1995.

SCHIRMER, Leandra Cohen; DALMIN, Aline Roes. Discurso de ódio biopolítico no caso Marielle Franco. In: ZEIFERT, Anna Paula Bagetti; NIELSSON, Joice Graciele; WERMUTH, Maiquel A. (org.). *Biopolítica e Direitos Humanos*. Refletindo sobre as vidas nuas da contemporaneidade. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.

SCHMITTER, Philippe C. Reflections on political meritocracy: its manipulation and transformation. In: BELL, Daniel A.; LI, Chenyang (Eds.). *The east Asian Challenge for 88 Democracy: Political Meritocracy in Comparative Perspective*. New York: Cambridge University Press, 2013.

SECCHI, Leonardo; LEAL, Leonardo. *As candidaturas coletivas nas eleições municipais de 2020: análise descritiva e propostas para uma agenda de pesquisa sobre mandatos coletivos no Brasil*. Relatório de Pesquisa. Universidade do Estado de Santa Catarina; Universidade Federal de Alagoas; Universidade de Brasília; Universidade Federal de Santa Catarina. Editora IABS, 2020.

SECCHI, Leonardo. *Mandatos Coletivos enfrentam desafios*. Entrevista concedida a Cristiane Agostine. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2022/01/28/mandatos-coletivos-enfrentam-desafios.ghtml>. Acesso em: 10 jan. 2022.

SEIXAS, Mônica. Individualismo e preconceito não podem prevalecer em mandatos coletivos. *Folha de S. Paulo*. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2021/02/individualismo-e-preconceito-nao-podem-prevalecer-em-mandatos-coletivos.shtml> Acesso em: 5 fev. 2021.

SILVA, Ana Eliza Ferreira Alvim; AVELAR, Samara Aparecida Resende; PEREIRA, José Roberto. Cidadania deliberativa: um estudo de caso sobre o processo de discussão promovido pelo primeiro mandato coletivo do Brasil. *Redes* (St. Cruz Sul, Online), v. 26, 2021.

SILVA, Andréa Franco Lima e Silva. *Rev. Sociologias Plurais*, v. 5, n. 1, p. 52-75, jul. 2019.

SOARES, Lúcia. Acirramentos e tensões no movimento feminista identitário: radfems versus trans. *Verve*, 38: 80-96, 2020.

TAVARES, Francisco; RAMOS, Pedro. O Novo Regime Fiscal Brasileiro e a democracia: interpretações sobre uma incompatibilidade. *Bol. Goia. Geogr.* (Online). Goiânia, v. 38, n. 3, p. 450-472, set./dez. 2018.

TOSTA, Tania Ludmila Dias. *Antigas e novas formas de precarização do trabalho: o avanço da flexibilização entre profissionais de alta escolaridade*. 2008. 272 f. Tese de Doutorado em Sociologia – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. TSE aprova resolução sobre escolha e registro de candidatos. Brasil, 2021. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2021/Dezembro/tse-aprova-resolucao-sobre-escolha-e-registro-de-candidatos>. Acesso em: nov. 2021.

VALCARCEL, Amélia. *História da democracia: poderes em presença*. 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gXHTH0Y7SDY&list=LL&index=42&t=5840s> Acesso em: 29 jun. 2020.

VARIKAS, Eleni. “O pessoal é político”: desventuras de uma promessasubversiva. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (org.). *Teoria política feminista: textos centrais*. Vinhedo, Editora Horizonte, 2013.

VERGÈS, Françoise. *Um feminismo decolonial*. Parte I. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

VILASBOAS, Jaqueline Pereira de Oliveira. Pandemia e a asfixia social das mulheres negras. In: MELLO, Luiz; GONÇALVES, Eliane (org.). *Diferenças, desigualdades e violências: olhares sociológicos*. Goiânia: CEGRAF UFG, 2020, 258p.

WEBER, Max. *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 2006.

WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Ed. Guanabara: Rio de Janeiro, 1981.

WIKE, Richard; SIMMONS, Katie; STOKES, Bruce; FETTEROLF, Janell. Globally, Broad Support for Representative and Direct Democracy. 2019.

Pew Research Center. Pesquisa disponível em: <https://www.pewglobal.org/2017/10/16/globally-broad-support-for-representative-and-direct-democracy/>. Acesso em: 30 abr. 2019.

YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidades e minorias. *Lua Nova*. São Paulo, n. 67, 2006.

YUJI, João. Cinco 'são eleitos' para uma vaga de vereador em Alto Paraíso de Goiás. Entrevista concedida a Fernanda Borges. *Revista Nexo*. Goiás, 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/goias/eleicoes/2016/noticia/2016/10/cinco-sao-eleitos-para-uma-vaga-de-vereador-em-alto-paraiso-de-goias.html>. Acesso em: 29 ago. 2019.

## APÊNDICE

### ROTEIRO TESE

[Entrevista destinadas às representantes de cada mandata: Cida Falabella, Iza Lourenço e Bella Gonçalves (Gabinetona), Jô Cavalcante (Juntas) e Mônica Seixas (Mandata Ativista);

NOME

IDADE

SEXUALIDADE

RAÇA AUTODECLARADA

Situação conjugal/estado civil/residência (com quem mora)

filhos: sim (quantos), não.

identidade de gênero?

local de nascimento (origem da família) e residência atual

#### A. TRAJETÓRIA

1. Como se deu sua entrada na política? Me conte um pouco sobre sua trajetória.[ficar atenta ao tema dos movimentos sociais]
2. É sua primeira experiência parlamentar? Já teve algum outro cargo de representação política? *(Se sim, buscar a comparação entre as duas experiências)*
3. Quais são suas pautas, bandeiras, prioridades políticas [você, a entrevistada e não o coletivo]?
4. O que significa para você ser uma mulher na política institucional?

#### B. MANDATAS COLETIVAS

1. O que a fez se candidatar via formato mandata coletiva? *(Investigar a constituição da mandata!)*
2. Na sua opinião, quais seriam os pontos positivos e negativos da não legalidade do movimento?
3. Você acredita que a mandata apresenta uma prática inovadora no fazer político?
4. Como as outras vereadoras e deputadas se relacionam ou dividem o espaço institucional com vocês? Elxs já compreendem o formato? Existem resistências no parlamento ou nos partidos, ao formato com o qual vocês operam politicamente?
5. Na sua opinião o que há de mais positivo e/ou inovador neste formato político?
6. E os negativos?
7. E quanto à divisão do poder, das funções, das agendas, do salário?
8. Já houve conflitos? Há incompatibilidade de pautas/agendas? E como você os vê? e como são resolvidos?
9. As codeputadas estão no mandata com maior ou menor participação comparada à sua atuação política? *(No caso da Gabinetona, a pergunta é: Todas possuem acesso iguais à sua agenda política?)*
10. Você se candidataria de novo via mandata ou preferiria uma carreira política solo no futuro? Por que?
11. Da agenda acordada, quais temas/problemas foram trabalhados e quais não foram? Por que?
12. Quem é o eleitorado da mandata?

13. A internet é uma ferramenta para a mandata? Ela ajudou na eleição?

#### C. FEMINISMOS

1. Você reivindica a identidade feminista para si? [me fale mais sobre o feminismo, no que consiste, uma vertente em específico?...]
2. Teve alguma formação feminista? quando e com quem? Em que temáticas?
3. Com quais movimentos feministas/organizações de mulheres você se relaciona/interage?
4. Como você se relaciona com outras mulheres parlamentares que não convergem com a mesma agenda política que a sua? E com as não feministas?
5. Como você vê a atuação da bancada feminina?

#### D. SOLIDARIEDADE

1. Como enxerga atuação de mulheres na política brasileira de um modo geral?
2. A mandata coletiva é uma forma solidária de compartilhar o poder?
3. A solidariedade tem a ver com amizade? (Todas as codeputadas são amigas?)
4. O que expressa ou significa sororidade para você? (no sentido solidariedade política entre mulheres)?
5. O que não foi perguntado que você gostaria de dizer? Tem alguma pergunta para a pesquisa/pesquisadora?

